



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO
SOCIAL

FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS PARA O
EXERCÍCIO PROFISSIONAL CRÍTICO
da perspectiva fomal-abstrata a historicidade

Lélica Elis Pereira de Lacerda



Universidade Federal de Santa Catarina – Departamento de Pós-
graduação em Serviço Social

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof^o Dr. Ricardo Lara

Lélica Elis Pereira de Lacerda

FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL CRÍTICO
da perspectiva fomal-abstrata a historicidade

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Serviço Social, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Serviço Social.
Orientador: Profº Dr. Ricardo Lara

FLORIANÓPOLIS
2013

LÉLICA ELIS PEREIRA DE LACERDA

FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS PARA O EXERCÍCIO
PROFISSIONAL CRÍTICO: da perspectiva formal-abstrata à historicidade

Orietador: Ricardo Lara

1º Examinador: André Mayer

2º Examinador: Ana Maria Cartaxo

3º Examinador: Ivete Simionatto

Florianópolis
2013

Dedico este trabalho a todas (os) as (os) assistentes sociais que estão aflitos atuando entre o academicismo puro e o senso comum, digladiando com a realidade sem perder o compromisso e a seriedade, sem esmorecer diante das dificuldades cotidianas.

Agradecimentos

Agradeço a toda classe trabalhadora pelo custeio dos meus estudos por meio de suor e lágrima que lhes fora violentamente arrancado por meio da exploração do trabalho. Certamente, é inspirado nisso e em retribuição a estes que este trabalho foi feito.

No bojo desta classe trabalhadora, agradeço sobremaneira às minhas colegas de profissão que se debatem num cotidiano de trabalho tão precarizado para dar respostas a questões complexas e graves sob condições de trabalho absolutamente precárias. Em especial, agradeço às companheiras de ASAMFRI. Meu trabalho é uma resposta às nossas angústias, tentativas e erros e a minha síntese de tudo, buscando contribuir para o avanço de nossas ações. Espero que aponte caminhos.

Um agradecimento especial a Rosane Gonçalves que com muito carinho e competência leu meus artigos e teceu críticas e correções valiosas.

Agradeço aos professores da UEL que formaram minha base de conhecimentos acerca da minha profissão e do mundo (Silvia Alapanian, Sandra Pires, Andréa Rocha, etc) , com especial carinho à Olegna Guedes e Evaristo Colmám. É nítido que este trabalho é a síntese das contribuições de vocês na minha formação profissional e política.

Agradeço ainda aos professores da UFSC que vêm mantendo, não sem intensa luta, a qualidade do ensino superior público do Brasil. Não há como sair desta Universidade um trabalho que não trouxesse enraizada a crítica radical. Neste tocante, agradeço

imensamente às contribuições de meu, mais que orientador, companheiro de luta e ideais, Ricardo Lara, que me apresentou os caminhos teóricos para a crítica radical que destrói ilusões, mas aponta caminhos reais para o exercício profissional e, principalmente, a emancipação humana.

Agradeço aos professores que compuseram minha banca: Ana Cartaxo e Ivete Simionatto por quem possuo extremo respeito intelectual, sendo para mim imensa a satisfação de tê-las contribuindo com meu trabalho. A mesma satisfação sinto com a contribuição de André Mayer, quem foi bom conhecer por tão obstinado que é na luta a qual pactuo de construção do comunismo.

Agradeço aos meus familiares de sangue e espírito pelo exemplo, dedicação e afeto. Tudo o que sou é síntese e desdobramento do que me ensinaram. Aos meus avós que me ensinaram o valor do conhecimento e os custearam e ao exemplo de honradez e honestidade que sempre nos deram; á minha mãe que me ensinou a ser um ser humano, pré-requisito para minha crítica ao capitalismo e assimilação do marxismo; ao meu pai que desde cedo me apontou os caminhos (contraditórios e espúrios) da política como imprescindível para a luta de classes e a emancipação humana; a Dejanira que tantas vezes me levou aos comícios em Tupã; à Marina, minha prima com quem desde uns 10 anos buscamos os caminhos para um mundo melhor ; e tantos outros ensinamentos.

Agradeço com imenso carinho meus companheiros de mestrado que acaloravam os debates em sala de aula, aguentaram minhas infinitas intervenções e contribuíram para minha formação. Certamente suas contribuições se materializaram neste trabalho. Em

especial, destaco o Alberth, Cidão, Jaime, María, Marina e Rodrigo. Parceiros intelectuais e camaradas de luta! E na parceria da amizade, destaco ainda Kênia.

Agradeço a Pri por me receber sempre que necessário, sem exitar! És grande companheira de caminhada e mora no meu coração!

Agradeço aos meus chefes deste período, Fabrício Marinho e Everton Wan-dall que respeitaram meu direito de qualificação profissional (muito mais que algumas das minhas próprias colegas de profissão) e sempre que necessário me liberaram para eu cumprir minha assoberbada agenda acadêmica. A compreensão de vocês foi o que me permitiu chegar até aqui com tranquilidade a que todo trabalhador deveria ter direito.

Agradeço a Nayara pela compreensão dos meus momentos de ausência, pela parceria em me escutar e pelo carinho por todo este tempo.

E por último, mas não menos importante nesta sociedade burguesa atomizada, agradeço a Janis pelo olhar de plena paciência nos meus momentos de caos e suas lambidinhas e passadas de cabeça nos meus momentos de solidão. Muitas noites frias foram aquecidas com seu ronronar!

“Estranhem o que não for estranho.
Tomem por inexplicável o habitual.
Sintam-se perplexos ante o cotidiano.
Tratem de achar um remédio para o
abuso
Mas não se esqueçam de que o abuso é
sempre a regra.”

(Bertolt Brecht)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I. O COTIDIANO DO ASSISTENTE SOCIAL: Tateando a Superficialidade	23
1. BREVE DESCRIÇÃO DA ESFERA FENOMÊNICA DO COTIDIANO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL	25
2. PROBLEMATIZAÇÕES ACERCA DA “APARÊNCIA” DO SERVIÇO SOCIAL	39
3. SOLO HISTÓRICO: O Campo Profícuo Para a Compreensão do Cotidiano do Assistente Social	43
4. O CAMINHO TEÓRICO PARA O DESVELAMENTO DO COTIDIANO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL	50
CAPÍTULO II. A PROFISSÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM SEU SOLO HISTÓRICO	54
1. PENSAMENTO FORMAL-ABSTRATO: Os subsídios para um exercício profissional pautado na superficialidade do real	58
2. A AGUDIZAÇÃO DAS REFRAÇÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” E A PSICOLOGIZAÇÃO COMO FORMA DE MASCARAR O REAL	63
3. A SOCIABILIDADE CAPITALISTA IMEDIATA: A comunidade e a família	65
4. REVIGORANDO O ENTENDIMENTO DA “QUESTÃO SOCIAL” NO CAMPO DA PROCESSUALIDADE HISTÓRICA	75
5. AS POLÍTICAS SOCIAIS SUBSUMIDAS À POLÍTICA ECONÔMICA	94
6. O ESTADO: o mesmo velho comitê executivo da burguesia de sempre, complexificado	106
CAPÍTULO III. O SOLO HISTÓRICO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: A dinâmica macrosocial	121
1. CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: Irrupção do momento de transição histórica	123
2. LATINO-AMERICANOS: Povos irmanados pela exploração capitalista imperialista	135
3. O BRASIL NO CAPITALISMO DEPENDENTE	144
4. PARA ALÉM DO JURÍDICO-FORMAL ABSTRATO: Cidadania e	152

Direito na Historicidade	
4.1. Superando Concepções Abstratas: a Luta de Classe como Força-Motriz	153
4.2 A Cidadania Para a Revolução	163
4.3 A Particularidade Histórica Brasileira e a Cidadania com Vistas a Emancipação Humana	173
CAPÍTULO IV. O CAMINHO DE VOLTA: O COTIDIANO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL PARA ALÉM DA APARÊNCIA	177
1. O COTIDIANO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: O <i>LOCUS</i> DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL ENQUANTO ESFERA SINGULAR VINCULADA A TOTALIDADE HISTÓRICA	179
2. A PRÁXIS SOCIAL DO ASSISTENTE SOCIAL	186
3. A PRÁXIS SOCIAL DO ASSISTENTE SOCIAL VINCULADA A EMANCIPAÇÃO HUMANA	206
CONSIDERAÇÕES FINAIS	220
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	227

LACERDA, L.E.P. **FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL CRÍTICO: DA PERSPECTIVA FORMAL-ABSTRATA À HISTORICIDADE.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio-econômico. Departamento de Pós-graduação em Serviço Social. Curso de Mestrado em Serviço Social.

RESUMO

Buscando subsidiar cientificamente o exercício profissional crítico, pretendemos neste trabalho de pesquisa bibliográfica partir da aparência constitutiva do cotidiano profissional do assistente social, chegando a essência histórica. Para tanto, nos utilizamos do método ontológico-crítico, a todo momento realizando o movimento dialético do universal ao singular, entendendo que este é o método que permite a aproximação mais adequada do problema perquirido, sobre a base de relações concretas e de tendências econômicas de desenvolvimento, encontrando o caminho para a compreensão do objeto em questão. Iniciamos nossa reflexão apreendendo a aparência deste exercício profissional por meio do CFESS (2011), Heller (2008) e Netto (2007). Problematicamos esta aparência, apontando a historicidade como o meio pelo qual se torna possível a apreensão do cotidiano profissional para além da imediatividade. No caminho para a essência, no Capítulo 2 abordaremos as categorias apontadas por Pereira (2009) enquanto causalidades imediatamente ligadas a profissão; o Capítulo 3 é resultado de abstrações mais distantes do objeto de estudo, sendo categorias mais mediadas, sem por isto estarem desatreladas. Após garimpar da realidade tais categorias explicativas, no quarto capítulo, retornamos à reflexão do exercício profissional no cotidiano, agora preenchido por categorias analíticas e aborda-las através de Lukács para a compreensão a práxis social do assistente social vinculada a emancipação humana.

ABSTRACT

This is a bibliographic research study, which aims at subsidizing scientifically the critical professional exercise of social Workers. We use the ontological-critical method, employing the dialectic of universal, particular and singular, according to Karl Marx. Our starting point is the appearance of social Worker's everyday, which will be investigated in its socio-historical and economical basis. Our objective is unveiling the historical essence of that profession, which will be accomplished using Lukács' perception of historicity beyond immediacy. This step will allow us to reveal social service's teleology and causality spheres and understand the manner it is intertwined with the capitalist mode of production and its socio-technical division of labor – which, in their turn, demand the exercise of that profession. Our reflection begins apprehending the appearance of this professional practice through the study of works such as: CFESS (2011), Heller (2008) and Netto (2007). On Chapters 2 and 3 we will approach causal universe of the social Workers' job. In Chapter 2 we will discuss categories mentioned by Pereira (2009) as causalities immediately linked to the profession of social Workers, while Chapter 3 is the result of more mediated concepts. In Chapter 4 we will retake the reflection of professional practice in daily life, now with Lukács' categories and analytical approaches, which are fundamental to understand this social praxis and its linkages to human emancipation.

INTRODUÇÃO

Em nossa experiência enquanto assistente social nos deparamos, tanto na atuação profissional quanto na busca de articulação política da categoria, com colegas que muitas vezes tomam posturas e engendram ações que não correspondem com a perspectiva ético-política assumida pela profissão a partir do pós-ditadura militar, através do movimento *de intenção de ruptura*.

Após anos de atuação profissional, percebemos que ao sairmos da esfera acadêmica e nos reportarmos aos que estão atuando na execução terminal das políticas sociais (NETTO, 2007), há em muitos casos, conforme bem aponta o autor, um distanciamento da leitura crítica da realidade e a adoção de um pensamento sincrético, o que faz com que muitos destes profissionais não consigam desvelar importantes mediações do cotidiano do seu exercício profissional, restringindo-o a respostas mecânicas e imediatas das demandas do cotidiano, pautadas no pensamento superficial característico desta esfera da realidade (HELLER, 2008).

A vida cotidiana, segundo Heller (2008), é o espaço da vida de todo homem, a vida do homem e suas relações sociais, ou seja, onde se participa dela com todos os aspectos de sua personalidade, requerido a todo o momento para dar respostas imediatas diferentes a inúmeras questões. É nesta esfera que o homem acorda, se alimenta, trabalha, volta para casa para, no outro dia, voltar a fazer tudo o que lhe é devido, dando todas as respostas imediatas para as questões necessárias para a reprodução da vida humana. “Nela coloca em ‘funcionamento’ todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, suas paixões, ideias e ideologias” (HELLER, 2008, p. 31). Por sua própria característica de requerer todas as respostas para todas as suas questões, é uma esfera que tende a alienação, de ações repetitivas, cumprimento de rotinas e tarefas, lugar da superficialidade e do senso comum: “Não há vida cotidiana sem espontaneidade, pragmatismo, economicismo, analogia, precedentes, juízo provisório, ultrageneralização, mimese e entonação” (IDEM, p. 56), sobretudo numa sociedade pautada no trabalho alienado que na medida que amplia suas contradições agudiza o estranhamento humano.

Durante nosso exercício profissional, percebemos que a não ruptura com a esfera fenomênica dos fatos cotidianos traz prejuízos ao exercício profissional por falta de clareza das reais relações causais em questão: não estamos diante de um Estado neutro que busca da melhor forma atender aos interesses de todos, estamos diante de um Estado

burguês; a miséria, o desemprego, a dependência química, em suma, as refrações da “questão social” não são construções de indivíduos isolados, sendo, portanto, ele o responsável por sua condição material de vida; é fruto da dinâmica de uma sociedade cindida em classes antagônicas; as políticas sociais não são mecanismos de promoção da igualdade a qual, se aplicada com a técnica “correta”, sanará a necessidade em pauta, mas um espaço em disputa, emergido da luta de classes e que pode sanar necessidades imediatas do trabalhador, mas que jamais deixa de cumprir seu papel requerido pela burguesia de coesão e coerção social para manutenção de uma sociedade que por sua natureza gera desigualdade. O direito a ser efetivado não se restringe a relações legais e burocráticas, ele emerge da luta de classes e é lá que se torna mais profícuo, embora neste plano seja impossível solucionar a desigualdade social e, por isto mesmo, não deva ser a finalidade última. A exploração do trabalho (que nesta sociedade se desenrola enquanto trabalho assalariado) não é natural, nem a do nosso, nem a dos “usuários”, nem o de nenhum ser humano. É ela que gera a desigualdade e precisa ser superada.

Esta apreensão mais apurada dos fatos não pode ser imediatamente apreendida no cotidiano, mas este não elimina a possibilidade de alcançá-la. Explica ainda Heller (2008), que o cotidiano não é necessariamente e exclusivamente alienado, já que a esfera da vida cotidiana é a vida de todo indivíduo e este é sempre ser individual e genérico, já que é o indivíduo que vive e sente suas questões, mas também as mais abrangentes – genéricas. Por mais que os indivíduos não tenham consciência, todos estamos vinculados e compomos o próprio gênero humano e, por mais alheios que estejamos desta esfera, o ser humano não consegue se desenvolver se não for em contato com outros humanos – a comunidade, o gênero humano – e mesmo que não percebamos, nossas ações contribuem para a sua constituição histórica. Por isso que o cotidiano é o ponto de partida de nossa análise, pois é nele que o assistente social individualmente, exerce sua profissão, dentro de uma realidade dada constituída por um conjunto de causas (causalidade) socialmente determinadas, na qual ele está submerso e que, independente de sua vontade, de ter ciência ou não, é onde ocorre sua ação profissional, limitando-a, mas também lhe abrindo infinitas possibilidades de atuação, as quais só podem ser bem utilizadas se apreendidas mediante o pensamento para além da superficialidade, o que não é característica própria do pensamento cotidiano.

Ao não rompermos com esta forma de pensamento, nos vemos tal como o capital requer, enquanto o técnico que cabe encontrar soluções

mágicas para questões insolúveis, o burocratas atuando numa perspectiva descolada da realidade, do contexto histórico. Demonstraremos que exercitar o trabalho no cotidiano profissional numa perspectiva crítica requer que se tome a realidade numa perspectiva de totalidade e historicidade, nos compreendendo enquanto trabalhadores na execução terminal de políticas sociais executadas pelo Estado burguês brasileiro em tempos de capitalismo monopolista (NETTO, 2007), em crise econômica estrutural (MÉSZÁROS, 2009), que nos coloca num período de transição histórica: *socialismo ou barbárie*.

Entender este complexo contexto histórico é fundamental para compreender o trabalho do assistente social: o usuário que requer sua intervenção profissional; o Estado, responsável legal pelo provimento de direitos; a dinâmica social perversa que, em tempos de barbárie, amplia quantitativa e qualitativamente as sequelas da “questão social” na qual somos chamados a intervir profissionalmente na “consecução de direitos”.

Apenas a partir desta base é possível pensar o cotidiano do exercício profissional do assistente social, enquanto trabalhador das políticas sociais no Brasil, vinculado aos compromissos de classe firmados pelo projeto ético-político que vem sendo construído e consolidado pela categoria profissional com o objetivo de exercer sua ação profissional orientada pela emancipação humana, isto no solo árduo que é o cotidiano da vida burguesa em sua época de extrema maturação – capitalismo monopolista em momento de crise estrutural – o que significa compreender-se executor de políticas sociais inseridas em complexos mecanismos de reprodução social que envolve a necessidade do capital monopolista (com contradições hipertrofiadas pela sua maturidade histórica) de se reproduzir, incluindo a extração de superlucros por meio de mecanismos complexos de ampliação da mais-valia, o que apenas é possível por meio da exploração cada vez mais acentuada do trabalhador (redução do seu tempo de trabalho pago), do capital variável, da força de trabalho.

Alheio a esta leitura de realidade, executamos o trabalho em conformidade com a perspectiva burguesa ainda hegemônica neste contexto histórico, posto que reproduzimos a ideologia da classe dominante ao não identificarmos, questionarmos ou nos contrapormos a opressão implícita neste complexo e contraditório processo e acabamos por reproduzir o papel de coesionador social designado ao Estado no âmbito dos monopólios. Estado que gere os interesses do grande capital (numa ação imperialista sobre a América Latina) e do capital nativo – a

burguesia brasileira que a cada período histórico se aliançou com a burguesia internacional em nome de seus interesses particulares (FERNANDES, 2005), com alguns de seus estratos médios, inclusive, vivendo da exploração direta do Estado, do uso do público para a consecução de interesses privados, por meio de uma elite política representativa da burguesia, oriunda de famílias tradicionais que mandam no país desde o Brasil-colônia, somados a estratos altos dos migrantes com uma identificação muito maior com a forma de domínio e interesses das elites.

Assim, buscando inserir o cotidiano do exercício profissional do assistente social na processualidade histórica é necessário compreender que este exercício profissional é uma forma de práxis social mais complexa, demandada pela divisão sócio-técnica do trabalho e, como tal, possui a esfera do por teleológico, da intencionalidade humana; e o da causalidade, do conjunto de causas, neste caso socialmente engendradas, sobre as quais irá se dar o por teleológico, demandado no marco do modo de produção capitalista, um modo de produção particular, fruto de um processo de desenvolvimento histórico do ser social que pressupõe determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas, “[...] este específico modo de produção, historicamente determinado (relações nas quais os homens penetram em seu processo de vida social, na criação de sua vida social), tem um caráter específico, histórico, transitório [...]” (LUKÁCS, 1978, p. 86) calcado na alienação do trabalho e na propriedade privada dos meios fundamentais de produção.

Para compreendermos o cotidiano da práxis social do assistente social, iremos por meio deste trabalho iniciar nossa reflexão apreendendo a aparência deste exercício profissional por meio de uma publicação do CFESS (2011), Heller (2008) e Netto (2007). A partir disto problematizaremos esta aparência e apontaremos a historicidade como o meio pelo qual se torna possível a apreensão do cotidiano profissional para além da imediaticidade por meio de Lukács (1978; 1979; s/d).

No processo de partir da aparência para a essência, iremos abordar por meio dos Capítulos 2 e 3 o universo causal sobre o qual incide o trabalho do assistente social. Aqui, por uma questão expositiva que nada tem a ver com o método, optamos por distinguir a causalidade que conforma o cotidiano do exercício profissional em dois grandes grupos para serem melhor compreendidos em relação ao objeto de estudo em questão: no Capítulo 2 abordaremos as categorias apontadas por Pereira (2009) enquanto causalidades imediatamente ligadas a

profissão do Serviço Social; o Capítulo 3 é resultado de abstrações mais descoladas do objeto de estudo, mas sem por isto estarem desatreladas, que nos levaram a perceber que este universo causal mais rente a profissão fica distorcido se não compreendermos a totalidade de categorias que as subsume. Assim, abordaremos a crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2009; MANDEL, 1985) e buscando ser ainda mais precisos em nossa contextualização, buscamos desvelar algumas peculiaridades fundamentais da América Latina e do Brasil, posto que este exercício profissional se desenvolve no interior do Estado burguês brasileiro, situado na América Latina, continente irmanado pela ação imperialista que sofre, conferindo-lhe especificidades econômicas que caracteriza seu capitalismo como de modelo dependente (FERNANDES, 2005), cuja força de trabalho é submetida ao processo de superexploração (MARINI, 2000).

Finalizando o conjunto de causalidades constitutivas do cotidiano profissional do assistente social, abordaremos o binômio cidadania-direito, apreendidos a partir de Pereira, (2009). Por ser um complexo mais rente à práxis social concreta – atuamos na garantia de direito – localizado ao fim de nossas reflexões acerca das causalidades sociais, posto que a entendemos subsumida às demais. Refletiremos acerca deste binômio tendo em vista o compromisso ético-político da emancipação humana (entendida como construção do comunismo, ou substituição do trabalho assalariado pelo associado).

Após garimpar da realidade tais categorias explicativas que buscam delinear o conjunto causal sobre o qual incide o por teleológico do assistente social, buscamos no quarto e último capítulo retornar a reflexão do exercício profissional no cotidiano, agora preenchido por categorias analíticas e abordar por meio de Lukács (s/d) as categorias fundamentais para a compreensão desta práxis social tão complexa que não incide sobre a natureza, posto que de tão complexificado, intervém em relações sociais e busca interferência no por teleológico de terceiros, tendo especial importância a subjetividade dos sujeitos envolvidos. Neste tocante, nos utilizamos de Iasi (1999) e Carvalho (2011) para refletirmos em linhas gerais o direcionamento da práxis social sobre tais subjetividades, tendo em vista o compromisso ético-político firmado pela profissão e a necessidade histórica de construção do comunismo neste período de transição histórica (MÉSZÁROS, 2009)

Para o exercício de análise ora proposto, que intenta a chegar ao entendimento mais próximo possível da realidade objetiva que compõe o cotidiano do exercício profissional do assistente social, se faz necessário compreender que as questões singulares que compõem a

imediatividade da atuação profissional do assistente social são engendradas por macro-dinâmicas da sociedade capitalista, não sendo resultado dos indivíduos isolados, conforme é conveniente aos monopólios.

Para tanto, buscamos a todo momento realizar mentalmente o movimento da dialética do universal, particular e singular, entendendo que esta é a mais exata determinação do problema através precisamente desta mesma dialética e o reflexo em forma lógica de um fato fundamental: de que o ser é um processo. Assim, através da dialética materialista pretendemos ancorar o exercício profissional do assistente social no campo sócio-histórico, buscando sobre a base de relações concretas e de tendências econômicas de desenvolvimento, encontrar, conforme Marx, o justo caminho para a compreensão do objeto em questão (LUKÁCS, 1978).

Com este trabalho, buscamos extirpar qualquer dúvida quanto a existência de vinculação entre teoria e prática, certos de que a forma como se lê a realidade determina a maneira como nela se opera, e, portanto, convencidos de que a leitura marxiana da realidade leva a práticas profissionais diferencialmente críticas (orientadas por um compromisso de classe e por novo projeto societário), nos propomos através deste trabalho a promover uma análise do cotidiano do exercício profissional do assistente social partindo do entendimento de que: “Na vida cotidiana existem operações mentais ligadas a questões práticas nas quais o particular tem uma função de resultado conclusivo” (LUKÁCS, 1978, p. 110).

Entendemos, portanto, que é possível e necessário desvelar uma imensa riqueza de mediações que compõem o *locus* do exercício profissional e, desta maneira, abrir novas possibilidades de intervenção ao conseguir analisar o singular contexto em que a ação profissional se desenvolve, vinculado com o contexto geral da sociedade capitalista. Sem esta tensão dos pólos – constantemente em contato; sem os membros intermediários que têm a função mediadora, tão rica de contradições, não pode haver uma verdadeira e autêntica aproximação e compreensão adequada da realidade, nenhuma ação guiada corretamente pela teoria. “Daí decorre, igualmente, a relação dialética entre teoria e prática” (LUKÁCS, 1978, p. 111) levando em conta a exata relação dos homens para com a realidade objetiva, tornando possível uma ciência autêntica que oriente uma direção teórica correta da práxis. O movimento do universal ao singular e vice-versa é sempre mediado pelo particular, sendo este um meio com características bem específicas (LUKÁCS, 1978). Desta forma, de acordo com o método marxiano,

para que possamos desvelar para além da imediaticidade o cotidiano profissional, pretendemos partir dele e, através de constantes exercícios de abstração, buscarmos apreender as mediações que vinculam esta aparência a real dinâmica histórica e ao cotidiano retornar, cheio de complexas determinações então desveladas que, melhor compreendidas, potencializam as respostas profissionais.

Para se chegar a este conhecimento, o concreto pensado, de acordo com Lukács (1978), a dialética de universal e particular é a mais exata determinação do problema através precisamente desta mesma dialética e a extinção da dialética é a extinção da análise da realidade desconexa da concepção histórica. É justamente sobre a base de relações concretas e de tendências econômicas de desenvolvimento que Marx encontra apropriada forma metodológica e é nela que pautaremos nossa análise do cotidiano profissional do assistente social por meio de pesquisa bibliográfica da literatura informada.

Desta forma, por entendermos ser nosso papel científico não apenas explicar o mundo, mas transformá-lo, gostaríamos de ressaltar que devido ao fato deste objeto de estudo ser suscitado por uma vivência profissional empírica e do estudo ter sido feito durante o exercício profissional, na luta cotidiana do exercício profissional para os assistentes sociais que primam pelo compromisso ético-político assumido, estaremos, mesmo que no âmbito acadêmico e por meio de uma dissertação de mestrado, travando um diálogo entre “nós”, os profissionais atuantes na execução terminal de políticas sociais (NETTO, 2007), que é para quem estaremos nos remetendo a todo momento, escrevendo no intuito de lhes iluminar caminhos.

Tal situação traz algumas implicações as quais queremos já destacar inicialmente. A primeira é que por se tratar de uma resposta teórico-científica a uma realidade constituída por uma sociedade cindida em classes antagônicas, este trabalho está longe de ser neutro (até porque o Serviço Social descobre já no código de ética de 1986 que a neutralidade axiológica é um mito nada desprezioso). Ele tem, em conformidade com o projeto ético-político da profissão ao qual pretendemos demonstrar sua potência em nos dar respostas, um compromisso claro com a classe trabalhadora e pretende, em conformidade com a tradição científica, reafirmar que a emancipação humana plena apenas é possível em uma sociedade que coloque a satisfação humana – e não a de gerar lucros privados, ou suprir os próprios interesses imediatos – como objetivo central das ações humanas; mas que, ainda assim, embora não seja imediatamente concretizada na implementação de políticas sociais que jamais

emanciparão os homens, atuar pautado neste princípio modifica totalmente a forma como se lê o mundo e suas relações (causalidade que compõe o *locus* profissional do assistente social) e traz impactos diferenciados ao exercício profissional.

Neste processo de desvelamento das categorias que permeiam a práxis social do assistente social em seu cotidiano por meio de abstrações pautadas em referencial bibliográficos, iremos produzir um rol de aportes teóricos para subsidiarmos cientificamente a atuação profissional do assistente social, em conformidade com Lukács¹ (1979) através de uma leitura ontológico-histórica, buscando partir de sua aparência e através de movimentos sucessivos de reprodução do movimento das principais categorias analíticas que conformam a profissão, esgotá-las teoricamente no intuito de retornarmos àquele cotidiano inicial dando-lhe maiores elementos para reflexão e construção de novas ações que potencializem as respostas profissionais na direção apontada pelo projeto ético-político profissional.

¹ No capítulo 1, abordaremos mais detalhadamente esta questão metodológica.

**CAPÍTULO I - DA ESFERA FENOMÊNICA DO COTIDIANO
PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL AO SOLO HISTÓRICO: O
CAMINHO ANALÍTICO DE SUPERAÇÃO DA APARÊNCIA**

Cotidiano

Todo dia ela faz tudo sempre igual:
 Me sacode às seis horas da manhã,
 Me sorri um sorriso pontual
 E me beija com a boca de hortelã.
 Todo dia ela diz que é pr'eu me cuidar
 E essas coisas que diz toda mulher.
 Diz que está me esperando pr'o jantar
 E me beija com a boca de café.
 Todo dia eu só penso em poder parar;
 Meio-dia eu só penso em dizer não,
 Depois penso na vida pra levar
 E me calo com a boca de feijão.
 Seis da tarde, como era de se esperar,
 Ela pega e me espera no portão
 Diz que está muito louca pra beijar
 E me beija com a boca de paixão.
 Toda noite ela diz pr'eu não me afastar;
 Meia-noite ela jura eterno amor
 E me aperta pr'eu quase sufocar
 E me morde com a boca de pavor (...)
 (Chico Buarque em Cotidiano)

E assim, repetindo a mesma estrofe várias vezes, brilhantemente, a estética de Chico Buarque consegue sintetizar e representar o que é a esfera cotidiana dissecada filosoficamente por Heller (2008): a rotina, os fatos previsíveis e o ritmo constante, no qual o ser humano vive a contradição entre o que aspira e o que é real, é onde vive as paixões e se reproduzem as relações que mantêm a sociedade em funcionamento: trabalhamos, voltamos para casa, comemos, dormimos para acordar e repetir tudo de novo nos calando com a “boca de feijão”, muitas vezes fazendo as mesmas coisas esperando resultados diferentes.

A vida cotidiana, segundo Heller (2008), é o espaço da vida de todo homem², a vida do homem inteiro, ou seja, onde se participa com todos os aspectos de sua personalidade, requerido a todo momento para dar respostas imediatas a diferentes questões. De acordo com a estética de Chico Buarque é nesta esfera que o homem acorda, se alimenta, trabalha, volta para casa para, no outro dia, voltar a fazer tudo o que lhe é devido, dando todas as respostas imediatas para as questões imediatas necessárias para a reprodução da vida humana. “Nela coloca em ‘funcionamento’ todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, suas paixões, ideias e ideologias” (Heller, 2008, p. 31).

É nela que o assistente social, em seu exercício profissional, atende individualmente, faz grupos com os usuários, reuniões, planeja, avalia suas ações, emite relatórios e pareceres e recomeça tudo no dia seguinte. Por sua própria característica de requerer todas as respostas para todas as suas questões, é uma esfera que tende a alienação, de ações repetitivas, cumprimento de rotinas e tarefas, lugar da superficialidade e do senso comum: “Não há vida cotidiana sem espontaneidade, pragmatismo, economicismo, analogia, precedentes, juízo provisório, ultrageneralização, mimese e entonação” (IDEM, p. 56).

Heller (2008) explica que a espontaneidade é característica do cotidiano. Quando Chico Buarque descreve a rotina que nosso amigo do cotidiano vive com sua mulher, fica claro que ele já não reflete sobre as suas ações, mas deixa que os fatos transcorram “normalmente”, dentro daquilo que já está instituído. “[...] a assimilação do comportamento consuetudinário, das exigências sociais, dos modismos, a qual, na maioria dos casos, é uma assimilação não tematizada, [o que] já exige para a sua efetivação a espontaneidade” (Heller, 2008, p. 47)

Assim, a execução terminal de políticas sociais muitas vezes se transforma na reprodução muito precarizada (da forma como pode ser) de leis e normas, cujas ações devem seguir critérios e padrões, estritamente, em que o carimbo e o papel se tornam mais importantes que os seres humanos e suas relações.

O pensamento cotidiano costuma restringir-se à superficialidade dos diversos fenômenos heterogêneos que se apresentam. Argumentamos que com o cotidiano profissional do assistente social, o movimento tende a ser o mesmo. O pensamento limitado pela pressão

² Ressaltamos que a autora, de acordo com a tradição marxista, se utiliza do termo “homem” entendendo-o enquanto gênero humano, não o limitando ao gênero masculino.

do dia-a-dia tende a limitar-se em dar respostas automáticas e superficiais a diversas situações singulares que são homogeneizadas a partir de sua superficialidade por meio de instrumentos de gestão de políticas sociais pautadas em um arcabouço jurídico-burocráticos e desta forma organizam a rotina dos serviços que possuem impacto no cotidiano da família proletária: se um usuário vai ser mesmo internado em hospital psiquiátrico; se o parecer da perda da guarda de um filho é favorável ou não; de que forma será notificado o abuso sexual identificado em uma criança usuária do serviço; se a pessoa em situação de rua vai ser acolhida em uma casa de passagem, ou vai ficar a mercê da sorte na madrugada das ruas caóticas das cidades, etc.

As respostas destas questões fazem parte do cotidiano do assistente social e requer um suporte teórico denso que subsidie a leitura das situações em foco do solo histórico deste exercício profissional; e uma habilidade técnica de transformar a leitura da realidade em intervenção profissional coerente, de modo a materializar da forma mais eficiente a satisfação das necessidades sócio-humanas dos usuários.

Tendo em vista que o objeto de estudo deste trabalho é o cotidiano do exercício profissional do assistente social, ora nos dedicaremos a buscar reproduzi-lo teoricamente nas páginas a seguir.

1. BREVE DESCRIÇÃO DA ESFERA FENOMÊNICA DO COTIDIANO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Em conformidade como artigo 2º da lei 8662/93, o CFESS esclarece como o Serviço Social se organiza enquanto profissão:

É uma profissão de nível superior e, para exercê-la, é necessário que o graduado registre seu diploma no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) do estado onde pretende atuar profissionalmente [...] A Lei que a regulamenta é a 8662/93[...] (CFESS, 2011)

Ao classificar o assistente social enquanto “profissional de ensino superior”, já se denota que este é um trabalhador de força de trabalho qualificada (ensino superior) e que, enquanto profissional, trabalha para alguém e com alguma finalidade. Neste tocante, esclarece o CFESS (2011):

[...] A atuação profissional se faz, prioritariamente, por meio de instituições que prestam serviços públicos destinados a atender pessoas e comunidades, que buscam apoio para

desenvolverem sua autonomia, participação, exercício de cidadania e acesso aos direitos sociais e humanos; podem ser da rede do Estado, privada e ONG's; o objeto da atuação profissional, manifestas na pobreza, violência, fome, desemprego, carências materiais e existenciais, dentre outras.

Neste segmento do texto, além de descrever as áreas de atuação, tangencia seus objetivos: “atender pessoas e comunidades, que buscam apoio para desenvolverem sua autonomia, participação, exercício de cidadania e acesso aos direitos sociais e humanos;” (IDEM, 2011). Salientamos que estes são os objetivos para o assistente social, tendo em vista que para o usuário, é o acesso a maior fração da riqueza social para satisfazer necessidades humanas não supridas via mercado que geram as demandas sobre as quais incide a atuação profissional, “manifestas na pobreza, violência, fome, desemprego, carências materiais e existenciais, dentre outras.” (IDEM, 2011). Esta é a demanda do usuário posta historicamente – as sequelas da “questão social” – são necessidades objetivas para a reprodução humana do usuário.

Estas “pessoas” às quais o CFESS se refere são atendidas com ações profissionais que perseguem construir os objetivos apontados pelo trecho citado (“desenvolverem sua autonomia, participação, exercício de cidadania e acesso aos direitos sociais e humanos”) por meio de ações que se dão na esfera cotidiana do exercício profissional do assistente social. Para tanto, são requeridas as diferentes competências e atribuições do assistente social e definidas pela lei 8662/93, sendo que no artigo 4º estão descritas suas competências:

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

IV - (Vetado);

V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar

recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;

VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;

XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. (BRASIL, 1993)

Quanto ao artigo 5º, estabelece suas atribuições privativas, ou seja, exclusivas do assistente social:

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;

III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos

próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;

VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;

IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;

X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;

XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;

XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;

XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.”

Estes artigos ajudam a delinear as ações que compõem o exercício profissional do assistente social no seu cotidiano, durante a execução terminal de políticas sociais, conforme assinala Netto (2007). Assim, este profissional desenvolve um conjunto de ações de gestão de serviços sociais: “planejamentos”; de “execução e a avaliação de serviços sociais”; “organização e administração de benefícios”; “orientações sociais” que dependendo do tipo do serviço geram proposta de intervenção junto aos usuários e sua família, bem como encaminhamentos a outros serviços sócio-assistenciais; reuniões, trabalhos de grupo, etc. no intuito de implementar as políticas sociais, que é o meio pelo qual se materializa na vida do trabalhador o seu direito. Todas estas ações têm o intuito de, enquanto trabalhadores (burocracia) do Estado, implementar políticas sociais, conforme normativas e orientações jurídicas e técnicas, por meio das quais se materializa o direito do usuário previsto legalmente, que, em última, significa a satisfação de suas necessidades.

É através destas ações no âmbito das políticas sociais que, no cotidiano, o assistente social irá lidar com necessidades humanas (não supridas por incapacidade do mercado) engendradas pela dinâmica social, as refrações da “questão social”, tais como “pobreza, violência, fome, desemprego, carências materiais e existenciais”, sendo o Serviço Social uma profissão que tem por característica atuar sobre todas as necessidades humanas de uma dada classe social formada pelos grupos subalternos, pauperizados ou excluídos dos bens, serviços e riquezas da sociedade (CARVALHO, 2011).

Apesar de ter se tornado lugar-comum identificar as situações de espoliação do trabalhador, no que se convencionou chamar de “questão social”, enquanto alvo da intervenção profissional, tal apreensão ocorre de forma difusa, enquanto objeto polifacético e polimórfico para enorme variedade de intervenções profissionais que se dão por meio da implementação de políticas sociais – seja atendendo ou não as diversas questões do imediato, não permitindo que se aprofunde sua reflexão sobre elas e seu trabalho mais amplamente. Isto é próprio da estrutura da esfera cotidiana onde a reflexão raramente sai da superficialidade e aparência.

Desta forma, a diversidade de atividades da vida cotidiana faz desta em grande medida heterogênea e pautada numa visão limitada apenas aos fenômenos do real: se enxerga o pobre, mas não o movimento histórico-econômico que a engendra; conhece-se o adolescente infrator, mas não a dinâmica que o leva a se constituir enquanto tal, etc.

É sobre esta visão fragmentada do real que o assistente social desenvolve atividades no cotidiano, tais como fazer visitas domiciliares, atendimentos individuais e outros no sentido de conhecer melhor o cotidiano das famílias operárias sobre as quais vai incidir sua ação; gerir benefícios; por meio de atendimentos individuais ou em grupo, intervir em variáveis empíricas do cotidiano da família operária; promover e participar de reuniões de planejamento, organização de implementação de ações profissionais conjuntas – com outros membros da equipe ou com os próprios usuários, dentre outros.

A funcionalidade histórico-social do Serviço Social aparece definida precisamente enquanto uma tecnologia de organização dos componentes heterogêneos da cotidianidade dos grupos determinados para ressitua-los no âmbito desta mesma estrutura do cotidiano – o disciplinamento da família operária [...] (NETTO, 2007, p. 96)

Devido a este trabalho que lida com “componentes heterogêneos da cotidianidade”, o trabalho do assistente social é marcado pela própria heterogeneidade de ações característica desta esfera da vida que, de todas as esferas da realidade, é aquela que mais se presta à alienação, já que suas ações e motivações normalmente são efêmeras e particulares, pautadas em breves reflexões, fruto de análises superficiais de senso comum que se restringe apenas a aparência dos fenômenos. “Na cotidianidade aparece como “natural” a desagregação entre aparência e essência.” (HELLER, 2008, p. 57)

Desta maneira, é nesta esfera alienada que o assistente social irá analisar a partir da aparência as demandas que lhe chega e dar respostas às demandas por mecanismos também falsamente compreendidos enquanto instrumentos técnico-burocráticos, perseguindo construir junto com o usuário seus objetivos, os quais foram apontados pelo CFESS (“desenvolver sua autonomia, participação, exercício de cidadania e acesso aos direitos sociais e humanos”), ainda que na maior parte das intervenções tais resultados não sejam obtidos e isto se deve a questões para além do esforço do profissional.

Tais objetivos só podem ser construídos na execução de políticas sociais, que por sua própria natureza, porta algumas possibilidades e limites, incluindo aí os orçamentários e, através das quais desenvolve ações num período em que alguma instituição (pública ou privada) o remunera pelo tempo de trabalho despendido, já que é o assistente social um profissional que precisa vender sua capacidade física e espiritual de trabalho (força de trabalho) no mercado para sobreviver. Ele é mais um assalariado da classe trabalhadora e o CFESS(2011) esclarece quem são os empregadores:

[...] as instituições que têm contratado o (a) Assistente Social, em geral são: prefeituras, associações, entidades assistenciais e de apoio à luta por direitos, sistema judiciário e presidiário, sistema de saúde, empresas, sindicatos, sistema previdenciário, ONG's, centros comunitários, escolas, fundações, universidades, centros de pesquisa e assessoria.

O que denota que este profissional é um assalariado que possui amplo campo de trabalho, conforme Netto (2007), um profissional polivalente, já que pode ser empregado em diversas áreas das políticas sociais, tanto pelo setor público (prefeituras, sistema judiciário e

presidiário), terceiro setor (ONG's) e empresas (Assessoria), devendo atuar:

[...] desenvolvendo ou propondo políticas públicas que possam responder pelo acesso dos segmentos de populações aos serviços e benefícios construídos e conquistados socialmente, principalmente, aquelas da área da Seguridade Social. (CFESS, 2011)

Ocorre que entre a demanda do usuário (suas reais necessidades) e seu atendimento mediante execução de políticas sociais, há um caminho a ser percorrido de análises, reflexões e ações intermediadas por instituições através das quais o assistente social busca construir na realidade o seu trabalho junto ao usuário “para desenvolverem sua autonomia, participação, exercício de cidadania e acesso aos direitos sociais e humanos” (IDEM). Acontece, porém, que esta construção precisa ocorrer no cotidiano do assistente social, que geralmente está sobrecarregado com uma demanda muito maior que sua capacidade de atendimento. Isto acentua a dificuldade do profissional sair da esfera superficial restrita à realização de atividades diversas, rotineiras, o que torna possível falar de “unidade imediata de pensamento e ação na cotidianidade”, característica esta que configura o pensamento cotidiano.

Este pensamento cotidiano é muito bem-vindo para a atuação profissional aprisionada em um “Anel de ferro” oriundo de suas protoformas: o Serviço Social se legitima socialmente por resultantes muito semelhantes à sua protoforma e sua limitação não é endógena a profissão. Assim, as peculiaridades operacionais de sua prática não revelam a profissionalização.

[...] Em suma: a profissionalização, para além de estabelecer a referencia ideal a um sistema de saber, teria representado apenas a sanção social e institucional de formas de intervenção (por isso mesmo, agora implicando a preparação formal prévia para o seu exercício e remuneração monetizada) pré-existentes, sem derivar numa *diferenciação* operatória, mesmo que implicando efeitos sociais delas diversos. (NETTO, 2007, p. 104).

Segundo o autor, a polivalência aparente é a mais nítida consequência da peculiaridade operatória do Serviço Social e, sobretudo, expressão cabal do sincretismo que penetra sua prática. A polivalência aparente típica do Serviço Social não se configurou

enquanto uma opção profissional. Ela plasmou um padrão prático-empírico, sob pressão de duas ordens condicionantes: as expectativas sociais acerca da profissão (herdadas de suas protoformas) e o leque de recursos (materiais e técnicos) que havia que mobilizar para dar cumprimento a intervenção. Tal polivalência serviu também para os profissionais conquistarem espaços sócio-ocupacionais graças a audácia criadora de alguns assistentes sociais.

O autor destaca que esta polivalência expressa o sincretismo envolvido na prática do assistente social aplicável a todo e qualquer âmbito “[...] reiterando procedimentos formalizados abstratamente e revelando sua indiferenciação operatória. Combinando senso comum, bom senso e conhecimentos extraídos de contextos teóricos; [...]” (NETTO, 2007, p. 107).

Enquanto se mostra como padrão recorrente do exercício profissional, não só se apóiam em parâmetros sincréticos, como faz emergir elaborações formal-abstratas sincréticas. Esta natureza sincrética se afirma na imediaticidade e pragmatismo que constituem intervenções que têm como horizonte o espaço do cotidiano. “[...] Como sua eficácia não está hipotecada a exigências de rigor e congruência, mas ao êxito de determinadas manipulações sobre variáveis empíricas, esta prática translada ao complexo profissional o sincretismo nela privilegiado.” (NETTO, 2007, p. 107),

A execução do trabalho profissional pautada por este pensamento superficial não inviabiliza a prática profissional, posto que a profissionalização do Serviço Social não rompeu com sua validação pela eficácia na manipulação de variáveis empíricas e no rearranjo da organização do cotidiano nascida ainda em suas protoformas, no período assistencialista. Assim, o Serviço Social é chamado a atuar sob um aspecto peculiar nas refrações da “questão social”, sua intervenção não se ergueu distinta.

Este aparente paradoxo entre profissionalização do Serviço Social e manutenção da sua forma de intervenção é resolvido no solo histórico: as condições para intervenção sobre os fenômenos sociais na sociedade burguesa consolidada e madura e a funcionalidade do Estado no confronto com as refrações da “questão social” não requerem um profissional que compreenda todo o processo social no qual está inserido seu trabalho, esta compreensão, como demonstraremos, leva a um profissional incômodo a ordem vigente e, por isso, imprescindível. (NETTO, 2007).

De tal modo, de forma fragmentada, o assistente social no cotidiano lida rotineiramente com multiplicidade de demandas sobre as quais, segundo o CFESS (2011):

[...] De modo geral, as instituições que requisitam o profissional de Serviço Social se ocupam de problemáticas relacionadas a: crianças moradoras de rua, em trabalho precoce, com dificuldades familiares ou escolares, sem escola, em risco social, com deficiências, sem família, drogadictas, internadas, doentes; adultos desempregados, drogadictos, em conflito familiar ou conjugal, aprisionados, em conflito nas relações de trabalho, hospitalizados, doentes, organizados em grupos de interesses políticos em defesa de direitos, portadores de deficiências; idosos asilados, isolados, organizados em centros de convivência, hospitalizados, doentes; minorias étnicas e demais expressões da questão social. Devido à experiência acumulada no trabalho institucional, a (o) Assistente Social tem-se caracterizado pelo seu interesse, competência e intervenção na gestão de políticas públicas e hoje contribuindo efetivamente na construção e defesa delas, a exemplo do Sistema Único de Saúde - SUS, da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, participando de Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais, bem como das Conferências nos 3 níveis de governo, onde se traçam as diretrizes gerais de execução, controle e avaliação das políticas sociais.

Destarte, o primeiro ponto a destacar se refere a multiplicidade de demandas que lhe chega e que é atendida de forma fragmentada (Netto, 2007) - e que se referem a gestão de situações complexas - da mesma proporção em que as políticas sociais vêm dividindo os níveis de complexidade os serviços destinados a atender tais questões. Este atendimento que o assistente social faz diante das diversas facetas da “questão social” faz com que este profissional trabalhe com uma gama variada de pessoas, nas mais variadas situações, com as mais variadas necessidades não supridas, que o usuário visa a enfrentar através dos serviços sociais que o assistente social executa. Tais demandas atendidas de forma fragmentada demonstram a maneira como a “questão social” é reconhecida e abordada (fragmentadamente) e que reflete no

exercício profissional do assistente social criando e recriando a perspectiva sincrética. (NETTO, 2007).

Diante desta complexidade que permeia a ação profissional do assistente social e a trajetória histórica da profissão, esta requer e constrói para si exigências quanto a sua formação, conforme expressa o CFESS (2011):

A formação do (da) Assistente Social é de cunho humanista, portanto, comprometida com valores que dignificam e respeitam as pessoas em suas diferenças e potencialidades, sem discriminação de qualquer natureza, tendo construído como projeto ético/ político e profissional, referendado em seu Código de Ética Profissional, o compromisso com a Liberdade, a Justiça e a Democracia. Para tal, o (a) Assistente Social deve desenvolver como postura profissional a capacidade crítica/reflexiva para compreender a problemática e as pessoas com as quais lida, exigindo-se a habilidade para comunicação e expressão oral e escrita, articulação política para proceder encaminhamentos técnico-operacionais, sensibilidade no trato com as pessoas, conhecimento teórico, capacidade para mobilização e organização.

No trecho citado estão imbricadas algumas das demandas que a sociedade faz deste profissional no campo de sua formação: seus conhecimentos (capacidade crítica/reflexiva para compreender a problemática e as pessoas com as quais lida); o trecho também deixa transparecer os valores (o compromisso com a Liberdade, a Justiça e a Democracia) que nortearão sua ação profissional – que em termos normativos, materializa-se no Código de Ética Profissional do Assistente Social - e fala também de sua própria ação profissional (habilidade para comunicação e expressão oral e escrita, articulação política para proceder encaminhamentos técnico-operacionais) regulamentada pela lei nº8662/93.

Vamos aqui explorar um pouco mais as opções éticas desta profissão, que expressa também as posturas que a sociedade requer deste profissional, explorando seu código de ética. Em sua introdução, retoma e reafirma a ultrapassagem da neutralidade axiomática e ressalta o novo perfil de profissional requerido para os compromissos éticos que ora a categoria se propõe:

[...] o Código de Ética Profissional de 1986 foi uma expressão daquelas conquistas e ganhos, através de dois procedimentos: negação da base filosófica tradicional, nitidamente conservadora, que norteava a "ética da neutralidade", e afirmação de um novo perfil do técnico, não mais um agente subalterno e apenas executivo, mas um profissional competente teórica, técnica e politicamente. (BRASIL, 1993)

Ao ultrapassar a "ética da neutralidade" e requerer um profissional com competência teórica e política, percebe-se a necessidade de se optar por um projeto de sociedade ao qual a ação profissional irá se vincular (já que se descartou a neutralidade da ação profissional). A introdução do código de ética irá explicitá-lo:

De fato, construía-se um projeto profissional que, vinculado a um projeto social radicalmente democrático, redimensionava a inserção do Serviço Social na vida brasileira, compromissando-o com os interesses históricos da massa da população trabalhadora (Idem, 1993)

E dentro deste projeto, ainda destaca alguns valores fundantes, já oriundos do código de ética de 1986:

Reafirmando os seus valores fundantes - a liberdade e a justiça social -, articulou-os a partir da exigência democrática: a democracia é tomada como valor ético-político central, na medida em que é o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade. É ela, ademais, que favorece a ultrapassagem das limitações reais que a ordem burguesa impõe ao desenvolvimento pleno da cidadania, dos direitos e garantias individuais e sociais e das tendências à autonomia e à autogestão social. (BRASIL, 1993)

E explicita a preocupação de vincular tais princípios à normatização do fazer profissional do assistente social, demonstrando que eles devem ter implicações práticas.

[...] cuidou-se de precisar a normatização do exercício profissional de modo a permitir que aqueles valores sejam retraduzidos no relacionamento entre assistentes sociais, instituições/organizações e população, preservando-se os direitos e deveres profissionais,

a qualidade dos serviços e a responsabilidade diante do usuário. (Idem)

E, por fim, nos dá uma preciosa pista acerca do caminho teórico a seguir para uma compreensão mais profunda destes compromissos ético-políticos ora fundados:

[...] compreensão de que a ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social: os valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora tipificada no processo de trabalho. É mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente; é por esta socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade. Esta concepção já contém, em si mesma, uma projeção de sociedade - aquela em que se propicie aos trabalhadores um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação. É ao projeto social aí implicado que se conecta o projeto profissional do Serviço Social - e cabe pensar a ética como pressuposto teórico-político que remete para o enfrentamento das contradições postas à Profissão, a partir de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional. (ibidem)

Após esta elucidativa introdução, o código de ética do assistente social irá elencar 12 princípios nos quais devem pautar a ação profissional do assistente social, alguns deles consistindo em conceitos reconhecidos pela sociedade burguesa no âmbito da emancipação política; outros vinculados a emancipação humana, para além do marco do capital:

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;

- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero;
- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

Diante de valores inexecutáveis em sua totalidade de forma imediata no âmbito das políticas sociais, nos parece que se torna necessário refletir mais profundamente, pois a permanência na aparência nos faz entender que tais valores jamais poderão subsidiar ações decorrentes de uma profissão que vigora no âmbito das relações capitalistas monopolistas. Neste ponto, convidamos o leitor a iniciar o que Heller (2008) chama de “suspensão da cotidianidade”. Sabemos que o cotidiano é uma esfera heterogênea e suspender a cotidianidade significa, justamente, promover a homogeneização, chamar,

parafrazeando Lukács (apud Heller, 2008), o “leitor inteiro³” para começar a desvelar esta aparência da profissão.

Este processo de homogeneização, segundo a autora, possui três exigências: concentrar toda nossa atenção para uma única tarefa; suspender qualquer outra atividade enquanto a executa e empregar toda a individualidade humana na resolução de uma determinada tarefa; e que se dissipe a individualidade “na atividade humano-genérica que escolhemos consciente e autonomamente, isto é, enquanto indivíduos” (HELLER, 2008, p. 44)

Sair do cotidiano significa sair do plano superficial, individual, para penetrar nas esferas mais profundas e gerais que desvelem a dinâmica social mais geral e suas múltiplas determinações (a esfera humano-genérica). No caso deste trabalho, convidamos o leitor a seguir conosco neste breve desvelamento de algumas das múltiplas determinações que materializam o objeto do estudo em questão.

Para iniciarmos este processo de compreensão para além da aparência do cotidiano do exercício profissional do assistente social, vamos pegar uma pista que o CFESS nos oferece. Ele aponta a estreita vinculação entre dinâmica da realidade social e as transformações na profissão e no fazer profissional: “Desde seus primórdios aos dias atuais, a profissão tem se redefinido, considerando sua inserção na realidade social do Brasil” (CFESS, 2011). E ainda vincula sua função na sociedade a esta dinâmica: “entendendo que seu significado social se expressa pela demanda de atuar nas sequelas da questão social brasileira, que em outros termos, se revela nas desigualdades sociais e econômicas.” (IDEM)

Assim, sendo um profissional cujo significado tem vinculação com “sua inserção na realidade social do Brasil”, sendo demandado para atuar nas sequelas da “questão social”, iniciamos aqui os primeiros passos para buscarmos compreender o que é, no contexto da sociedade capitalista brasileira contemporânea, ser um assistente social – que até aqui descobrimos ser um profissional de ensino superior assalariado que trabalha, pautado num projeto ético-político, na promoção da autonomia dos usuários através da execução de serviços sociais (execução, gestão, planejamento, participação nos conselhos, etc.) que compõem políticas sociais públicas e privadas, sendo o Estado o principal responsável – para, então, buscarmos identificar algumas categorias-chave para a sua compreensão.

³ Lukács fala do homem inteiro: com toda sua atenção, individualidade, etc.

2. PROBLEMATIZAÇÕES ACERCA DA “APARÊNCIA” DO SERVIÇO SOCIAL

Nas reflexões acerca do Serviço Social, ficou estabelecida conexão peculiar entre seu atribuído (ou suposto) fundamento científico e o seu estatuto profissional. Predominam concepções que hipotecam a configuração profissional institucional a uma espécie de “maturidade científica do Serviço Social”, desconsiderando o primordial: que a profissão emergiu a partir de demandas históricas macroscópicas da sociedade capitalista. (NETTO, 2007)

Sua emersão enquanto profissional, requeridas por uma situação histórica diversa do que em qualquer momento pretérito (agora estamos falando na era monopólica, do capital no comando das relações humanas globais), recoloca o mesmo pragmatismo do exercício profissional do assistente social (a manipulação das variáveis empíricas do cotidiano da família proletária), mas agora pautado por uma suposta cientificidade, que se restringia a identificação das variáveis manipuláveis por ordem de importância e a manipulação e formas de manipulação desta variável. Este aspecto técnico-operacional abriu campo ao Serviço Social para uma prática sincrética como exercício prático-profissional oriundo da própria natureza sócio-profissional e sua carência de um referencial teórico crítico-dialético.

Três são os fundamentos objetivos da estrutura sincrética do Serviço Social: o universo problemático original que se lhe apresentou como eixo de demandas histórico-sociais, o horizonte de seu exercício profissional [cotidiano “do usuário”] e a sua modalidade específica de intervenção [prático-empírica] (NETTO, 2007, p. 92)

Segundo o autor, apesar da desistoricização da forma de compreensão da profissão, já se tornou lugar-comum, conforme já pontuamos, identificar as demandas sócio-históricas que fez emergir o Serviço Social enquanto profissão no que se convencionou chamar de “questão social” e isto se justifica com o ingresso na era imperialista que fez crescer exponencialmente as refrações da “questão social”, que progressivamente não nos restou um só aspecto da convivência societária que escape a elas. Daí a possibilidade abstrata de “recortar” qualquer segmento da vida social como legítimo setor de intervenção profissional do assistente social. Neste período há a refuncionalização

do Estado burguês dada sua estreita vinculação aos interesses das grandes corporações que:

[...] acarretou mais que a crescente e burocrática institucionalização das intervenções preventivas/corretivas sobre aquelas refrações: tendeu a operacioná-las segundo estratégias globais (de classes), que tanto as reproduzam ampliadamente quanto respondem, num sentido integrador, às pressões geradas por elas [...] (NETTO, 2007, p. 93).

Devido ao aprofundamento das refrações da “questão social”, seu enfrentamento se dá de forma seletiva, pautada na fenomenalidade atomizada da “questão social”, a partir da mais superficial das intervenções, sem se dar conta da “[...] teia em que a vê enredada se entretece de fios econômicos, sociais, políticos, culturais, biográficos, etc., que, nas demandas a que deve atender, só passíveis de desvinculação mediante procedimentos burocrático-administrativo.” (NETTO, 2007, p. 94).

Mas apesar da homogeneização que artificialmente é realizada mediante procedimentos burocráticos (delimitação dos “problemas”, “público-alvo” e dos recursos a serem alocados) persiste a ineliminável heterogeneidade das situações. Daí que dentro da lógica hierárquica e mecânica instituída no jogo institucional, as necessidades humanas não supridas, em decorrência da exploração do trabalho – cerne da (re)produção da “questão social” – são fragmentadas em diversas políticas públicas pontuais: assistência social, saúde, educação, habitação. O atendimento às mínimas necessidades humanas não supridas pelo mercado e é desta maneira fragmentada que buscamos enfrentar as situações que impedem seu suprimento: um profissional remete as sequelas da “questão social” que não fazem parte das atribuições prescritas nos limites do serviço institucional para outras instâncias, mesmo que para outro assistente social.

Esta forma de intervenção requer um conhecimento que se mostre diretamente instrumentalizável. Com isso, ao invés de exigir um conhecimento capaz de destrinchar o movimento concreto da realidade, restringe-se a paradigmas explicativos aptos a permitirem um direcionamento a processos sociais tomados segmentarmente; a segunda refere-se à reposição intelectual do sincretismo que se legitima no exercício profissional limitada a manipulação de variáveis empíricas, numa linha de análise formal-abstrata, terreno fértil ao ecletismo teórico que é o sincretismo profissional.

Assim, de acordo com Netto (2007) a intervenção do assistente social foi historicamente formulada numa perspectiva formal-burocrática, inevitavelmente unilateral e unilateralizante, desconsiderando a historicidade da qual se desenrola seu exercício profissional e obscurecendo a luta de classes.

[...] verifica-se, portanto, que a problemática que demanda a intervenção operativa do assistente social se apresenta, em si mesma, como um conjunto sincrético [...] deixando na sombra a estrutura profunda que é a categoria ontológica central da própria realidade social, a totalidade. (NETTO, 2007, p. 95).

Segundo o autor, apenas isto não determinaria a estrutura sincrética do Serviço Social e ressalta o fato do horizonte que baliza a intervenção profissional: “seu material institucional é a heterogeneidade ontológica do cotidiano (NETTO, 2007, p. 96) que não favorece “suspensões” ou operações de “homogeneização”.

Esta atuação, potencializada pelo seu papel histórico, irá desenvolver seu exercício profissional sobre a pseudo-objetividade própria da sociedade burguesa, fundada sobre o fetichismo mercantil, como padrão fenomênico de suas relações. Tal processo:

[...] no plano intelectual, responde pelo aviltamento da razão teórica, que se cinde nos pólos, tão complementares como opostos, do irracionalismo, que Lukács (1968) figurou como ‘a destruição da razão’, e da razão formal-burocratizada, que Coutinho (1972) sinalizou como ‘miséria da razão’. (NETTO, 2007, p. 101)

Este “repertório técnico” pauta sua racionalidade nas regularidades sociais aparentes da ordem burguesa, na transcrição imediata da realidade no plano do pensamento formal-abstrato, aptos a fornecer uma explicação coerente e encontrar formas interventivas com graus variáveis de eficácia, não rompendo com a superficialidade da sociedade burguesa. No plano teórico, em pouco ultrapassa o senso comum formulando algumas sistematizações, mas descolado do terreno histórico; quanto à intervenção, identifica nexos causais e variáveis prioritárias para intervenção técnica, desde, porém, que a ação sobre elas vier a incidir não vulnerabilize a lógica medular da reprodução das relações sociais.⁴

⁴ Conforme veremos a diante, todas as mediações de segunda ordem que Mészáros (2009) apontam como fundamentais de ser radicalmente

Enquanto se mostra como padrão recorrente do exercício profissional, não só se apóiam em parâmetros sincréticos, como faz emergir elaborações formal-abstratas sincréticas. Esta natureza sincrética se afirma na imediaticidade e pragmatismo que constituem intervenções que têm como horizonte o espaço do cotidiano e nada além dele. “[...] Como sua eficácia não está hipotecada a exigências de rigor e congruência, mas ao êxito de determinadas manipulações sobre variáveis empíricas, esta prática translada ao complexo profissional o sincretismo nela privilegiado.” (NETTO, 2007, p. 107).

E tal êxito, por sinal não nos parece estar vinculado a garantia de direitos dos usuários, pois, independentemente do que se queira, a realidade tem sua própria dinâmica - expressos em dados e sentidos no cotidiano - e se reproduz de acordo com suas próprias leis, materializando-se, na esfera do cotidiano em expressões aparentes, nas mais variadas sequelas da “questão social” que afetam a todos nós, mas mais brutalmente as famílias usuárias dos serviços que os assistentes sociais executam: nas pessoas em situação de violência, com transtorno mental, em situação de miséria, em situação de rua ou em serviço de acolhimento institucional (etc.), ou todos eles juntos em uma única família, como geralmente se vê, o que, entendemos, tem uma origem em comum, que defendemos ser a exploração do trabalho e a propriedade privada dos meios fundamentais de produção.⁵

É no cotidiano, portanto, que se promove a reprodução social. Em outras palavras, é nele que ocorre todos os dias, a cada instante, a reposição das relações sociais que compõem esta sociedade. Ao falarmos assim da “sociedade” e de sua “dinâmica própria”, corre-se o risco de cair num pensamento abstrato como se ela tivesse vida própria, independente da ação humana.

Para podermos compreender como a sociedade efetivamente é e funciona, recolocando o homem como agente da história, precisamos recompor no pensamento como que o ser humano - ao buscar suprir suas necessidades (do corpo e do espírito) através de sua ação concreta (trabalho) sobre a realidade, constrói a sociedade em que vivemos hoje. Para tanto, precisamos situar estas relações dentro da processualidade

transformadas para a construção histórica de uma sociedade não antagônica permanecem intocados.

⁵ Embora isso ocorra em níveis muito diferentes com desdobramentos igualmente diversos, o que inviabiliza, por exemplo qualquer tentativa de comparação da vida, do entendimento e das escolhas do profissional com as do usuário, visto que as realidades vividas no cotidiano são totalmente diferentes.

histórica, pois não se trata de uma sociedade qualquer. Estamos falando da sociedade capitalista que nada mais é do que a maneira particular da humanidade se organizar na atualidade para suprir suas necessidades, em termos marxianos, o capitalismo é seu modo de produção.

Portanto, para podermos situar o trabalho do assistente social na realidade, faz-se necessário vinculá-lo ao terreno histórico e, para tanto, compreendemos que o pensamento ontológico-histórico apresenta uma perspectiva salutar, conforme exporemos no tópico a seguir.

3. SOLO HISTÓRICO: O CAMPO PROFÍCUO PARA A COMPREENSÃO DO COTIDIANO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Fizemos até agora o exercício de tentarmos reconstituir o que há de aparente da profissão de Serviço Social na sociedade brasileira contemporânea e concluímos que o assistente social é um profissional assalariado que atua na execução de políticas sociais, no enfrentamento das refrações da “questão social”, no intuito de garantir direitos contribuindo para a construção da autonomia do usuário e de comunidades, pautado em um projeto ético-político.

Porém, quando contrastamos esta aparência do exercício profissional do assistente social com o movimento da realidade, percebemos que há uma imensa distância entre o que o assistente social se coloca como objetivo e a dinâmica do mundo real, já que vivenciamos uma realidade social cada vez mais caótica, apesar do assistente social buscar garantir direitos a fim de acabar com a desigualdade social⁶. Desta maneira, há alguns elementos da realidade (categorias) que permeiam esta profissão cuja compreensão se limita a aparência e não reflete com fidedignidade o real, necessitando de esclarecimentos científicos – desmistificação.

Para tanto, optamos pela perspectiva ontológico-histórico (Lukács, 1979) por entendermos ser este capaz de ir para além da aparência dos fenômenos cotidianos, ao situá-los no solo histórico, conforme argumentaremos neste capítulo.

Para superar a aparência do exercício profissional e desvendar cientificamente o seu cotidiano, nos propomos a buscar alguns dos seus principais nexos causais por meio de estudos bibliográficos e pautados em nossa experiência profissional, por meio da tradição marxista, ultrapassando a perspectiva de produção de conhecimento enquanto

⁶ Tema do dia do Assistente Social proposto pelo CFESS em 2010.

reprodução da aparência dos fenômenos, buscando, antes, produzi-los colado no campo histórico, entendido enquanto processo pelo qual o homem se constitui enquanto homem – ser social constituído sobre uma base biológica - por meio da interação do homem com a natureza mediante o trabalho.

A busca de superar a aparência do exercício profissional presente no cotidiano, através da perspectiva ontológico-histórica como Marx promoveu no decorrer de suas obras – significa assumir o desafio de tecer críticas radicais para explicar o processo de desenvolvimento da humanidade, tendo como ponto de partida o trabalho enquanto categoria fundante do homem, e neste processo explicativo, buscar elementos que possam elucidar o cotidiano profissional e apontar para alternativas no exercício profissional, orientadas por um projeto ético-político.

Para pensar a intervenção profissional do assistente social neste árduo solo histórico que o requer, não podemos pensar de maneira linear, progressiva e constante, mas de forma dialética, apreendendo as contradições sociais, para que se torne possível a apreensão do real com seus limites e possibilidades. Neste sentido, Lukács (1979) ressalta o aprofundamento vital que Marx promoveu em relação à filosofia de Hegel no que se refere à categoria “contradição”. Para Marx esta é a força motriz do desenvolvimento histórico, pois elas são reais, existem objetivamente e não podem ser superadas, “reconciliadas”. As contradições se tensionam entre si, mas criam condições dentro da qual pode se mover.

“[...] Com efeito, a contradição – e Marx o diz com grande clareza – pode também ser veículo de um processo do decurso normal; a contradição se revela como princípio do ser precisamente porque é possível apreende-la na realidade enquanto base de processos também desse tipo” (LUKÁCS, 1979, p. 22).

Desta forma, buscaremos desvelar contradições que permeiam o cotidiano profissional do assistente social, e, em conformidade com Marx, buscar recusar conexões construídas no abstrato e estabelecer como critério de verdade o empirismo, mas não um empirismo ingênuo que se limita a descrever a aparência dos fenômenos, e sim aquele que parta das relações sociais para se chegar a essência histórica mediante a reconstrução do movimento das categorias no pensamento. Desta forma, [...] toda apreensão de um nexos, não são simplesmente fruto de uma elaboração crítica na perspectiva de uma correção factual imediata; ao contrário, partem daqui para ir além, para

investigar ininterruptamente todo o âmbito factual na perspectiva do seu autêntico conteúdo do ser [...]” (IDEM, p. 24)

Neste tocante, Lukács (1979) assinala que este reconstituir fielmente os fatos no pensamento pode levar a aderência pragmática aos fatos, desconsiderando mediações efetivamente existentes, só que com menos imediaticidade, resultando frequentemente numa falsificação dos fatos fetichisticamente.

Na vida cotidiana os fenômenos geralmente ocultam a essência do seu próprio ser, posto que as passagens e conversões dialéticas entre universalidade e particularidade e entre singularidade e particularidade é pouco desenvolvida no modo de pensar da cotidianidade. Assim, diversas mediações do cotidiano profissional são ocultadas, levando a distorções na forma de interpretar a realidade (sincretismo) na qual o profissional é chamado a intervir e, assim, as formas de intervenção muitas vezes são equivocadas no sentido de fazer uma leitura de realidade desconexa, pautada em preconceitos e fetiches do real e manipular variáveis equivocadas do cotidiano do usuário, o que muitas vezes se desdobra em intervenções infrutíferas, chegando muitas vezes a culpabilização e inclusive punição dos usuários, tendo rebatimentos que podem vir a marcar para sempre sua vida.

Buscando superar estas situações, pretendemos recuperar a processualidade que desencadeia as questões que permeiam o exercício profissional do assistente social, visto que “[...] Precisamente, quando se trata do ser social, assume um papel decisivo o problema ontológico entre fenômeno e essência.” (LUKÁCS, 1979, p. 24).

Para sair da aparência do fenômeno há que se desvelar suas complexas conexões, a totalidade que lhe deu origem, resgatando, desta forma, sua perspectiva ontológica. Isto porque depois de acabado, o resultado faz desaparecer o processo que deu sua gênese no âmbito imediato, cabendo a ciência desvelar este processo partindo da forma “acabada” aparente no cotidiano e refazer seu processo de gênese. Cumpre lembrar que para o ser social, o processo genético é teleológico, ou seja, posto em movimento por uma intencionalidade sobre uma base real. É precisamente isto o que os ideólogos burgueses querem obscurecer (para eternizar esta ordem social) e o que Marx busca evidenciar (para resgatar a processualidade histórica como fruto da práxis humana e, portanto, demonstrar sua transitoriedade).

Desta maneira, conforme Marx, não buscaremos construir um sistema lógico de interpretação, mas, ao contrário, usar a lógica como instrumento de captar a realidade reproduzindo-a no pensamento na

totalidade do seu ser, em todas as suas intrincadas e múltiplas relações, no grau da máxima aproximação possível. Esta totalidade não é um fato formal do pensamento, mas a reprodução mental do que realmente existe, tal como procedia o filósofo alemão.

A afirmação filosófica de Marx, portanto, tem aqui a função de crítica ontológica a algumas falsas representações, ou seja, tem por meta despertar a consciência científica no sentido de restaurar no pensamento a realidade autêntica, existente em-si. (LUKÁCS, 1979, p. 27)

Neste sentido, pautados em Lukács (1979), recorreremos à tradição marxista por entendermos que ela instituiu um modo de cientificidade e ontologia, destinados a apreender a forma como efetivamente funciona a realidade a partir do entendimento do trabalho como “categoria fundante”, ou seja, que é a partir dele que se desdobra as demais categorias de explicação da realidade, estando no centro da análise do homem e da sociedade que ele produz. Assim, Marx, quando opta por romper com o pensamento abstrato e constituir uma filosofia materialista, vê no trabalho a “ponta do novelo” do desvelar da realidade social posta, desdobrando dela todas as demais, sendo o processo do homem se fazer homem por meio do trabalho, o próprio movimento histórico. Em outras palavras, o trabalho foi a forma encontrada para elucidar o “complexo concreto” que compõe a sociabilidade como forma de ser, pois somente ele possui um lugar tão privilegiado no processo de construção da realidade e no salto da gênese do ser social.

O homem, tanto quanto o animal, transforma a natureza para o provimento de suas necessidades, mas há aí uma diferença qualitativa fundamental, a teleologia – capacidade de projetar o resultado do trabalho a respeito da qual, diz Marx (apud LUKÁCS, 2011, p. 07):

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha realiza operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria

natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade.

Deste modo, é através do trabalho que o homem irá imprimir conscientemente:

[...] ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato fortuito. Além do esforço dos órgãos que trabalham é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho. (MARX, 2002, p. 212)

Assim, é enunciado o trabalho como categoria ontológica fundante do homem, pois é através dele que se realiza, no âmbito do ser material, uma posição teleológica (uma intencionalidade) que dá origem a uma nova objetividade. Desta forma, por ser uma das poucas maneiras do homem se objetivar, o trabalho se torna o modelo de toda práxis social, até às mais complexas, como no caso do assistente social.

Esta práxis é fruto da ação humana direcionada por uma intencionalidade posta em movimento na realidade concreta, o que requer da teleologia uma natureza interventiva, um “por” que, neste caso, não significa simplesmente tomar consciência. Ao contrário, aqui, com o ato de por, a consciência dá início a um processo real, exatamente ao processo teleológico.

Assim, o por tem, neste caso, um ineliminável caráter ontológico. Em consequência, conceber teleologicamente a natureza e a história implica não somente que estas têm um fim, estão voltadas para um objetivo, mas também que a sua existência e o seu movimento no conjunto e nos detalhes devem ter um autor consciente. (LUKÁCS, 2011, p. 09)

Este autor consciente – o homem – apenas consegue por em movimento na realidade sua intencionalidade (teleologia) através do trabalho que é desenvolvido para sanar alguma necessidade humana – do corpo ou do espírito. Nas palavras de Marx (apud LUKÁCS, 2011, p. 12):

[...] o trabalho não é uma das muitas formas fenomênicas da teleologia em geral, mas o único lugar onde se pode demonstrar ontologicamente a presença de um verdadeiro por teleológico como momento efetivo da realidade material.

Esta intencionalidade apenas pode ser posta em movimento em uma realidade objetiva existente independente da vontade do indivíduo (embora em muitos casos seja também construção humana) - a causalidade. Esta é um princípio de movimento autônomo que repousa sobre si mesmo e que mantém este caráter mesmo quando uma série causal tenha o seu ponto de partida num ato da consciência, já que, através do trabalho, põe-se em movimento determinados aspectos da realidade no sentido de construir o resultado previamente idealizado, mas este aspecto da realidade possui sua forma própria e independente da vontade humana de existir e de reagir a sua intervenção.

Desta maneira, a teleologia (idealização) é posta em movimento na causalidade (realidade objetiva) através do trabalho humano, sendo este a ligação entre estas categorias que, dialeticamente, se contrapõem e se condicionam. Nas palavras de Lukács (1979, p. 14),

[...] Sem dúvida, estas [teleologia e causalidade] permanecem contrapostas, mas apenas no interior de um processo real unitário, cuja mobilidade é fundada na interação destes opostos e que, para produzir essa interação enquanto realidade, deve transformar a causalidade, sem alterar a sua essência, em uma causalidade igualmente posta (pelo sujeito).

E exatamente aqui se revela a inseparável ligação das categorias causalidade e teleologia, que em si mesmas são opostas e que, quando tomadas abstratamente, parecem excluir-se mutuamente. Com efeito, a busca dos meios para realizar o fim não pode deixar de implicar um conhecimento objetivo acerca da criação daquelas objetividades e dos processos cujo por em movimento pode levar a alcançar o fim posto.

De tal modo, temos a intenção de analisar o exercício profissional do assistente social no cotidiano enquanto uma modalidade do trabalho humano, muito mais complexo (práxis social), e, como tal, composto por teleologia e causalidade social, sendo a ciência a forma de buscar conhecer a causalidade para que o homem possa submetê-la a suas necessidades.

Dado que a finalidade última da atividade científica é prática, ou seja, consiste em dominar os processos naturais e sociais para o aproveitamento do homem, a descoberta e explicação de relações causais [...] (DIETERICH, 1999, p. 153).

Para cumprir esta tarefa prática, Marx (apud Lukács, 1978) “[...] considera como importante tarefa da ciência estudar e descrever, de um

modo historicamente concreto, mas sem preconceitos esquemáticos e com exatidão estas relações e suas transformações [...]” (LUKÁCS, 1978, p. 91-92), compreendendo as contradições concretas como casos concretos e expressão do real. Assim, a dialética materialista leva à consciência a exata relação dos homens para com a realidade objetiva, tornando possível uma ciência autêntica que de uma direção teórica correta à práxis.

Segundo Lukács (1979), a busca pela causalidade tem uma dupla função: de um lado evidencia aquilo que se faz presente *em si* nos objetos em questão, independentemente de toda consciência; de outro lado, descobre neles aquelas novas conexões, novas possíveis funções que, quando postas em movimento, tornam efetivável o fim teleologicamente posto. “No ser-em-si da pedra não há nenhuma intenção, e até nem sequer um indício da possibilidade de ser usada como faca ou como machado” (LUKÁCS, 2011, p.15).

Seguindo o mesmo raciocínio, consideradas as diferentes complexidades da pedra e daquelas que compõem o cotidiano do exercício profissional do assistente social, temos por objetivo esclarecer algumas das categorias que compõem a causalidade sobre a qual incide o exercício profissional para que os assistentes sociais possam compreender melhor seu cotidiano profissional e orientá-lo à perspectiva crítica a qual a profissão optou.

Tendo em vista que tanto teleologia quanto causalidade (em uma sociedade tão complexa em que a base social se sobrepõe quase de forma aniquiladora sobre a base biológica) são fruto da atividade humana sensível, como práxis, construindo um tempo histórico, vivido pelos seus agentes em um cotidiano aparentemente desconexo da totalidade histórica, queremos refletir o cotidiano do assistente social conectado e retroalimentado pela historicidade.

Devido ao caráter histórico da constituição do gênero humano, pactuamos com Engels (apud Lukács, 1978), que entende como único método para tanto é o lógico, o método histórico. Ali onde começa a história deve começar também a cadeia do pensamento e o desenvolvimento deste não é mais que o reflexo em forma abstrata e teoricamente consequente da trajetória histórica. Deste modo, temos que considerar que toda imediatez possui um caráter social, inclusive aquela do fazer profissional do assistente social, e esta é a forma como as mediações largamente absorvidas aparecem e devem ser apreendidas pelo pensamento superando a imediatez, indo para o plano conceitual. Os caminhos do pensamento para o conhecimento são

reflexos do desenvolvimento objetivo. É sobre ele que falaremos no próximo tópico.

4. O CAMINHO TEÓRICO PARA O DESVELAMENTO DO COTIDIANO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Para resgatarmos a historicidade da análise do exercício profissional do assistente social em seu cotidiano, partimos do pressuposto de que na centralidade destas relações, na sociedade capitalista, está a necessidade de reprodução ampliada dos lucros dos capitalistas – em detrimento das necessidades humanas – através da exploração do trabalho, também ampliada. Entendemos, então, que se faz necessário um esforço para situarmos brevemente o assistente social no tempo e na história - na sociedade capitalista contemporânea – e neste contexto, compreender os elementos que compõem o seu exercício profissional:

Sendo o trabalho a categoria fundante do ser social, são as características do estranhamento do trabalho humano (trabalho alienado) na sociedade capitalista – calcada na propriedade privada dos meios fundamentais de produção - que constitui a base social humana da sociedade capitalista: um trabalho que, em vez de auto-atividade humana, restringe-se a um meio empobrecido de se prover uma vida material e espiritualmente empobrecida; em que o trabalhador é reduzido a mais desvalorizada das mercadorias, a força de trabalho, a qual é obrigado a vender para sobreviver, sendo a única que, contrariamente a todas as demais, é a mercadoria que quanto mais barata é vendida, mais lucro traz ao capital – seu explorador, o dono dos meios necessários de produção para que a força de trabalho possa ser colocada em atividade e gerar a riqueza necessária para a reprodução da espécie humana.

Por isso, Pereira (2009) ressalta a centralidade da categoria trabalho para podermos compreender a atuação profissional do assistente social e, mais que isso (e pré-requisito para tal), entendermos a forma como funciona a sociedade capitalista na qual está inserida a atuação profissional do assistente social.

Mas esta categoria não é exclusiva da sociabilidade capitalista. Defendemos que o trabalho é “categoria fundante” do homem, ou seja, é o que permitiu que aquele homem animalizado dos primórdios se tornasse este ser humano “civilizado”, passando a suprir suas necessidades através de sua intervenção na realidade mediante seu trabalho (concreto), criando objetos cujas peculiaridades satisfazem suas

necessidades (ele tem, portanto, um valor-de-uso) que o homem, paulatinamente, saiu das cavernas e construiu casas, deixou de caçar e passou a comprar alimentos no mercado, ou seja, foi se sociabilizando e se tornando o homem que é hoje – um ser social (LUKÁCS, 2011).

Partindo deste entendimento, Pereira (2009) aponta outras categorias analíticas que se entrecruzam com o trabalho. A primeira dela refere-se a necessidades sociais, pois o que move o trabalho humano é o suprimento de necessidades. Quando o homem das cavernas estava com fome, abatia uma caça para suprir sua necessidade de comer. Assim, ele desempenha um trabalho concreto (caçar) para obter algo (caça) que tem uma utilidade (valor de uso) para suprir uma necessidade (comer). Inicialmente, trabalho útil, concreto. Contudo, conforme o homem vai saindo da sua base biológica ao ampliar sua base social (vai deixando de ser “homem das cavernas” e vai se tornando “homem civilizado”) ele vai suprimindo necessidades cada vez mais complexas de formas igualmente cada vez mais complexas. Se nas cavernas o homem caçava para comer, hoje trabalha, recebe o salário, vai ao mercado e tem muitas opções para suprir sua fome.

Na sociedade capitalista, portanto, complexificamos a maneira de suprirmos nossas necessidades, sendo sempre mediado pelo mercado, obtido através do dinheiro, impondo-nos a condição de assalariados, o que nos submete a exploração sistemática.

Desta maneira, segundo Pereira (2008), a categoria “necessidade” na sociedade capitalista está atrelada a “exploração” que também se integra à categoria trabalho (já que a sociedade capitalista pauta-se na exploração do trabalho). É a exploração que dá origem a luta de classes (entre os explorados e explorador) que, no século XIX fez surgir a chamada “questão social”, criando a demanda de implementar políticas sociais para garantir direitos conquistados pela classe trabalhadora, emergindo do real, desta forma, a necessidade da profissão do Serviço Social. Desta maneira:

[...] necessidades sociais, exploração, questão social, políticas sociais e direitos formam uma cadeia de categorias-chave que estão no contexto da relação entre Serviço Social e trabalho (PEREIRA, 2009, p.26)

Tais categorias são as mais rentes ao locus do exercício profissional cotidiano e possuem origem no campo histórico, situadas na sociedade capitalista, a qual entendemos ser importante ser desveladas algumas leis fundamentais de seu funcionamento para podermos compreender o real.

Partindo deste entendimento e, através de sucessivos movimentos de abstração, pretendemos sair de sua imediatividade, característica da esfera cotidiana - concebendo que o ponto-chave para seu desvelamento é a análise ontológico-histórica das categorias principais que compõem a causalidade no qual incide o por teleológico do assistente social – desvelando sua essência histórica para retornar novamente ao cotidiano, vislumbrando-o agora como uma esfera rica em múltiplas determinações e conexões que hão de ser entendidos e utilizados na ação profissional, mediado por concessões históricas que jamais abandonam os princípios ético-políticos da profissão e a necessidade histórica que se coloca de construção da sociedade comunista.

De acordo com o posicionamento crítico que a profissão assumiu, faz-se necessária uma investigação ontológica, entendida, em conformidade com Lukács (apud LARA, p.02) “como um estudo do auto-desenvolvimento da vida material e espiritual da sociedade humana” tendo como ponto de partida o trabalho humano. Ao retomar a centralidade do trabalho na constituição do humano-genérico, retoma-se o pensamento autenticamente revolucionário “evidenciando a vitalidade dos fundamentos da teoria social de Marx como a crítica mais radical, a apresentar a proposta humanitária mais integral” (LARA, 2011, p.01).

Assim, nossa pesquisa, em conformidade com a perspectiva marxiana, parte e se finaliza no cotidiano do exercício profissional do assistente social e é preenchida com conjunto de categorias e mediações que explicam a profissão de Serviço Social, fruto do movimento da sociedade burguesa contemporânea em transição histórica. Em outros termos, parte da realidade concreta dos fenômenos singulares às mais altas abstrações, e destas à realidade concreta novamente.

[...] o processo do conhecimento transforma ininterruptamente as mais altas universalidades em particulares modos de apresentação de uma universalidade superior, cuja concretização conduz muito frequentemente, ao mesmo tempo, à descoberta de novas formas de particularidade, como mais próximas determinações, limitações e especificações da nova universalidade tornada mais concreta. (LUKÁCS, 1978, p. 103).

Este conjunto de categorias e mediações que “preenche”, ou seja, fundamenta e diferencia a primeira análise do cotidiano do exercício profissional (limitada a sua superficialidade) e a segunda análise (desveladas ontológico-historicamente) serão “garimpadas” do material a ser coletado na pesquisa bibliográfica, porém já norteados por uma

coluna dorsal: as categorias apontadas por Pereira (2009) como fundamentais para compreender a profissão (trabalho, luta de classes, necessidades sociais, exploração, questão social, políticas sociais e direitos), balizada por duas categorias centrais para a compreensão da sociabilidade capitalista: trabalho alienado e propriedade privada dos meios fundamentais de produção.

Para desvelar o cotidiano profissional, estas categorias serão abordadas numa perspectiva de totalidade, o que requer o movimento teórico do universal ao singular. Para tanto, pretendemos nos afastar das categorias que mais rentes ao *locus* do exercício profissional, buscando categorias que compõem o primeiro pólo (universalidade) e dizem respeito ao contexto mais geral da sociedade capitalista por meio de Marx (2002; 2011), Mészáros (2009) e Valência (2009): a lei geral de acumulação capitalista, a crise estrutural do capital, o mercado mundial, capitalismo monopolista, transição histórica, etc.; e a vinculação deste macro com a discussão mais aproximada da profissão através de Netto (2004 e 2007) e Yamamoto (2008). Por entendemos ser o trabalho a categoria que funda o homem, todas as categorias analisadas terão relação mais mediata ou imediata com o trabalho.

Quanto às questões particulares, referentes a América latina e ao Brasil, abordaremos o capitalismo dependente (Marini, 2000 e Fernandes, 2005), organizado a partir de uma forma específica de trabalho, o trabalho superexplorado, (Marini, 2000 e Valência, 2009), compreensível apenas se resgatada sua específica formação histórica, luta de classes e, conseqüentemente, modelos de Estado (Fernandes, 2005) e estrutura econômica (Marini, 2000 e Valência, 2009); e neste solo histórico, abordaremos também as categorias que envolvem nossa questão singular, a profissão propriamente dita, isto por meio da contribuição dos autores já citados além da discussão da emancipação humana e política (Marx, 2004), reflexões sobre cidadania e direito de Abreu (2008) e Sales (2007) para buscarmos dar pistas profícuas para uma intervenção crítica, apontada para a emancipação humana em tempos de transição histórica.

Portanto, esta é uma pesquisa teórica através da qual buscaremos elementos para apreender a profissão de assistente social e o entorno sócio-histórico que a constitui, buscando trazer maiores elementos para refletir o exercício profissional no cotidiano, buscando superar o sincretismo próprio desta profissão interventiva (NETTO, 2007).

CAPÍTULO II – O *LOCUS* DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: AS CAUSALIDADES MAIS IMEDIATAS AO COTIDIANO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Por gentileza, aguarde um momento.
 Sem carteirinha não tem atendimento -
 Carteira de trabalho assinada, sim senhor.
 Olha o tumulto: façam fila por favor.
 Todos com a documentação.
 Quem não tem senha não tem lugar marcado.
 Eu sinto muito mas já passa do horário.
 Entendo seu problema mas não posso resolver:
 É contra o regulamento, está bem aqui, pode ver.
 Ordens são ordens.
 Em todo caso já temos sua ficha.
 Só falta o recibo comprovando residência.
 Pra limpar todo esse sangue, chamei a faxineira -
 E agora eu já vou indo senão perco a novela
 E eu não quero ficar na mão
 (Legião Urbana em MetrÓpole)

O exercício profissional do assistente social se desenrola preponderantemente no cotidiano dos serviços, programas e projetos sociais, na execução terminal das políticas sociais (NETTO, 2007) em diferentes áreas, tendo por empregador prioritário o poder público⁷ que é o responsável legal pelo enfrentamento das sequelas da “questão social” por meio de políticas sociais. Estas muitas vezes são organizadas por meio de sistemas de atenção divididos em níveis de complexidade, de acordo com a natureza das necessidades⁸ que lida e que irá requerer respostas institucionais proporcionalmente complexas. O trabalho do assistente social pode se dar, por exemplo, num CRAS⁹, onde se lida com a satisfação de necessidades elementares no âmbito da assistência social; há também os serviços de média complexidade, como o trabalho

⁷ Segundo pesquisa do CFESS, o poder público emprega cerca de 78% dos assistentes sociais em exercício profissional.

⁸ Embora possa justificar esta complexidade por aspectos da realidade equivocados, como na assistência social que pensa que os vínculos familiares determinam a complexidade do serviço.

⁹ O CRAS é o Centro de referência de Assistência Social previsto pelo Sistema Único de Assistência Social enquanto principal serviço da Proteção Social Básica.

de um CAPS¹⁰ o qual requer uma leitura mais aprofundada daquela esfera singular (usuário) de intervenção que lida com questões mais complexas – objetivas e subjetivas.

Estas são as estruturas estatais – serviços que compõem Políticas Sociais brasileiras - destinadas ao enfrentamento das refrações da “questão social” da forma como o Estado burguês promove: fragmentada, por meio de direitos que são garantidos de forma atomizada aos “usuários” e que interferem diretamente no cotidiano da família trabalhadora, de forma a suprir-lhes necessidades sociais mínimas e garantir sua reprodução, isto quando o direito requerido é atendido, e sempre materializando ações que contribuem para a manutenção da reprodução social. Deste modo, a análise e a intervenção se dá em aspectos cotidianos da vida privada de cada sujeito e família que possui sua própria singularidade, mas conectada a uma totalidade – que reivindicamos ser a processualidade histórica – que os submete às mesmas leis da sociedade. Além da compreensão do sujeito sobre o qual irá incidir o trabalho do assistente social e sua família, faz-se necessário conhecer os mecanismos institucionais para tanto, o que demanda o conhecimento entorno das políticas sociais e do próprio Estado.

Dentro da visão parcial típica do cotidiano, o assistente social se atém a aparência destes e não os apreende em essência (oriunda do movimento histórico). Alheio a totalidade histórica, a intervenção profissional do assistente social se dá no sentido de viabilizar direitos conquistados pela luta de classes e traduzidos jurídico-formalmente e, por isso, muitas vezes se traveste de aparência burocrático-formal. Ressaltamos, porém, que ao pensar em estratégias de intervenção profissional junto a família da classe trabalhadora e as instituições burguesas, os assistentes sociais precisam de um espectro de análise para além do senso comum para ultrapassar preconceitos e compreensões equivocadas, perceber a luta de classes e os interesses em disputa e atuar numa perspectiva ligada a emancipação humana, tal como reivindica o projeto ético-político da profissão. Ocorre, entretanto, que na falta de um suporte teórico que o torne apto a desvelar o cotidiano para além de sua imediatez, os profissionais se limitam a conhecer leis e normativas e se utilizam do bom-senso, sincreticamente “[...] reiterando procedimentos formalizados abstratamente e revelando sua indiferenciação operatória. Combinando senso comum, bom senso e

¹⁰ O CAPS é o Centro de Atendimento Psicossocial, sendo o serviço que, em conformidade com a proposta de Reforma Psiquiátrica, substitui os antigos hospitais psiquiátricos.

conhecimentos extraídos de contextos teóricos; [...]” (NETTO, 2007, p. 107). Dentro desta perspectiva de análise que desconsidera as relações sociais, sem entender a dinâmica da sociedade capitalista, a verdadeira natureza do Estado e das políticas sociais, a compreensão sobre o usuário das políticas sociais tende a ser a do “cidadão fracassado” que ganha “[...] o tom predominante a suspeita de que a vítima é a culpada.[...]” (IAMAMOTO, 2008, p. 140)

Entendemos que atuar profissionalmente pautados no senso comum, no bom-senso e na leitura de leis não torna o profissional apto a entender a realidade na qual está intervindo, inclusive, manipulando variáveis do cotidiano da família da classe trabalhadora, impactando-a muitas vezes de forma decisiva (no geral, quanto maior o nível de complexidade do serviço, maior o impacto das intervenções). Argumentamos que a práxis social do assistente social, como qualquer outra, requer a mais exata compreensão possível das causalidades sobre as quais seu por teleológico vai se dar e entendemos que a única forma de ultrapassagem da aparência dos elementos que constituem este conjunto causal é por meio da perspectiva ontológica-crítica apontada por Lukács (1979). Apenas através da crítica radical se torna possível sair do pensamento formal-abstrato e entender a atuação profissional dentro das condições materiais de vida e quando falamos disso, nos referimos a compreender no solo histórico as causalidades que permeiam o exercício profissional do assistente social: a questão social, as políticas sociais, o Estado, os direitos sociais, tal como nos aponta Pereira (2009), tendo como prioridade ontológica o trabalho que funda os demais.

O cotidiano de cada um de nós está vinculado por “fios de ouro” tecidos pela própria classe trabalhadora (a riqueza social que escoia para os bolsos dos grandes capitais) a dinâmica econômica que se desdobra em todas as demais esferas da vida e nos coloca as condições materiais nas quais fazemos história, vivenciamos nossas vidas e inclusive onde desenvolvemos nosso trabalho enquanto assistente social.

Iniciamos este capítulo com uma descrição da sociabilidade capitalista na era da mundialização do mercado, da subsunção de todas as esferas da vida humana a dinâmica do capital e seus desdobramentos na família e na comunidade, esfera singular e particular da reprodução humana neste modelo de sociedade. Para este assunto, nos utilizamos de Baran e Sweezy (1966), Braverman (1987) e Marx (2006).

O processo histórico de luta de classes irá engendrar para a classe trabalhadora um processo de contínuo aprofundamento de sua pobreza material e espiritual, fruto da alienação do trabalho e estranhamento

humano, o que o Serviço Social convencionou chamar de “questão social”. Optamos por abordar este assunto por meio das análises de Baran e Sweezy (1966), Braverman (1987), Marx (2006; 2011) e Netto (2007) que, entendemos, explicam a forma de existência do trabalhador e sua família, nos quais geralmente incide a intervenção do assistente social e geram a demanda por políticas sociais.

Ao entendermos os meios pelo qual o capital se reproduz e os mecanismos históricos que levam a produção em “escala industrial” da superpopulação relativa – pessoas desempregadas e subempregadas - poderemos compreender a natureza das políticas sociais cuja centralidade está em tornar o homem apto a se vender enquanto força de trabalho, reafirmando a preponderância da categoria trabalho na sua estruturação e compreensão. Esta análise será feita através de Lenhardt e Offe (1984), que demonstram como as políticas sociais servem para a formatação de seres humanos em força de trabalho, convencendo-os do trabalho assalariado, por maior que seja a sua exploração e alienação; nos utilizaremos também de Baran e Sweezy (1966) e demonstramos que ao deixar intocado o trabalho alienado e a propriedade privada, não podemos esperar que consigamos superar a penúria da classe trabalhadora por meio das políticas públicas.

A partir do esclarecimento das funções da política social nesta sociabilidade, ficará claro o papel do Estado, o mesmo velho “comitê executivo da burguesia” de sempre, que abordaremos através de Mandel (1985), Baran e Sweezy (1966), Netto (2007) e Lenhardt; Offe (1984). Este concede direitos e sede a pressão da classe trabalhadora na medida em que se torna necessário para garantir a coesão social e, neste sentido, se torna permeável a demanda dos trabalhadores, mas apenas com a finalidade de coesão social para manutenção do *status quo* e a executa de forma a melhor beneficiar a burguesia, conforme “comitê executivo da burguesia” que é.

Diante de nossa exposição pretendemos deixar claro que o discurso cientificista de que por meio de aprimoramento científico e tecnológico é possível superar as contradições do capitalismo é uma grande falácia que desconsidera as condições materiais de vida e esconde a luta de classes.

Argumentamos que além dos instrumentais técnicos, legislações e normativas, o trabalho do assistente social requer uma profunda compreensão do “solo histórico” – a sociedade capitalista nos monopólios – no qual se desenrola seu trabalho, a vida do usuário, as ações e omissões do Estado burguês.

1. PENSAMENTO FORMAL-ABSTRATO: O SUBSÍDIO PARA UM EXERCÍCIO PROFISSIONAL PAUTADO NA SUPERFICIALIDADE DO REAL

Enquanto trabalhador da burocracia estatal, submetido ao mesmo processo de alienação e estranhamento que todo trabalhador, no cotidiano profissional do assistente social, ao implementar as políticas sociais em suas esferas terminais e viabilizar os direitos sociais da população, no geral, atém-se a uma leitura superficial deste contexto, restringindo-se a apreensão dos fenômenos em sua aparência, ao conhecimento das leis, resoluções, orientações técnicas e outros instrumentos normativos que envolvem o serviço no qual está atuando profissionalmente, deixando intocada, ou para segundo plano a compreensão do universo que envolve seu exercício profissional: a natureza do Estado, das políticas sociais e do direito e o motivo pelo qual ele vê diante dos seus olhos a reprodução do infortúnio da vida dos usuários. Desta maneira, o exercício profissional nesta forma de compreender e pensar o trabalho restringe-se a uma visão em conformidade com as ciências sociais, por meio de conceptualizações formais: o Estado de direito parlamentar-democrático, suas formas e procedimentos. (LENHARDT; OFFE, 1984).

Esta leitura limitada ao terreno jurídico-formal fecha os olhos para a diferença entre o que está “posto no papel” e o que existe na realidade e obscurece a luta de classe. Parte do entendimento da sociedade dentro dos marcos burgueses, como um agregado de indivíduos formalmente iguais portadores dos mesmos direitos, na qual cabe que o Estado – entendido enquanto representante universal da humanidade – efetivá-los por meio de suas ações e instituições, dentre elas, as políticas sociais, garantindo direitos dos cidadãos no interior do regime democrático.

Reivindicamos uma prática profissional que tenha visão mais ampla que isso. Não podemos mais prosseguir acreditando na neutralidade do Estado e sua capacidade de emancipação do homem; precisamos questionar que democracia é esta em que o povo nada decide e o que está por trás da pobreza e desumanização da humanidade, cada vez mais aguda. Compreender o fenômeno da pobreza, da violência, da loucura, dentre tantos outros sobre os quais o assistente social é chamado a intervir limitado a sua aparência não torna o profissional apto a compreender o ser humano constituído historicamente e suas questões que requerem intervenção profissional. Se por um lado não compreende o trabalhador e sua família, tampouco compreende os meios

institucionais de resposta, posto que esta leitura desconexa da historicidade, não consegue enxergar a verdadeira natureza do Estado e das políticas sociais, já que não considera a sociedade capitalista como tal, e leva a intervenções profissionais improficuas para um exercício profissional crítico, como o reivindicado pelo projeto ético-político da profissão.

Apesar de ser consensual dentro da profissão que o assistente social atua no enfrentamento das refrações da “questão social”, tal afirmação está esvaziada de sentido e faz com que o seu exercício profissional seja pautado numa compreensão do Estado e da democracia enquanto categorias de procedimentos técnicos, que perdura e progride desde a Primeira Guerra Mundial, entendendo serem as políticas sociais o instrumento pelo qual o Estado – via intervenção dos “especialistas” - efetiva a cidadania do usuário.

Nestas abordagens formalistas no campo da política social científica, no entanto, as abordagens normativistas fecham os olhos para a dualidade inconciliável das esferas formal e real, facilmente observável na realidade social que o assistente social é chamado a intervir: regras e procedimentos se confrontam com as reais necessidades, fatos com valores, racionalidade formal com material e a responsabilidade pela reprodução da situação de penúria do usuário e sua família são debitadas a seu próprio fracasso, ou a algum problema técnico da gestão do Estado ou da rede de serviços.

Esta análise formalista obscurece a seguinte questão:

[...] como surge a política estatal (no caso da política social) a partir dos problemas específicos de uma estrutura econômica de classes, baseada na valorização privada do capital e no trabalho assalariado livre, e quais são as funções que lhe competem, considerando-se estas estruturas?” [...]” (LENHARDT;OFFE, 1984, p. 14).

Ignorando tal questão, os profissionais se apegam às legislações e seu conhecimento enquanto “especialistas” intervêm na vida do usuário buscando sua “integração social”, ou sua autonomia, comprando, sem se questionar, a ideia de que por meio de técnicas e tecnologias é possível superar as contradições do capital e gerar uma sociedade “mais igualitária”, fechando os olhos para a natureza das relações da sociedade capitalista, o que dá margem para, segundo Mandel (1985, p. 351)

A crença na onipotência da tecnologia [enquanto] forma mais específica burguesa no capitalismo tardio. Essa ideologia proclama a capacidade que tem a ordem social vigente de eliminar

gradualmente todas as possibilidades de crise, encontrar uma solução ‘técnica’ para todas as suas contradições, integrar as classes sociais rebeldes e evitar explosões políticas [...]

Embora haja muitas versões desta ideologia, o autor cita que em todas elas se observa a crença de que o desenvolvimento técnico e científico condensou-se num poder autônomo de força invencível; que os problemas emergentes só podem ser resolvidos por meio de tratamento funcional feito por especialistas (e não via política pelo povo); e que a dominação tradicional “deu lugar”, aparentemente, à dominação anônima da tecnologia, ou a dominação burocrática de um Estado que é neutro em relação aos grupos e classes que se organizam por princípios técnicos (MANDEL, 1985).¹¹

Como ressaltam Lenhardt e Offe (1984), a cientifização permite reduzir a carga política do sistema de decisão em dois sentidos: num primeiro, na medida em que a decisão fica para os cientistas que se legitimam socialmente como os aptos para tal; depois numa perspectiva temporal, já que entre a identificação do problema e a aprovação de soluções pode ser produzida uma zona temporal neutra. Quanto mais a política social estatal solicita para os fins de sua auto-realização os serviços do sistema científico, tanto maior parece ser a possibilidade de que conceitos teóricos mais descolados da realidade se desenvolvam.

Sob uma perspectiva de análise descolada da historicidade, o assistente social se vê e é visto enquanto o “especialista” que atua junto a direitos jurídico-formais instituídos, entendendo o Estado enquanto representante universal da humanidade a quem cabe efetivar os direitos mediante suas organizações (Abreu, 2008) e se não o faz, é por algum descaminho (erro técnico, corrupção, etc.).

Dentro desta visão que apreende o fenômeno social em sua aparência, descolado da realidade, não se questiona a reprodução no dia-a-dia da precariedade da vida do trabalhador vinculada a dinâmica societária; e não havendo a dinâmica societária que justifique a desigualdade entre os cidadãos (formalmente) iguais, só pode levar a conclusão de que o trabalhador que chega ao grau de precariedade de necessitá-las para suprir suas necessidades é um “cidadão fracassado” que requer ser “reeducado”, “ressocializado” para promover a sua

¹¹ Com isso não queremos dizer que no âmbito das políticas sociais não existam técnicos a quem é demandada resposta profissional eficiente, eficaz e efetiva. Queremos aqui denunciar a discurso tecnicista e burocrático que obscurecem por meio de relatórios, dados e planilhas a luta de classes.

“integração social”, geralmente entendida enquanto conquista de um emprego, ou qualquer trabalho mediante o qual supra suas necessidades, legitimando e naturalizando a exploração que sofre, entendendo por isso a suposta “autonomia”, em conformidade com a função das políticas sociais: autonomia de prover-se mediante o mercado.

Sem buscar a compreensão do Estado e das políticas sociais e da situação do usuário calcadas no solo histórico, o que requer profundo entendimento da dinâmica da sociedade capitalista, o binômio direito-cidadania também se torna turvo e tende a se restringir a uma concepção jurídico-formal que, argumentamos, ser uma forma de compreensão infrutífera do ponto de vista da classe trabalhadora, já que é absolutamente funcional ao atual estágio da sociedade capitalista: uma cidadania atomizada, muda e mediada pelo consumo.

Ocorre que a cidadania a qual os cidadãos do século XXI são propositalmente chamados a vivenciar é – tal como já apontava Marx (2004) – uma cidadania abstrata que não passa do reconhecimento jurídico-formal de uma série de direitos pelo Estado, mas que efetivamente, como bem presenciamos no nosso dia-a-dia profissional, deixa o cidadão desprovido de satisfação de suas necessidades mais elementares.

Este Estado – que reconhece um rol cada vez maior de direitos, contanto que não expurgue os demônios do capital (Abreu, 2008) – enfrenta na contemporaneidade uma crise estrutural do capital e busca protelá-la mediante altíssimos investimentos financeiros, o que enxuga ainda mais os investimentos em políticas sociais e as subsume aos interesses do capital.

Este contexto leva a classe trabalhadora a incessantes lutas individuais pela sobrevivência, numa sociedade que se multiplica a serviço dos interesses do capital e não dos humanos e que, por isso mesmo, leva grandes contingentes humanos a não conseguirem suprir suas necessidades básicas, sequer aquelas reconhecidas jurídico-formalmente. Dentro desta realidade, o assistente social se autorreconhece enquanto profissional que atua na garantia de direitos e promoção da cidadania. Apesar desta propalada identidade profissional, pouco se reflete no exercício profissional sobre a compreensão que se tem deste binômio cidadania-direito.

No geral, no cotidiano alienado a noção que pauta o trabalho do assistente social se restringe a uma concepção abstrata do mundo que, na medida em que não questiona o real, dá sustentabilidade a esta cidadania cada vez mais abstrata e esvaziada de efetividade. O assistente social desenvolve suas ações profissionais cotidianas cumprindo a rotina

institucional, implementando serviços e benefícios que atendam às necessidades do usuário em conformidade com o orçamento a disposição, faz atendimentos individuais ou em grupos coletando informações como cumprimento de uma necessidade formal-burocrática – e não no intuito de conhecer o real, os mecanismos da realidade que produzem aquela expressão peculiar da “questão social” para nela intervir no cotidiano profissional.

O insucesso de nossas ações geralmente atribuímos à incompetência profissional – ao “especialista” que falhou na correção de falhas do sistema - ou ao descompromisso do usuário com sua emancipação, justamente por deslocar todo este processo de seu contexto histórico-concreto. Segundo Lenhardt e Offe (1984, p. 48), o conflito teórico-político que emerge da cientificização da política social pode ser resumida da seguinte forma:

[...] continuará a política social acadêmica ignorando a evidência dos fatos e seguindo [...] a sustentar a concepção de que a política estatal é capaz, graças a seu saber, de gerar políticas ‘mais eficientes’, ‘mais efetivas’, ‘mais adequadas’, ‘mais corretas’ ou mesmo ‘socialmente mais justas’? ou poderia ela libertar-se desse equívoco tecnocrático, operando em vez disso com base na evidência de que não são em absoluto os ‘policy outputs’ , com suas estruturas institucionais e legais, que definem o ‘impacto’ da política social, mas que são as relações sociais de poder, de coerção e de ameaça, legal e politicamente sancionadas, bem como as oportunidades correspondentes de realização de interesses, que determinam o grau de ‘justiça social’ que a política estatal tem condições de produzir?

Sendo que os interesses de classe e as leis econômicas de desenvolvimento da ordem social vigente governam as decisões acima da tecnologia. Esta suposta “integração” da classe operária a sociedade capitalista tardia por meio de técnicas e conhecimento científico depara-se, no entanto, com uma barreira intransponível: a incapacidade de integrar o trabalhador e proporcionar-lhe trabalho criativo em vez de um alienado.

Para superarmos a concepção abstrata da vida social, do usuário, do Estado, das políticas sociais e do direito, e chegarmos às relações sociais concretas; a real condição vivida, convidamos o leitor a entrar conosco nas esferas mediatas da realidade, no conjunto de causalidades

sociais nas quais incide o exercício profissional do assistente social e que requerem árduo esforço reflexivo e disponibilidade para exercitar o pensamento crítico.

2. A AGUDIZAÇÃO DAS REFRAÇÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” E A PSICOLOGIZAÇÃO COMO MEIO DE MASCARAR O REAL

A era dos monopólios irá demandar um profissional para operacionalizar serviços e benefícios oferecidos pelo Estado à classe trabalhadora, cujas necessidades foram engendradas pelo processo histórico. Quanto a este, podemos afirmar que estamos vivenciando o cotidiano da tão anunciada barbárie social. Nela, quanto mais contradições da ordem do capital se aprofundam e as lutas populares se tornam mais intensas, do Estado tanto mais é exigida uma função coesiva central, incluindo as políticas sociais como importante elemento deste processo e no interior destas, o trabalho do assistente social que, caso não apreenda seu exercício profissional por meio da crítica radical, tende a corroborar com o projeto burguês.

Ao se reconhecer o caráter público das refrações da “questão social”, incontestavelmente se promove um giro que fere a programática liberal, mas que se torna essencial para o Estado burguês contornar conflitos e manter a ordem econômico-social vigente.

Logo após reconhecer o caráter público da “questão social”, o que poderia potencializar lutas coletivas, na era dos monopólios, são incorporados substratos individualistas da tradição liberal ao supor que o destino pessoal é função exclusiva do indivíduo como tal. Assim, o êxito ou o fracasso depende de cada sujeito individual. Enquanto cabe ao Estado criar condições sociais para o desenvolvimento do indivíduo, a este cabe a responsabilidade pelo aproveitamento ou não das possibilidades e assim se desmobilizam as lutas coletivas.

Apenas por meio de aporte teórico-metodológico crítico torna-se possível compreender a redefinição do público e do privado na era do imperialismo na qual corta o ideário liberal, já que, sem outra saída, reconhece a “questão social” na esfera pública, mas o recupera debitando aos indivíduos a continuidade das “sequelas da questão social”, transfigurando “problemas sociais” cada vez mais flagrantes em problemas individuais privados.

Esta ambivalente, fluida e equívoca área fronteira entre público e privado na era dos monopólios não é uma conspiração político-ideológica dos segmentos burgueses, mas é incontestemente que oferece largo campo de legitimação ideal da ordem burguesa e o faz ao mesmo tempo

em que dá suporte real para as práticas sociais empíricas sobre as refrações da “questão social” funcionais para vulnerabilizar projeções sociais que apontam para a ruptura da ordem burguesa. Segundo Netto (2007), apenas nos momentos em que a “questão social” se torna flagrante, ela é apreendida enquanto pública. Exceto a isso, restringe-se ao âmbito privado, às escolhas individuais e soluções da mesma ordem, ao mesmo tempo que explode na vida de toda classe trabalhadora que, desarticulada politicamente, a vivencia de forma muda e atomizada.

Desta forma, o espaço privado não desaparece. Antes, aparece como campo estritamente individual dinamizado e tensionado por comando tendencialmente heteronômico, ditado por fator externo – os monopólios – que transformam tudo em “serviços” que, além de lucros, produzem individualidades conforme as necessidades de sua expansão – sujeitos consumidores, atomizados e acrílicos. Assim, o “pessoal”, o “íntimo”, o “privado” não é extinto pelo monopólio. Este o supõe e joga sua reprodução enquanto sujeito individual. O ataque aos problemas sociais pelo Estado burguês no capitalismo monopolista se dá entre a esfera pública e privada, revelando como o primeiro subordina o último, trazendo à tona a complementaridade de ambos.

Esta complementaridade se dá sobre o *ethos* individualista que surge sob forma inédita: para além da proclamada possibilidade da vontade individual adequada a uma sociedade dinamizada por iniciativas de sujeitos empreendedores, privilegia-se instancias psicológicas na existência social – tendência a psicologizar a vida social, revelando-se como um importante lastro legitimador do existente. Através deste processo os monopólios produzem e reproduzem seus agentes sociais particulares, na medida em que esvazia particularidades e diminui progressivamente a área de intervenção autônoma dos sujeitos singulares, recolhe os espaços de atividade coletiva e social dirigida segundo a vontade dos indivíduos o que leva à hipertrofia da sua privacidade recolhida a fronteira de um eu atomizado. É nesta comunidade esvaziada, composta por diversos “eus atomizados” sem qualquer identidade coletiva, que incide o trabalho do assistente social, sendo este o terreno necessário para a psicologização no sentido de responsabilizar os sujeitos singulares pelo seu destino pessoal. Segundo Netto (2007, p. 41):

[...] *psicologizar os problemas sociais*, transferindo a sua atenuação ou proposta de resolução para a modificação e/ou redefinição de características pessoais do indivíduo (é então que emergem, com rebatimentos prático-sociais de

monta, as estratégias, retóricas e terapias de ajustamento, etc.).

Muitas vezes o assistente social reproduz acriticamente no seu exercício profissional esta compreensão e conduta e é por meio destas que se materializa na realidade a coesão social, papel fundamental das políticas sociais para o capital. Bem mais que responsabilizar os indivíduos pelos seus destinos sociais, por si só relevantes, a psicologização dos problemas sociais:

[...] implica um novo tipo de relacionamento ‘personalizado’ entre ele [monopólio] e as instituições próprias da ordem monopólica que, se não se mostram aptas para solucionar as refrações da ‘questão social’ que o afetam, são suficientemente hábeis para entrelaçar, nos ‘serviços’ que oferecem e executam, desde a indução comportamental até os conteúdos econômico-sociais mais salientes da ordem monopólica – num exercício que se constitui em verdadeira ‘pedagogia’ psicossocial, voltada para sincronizar as impulsões individuais e os papéis sociais propiciados aos protagonistas. (NETTO, 2007, p. 42).

Deste modo, o exercício profissional crítico por parte do assistente social irá requerer a apreensão do singular e do privado conectadas a um movimento macrosocial que explique, calcado no solo histórico da luta de classes, os dramas humanos, os caminhos para seu enfrentamento e suas limitações. Apenas desta forma torna-se viável ultrapassar a psicologização da “questão social” e desenvolver uma práxis social conectada aos princípios ético-políticos elencados pela profissão.

Buscando desvelar esta conexão do singular a totalidade como início deste caminho analítico, no tópico a seguir iremos abordar a sociabilidade capitalista na era do mercado mundial e sua reprodução na família e comunidade, esferas singulares e particulares da reprodução humana nesta ordem societária.

3. A SOCIABILIDADE CAPITALISTA IMEDIATA: A COMUNIDADE E A FAMÍLIA NA ERA DO MERCADO MUNDIAL

Toda a dinâmica de exploração capitalista desenrola no cotidiano das comunidades e famílias, configuradas pela era industrial e o meio urbano. Até mesmo em países cuja agricultura possui papel primordial

na economia, existe a grande concentração de pessoas no meio urbano, fenômeno típico da sociedade industrial. A população sutilmente controlada pelos monopólios é comprimida cada vez mais apertadamente junto ao ambiente urbano, ao mercado, aprofundando a atomização da vida social que levam ao esfacelamento das relações individuais e comunitárias, da ajuda mútua, da convivência coletiva.

[...] Assim, a população não conta mais com a organização social do trabalho sob a forma de família, amigos, vizinhos, comunidade, velhos, crianças, mas com poucas exceções devem ir ao mercado e apenas ao mercado, não apenas para adquirir alimento, vestuário e habitação, mas também para recreação, divertimento, segurança, assistência aos jovens, velhos, doentes e excepcionais. Com o tempo, não apenas as necessidades materiais e de serviço, mas também os padrões emocionais da vida, são canalizados através do trabalho. (BRAVERMAN, 1987, p. 235).

Concomitante ao processo de esvaziamento das relações humanas e de hipertrofia do mercado ocorre a falência do sistema capitalista. Se por um lado as relações de solidariedade e de identidade coletiva se esvaem em nome do mercado e dos consumidores atomizados, por outro lado, e por isso mesmo, o “cidadão fracassado” é cada vez mais numeroso e está arrasado em amplos aspectos da vida. O homem empobrecido, atomizado, desrealizado e solitário, em suma, o homem estranhado, não-identificado com seu mundo, com as pessoas ao seu redor e sequer com ele mesmo são reflexos do estágio avançado das contradições do capital, tornando-se mais generalizado e destrutivo quanto menos capacidade ele possui de suprir suas necessidades pelo mercado, vivenciando uma vida precária, propícia a violência, ao crime, ao adoecimento físico e mental.

Marx dedicou sua vida para compreender o trabalho alienado na sociedade capitalista, demonstrando que tal relação se origina na estrutura econômica da sociedade e tem repercussões correspondentes na vida de cada um de nós, objetiva e subjetivamente, e em toda superestrutura da sociedade; é uma relação que se processa na totalidade da sociedade e também na singularidade, na exploração de cada qual e da classe trabalhadora; e possui repercussões no aspecto universal e singular do gênero humano, objetivo e subjetivo do homem.

Por mais que a luta de classe seja vivenciada de forma absolutamente diferente entre trabalhadores e burgueses (MÉSZÁROS,

2009), a sociabilidade capitalista universaliza as relações de mercado, a reificação das relações humanas, coloca todos em competição com todos pela vida, desdobramentos da exploração do trabalho e luta da propriedade privada, vivenciado diferencialmente por cada classe social, mas que perpassam todo o gênero humano.

É imensamente divulgado que na atualidade vivemos numa “aldeia global”, num mundo sem fronteiras em que as tecnologias transformam radicalmente as noções de tempo e espaço. Isto realmente se processa, mas tendo como centralidade a necessidade do capital se reproduzir de forma ampliada: a troca de informações, tecnologias e demais valores-de-uso mundialmente produzidos são para a satisfação do capital e não humana.

Contudo, em plena “aldeia global”, num mundo habitado por cerca de 7 bilhões de humanos, muitos deles literalmente “amontoados” nos grandes centros urbanos, o homem nunca foi tão solitário. As relações humanas estão esvaziadas e o trabalhador se aproxima cada vez mais de uma máquina de trabalhar, sem qualquer outra função ou atividade. A banalização da vida humana e o esvaziamento das relações humanas são solo fértil para violências, transtornos mentais, e outras refrações da “questão social”, a qual vemos na aparência de forma individualizada, enquanto “disfunção” do cidadão fracassado.

O trabalho alienado faz com que não haja nada inerentemente interessante na maioria das tarefas estreitamente subdivididas que os trabalhadores são obrigados a executar no âmbito da sociedade capitalista. Sendo a finalidade do trabalho obscura e humanamente degradante, o trabalhador não pode encontrar satisfação naquilo que seus esforços realizam para outrem e apenas se justifica pelo pagamento, ainda que insuficiente. O pagamento é a peça-chave das satisfações na ordem burguesa. É através dele que o trabalhador consome e supre suas necessidades do corpo e do espírito, necessidades genuínas e necessidades artificiais, criadas pelo capital para ampliar seus lucros. E sendo o pagamento a principal motivação, a natureza das atividades em si e as consequências para os indivíduos e a sociedade deixam de ter importância (até porque, pouco entende o trabalhador sobre o seu trabalho), tornando o pagamento recebido o fator mais importante.

O consumo na sociedade reificada, por sua vez, é um indicador de êxito ou fracasso, de status: o carro que se pode ter, as jóias que se usa, os ambientes que se frequenta, tudo isso está muito mais ligado a uma questão de *status*, de parecer bem-sucedido, do que satisfação das necessidades reais do trabalhador. O consumo, desta forma, se torna inclusive extensão do processo de ganhar a vida, posto que há profissões

que dependem da aparência do trabalhador. Nem o trabalhador nem o consumidor se sentem satisfeitos. Estão sempre procurando emprego, mudar para um bairro melhor, adquirir um novo produto. “O trabalho e o consumo partilham, assim, da mesma ambiguidade: embora atendendo às necessidades básicas de sobrevivência, perdem cada vez mais seu conteúdo e sentido interiores.” (BARAN; SWEEZY, 1966, p.342).

Embora o pensamento hegemônico da sociedade nos queira fazer crer que toda esta insatisfação com o mundo é um problema individual, percebemos que quanto mais a sociedade capitalista se expande, mais esvazia as próprias relações humanas na medida em que o mercado invade a vida de todos nós a transforma as relações humanas em relações de mercado, reconfigurando as relações comunitárias nas quais o profissional de Serviço Social é chamado a intervir.

Explica Braverman (1987) que no estágio mais primitivo do capitalismo industrial, o papel da família permanecia fundamental nos processos produtivos da sociedade e o capitalismo não havia ainda penetrado na vida diária da família e da comunidade. Praticamente todas as necessidades eram supridas pelos seus membros. Várias necessidades eram supridas pela comunidade ou a família sem recorrência ao mercado: o trabalho na construção de habitações, fermentação e destilação, prensamento e fervura de sucos e melaço, panificação, fabricação de pequenos utensílios, dentre outros.

[...] Mas durante os últimos cem anos o capital industrial lançou-se entre a fazenda e a dona-de-casa, e se apropriou de todas as funções de ambas, estendendo assim a forma de mercadoria ao alimento semi-preparado ou inteiramente preparado [...] (BRAVERMAN, 1987, p. 234).

Esta conquista de espaço deu fôlego ao capital pelo mercado, agora a força de trabalho está pronta para a exploração em grau mais elevado – a transformação da dona-de-casa em operária – servindo agora para ampliar o capital. Fora esta questão, quanto mais o mercado se instala para sanar necessidades do dia-a-dia das famílias e comunidades, mais dependentes estes se tornam do mercado enquanto consumidores, mais se reforça a necessidade do salário e mais se esvazia as relações entre os seres humanos.

Neste contexto, falar sobre a intimidade das relações entre pais e filhos torna-se tanto mais repugnante quanto mais a grande indústria dilacera cada vez mais os laços familiares dos trabalhadores (MARX, 2006) e sua condição e de sua família se torna tão mais precária quanto mais o capitalismo se desenvolve, não sendo, como querem aparentar,

um problema disfuncional de cada família proletária com sua pobreza e penúria refletida objetiva e subjetivamente.

[...] O anel urbano fecha-se em torno do trabalhador, e em torno do agricultor expulso da terra, e os confina nas circunstâncias que impedem as antigas práticas de auto-abastecimento dos lares, ao mesmo tempo, a renda, proporcionada pelo trabalho, torna disponível o dinheiro para adquirir os meios de subsistência fabricados pela indústria [...] (BRAVERMAN, 1987, p. 234).

Acompanhamos em nosso dia-a-dia profissional a dificuldade da família proletária empobrecida de lidar, no âmbito da dinâmica familiar, com sua subsunção ao mercado. O trabalho domiciliar torna-se antieconômico frente ao assalariado devido ao barateamento dos artigos manufaturados. Esta e outras pressões impelem a mulher a sair do lar para a indústria e os trabalhos que envolviam o cuidado da família transferem-se para o mercado, ou aos serviços públicos insuficientes. Para aqueles que ainda se consegue uma vaga, o que se percebe é que a exclusiva socialização de crianças através de instituições e serviços (sejam públicos ou mercantilizados) demonstra-se insuficiente, requerendo da família a disposição de tempo para seu cuidado o que, muitas vezes, após um dia de trabalho desrealizado, lhe é negado.

Fora tal questão, o mercado gera uma pressão social que recai sobre as gerações mais novas – pelo estilo, moda, publicidade – que gera uma poderosa necessidade de cada membro da família possuir uma renda independente para suprir suas necessidades num imenso mercado que requer consumo intenso.

O status não é mais a capacidade de fazer as coisas, mas de comprá-las, o que leva a dependência total da vida social e todas as interrelações da humanidade ao mercado e este consumo não é mais coletivo nem dentro da família, posto que cada membro tem seu salário e suas despesas. Este contexto, como é facilmente perceptível no nosso dia-a-dia, leva grande parte da nossa juventude, principalmente a mais empobrecida, ao crime organizado, já que este é o segmento em quem recai a cultura de consumo de massa, mas lhe é destinado as piores formas de trabalho e remuneração – mais uma seqüela da “questão social” que creditamos a disfuncionalidade de sujeitos da família trabalhadora.

Este aspecto é apenas parte de um todo mais complexo: à medida que a vida social e familiar da comunidade são enfraquecidas, novos

ramos da produção surgem para preencher a lacuna no intuito de expandir o mercado mundial, comando pelos todo-poderosos monopólios.

[...] e à medida que novos serviços e mercadorias proporcionam sucedâneos para relações humanas sob a forma de relações de mercado, a vida social e familiar são ainda mais debilitadas. Trata-se pois de um processo que implica alterações econômicas e sociais de um lado, e profundas mudanças nos padrões psicológicos e afetivos de outro. (BRAVERMAN, 1987, p. 236).

Desta forma, a partir da mera expansão econômica dos mercados, os monopólios sutilmente moldam as famílias e os indivíduos às suas necessidades e lhes controla o cotidiano.

[...] Aqui, é o inteiro cotidiano dos indivíduos que tende a ser *administrado*, um difuso terrorismo psicossocial se destila pelos poros da vida e se instila em todas as áreas que outrora os indivíduos podiam reservar-se como área de autonomia (LEFEBVRE apud NETTO, 2007, p. 39)

Vão deixando de ser espaço autônomo dos indivíduos a vida familiar e doméstica, a fruição estética, o erotismo, a criação dos imaginários, a gratuidade do ócio, etc. e se converteram em áreas de valorização potencial do capital monopolista.

[...] Não se trata, neste âmbito, tão-somente do processo de liquidação dos espaços de autonomia do indivíduo; trata-se, nomeadamente, da expansão – que parece não encontrar limites – das modalidades de investimento e de valorização próprias do capital monopolista: elas invadem e metamorfoseiam o privado [...] (NETTO, 2007, p. 39).

Mesmo que na esfera aparente o homem se apresente atomizado, vivenciando bem mais sua vida privada e individual que a coletiva, na realidade, com a universalização do mercado, o habitante da sociedade capitalista é cada vez mais enredado na trança de bens-mercadoria e serviços-mercadoria da qual há pouca possibilidade de escapar e, neste processo, fica claro, portanto, que a ruína da sociabilidade capitalista, das habilidades da família, da comunidade e do sentimento de vizinhança, fruto da universalização do mercado, deixa um vácuo. À medida que os membros da família vão trabalhar distantes um dos outros, na imensa “aldeia global”, perde-se o hábito de cuidado mútuo, conforme os vínculos de comunidade, vizinhança e amizade são

reinterpretados numa escala mais estreita para evitar responsabilidades onerosas, o cuidado dos seres humanos uns com os outros é cada vez mais institucionalizado.

Neste ponto o assistente social vive a tensão de inúmeros processos contraditórios: de um lado o Estado burguês em crise busca a enxugar gastos com o social, repassando tais responsabilidades para a sociedade civil organizada e as famílias; de outro as o mercado se mostra cada vez mais inapto a suprir as necessidades dos trabalhadores; e as relações de solidariedade entre a comunidade e a família estão cada vez mais esvaziadas, o que requer intervenções estatais mais robustas.

Ao mesmo tempo, o processo de urbanização leva a criação de novos estratos de “desamparados e dependentes” e ampliam-se os antigos.

Uma vez que nenhum cuidado se pode esperar de uma comunidade atomizada, e uma vez que a família já não pode arcar com todas essas incumbências, já que tem que arregar-se na ação para sobreviver e ‘ter êxito’ na sociedade de mercado, o cuidado de todas essas camadas torna-se institucionalizado, muitas vezes das maneiras mais bárbaras e opressivas [...] (BRAVERMAN, 1987, p. 238).

Assim como no caso da fábrica em que o problema não está nas máquinas, mas nas condições de seu uso no modo de produção capitalista, não é na existência dos serviços que está o erro, mas nos efeitos de um mercado todo-poderoso que esfacela as relações humanas e as substitui por mercadorias. Os serviços deveriam facilitar a vida social e a solidariedade social, mas têm um efeito contrário, servindo para dispor o usuário e sua família enquanto força de trabalho e consumidor atomizados.

À medida que os avanços da sociedade industrial criam utilidades domésticas e serviços que aliviam o trabalho da família, ampliam o mercado e aumentam a futilidade da vida familiar. Quanto mais as relações e os cuidados para a reprodução objetiva e subjetiva humana saem da esfera da convivência familiar e comunitária e ficam a cargo de instituições, mais as relações humanas se esvaíam de sentido.

[...] à medida que removem os fardos das relações pessoais, esvazia-se de sentimentos; à medida que criam uma intrincada vida social, despem-na dos vestígios da comunidade e deixam em seu lugar o vínculo monetário. (BRAVERMAN, 1987, p. 240).

Isto porque tais serviços não giram em torno de humanizar as relações familiares e lhes proporcionar bem-estar, mas liberar seus membros para a exploração do mercado e ampliar os lucros do capital ao criar novos ramos de serviços no processo de universalização do mercado.

A expansão do mercado mundial, portanto, subsume tudo ao capital, incluindo a família. Esta não deixa de cumprir a função requerida ontologicamente pela humanidade de a regulação necessária mais ou menos espontânea, da atividade biológica reprodutiva (MÉSZÁROS, 2009). Ocorre, porém que neste contexto histórico ela ganha contornos de família nuclear, articulada com o “microcosmo” da sociedade, o qual, além de seu papel de reprodução da espécie, participa em todas as relações reprodutivas do “macrocosmo” social, incluindo a mediação necessária das leis do Estado para todos os indivíduos e, assim, diretamente necessária também para a reprodução do Estado.

A família, enquanto “microcosmo” da sociedade, se constitui permeada pelo movimento da sociedade enquanto cumpre seu papel de reprodução humana. Neste processo, reproduz-se objetiva e subjetivamente o homem, incluindo aqui a afetividade, a personalidade, a identidade, bem como seus valores éticos e estéticos, etc. É importante ressaltar a força e a importância que tem a influência da família na constituição da consciência do ser humano. Ela, por meio de relações de afeto e pertencimento, molda a primeira consciência que o sujeito tem do mundo. Segundo Iasi (1999), se a consciência é a interiorização das relações vividas pelos indivíduos, devemos buscar as primeiras relações que alguém vive ao ser inserido numa sociedade. A primeira instituição que coloca o indivíduo diante de relações sociais é a família. Ao nascer, o novo ser está dependente de outros seres humanos, no caso do estágio cultural de nossa sociedade: seus pais biológicos. Por isso, consideramos que crianças e adolescentes são fortemente influenciados pelas famílias, muitas vezes sendo centralmente mediado por elas algumas das sequelas da “questão social”, tal como a violência doméstica, o desenvolvimento de transtornos mentais, dependência química, violência sexual, etc.

De acordo com Iasi (1999), é na interação com o mundo externo que se forma o psiquismo, a estrutura básica do universo subjetivo do indivíduo. Chegamos ao mundo munidos apenas de nosso corpo orgânico e de seus instintos, ou impulsos básicos (o que Freud chama de ID). A vivência das relações na família permite que se interiorize estas relações construindo o universo interiorizado. Buscando o prazer e tentando evitar o desprazer, o EGO visa a realizar as exigências do ID, levando em conta a realidade que limita as condições desta satisfação. A

ação dos pais mediatiza as exigências sociais, histórica e socialmente determinadas apresentando-se ao EGO em formação como uma força a ser levada em conta na sua busca de equilíbrio e adaptação. Isto "deixa atrás de si", diz Freud, "como que precipitado, a formação de um agente especial no qual prolonga-se a influência parental", o SUPEREGO. O externo se interioriza, uma relação entre o EGO e o mundo externo interioriza-se, formando uma parte constitutiva do universo subjetivo do indivíduo.

Pensemos no homem desrealizado e estranhado do mundo que não se reconhece em nada, nem em seu trabalho, na sua esposa ou no seu filho e os agride, ou recorre a dependência química; ou pensemos nos trabalhadores exaustos por sua jornada de trabalho intensiva e extensivamente explorada e o cansaço físico que lhes tira o ânimo e entusiasmo de exercerem seu papel educativo de pais e mães; na pobreza material que leva pais a verem em seus filhos a mercadoria que podem explorar por meio do trabalho infantil (vendendo objetos, pedindo esmola, traficando, cortando cana, explorando-os sexualmente, etc); e diante deste quadro pensemos que seres humanos a sociedade do capital vem formando, quais experiências tem estruturado as personalidades humanas, que tipo de superego vem sendo formado e podemos perceber que o esvaziamento e a subversão que o mercado mundial promove no homem por meio das suas relações humanas reificadas e estranhadas. Tudo isso só nos faz concordar com Marx (2006, p. 55) ao afirmar que:

O palavreado burguês sobre a família e a educação, sobre a intimidade das relações entre pais e filhos torna-se tanto mais repugnante quanto mais a grande indústria dilacera cada vez mais os laços familiares dos proletários [...]

Assim, de forma sutil e silenciosa, no processo em que o capital se lança freneticamente a toda área em que é possível extração de lucros, reorganiza totalmente a sociedade, criando uma vida social totalmente diferente que a de anos atrás.

E esta incansável e insaciável atividade do capital continua a transformar a vida social quase que diariamente diante dos nossos olhos, sem cuidar em que ao assim fazer está criando uma situação na qual a vida social torna-se cada vez mais impossível (BRAVERMAN, 1987, p. 218)

Este esfacelamento objetivo e subjetivo dos seres humanos na era do capital monopólico não é fruto de indivíduos desajustados. Argumentamos ser desdobramento da ordem social que coloca as

necessidades de lucro acima das humanas e se agudiza na medida em que o capital, seguindo sua natureza de concentrar nas mãos de poucos e dissipar pobreza e carência, precariza as condições de vida da família trabalhadora, fruto de empregos mal-remunerados, subempregos e estratégias de sobrevivência, sobremaneira nos países Latino Americanos. Desta forma: “A família em sua plenitude, existe apenas para a burguesia; mas encontra seu complemento na ausência forçada da família, imposta aos proletários, e na prostituição pública.” (MARX, 2006, p. 54)

No entanto, por uma questão de luta de classes, será o trabalhador e a família trabalhadora da fase monopólica do capital o alvo das políticas sociais, os “cidadãos fracassados” que precisam ser “reintegrados”: para os pais desempregados, formação profissional; para os pais empregados que não têm tempo para ficar com os filhos, escola para educar estes e socializa-los enquanto força de trabalho; CAPS para a criança que enlouquece com a falta de afeto ou para o adulto que desenvolve um transtorno mental ou uma dependência química para suportar seu dia-a-dia; serviço de convivência familiar ou comunitária para os indivíduos que padecem de solidão; aposentadoria e outros benefícios aos idosos e impossibilitados ao trabalho. É desta forma atomizada que o assistente social irá, via políticas sociais, enfrentar tais situações humanas que se convencionou denominar de sequelas da “questão social” e que se materializam na vida do trabalhador e sua família.

Contudo, o que observamos na superfície da sociabilidade capitalista é que, por um lado, eleva-se o número de instrumentos legais e institucionais para prover as necessidades da classe trabalhadora, todas elas de forma individualizada, mas, numa aparente contraditoriamente, de outra parte a condição de vida do trabalhador e sua família só se deteriora, como se houvesse uma lei acima das vontades individuais. E na realidade há. Mas não são leis naturais e imutáveis, como reivindicam os apologistas do capital.

Sob estas leis oriundas da luta de classes estão submetidos os indivíduos, suas famílias e comunidade, onde o assistente social e chamado a intervir. Por meio da compreensão das leis que regem a sociabilidade capitalista vamos resgatar com toda a sua complexidade o que significa atuar junto às refrações da “questão social”, para o qual temos que recorrer às duas categorias-chave de explicação da sociabilidade capitalista: trabalho alienado e propriedade privada dos meios fundamentais de produção.

4. **REVIGORANDO O ENTENDIMENTO DA “QUESTÃO SOCIAL” NO CAMPO DA PROCESSUALIDADE HISTÓRICA**

Na agenda contemporânea do Serviço Social a “questão social” é ponto saliente e praticamente consensual, embora, conforme já pontuamos, este entendimento tenha se tornado um clichê esvaziado de sentido. Esta notoriedade da “questão social” se deve em parte à pressão que ela exerce sobre a prática do Serviço Social. Após duas décadas de derrota da ditadura no Brasil, a chamada dívida social só foi acrescida; outra porque o processo de renovação exigiu atualização da formação acadêmica que está ancorando um projeto formativo na intervenção sobre a “questão social”.

O uso da expressão “questão social” está disseminado no Serviço Social, mas esvaziado de seu conteúdo e requerendo “reparos conceituais” no sentido de buscar seu sentido dentro do movimento histórico que lhe origina para que o assistente social possa compreendê-la de forma acertada e pensar em intervenções coerentes com a realidade. Segundo Netto (2007), este conceito tem uma história recente, utilizado pelas primeiras vezes em cerca da terceira década do século XIX nos mais diferentes espectros políticos, fruto da primeira onda industrializante da Europa.

Tratava-se do fenômeno de pauperismo massivo da população trabalhadora a partir da instauração do capitalismo ainda em sua época concorrencial. Segundo o autor, a novidade deste fenômeno não era o processo de pauperização em si – que data de antigüíssimas datas – mas no fato de que a pauperização crescia na medida em que aumentava a capacidade social de produzir riqueza. Se na antiguidade a pobreza estava vinculada a um quadro generalizado de escassez, agora seu aumento estava conectado a um quadro geral de ampliação da riqueza social.

A partir da segunda metade do século XIX a expressão “questão social” deixou de ser utilizada indistintamente e desliza para o vocabulário próprio do pensamento conservador posto para a manutenção e a defesa da ordem burguesa, perdendo sua estrutura histórica que é crescentemente naturalizada, tanto no pensamento conservador laico quanto no confessional.

No pensamento laico, é compreendida como o desdobramento, na sociedade moderna, de características inelimináveis de toda e qualquer ordem social que podem, no máximo, ser objeto de intervenção política limitada, capaz de limitá-las e reduzi-las, através de um ideário

reformista. No caso do pensamento confessional, este concebe apenas sua exacerbação como contrária a vontade divina. Em qualquer dos dois casos – que aliás são complementares no campo político-prático dessas duas vertentes de conservadorismo, a “questão social”, numa operação simultânea à sua naturalização, é convertida em objeto de ação moralizadora. “[...] E, em ambos os casos, o enfrentamento das duas manifestações deve ser função de um programa de reformas que preserve, antes de tudo e mais, a propriedade privada dos meios de produção [...]” (NETTO, 2007, p. 155), combatendo as manifestações da “questão social” sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa: trabalho alienado e propriedade privada dos meios de produção.

A explosão dos trabalhadores de 1848 na França promoveu algumas rupturas com a base política que até então calçava o seu movimento, resultando na clareza de que a resolução efetiva do conjunto problemático chamado de “questão social” só ocorreria com a transformação radical da ordem burguesa. A partir daí, o pensamento revolucionário passou a identificar na expressão “questão social” um conceito evasivo, só empregado para indicar traço mistificador.

Mas a compreensão política não quer dizer compreensão teórica. É apenas com a publicação de *O Capital* em 1867 que à razão teórica ascendeu a compreensão do complexo de causalidades da “questão social” por meio da lei geral de acumulação capitalista.

Marx (2006) percebeu ainda na juventude que na sociedade capitalista, quanto mais o trabalhador oferece de si em seu trabalho, menos ele tem de si no próprio trabalho, no mundo e em si mesmo. O autor percebeu que no processo produtivo capitalista, o trabalhador se torna apêndice da máquina que o subjuga, que acumula em si o conhecimento acerca do trabalho e transforma as atividades do trabalhador em meras atividades mecânicas esvaziadas de qualquer sentido, tanto mais empobrecido quanto mais riqueza produz.

Era notório no processo de emersão da sociedade capitalista que a expansão da capacidade de produção de riqueza era acompanhada, contraditoriamente, pelo aprofundamento da pobreza vivida pela classe trabalhadora. Assim, este esvaziamento é tanto subjetivo (conforme abordamos brevemente no tópico 1) quanto objetivo (que pretendemos apresentar agora). Partindo do plano econômico – ao qual vamos destrinchar nas páginas a seguir – iremos demonstrar o movimento de exploração objetiva do trabalhador que traz desdobramentos subjetivos – alienação e estranhamento e é sobre este complexo que o assistente social é chamado a intervir.

Conforme Marx (2011), é o trabalhador que constrói com as próprias mãos os fios de ouro que o aprisiona: a riqueza social que lhe é roubada ainda no processo de produção, quando o que produz com o suor do seu rosto se torna propriedade dos donos dos meios de produção, do capitalista que o emprega. Argumentamos que tal dinâmica de exploração do trabalho ainda é a base da sociedade contemporânea, porém, sob condições mais agudas e complexas e sempre originadas da relação do trabalho alienado com a propriedade privada dos meios de produção.

Assim, para compreendermos o solo econômico que engendra a “questão social”, vamos abordar três grandes descobertas de Marx (2011): o trabalho explorado, a lei geral de acumulação capitalista e a superpopulação relativa.

A. REAFIRMANDO A CENTRALIDADE DO TRABALHO (EXPLORADO)

Contradizendo o que diz os pós-modernos, não há como entender sem preconceitos e moralismo a pobreza e outras refrações da “questão social” a qual requer intervenção profissional do assistente social se não partirmos da exploração do trabalho, cerne da luta de classes, como chave explicativa. Na teoria social de Marx, o “trabalho”, segundo Lukács (1979) é entendido como categoria ontológica fundante do homem, pois dele se desdobram as demais categorias, posto que é através dele que o homem imprime na realidade objetiva (causalidade) um objetivo pré-idealizado (teleologia); que promove o metabolismo do homem com a natureza, modificando-a naquele produto (valor-de-uso) necessário para a satisfação de sua necessidade e; transforma o próprio homem que vai se “civilizando”, ou seja, saindo da base biológica – daquilo que ele era meramente biológico, enquanto um animal mais desenvolvido – para a social – este homem moderno complexo, pensante, cheio de dilemas e sentimentos, que tem que trabalhar para sobreviver e comprar tudo o que necessita no mercado, necessidades cada vez mais artificiais, produzidas pela fetichizante necessidade de reprodução de lucros cada vez mais ampliados, baseados na exploração do trabalho humano de forma cada vez mais ampliada, levando àquilo que o assistente social acompanha todos os dias – miséria, violência, falta de perspectiva, perdas de vidas – e é chamado para intervir com o discurso de garantidor de direitos.

No entanto, é impensável, dentro do método marxiano, que pretende reproduzir no pensamento o movimento da realidade, refletir sobre o trabalho sem contextualizá-lo historicamente. Então, cabe-nos lembrar que o trabalho na atualidade está sob o domínio de uma forma específica do homem se relacionar com a natureza e com os indivíduos entre si para prover suas necessidades (do corpo e espírito) e garantir sua reprodução individual e social que, na atualidade, se dá mediado pela “fábrica despótica”, dentro do modo de produção capitalista (Mészáros, 2009). É, portanto, o trabalho assalariado – pautado na alienação do trabalho e na propriedade privada dos meios fundamentais de produção - a forma de trabalho que caracteriza a sociedade do capital a que desdobra a totalidade da sociabilidade capitalista, já que no plano ontológico, o trabalho possui centralidade.

Por isso, Marx (2002), ao lançar sua crítica ontológica à economia política, irá desvelar a forma como se dá o trabalho na sociedade capitalista que, por ser uma sociedade cindida em classes, está inserido numa relação de exploração do trabalho na qual o burguês – dono dos meios de produção – “contrata” indivíduos livres e legalmente iguais – trabalhadores igualmente desprovidos dos meios de garantir sua subsistência, obrigados a vender sua capacidade física e espiritual de trabalho (força de trabalho) para sobreviver, e, tal como qualquer outra mercadoria, é utilizada para a produção de lucros. Nas palavras de Marx (2002, p. 211):

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho consome-a, fazendo o vendedor dela trabalhar. Este, ao trabalhar, torna-se realmente no que antes era potencialmente força de trabalho em ação, trabalhador.

Através do trabalho, segundo Lukács (1979) o homem instaura na natureza (causalidade) ações direcionadas por uma intencionalidade (teleologia) através das quais ele cria produtos que supram suas necessidades (valor-de-uso). Ocorre, porém, que com o aumento da produtividade e a possível produção de excedente, o homem passou a estabelecer trocas, passando o produto a ter um valor-de-troca. Na sociedade capitalista, formação social mais complexa e de sociabilidade mais desenvolvida já produzida pelo homem, as trocas se intensificaram e o valor-de-troca se sobrepõe ao valor-de-uso “Produz valor-de-uso apenas por serem e enquanto forem substrato material, detentores de valor-de-troca.” (Marx, 2002, p. 220)

Segundo o autor, a produção de valor-de-uso na sociedade capitalista tem dois objetivos: produzir valor-de-uso que tenha valor-de-troca e produzir uma mercadoria que tenha mais valor do que o conjunto de mercadorias necessárias para produzi-la. O burguês quer produzir uma mercadoria que, além de valor-de-uso, possua valor e não só valor, mas valor excedente, sendo que este valor pode unicamente ser produzido pelo trabalho, medido pela quantidade de trabalho necessário (tempo socialmente necessário) para produzir determinado produto (valor-de-uso). Descobre o autor que o contrato de trabalho celebrado entre dois (formalmente) iguais no qual o possuidor dos meios de produção paga (salário) para a utilização da força de trabalho daqueles expropriados dos meios de subsistência para produzir valor não é uma relação benéfica para ambas as partes. Esta produção de valor é feita para além do necessário para a reprodução física e espiritual do trabalhador. Este excedente que é expropriado do trabalhador (que fica apenas com uma ínfima parte suficiente para sua reprodução) e apropriado pelo capitalista, Marx (2002) denomina de mais-valia, cerne da exploração do homem pelo homem na sociedade capitalista e que se desdobra nas famosas “sequelas da questão social”.

Daí vem a fórmula do capital: $D-M-D'$, sendo D' maior que D . Ou seja, o capitalista possui um dinheiro D que ele investe na mercadoria M – força de trabalho – a qual, como vimos, é a única mercadoria capaz de produzir valor. Desta maneira, quando o capitalista vende a mercadoria produzida com valor agregado cujo excedente ele se apropria, gera-se o D' maior que D .

Com o desenvolvimento e complexificação da sociedade capitalista, porém, esta relação se desdobra em $D-D'$ diretamente, sem a exploração do trabalho diretamente. Esta é a fórmula que expressa a valorização do capital financeiro que, no mundo globalizado, vem tomando o centro das relações econômicas e sociais ao lado das indústrias transnacionais e, menos visíveis e atentamente analisadas, estão as instituições bancárias e as não bancárias. Este capital busca “fazer dinheiro” sem sair da esfera financeira. Trata-se de lucros nascidos de especulações bem sucedidas.

Segundo Chesnais (2005), o capital financeiro é subproduto da acumulação industrial do período da “idade de ouro” – as famílias com rendas mais elevadas, encorajadas pelas disposições fiscais favoráveis, passaram a investir suas rendas excedentes em títulos de seguro; na década de 1960, o pagamento de salários tornaram-se obrigatoriamente via banco e, assim, uma massa de dinheiro líquido que antes lhes escapavam foi-lhes direcionada.

Além deste contexto favorável, o capital financeiro não foi levado ao lugar de hoje por um movimento próprio, contando com ações do Estado. Estes promoveram reformas, desregulamentações e desbloqueios do sistema financeiro para facilitar o movimento de capitais. Foi igualmente preciso que recorressem a políticas que favorecessem e facilitassem a centralização dos fundos não reinvestidos das empresas e das poupanças das famílias.¹²

Desta maneira, segundo o autor,

[...] esses organismos (fundos de pensão, fundos coletivos de aplicação, sociedades de seguros, bancos que administram sociedades de investimento) fizeram da centralização dos lucros não reinvestidos das empresas das rendas não consumidas das famílias, especialmente os planos de previdência privados e a poupança salarial, o trampolim de uma acumulação financeira de grande dimensão. (CHESNAIS, 2005, p.36)

Nesse processo, quando a maior parte havia esquecido seu poder social e existencial, o capital portador de juros ressurgiu através dos incentivos do Estado e tomou um poder sem-igual, “graças ao movimento de acumulação financeira, e das medidas de desregulamentação foi seguido de uma evolução notável da função dos mercados e do poder dos investidores.” (CHESNAIS, 2005 p. 37)

Ocorre, porém, que no fim da década de 1970 chega ao fim a “idade de ouro” do capital com a crise de 1974/75 cujo epicentro foi justamente os bancos e a solução foi promover elevada criação de crédito para manter os incentivos estatais à economia. Créditos estes a juros exorbitantes (impagáveis), meio pelo qual os países centrais orquestram o aprofundamento da exploração dos países periféricos.

Devido a esta exploração continuada dos investidores quanto a economia mundial, “a expressão ‘ditadura dos credores’ e ‘tirania dos mercados’ foram propostas para designar [estas] relações características da finança de mercado.” (CHESNAIS, 2005, p.39). Os países imperialistas estruturaram seu poder de mando ao dominar os países do Terceiro Mundo por meio do mercado. Incentivados a se aproveitar dos créditos aparentemente vantajosos associados à reciclagem dos petrodólares, estes países foram os maiores reféns desta tirania. Nas palavras do autor, “a dívida levou a um forte crescimento da dominação

¹² Neste tocante, no Brasil contemporâneo, citamos a reforma da previdência social iniciada pelo governo FHC, aprofundada por Lula e com promessas de aprofundamento com Dilma.

econômica e política dos países capitalistas centrais sobre os da periferia” (CHESNAIS, 2005, p. 40).

Assim, a sociedade capitalista, em âmbito mundial, vai construindo um cenário de contradições insuperáveis. Além das contradições clássicas da economia capitalista, tais como quedas da taxa de lucro em fases de rápida acumulação, ou ainda as crises de superprodução, temos na atualidade a crise gerada por aquilo que o Chesnais (2005) denomina de “insaciabilidade” das finanças. Isto porque as especulações criam uma “bolha”, um vácuo entre o lucro que os especuladores esperam e aquilo realmente produzido. Uma “economia só pode dar aos mercados [financeiros] o que ela tem” (BLANQUÉ apud CHESNAIS, 2005, p. 60). Tal disparidade apenas é possível devido à exterioridade do capital portador de juros em relação à produção. Mas as crises cíclicas que vêm explodindo em diversos países do mundo trazem à tona aquilo que a burguesia faz questão de obscurecer: a centralidade da exploração do trabalho, em formas ainda mais agudas, já que quem é progressivamente oprimido e expropriado para pagar as contas impagáveis desta diferença entre especulação e riqueza real é a classe trabalhadora¹³.

Isto porque, apesar da acumulação financeira buscar o lucro do capital financeiro através da especulação a partir do próprio dinheiro (D-D´) mantendo-se fora da produção de bens e serviços, não exclui a necessidade de exploração do trabalho, como pode aparentar, já que toda produção de riqueza (a partir da qual existe a especulação e o efetivo pagamento aos investidores) é advinda do trabalho produtivo – daquela velha, mas não anacrônica, como querem alguns, fórmula D-M-D´ e as crises oriundas da especulação financeira que de tempos em tempos demonstram a absoluta artificialidade de economias inteiras, incluindo a maior potência mundial – Estados Unidos – demonstram que valor não surge espontaneamente, mas apenas mediante o trabalho humano. Relembrando a descoberta de Marx (2002), a única mercadoria que produz valor ao ser colocada em uso é a força de trabalho

¹³ A crise do capital contemporânea está se apresentando tão aguda que os “Precários e Inflexíveis”, movimento das massas portuguesas, Advindos do fato de que já não conseguem mais possuir uma mínima condição de vida por meio do trabalho e por isso, veem gritando pelas ruas que a dívida a pagar é dos patrões e não deles, demonstrando que, de tão aguda, alguns pontos centrais desta crise está evidente inclusive no senso-comum. O movimento do real é muito bem apreensível até mesmo no senso-comum, faltando a crítica que leve a compreensão crítica deste fato ainda na aparência.

(capacidade física e mental humana para o trabalho), valor medido pelo tempo socialmente necessário para criar determinado valor-de-uso.

Não há dúvida de que na atualidade existe a complexificação da sociedade capitalista e, conseqüentemente, as categorias que a compõe (Estado, exploração do trabalho, lucro, mais-valia, etc.) ganharam novas conexões e peculiaridades, sem que, conforme acabamos de abordar brevemente, deixassem, de forma alguma, de existir. Ganham-se novas conexões que trazem vivacidade através de categorias extremamente atuais, tal como o capital financeiro.

Para aqueles que argumentam acerca de um suposto anacronismo da teoria marxiana, respondemos que basta ser um trabalhador para sentir empiricamente que a exploração do trabalho prossegue, mais do que nunca, sendo o cerne da economia capitalista. Desta forma, para compreendermos as leis da sociedade que torna necessária a continua intervenção no plano econômico e social para mantê-la sobre as pernas, ainda que embora cada vez mais bambas: a lei geral da acumulação capitalista, que explica o movimento inerente a sociedade capitalista que tende a produzir para a classe trabalhadora pobreza física e espiritual em escala crescente.

B. LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Num segundo momento de reflexão, agora chamamos o leitor a compreender conosco quais são os desdobramentos desta exploração do trabalho no desenvolvimento da economia e na condição de vida da classe trabalhadora, na qual cabe ao assistente social intervir profissionalmente. Sabemos que é o trabalho explorado que explica as sequelas da “questão social”, mas ainda não temos claro como se dá esta dinâmica e é o que Marx em suas reflexões irá esclarecer ao destrinchar o que ele próprio designou de “lei geral de acumulação capitalista”.

Todo negócio, todo capital investido (C) no setor produtivo requer ser investido em estrutura física, maquinários, matérias primas, o que ele chama de capital constante (Kc); precisa também investir em força de trabalho (Kv), já que esta é a única mercadoria que gera mais-valor (mais-valia); e o resultado disso precisa necessariamente ser a obtenção de um capital maior que o investido ($D' > D$).

Conforme Marx (2011), a composição do capital se expressa nesta fórmula:

$$C = Kc + Kv + \text{mais-valia.}$$

O autor percebe que, embora a mais-valia seja exclusivamente produzida por meio da exploração da força de trabalho (Kv), com o

progresso tecnológico da sociedade capitalista, que promove o progresso das forças produtivas (novos maquinários, instrumento de trabalho, matérias primas), existe um deslocamento de investimento do capital variável para o constante (novidades tecnológicas sempre são caras) e que isso traz diversos desdobramentos para a sociedade como um todo, de forma diferenciada para capitalistas e trabalhadores. Nesta análise, já adiantamos, Marx (2011) irá destruir os sonhos daqueles que acreditam que com o crescimento do capital, é possível intervenções estatais que promovam a equidade e, por conseguinte, a superação das contradições fundamentais da ordem capitalista. Vamos analisar a influência que o aumento do capital tem sobre a classe trabalhadora.

Segundo o Marx, a composição do capital deve ser apreciada sob dois aspectos:

- Composição segundo o valor: observa a proporção entre o valor do capital constante e do capital variável;
- Composição técnica do capital: ponto de vista da matéria que funciona no processo de trabalho, ou seja, meios de produção e força de trabalho viva.

O autor salienta que existe uma estreita relação entre ambas, já que uma manifesta e determina a modificação da outra, a relação entre ambas é denominada de composição orgânica do capital. Tendo isto esclarecido, vamos a análise do movimento do capital e sua consequência para a “sorte dos trabalhadores”.

Marx inicia analisando uma situação em que não haja nenhuma alteração da composição do capital, ou seja, em que é requerida a mesma quantidade de força de trabalho para por em movimento as mesmas máquinas, a mesma quantidade de matéria-prima, etc. Neste caso, a oferta de trabalho e o fundo de subsistência aumentarão na mesma proporção do capital, isto porque, todo ano aumenta o capital, fruto do acúmulo de mais-valia, e parte dele é sempre incorporada novamente ao processo produtivo.

Marx explica que parte da mais-valia tem que se transformar em capital variável, em compra de trabalho vivo, para que haja acréscimo de capital, já que o acréscimo de valor a mercadoria advém da exploração da força de trabalho. Desta forma, no caso de haver um contexto de expansão econômica, abertura de novos mercados, então, “[...] estes fatores podem fazer a necessidade de acumulação do capital ultrapassarem o crescimento da força de trabalho, ou o crescimento do número de trabalhadores ocasionando, assim, uma elevação dos salários. (MARX, 2011, p.716)

Esse processo não rompe com qualquer lei do capital e prossegue reproduzindo constantemente de um lado capitalistas mais poderosos num pólo e trabalhadores de outro mais espoliados. Isto porque:

[...] A força de trabalho tem de incorporar-se continuamente ao capital como meio de expandi-lo; não pode livrar-se dele. Sua escravização ao capital se dissimula apenas com a mudança dos capitalistas a que se vende, e sua reprodução constitui, na realidade, um fator de reprodução do próprio capital. (MARX, 2011, p.716 – 717)

O próprio processo de acumulação aumenta, na proporção do capital, a quantidade de “pobres laboriosos” que se transformam em força de trabalho para valorização constante do capital.

Marx (2011) relembra que a compra da força de trabalho não tem por objetivo satisfazer necessidades pessoais, mas promover o aumento de capital, o que requer produzir mercadorias que contêm mais trabalho do que ele paga. A força de trabalho só é vendável quando se conserva os meios de produção como propriedade privada (da burguesia) a ser acionada pelo trabalho para ampliação do capital. Neste processo, o trabalhador reproduz o seu próprio valor como salário e proporciona trabalho não-pago, reproduzindo a riqueza como capital. O salário, assim, pressupõe trabalho não-pago ao trabalhador e, portanto, um acréscimo salarial significa diminuição do tempo de trabalho não-pago e ocorre dentro do limite que não atrapalhe o sistema.

As condições de acumulação admitidas até aqui são as mais favoráveis aos trabalhadores, já que o capital amplia seu campo de exploração extensamente e não intensamente. Este contexto permite que, com grande quantidade de mais-valia sendo gerada (e a grande necessidade de força de trabalho), o trabalhador se aproprie de porção importante do seu próprio produto excedente, podendo ampliar seus gastos com móveis, roupas e formar um pequeno fundo de reserva em dinheiro, o que não elimina sua dependência e exploração “[...] a extensão e o peso dos grilhões de ouro que o assalariado forjou para si mesmo apenas permitem que fique menos rigidamente acorrentado.” (MARX, 2011, p.721)

Mas o próprio capital remove os obstáculos que ele mesmo cria. No caso de aumento salarial, o capital move-se para comprimi-lo. Tendo em vista que não é diminuição do crescimento absoluto ou proporcional da força de trabalho ou da população trabalhadora que torna o capital supérfluo mas, ao contrário, é o aumento do capital que torna a força de

trabalho insuficiente, a forma de pressionar para baixo o valor dos salários restringe-se simplesmente em dedicar maior parte da mais-valia para renda, diminuindo o volume de dinheiro capitalizado, restringindo a oferta de emprego. Fica claro, desta forma, que a oscilação de salários não depende da força de trabalho que aumenta, ou diminui; mas a diminuição do capital que torna superabundante a força de trabalho explorável. Assim, “[...] a magnitude da acumulação é a variável independente, e o montante dos salários, a variável dependente, não sendo verdadeira a afirmação oposta” (IDEM, p.723), sendo que não é a magnitude da riqueza social, nem a grandeza do capital já adquirido que levam a elevação dos salários e sim o crescimento continuado desta acumulação e a velocidade desse crescimento.

Até aqui foi analisado o acréscimo do capital sem alterar a sua composição técnica. Ocorre, porém, que na realidade se observa que chega uma fase em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se torna a mais poderosa alavanca da acumulação. A produtividade numa sociedade se expressa pelo volume de meios de produção que um trabalhador, num dado tempo, transforma em produto com o dispêndio de força de trabalho.

A massa dos meios de produção que ele transforma aumenta com a produtividade do seu trabalho. Esses meios de produção desempenham duplo papel – uns são condição para produção e outros consequências. O aumento da produtividade leva ao decréscimo da quantidade de trabalho vivo em relação a massa dos meios de produção ou reduz o fator subjetivo do processo de trabalho em relação aos objetivos. Essa mudança na composição técnica do capital leva ao aumento da massa dos meios de produção comparado ao capital variável. Ou seja, na medida em que se desenvolvem processos de trabalho e maquinários que ampliam a capacidade produtiva do trabalho, aumenta o investimento em capital constante (maquinário, matéria-prima, etc.) e reduz o investimento em capital variável (força de trabalho).

Neste contexto, portanto, a massa de meios de produção consumidos é centena de vezes maior, o que acarreta a queda do seu valor. Com isso, a diferença entre valor investido em capital constante e variável é ligeiramente reduzida, mas não elimina o aumento crescente de sua desproporção. Marx (2011) explica que o aumento da produção só ocorre com cooperação em grande escala (as máquinas são pensadas para o trabalho coletivo), o que apenas é possível quando crescem os capitais individuais e os meios de produção, assumindo a forma capitalista de produção (propriedade particular de capitalistas). O artesanato é a forma de produção que irá se transformar em modo de

produção capitalista, sendo que seu ponto de partida e todos os métodos para elevar a produtividade desenvolvida a partir daí são para elevar a produção de mais-valia. São métodos para produção de capital e acelerar sua acumulação.

Ao ampliar a massa de riqueza que funciona como capital, a acumulação aumenta a concentração de riqueza nas mãos de capital individual. O crescimento do capital social se realiza através do crescimento de muitos capitais individuais e, não se alterando as condições, o aumento de capital social ocorre junto com a concentração dos meios de produção. Com a acumulação de capital, cresce o número de capitalistas (muitas vezes das mesmas famílias). Dois pontos caracterizam a concentração que depende diretamente da acumulação.

1. Concentração de meios sociais de produção nas mãos de capitais individuais, limitado o seu ritmo pelo crescimento da riqueza social. O capital social localizado em ramo de produção reparte-se entre muitos capitalistas independentes um do outro sendo concorrente. Assim, a acumulação aparece enquanto concentração crescentemente dos meios de produção.

2. Na competição entre capitalistas, ocorre a centralização de capital nas mãos de poucos, através da repulsa recíproca de muitos capitalistas individuais. Não se trata aqui da concentração simples de capital por meio da concentração de meios de produção e comando único do trabalho, conforme acima descrito; estamos falando da concentração de capitais já formados, da expropriação de capitalista por capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos grandes capitais “está é a centralização propriamente dita, que não se confunde com a acumulação e concentração” (Marx, 2011, p.729)

Para explicar este fenômeno, Marx (2011) ressalta que a batalha da concorrência é conduzida pela redução dos preços das mercadorias para que se ganhe mercado. Não se alterando as condições, o barateamento das mercadorias se dá pelo aumento da produtividade. Os grandes capitais, que possuem mais recursos para investir em tecnologia, tendem a esmagar os pequenos¹⁴.

Marx (2011) aponta também diante disso que com o desenvolvimento do capitalismo, aumenta a dimensão mínima de capital individual para levar adiante um negócio em condições normais. Neste processo, ressalta-se o papel do crédito, destacando que de início parecia ser um modo modesto de auxiliar a acumulação, mas que passou a ser

¹⁴ Este é o princípio que vai culminar na globalização-mundialização do capital e na formação dos monopólios (VALÊNCIA, 2009; MÉSZÁROS, 2009)

“fios invisíveis” que leva para as mãos dos capitais meios financeiros dispersos, tornando-se “uma arma nova e terrível na luta da concorrência, e transforma-se, por fim, num imenso mecanismo social de centralização de capitais.” (Marx, 2011, p.730)¹⁵

Afirma o autor que a concentração (pelo aumento do capital social) é muito mais lenta que a centralização e é principalmente desta que se torna possível a alteração da composição técnica do capital aumentando o capital constante às custa do capital variável, reduzindo assim, a oferta relativa de emprego.

O capital adicional formado no curso da acumulação atrai, relativamente a sua grandeza, cada vez menos trabalhadores. E o velho capital periodicamente produzido com nova composição repele, cada vez mais, trabalhadores que antes empregava. (IDEM,2011,p.731)

Eis o cerne do movimento do capital que gera, por sua própria natureza, o desemprego da classe trabalhadora que já não consegue prover suas necessidades por meio do trabalho assalariado. Sendo a oferta de emprego determinada não pela magnitude do capital constante, mas do capital variável, o aumento da produtividade culmina no desemprego “[...] com o aumento do capital global, cresce também sua parte variável, ou força de trabalho que nele incorpora, mas em proporção cada vez menor.”(IDEM, p.732), sendo tendencial a redução do intervalo de tempo em que a acumulação de capital resulta na alteração da base técnica do capital.

Desta forma, é necessário que o capital global cresça em progressão acelerada para absorver numero adicional de trabalhadores, o que dá a impressão de que ocorre crescimento absoluto da população muito maior do que o capital variável, mas a verdade é que a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias de expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente. “Por isso, a população trabalhadora, ao produzir a acumulação de capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua [...]” (Marx, 2011, p.734)

Esta análise foi feita por Marx no século XIX, sem contar com a microeletrônica, a robótica e outras tecnologias que prosseguiram

¹⁵ E tal como destacamos, esta é uma das principais formas do capital mundial obter (artificialmente) lucros exorbitantes.

expulsando maciçamente os trabalhadores do mercado de trabalho, o que requereria um crescimento econômico ainda mais vultuoso para absorver os trabalhadores. Imaginemos, agora, o destino da classe trabalhadora num contexto de capitalismo em crise estrutural em que o PIB brasileiro cresce 2,7% ao ano¹⁶, metade do previsto pelo governo; ou o índice irrisório de 0,8% do primeiro trimestre de 2012¹⁷.

É esta a contradição básica que gera a penúria objetiva e subjetiva da classe trabalhadora na qual o assistente social é chamado a intervir de forma parcial e fragmentada pelas políticas sociais, já que sua solução só é possível com o fim da exploração do trabalho. Isso faz do comunismo a saída racional do dilema no qual a sociedade se encontra: na medida em que a produtividade aumenta aceleradamente com a empresa gigante que se mostrou “um instrumento de eficiência sem precedente na promoção da ciência e tecnologia, e em sua colocação a serviço da produção de mercadoria” (BARAN; SWEEZY, 1966, p.339), cria condições históricas objetivas de proporcionar a todos bem-estar social, suprindo-lhes as necessidades do corpo e do espírito, dar a todos uma educação mais completa e tempo livre para desenvolver plenamente as possibilidades de cada um; mas a humanidade prossegue, a cada dia que a sociedade capitalista se mantém, optando pela manutenção da propriedade privada dos meios de produção e o intermédio das necessidades humanas pelo mercado. Os homens continuam se especializando e se isolando, aprisionados nas estreitas celas preparadas pela divisão do trabalho, sufocadas as suas faculdades e reduzidas as suas mentes, buscando um “lugar ao sol”, um trabalho para que supra suas necessidades, o que se torna cada vez mais escasso.

C. SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA

Desmistificando a condição de empregabilidade e, portanto, as condições materiais de existência enquanto um problema do indivíduo atomizado, fica claro que é da própria natureza da sociedade capitalista ter um contingente populacional excluído do mercado de trabalho – a superpopulação relativa – que compõe o público-alvo do assistente social –, o até então “cidadão fracassado”.

Estamos demonstrando que seu fracasso na verdade é o fracasso desta forma de sociabilidade que simplesmente fecha os olhos para as

¹⁶ Dado disponível em <http://www.bbc.co.uk>

¹⁷ Dado disponível em <http://www.em.com.br>

necessidades humanas e as coloca subjugadas as necessidades do capital. A condição de vida de cada um de nós trabalhadores é, na verdade, fruto de uma dinâmica perversa de sociedade que rebete na precarização da vida dos trabalhadores, e requeremos ser esta a linha de análise que explica a situação particular de cada usuário que requer a intervenção profissional do assistente social e que cabe a este profissional apreender o que há de singular na condição de vida do sujeito em questão, mas que articula tais questões à totalidade macro histórica. Já demonstramos o movimento econômico que gera a classe trabalhadora explorada e espoliada. Agora iremos ver como Marx (2011) percebe os rebatimentos do movimento da lei geral da acumulação capitalista na vida dos diferentes segmentos da classe trabalhadora.

Marx (2011) analisa que a população excedente é produto necessário da acumulação capitalista, seja em fase ascendente ou em crise como a que vivenciamos¹⁸. Ela se torna a alavanca da acumulação, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista. Todo modo de produção tem uma lei de população peculiar e que a do capitalismo consiste em que a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz de maneira igualmente crescente os meios que fazem dela uma população supérflua. O exército industrial de reserva “[...] proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado [...]” (IDEM, p.735)

Explica o autor que o capital investe nos diferentes ramos que dão lucratividade e, por isso, grandes massas humanas têm de estar disponível para ser ocupada nestes ramos sem prejudicar os demais. A expansão do capital depende, assim, de força de trabalho explorável, o que foi possível pelo processo de “liberar” continuamente parte dos trabalhadores com métodos que diminui o número de trabalhadores em relação a produção aumentada.

[...] Toda forma do movimento da industrialização moderna nasce, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em desempregada ou parcialmente empregados [...] (IDEM, p.736)

¹⁸ Evidente que os momentos de crise aprofundam e potencializam as contradições que abordaremos, como também a precariedade da vida do trabalhador.

Para o modo de produção capitalista não basta a superpopulação relativa fornecida pelo crescimento natural da população. O desenvolvimento da força produtiva do trabalho causou ao mesmo tempo acumulação, capacitou ao capitalista colocar em ação maior quantidade de trabalho com mesmo dispêndio de capital variável explorando mais intensiva e extensivamente o trabalhador. Assim, com o progresso da acumulação, o capital constante maior põe em movimento maior quantidade de trabalho sem recrutar mais trabalhadores e, finalmente, mobiliza força de trabalho inferior, expulsando a de nível superior.

O trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército industrial de reserva, enquanto, inversamente, a forte pressão que este exerce sobre aquela, através da concorrência, compele-o ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital, incluindo aí a compressão de salários. A condenação de uma parte da classe trabalhadora a ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo de outra parte, tornam-se fonte de enriquecimento individual do capitalista.

Os movimentos gerais dos salários se regulam exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva correspondente às mudanças periódicas do ciclo industrial e não do número absoluto da população trabalhadora. Marx ironiza: “[...] seria na verdade uma linda lei a que fizesse o movimento do capital depender da variação absoluta da população em vez da oferta e procura de trabalho serem as variáveis dependentes da expansão do capital [...]” (MARX, 2011, p.741).

Contudo, coerente com o processo de subsunção do trabalhador à máquina dentro desta lei econômica, o autor desmente a crença de que a tendência do capital é de se ampliar e oportunizar bem-estar a seus cidadãos, como se as mazelas desta sociedade fossem consequência de um descaminho, um erro, um problema do não desenvolvimento do capital.

[...] Quando se introduz maquinaria nova ou se amplia a velha, parte do capital variável se transforma em capital constante [...] Ficam sem emprego não só os trabalhadores expulsos diretamente pela máquina, mas também seus sucessores e o contingente adicional que seria regularmente absorvido com a expansão ordinária dos negócios em sua base antiga [...] (MARX, 2011, p. 742)

Ou seja, ao invés de bem-estar, o incremento absoluto de capital gera uma superpopulação relativa, já que não é acompanhado de aumento na mesma proporção de oferta de trabalho. Assim, a oferta de trabalho não se identifica com o crescimento do capital, nem da classe trabalhadora. Apenas o aumento do capital eleva a oferta de trabalho (numa proporção cada vez menor, visto que o desenvolvimento das forças produtivas leva sempre ao aumento do investimento em capital constante do que variável, proporcionalmente), mas também leva ao aumento numérico dos trabalhadores desempregados, na medida em que os liberam; ao mesmo tempo, a pressão dos desempregados compele os empregados a fornecer mais trabalho por salários cada vez mais comprimidos “já que leva a uma grande oferta de trabalhadores em relação a sua demanda. Nessas condições, o movimento da lei de oferta e da procura de trabalho torna completo o despotismo do capital” (IDEM, p.744).

Diante desta descoberta, o autor explica pelo próprio movimento do capital a existência da superpopulação relativa, para além de olhares meritocráticos ou moralizantes e percebe que esta parcela da população existe sob variados matizes, sendo que o trabalhador faz parte dela enquanto está desempregado ou empregado parcialmente, sendo este o público-alvo do exercício profissional do assistente social. Pode aparecer de forma mais aguda, como nos momentos de crise, ou crônica, nos momentos de paralisação. Marx (2011) destaca três formas que ela assume: flutuante, latente e estagnada.

Explica o autor que existe uma parcela da superpopulação relativa que vive nos centros da indústria moderna, onde ora são repelidos do mercado e passa por momentos difíceis, ora são requeridos, de modo que, em seu conjunto, aumente o número de empregados, embora em proporção decrescente em relação a escala de produção. Aí a superpopulação assume a forma flutuante.

Marx (2011), em sua época, aponta que a expectativa de vida entre os trabalhadores era cerca da metade que da classe abastada. Com isso, para a classe trabalhadora, quanto mais é precária sua condição de vida, mais se faz necessário que se reproduza e com maior velocidade. “[...] Esta necessidade social é satisfeita por meio de casamentos prematuros, consequência necessária das condições em que vive os trabalhadores da grande indústria, e pelos prêmios que a exploração das crianças proporciona à sua procriação.” (MARX, 2011, p.746)

Existe também a superpopulação relativa que a vivência de forma latente. Explica Marx (2011) que quando a produção capitalista se

apodera da agricultura, a acumulação de capital diminui a procura absoluta por trabalhadores rurais. Por isso, estes estão sempre na iminência de se transferir para as fileiras do proletariado urbano, aguardando o melhor momento para migrar, tendo por limite a própria necessidade do campo de uma superpopulação relativa latente, “o trabalhador rural é rebaixado ao nível mínimo de salário e está sempre com um pé no pântano do pauperismo.” (MARX, 2011, p.746). No Brasil existe esta mesma camada de superpopulação latente que sai do campo para a cidade, das cidades do interior para grandes cidades, das regiões mais empobrecidas para as mais ricas, ou seja, um movimento migratório em busca de formas de ganhar a vida na qual, via de regra, vivenciam a xenofobia dentro de seu próprio país.

Quanto a superexploração relativa estagnada, Marx (2011) a conceitua como parte do exército de trabalhadores em ação, mas com sua situação de trabalho totalmente irregular, com condição de vida abaixo do nível médio da classe trabalhadora e, justamente por isso, se torna a base ampla de ramos especiais de exploração do trabalho. “Na realidade, a quantidade de nascimentos e óbitos e o tamanho absoluto das famílias está na razão inversa do nível de salário e, portanto, da quantidade de meios de subsistência de que dispõe as diversas categorias de trabalhadores.” (IDEM, p.747).

Existe ainda um outro segmento da superpopulação relativa que vegeta na indigência, do pauperismo absoluto que se divide em três: os aptos a trabalhar, órfãos e filhos de indigentes que vão engrossar o exército industrial de reserva e os degradados, desmoralizados, incapazes de trabalhar. São os indivíduos que sucumbem por sua incapacidade de adaptação à sociabilidade capitalista, sendo que “o pauperismo constitui o asilo dos inválidos” (IDEM, p.747).

Fica aqui explicitadas as leis econômicas que demonstram que as pessoas que compõem os ramos da superpopulação relativa não são “cidadãos fracassados”, elas não possuem qualquer disfunção social, ou outra debilidade, como aparece no senso comum. São, antes, resultado de um processo histórico no qual, resultado do aumento da produtividade do trabalho social, a partir de meios de produção que lhe são alheios, estes em quantidade sempre crescente, podendo, porém, ser mobilizada com um dispêndio cada vez menor de trabalho humano. A produtividade do trabalho leva a maior pressão dos trabalhadores sobre os meios de emprego e tanto mais precária se torna sua condição de existência.

Na sociedade capitalista, a população trabalhadora aumenta sempre mais rapidamente do que as condições em que o capital pode

empregar os acréscimos desta população para expandir-se, ainda mais no contexto de crise estrutural do capital. À acumulação de miséria corresponde a acumulação de capital e é por isso que as políticas sociais não podem alterar este processo de pauperização da classe trabalhadora, já que não toca na exploração do trabalho e na propriedade privada dos meios fundamentais de produção. Assim, as sequelas da “questão social” continuarão sendo engendradas pelo movimento histórico ora desvelado e ao assistente social será demandada intervenções profissionais.

Isso porque, por outro lado, para manter a ordem na era dos monopólios, em que a riqueza encontra-se profundamente concentrada nas mãos de poucos capitais, faz-se premente que o Estado intervenha crescentemente nas consequências da exploração da classe trabalhadora, em outras palavras, na refração da “questão social”:

[...] o desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’ – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social’; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital[...] Não se suprime a primeira conservando-se o segundo. (NETTO, 2007, p. 157).

Tendo em vista que a “questão social” é traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – a exploração – cumpre ressaltar que:

[...] longe de qualquer unicasalidade, ele implica a intercorrência mediada de componentes históricos, políticos, culturais, etc. sem ferir de morte os dispositivos exploradores do regime do capital, toda luta contra as suas manifestações sócio-políticas e humanas (precisamente o que se designa por “questão social”) está condenada a enfrentar sintomas, conseqüências e efeitos. (NETTO, 2007, p. 157).

Destarte, por meio desta análise marxiana “o que fica interdito é, tão somente, qualquer ilusão acerca do alcance das reformas no interior do capitalismo.” (NETTO, 2007, p. 158), e aí chamamos atenção para a impotência das políticas sociais, já que não superam as leis que regem a sociedade capitalista, não sendo capazes de superar as refrações da “questão social”. Conforme se realizam, mais se aprofundam as contradições destas leis, mais agudas se tornam as refrações da “questão social”, de modo que nos tempos de capital financeiro, pontua Iamamoto (2008, p. 125):

O predomínio do capital-fetice conduz à banalização do humano, à descartabilidade e indiferença perante o outro, o que se encontra na raiz das novas configurações da questão social na era das finanças. Nessa perspectiva, a *questão social* é mais do que expressões da pobreza, miséria e exclusão. Condensa a banalização do humano, que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social – e dos sujeitos que o realizam – na era do capital fetice. A subordinação da sociabilidade humana às coisas – ao capital-dinheiro e ao capital mercadoria –, retrata, na contemporaneidade, um desenvolvimento econômico que se traduz como barbárie social [...] (IAMAMOTO, 2008, p. 125).

A “questão social” expressa, portanto, a subversão do humano – própria da sociedade capitalista contemporânea – que se materializa na naturalização da desigualdade social e a submissão das necessidades humanas ao poder das coisas, conduzindo à indiferença ante os destinos de enormes contingentes de homens e mulheres trabalhadores universalmente subjugados, abandonados e desprezados, pois são “sobrantes” para as necessidades médias do capital. Compreender a “questão social” desta maneira é compreender que a luta de classes é a força motriz desta e da sua forma de enfrentamento: as políticas sociais.

Isto porque simplesmente abandonar este contingente humano a sua própria sorte pode ter consequências nefastas para o capital. Em primeiro lugar, criaria um contexto de intensa insatisfação que colocaria em risco a hegemonia do capital; depois que o próprio capital poderia ver sua lucratividade limitada pela ausência de força de trabalho para empregar em novos ramos, ou nos já existentes em momentos de expansão.

Desta maneira, faz-se necessárias intervenções estatais nas refrações da “questão social”, por meio das políticas sociais mediante a qual o Estado mantém sua figura de neutralidade, promove a coesão social e atende a necessidade do trabalhador de forma parcial e fragmentada, enquanto força de trabalho.

5. AS POLÍTICAS SOCIAIS SUBSUMIDAS A POLÍTICA ECONÔMICA

Até aqui, ao abordarmos a sociabilidade da ordem capitalista, a família, a comunidade e o movimento histórico que engendra a “questão

social”, explicamos apenas uma parte do que o assistente social vê no seu dia-a-dia profissional, o universo sobre o qual é chamado a intervir: os homens atomizados, desrealizados, os “cidadãos fracassados” submetidos a pobreza cada vez mais ampliada, a desumanização cada vez mais aguda, na proporção em que se coisifica as pessoas e suas relações, fruto da sociedade do capital, falida por suas contradições inelimináveis.

Agora iremos começar a destrinchar as categorias que explicitam melhor a natureza dos mecanismos institucionais através dos quais o assistente social dá as suas respostas profissionais, pertencentes a execução terminal de políticas sociais do Estado burguês. Pode aqui reinar ainda a crença na intervenção técnica de especialistas na criação de mecanismos do Estado para intervir nos “problemas” oriundos desta sociabilidade e saná-los. Argumentamos que este entendimento desconsidera totalmente a natureza historicamente constituída da “questão social”, do Estado e das políticas sociais, tolhendo as possibilidades de resposta crítica do profissional por meio de suas ações cotidianas e impossibilitando que ele compreenda os limites e possibilidades do exercício profissional.

Tendo claro que o usuário dos serviços sociais o qual o assistente social atende é fruto da própria dinâmica da sociedade capitalista, sendo produzido e (re)produzido dentro de suas condições de vida pela própria dinâmica histórica do capitalismo, exacerbada em sua era monopólica, podemos compreender o porquê que, segundo Netto (2007), apenas na era dos monopólios se pode pensar em políticas sociais públicas configurando intervenção contínua, sistemática, estratégica na “questão social”. Buscaremos argumentar que é próprio da sociedade capitalista subsumir a política social (arrancada das entranhas da sociedade burguesa por árduas lutas) a política econômica, sobretudo neste período de crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2009) .

As políticas sociais, compreendidas pelo viés ontológico-crítico, é um complexo desdobramento da sociedade alienada do trabalho assalariado que servem para promover ações que lidem com a degradação humana oriunda da exploração de uma classe sobre a outra enquanto a naturaliza e cria condições históricas mais propícias para a sua reprodução ampliada. Assim, desenvolve ações que garantam a preservação e controle da força de trabalho assegurando condições adequadas para o desenvolvimento do capitalismo monopolista enquanto no campo político dá respaldo efetivo para a imagem do Estado como mediador de interesses conflitantes. As políticas sociais atuam na “questão social” fragmentando-a e particularizando-a,

tomando-as recortadas como problemáticas particulares, posto que se tomada em sua totalidade, remete a relação capital/trabalho, o que significaria colocar em xeque a ordem burguesa. Quando se percebe um conjunto de nexos causais (tendo certo avanço em relação a visão fragmentada), mas omitindo da análise a luta de classes, o quadro de referência se centra no estatuto de “integração social” na qual se seleciona variáveis que podem ter a perspectiva de promover a redução de “disfuncionalidades” do indivíduo atomizado.

Netto (2007) ressalta que as políticas sociais no âmbito do capitalismo monopolista não são decorrência natural do Estado burguês, mas fruto da luta de classes, ressaltando que a dinâmica das políticas sociais está muito além de uma tensão bipolar. O processo de formulação é perpassado pelos cortes no conjunto dos trabalhadores, pelas fissuras no aparelho do Estado, etc.; quanto à implementação, o autor destaca que é outro campo de tensões e alianças e ressalta categorias técnico-profissionais especializadas (médicos, pedagogos, assistentes sociais, etc.) que interferem neste processo, bem como, cabe lembrar, o papel de setores da burguesia nativa e internacional parasita do Estado que lucram com as políticas sociais, destacando ainda o papel das agências privadas da sociedade civil e o próprio capital financeiro. Enfim, as políticas sociais apenas podem ser compreendidas dentro da processualidade histórica e da luta de classes – sua força motriz.

Lenhardt e Offe (1985) analisando a luta de classes na Europa constroem algumas hipóteses para explicação dos processos políticos que engendram as políticas sociais e embora a realidade europeia seja muito diferente da latino-americana, sobretudo no processo de emergência da ordem burguesa em cada localidade, entendemos que sua análise nos traz preciosas contribuições, posto que resgata a centralidade do trabalho na estruturação das políticas sociais, descrevendo a forma como elas atuam no sentido de formatarem seres humanos enquanto mercadoria força de trabalho, promovendo a coesão social entorno do trabalho assalariado.

A primeira hipótese se refere a tese de que a política social é a forma pela qual o Estado tenta resolver o problema da transformação duradoura de trabalho não-assalariado em trabalho assalariado. Esta análise denota que a centralidade do trabalho para a produção de valor se desdobra em outras esferas, como nas políticas sociais que organizam um conjunto de ações estatais para a transformação do homem em força de trabalho, para aceitação desta forma violenta de trabalho como meio de vida.

Os autores analisam que com a introdução de técnicas produtoras capitalistas, várias mudanças se processaram de modo a destruir as formas até então dominantes de uso da força de trabalho,

[...] os indivíduos atingidos por tais processos entram numa situação na qual não consegue mais fazer a sua própria capacidade de trabalho a base de subsistência [...] (LENHARDT; OFFE, 1985, p. 15).

Esta incapacidade do indivíduo não faz com que eles tenham ou descubram a mesma solução específica que consiste em alienar sua força de trabalho a terceiros em troca de dinheiro.

Afirmam ainda que esta saída foi construída por meio de intervenções contínuas do Estado burguês através das políticas sociais. Neste tocante, eles se utilizam de dois conceitos: proletarização ativa e passiva.

A proletarização passiva diz respeito a este processo de destruição de formas de trabalho e subsistência até então habituais que não leva automaticamente a proletarização ativa, ou seja, não faz com que tais indivíduos passem automaticamente a oferecer sua força de trabalho nos mercados de trabalho.

Do ponto de vista teórico existem diversas alternativas à proletarização ativa: emigrar no sentido de estabelecer em outro lugar o modo de vida autônomo; fugir para formas de vida e economia alternativas; baixar o nível de subsistência, recorrendo à mendicância; ampliar o período da adolescência e postergar a entrada no mercado de trabalho. Enfim, existem muitas alternativas a proletarização ativa e, ainda assim, um número ínfimo de pessoas optou por buscar tais alternativas e isto tem uma explicação para além da proletarização em si mesma.

Os autores advogam que estruturas parciais da sociedade teriam agido com vistas a enfrentar o problema da necessidade de força de trabalho do capital. Desta maneira, sustentam a tese de que a proletarização ativa não seria e nem é possível sem a intervenção de políticas estatais. Esta tese pode ser desdobrada em três problemas.

O primeiro refere-se a disponibilidade da força de trabalho despossuída a oferecer sua capacidade de trabalho no mercado de trabalho, como uma mercadoria. Ocorre que nem todas as pessoas conseguem se dispor enquanto mercadoria força de trabalho (crianças, idosos, pessoas doentes). Para estes, faz-se necessária intervenção institucional que lhes garanta proteção alheia ao mercado de trabalho e a necessidade nasce do fato de que a família e outros espaços

comunitários perdem sua eficiência (BRAVERMAN, 1987) e são supridas pelo mercado ou por regulamentações políticas formalizadas pelo Estado.

Aí emerge o segundo problema, porque apenas por meio da estatização dos subsistemas periféricos ao mercado é possível manter o controle de quem tem acesso à subsistência fora do intermédio do mercado “[...] para assegurar o controle sobre o trabalhador assalariado, é necessário definir, através de uma regulamentação política, quem pode e quem não pode tornar-se trabalhador assalariado [...]” (LENHARDT; OFFE, 1984, p. 18), nenhuma destas decisões podem depender das necessidades individuais, nem das oportunidades de subsistência fora do mercado, pois neste caso haveria uma tendência incontrolável dos trabalhadores se evadirem do mercado de trabalho. “Esta reflexão evidencia porque a constituição de uma classe de trabalhadores assalariados tem como pré-requisito a institucionalização política” (IDEM, p. 19). O terceiro diz respeito a necessidade de haver certo equilíbrio entre o número de indivíduos que são proletarizados de forma passiva e da demanda do mercado de trabalho.

O trabalho assalariado, a transformação da força de trabalho em mercadoria é algo problemático que não pode ser natural. Com a propriedade privada dos meios de produção foi institucionalizado um modo de produção e de distribuição dos bens de acordo com certa forma de divisão do trabalho e, em consequência, os trabalhadores perderam a autonomia de organizar seu trabalho e o utilizá-lo para suprir suas necessidades. Desta forma, exclui-se a possibilidade de que o trabalho constitua meio de satisfação das necessidades do trabalhador e disso decorrem limitações sérias da motivação para o trabalho. Daí a necessidade de reagir a este problema da “integração social” por meio da transmissão de normas e valores através da organização do Estado e tendência a reprimir formas de vida alheias ao mercado (criminalização da mendicância, e outros atos de repressão). Assim, “[...] A transformação da força de trabalho despossuída em trabalho assalariado é, ela mesma, parte do processo constitutivo da política social [...]” (LENHARDT; OFFE, 1984, p. 20).

Devido a violência sob a qual o trabalho assalariado está submetido, é necessário fazer o controle daqueles que recorrem a formas de vida fora do mercado, posto que se não houvesse controle, grande parte dos trabalhadores migrariam para elas.

[...] mesmo que a forma de organização do trabalho assalariado se tenha imposto como forma de subsistência politicamente dominante, isto não

significa em absoluto que ela a partir deste momento se auto-sustente e persista [...] (IDEM, p. 20).

A intervenção permanente se faz necessária porque a forma de aproveitamento da força de trabalho no capitalismo implica em que não são considerados os limites da resistência psíquica e física dos trabalhadores, no interesse de preservar de forma permanente a capacidade de trabalho. Em qualquer emprego que se tenha, o trabalhador sempre estará sujeito a desrespeito a regras de segurança, ritmo de trabalho prejudicial a saúde, jornadas de trabalho extensivamente longas, formas de comportamento impostas por remuneração baseada no desempenho.

O que pretendemos demonstrar é que a política social representa uma estratégia estatal de integração da força de trabalho na relação de trabalho assalariado. Neste sentido, ela não é mera “reação” do Estado aos “problemas” da classe trabalhadora, mas contribui de forma indispensável para a constituição dessa classe. “[...] A função mais importante da política social consiste em regulamentar o processo de proletarianização [...]” (LENHARDT; OFFE, 1984, p. 22).

Diante dessa argumentação, os autores ressaltam três funções constitutivas da política social:

1. Preparação repressiva e socializadora da proletarianização;
2. Estabilização do sistema por medidas da coletivização compulsória dos riscos;
3. Controle quantitativo do processo de proletarianização.

Segundo os autores, é da própria natureza do capital uma desproporção entre a proletarianização passiva e ativa. Deste modo, cria-se a necessidade de um sistema social fora do processo produtivo para regular esta relação, recolhendo o excedente não absorvível pelo mercado, de modo a garantir a reprodução da força de trabalho e atuar na sua reinserção.

A desapropriação da força de trabalho dos meios de trabalho (transformados em propriedade privada dos meios de produção da burguesia) acarreta três problemas estruturais: o problema da integração da força de trabalho no mercado; da institucionalização do atendimento de necessidades sociais “não integráveis” ao mercado de trabalho; a regulação quantitativa da relação entre oferta e demanda no mercado de trabalho, denotando o trabalho enquanto categoria preponderante para a estruturação das políticas sociais.

Estes problemas estruturais não se resolvem espontaneamente, como, por exemplo, através de relações econômicas que não deixariam outra saída senão ceder aos imperativos da industrialização capitalista. As relações econômicas, para se manterem, estimulam a invenção de instituições sociais e relações de dominação que não se baseiam de modo algum numa coação muda. Requer tanto medidas coercitivas – intervenção policial no Morro do Alemão¹⁹, polícia no Pinheirinho²⁰; quanto coesivas – políticas sociais, meios de comunicação, etc.

Queremos chamar atenção para o fato de que esta base econômica apenas se mantém com o amparo de outros meios, que não somente o econômico - as leis de mercado - e, desta forma, requer a sanção de uma associação política de dominação – o poder estatal. É este processo que subsume a política social a política econômica. O trabalhador que vive da venda de sua força de trabalho no mercado tem condições/motivação para se submeter a tais circunstâncias porque se torna cidadão, alvo das políticas sociais. “Desta forma, o proprietário de força de trabalho somente se torna trabalhador assalariado enquanto cidadão.” (LENHARDT; OFFE, 1984, p. 24).

Portanto, nos termos da teoria do valor, a política social pode ser definida “[...] de forma hipotética, como o conjunto daquelas relações e estratégias politicamente organizadas, que produzem continuamente essa transformação do proprietário da força de trabalho em trabalhador assalariado [...]” (IDEM, p. 24), provendo o processo produtivo de capital variável para os diferentes ramos da produção.

Os autores, então, buscam elucidar de que forma as instituições sócio-políticas correspondem às necessidades de integração da força de trabalho no sistema de trabalho assalariado (provendo o capital de capital variável) e retorna a questão “motivacional” da força de trabalho ao trabalho assalariado, afirmando que não bastam incentivos materiais para assegurar a disposição para o trabalho. Existe a necessidade de assegurar também disposição para o trabalho assalariado e ressalta a

¹⁹ Em novembro de 2010, a pretexto de combate ao tráfico de drogas e ao crime organizado, a política civil, militar e federal invadiram e tomaram por meio da violência o complexo do alemão, na cidade do Rio de Janeiro. Foram muitos os relatos da comunidade de ações criminosas dos policiais que roubaram pertences dos moradores, mataram inocentes, dentre outros.

²⁰ Em janeiro de 2012, a justiça paulista determinou a reintegração de posse de terras pertencentes a empresas devedoras ao poder público e desalojou cerca de 9 mil pessoas de suas casas. Nesta operação foram usados carros blindados e homens armados.

política de educação para tal motivação; a instalação de “jardins-de-infância” e a exigência de condições iguais entre homens e mulheres no mercado de trabalho para incentivar a entrada das mulheres.

Quanto a relação entre políticas sociais e o segundo problema apontado (assegurar requisitos materiais para a reprodução do trabalho assalariado), os autores apontam: a função protetiva da legislação de saúde do trabalhador que regulam os aspectos técnicos, temporais e sociais do processo de trabalho de modo a evitar que os operários sejam prematuramente excluídos do processo de trabalho por desgaste prematuro, e impõe disposições sociais destinadas a melhoria de saúde e trabalho; aponta que do ponto de vista qualitativo da força de trabalho, na medida em que o trabalho requer formação profissional, as políticas de educação e profissionalização garantem qualificação e aperfeiçoamento profissional.

Os autores percebem um papel muito peculiar do seguro de saúde neste processo, além da reprodução física do trabalhador. Eles observam que tal seguro evita que o trabalhador seja marginalizado pelo não atendimento de seu problema de saúde como até então vinha ocorrendo, visto que os encargos financeiros de sua doença faziam com que eles se afastassem do “meio cultural cujos membros ganha sua vida através do trabalho e que praticam a moral do trabalho” (VON FERBER apud LENHARDT; OFFE, 1984, p. 26).

Destaca-se também a importância da política habitacional posto que a estabilidade do sistema de trabalho remunerado depende do suprimento de moradias aos trabalhadoras por dois motivos. O primeiro porque a moradia consiste numa condição material importante para a reprodução da classe trabalhadora, para o desenvolvimento da prole; por outro a concentração de locais de trabalho, decorrentes da ampliação do capital, elevou de tal maneira o valor dos imóveis que se tornou necessário medidas estatais de apoio para seu acesso.

Há outras políticas sociais que combatem as consequências desintegradoras de uma limitação ou interrupção transitória de trabalho assalariado: o seguro desemprego tem a função de evitar que os trabalhadores atingidos pelo desemprego percam o interesse em se reinserir ao mercado de trabalho. Seu valor assegura a satisfação de algumas necessidades que garantem a manutenção de uma forma de organização da vida pautada no trabalho assalariado, mas se restringe a uma parcela do salário original para não desestimular o seu retorno, mantendo-o atrelado ao mercado mesmo estando fora dele e trabalhando contra a formação de meios de vida alternativos ao assalariamento.

Esta impulsão de retorno ao mercado de trabalho é motivada também por pressões na vida privada do trabalhador: a permanência fora dele traz ônus aos parentes mais próximos, “[...] o que submete a sua disposição ao trabalho a um controle ao mesmo tempo íntimo e intenso [...]” (LENHARDT; OFFE, 1984, p. 27).

Dentro desta mesma lógica de estimular a venda da força de trabalho, faz-se necessário, conforme já pontuado, administrar a aquisição de meios alternativos ao mercado para suprimento da vida. Desta forma, os tipos de serviço que cabem ao cidadão e em que situações, é decidido por medidas administrativas em conformidade com os orçamentos (e não necessidades), promovendo a coesão social requerida pelos monopólios: de um lado direcionando o máximo de trabalhadores possível ao mercado, por outro lado perpetua sujeitos despolitizados que lutam individualmente pelo intermédio do mercado.

Tal administração pautada em um caráter técnico e burocrático traz diversos ganhos ao capital. Imaginemos a previdência social sem esta administração legitimada. A cobertura dos riscos de trabalho e vida seria objeto de dispendiosas lutas redistributivas, mas que burocratizado, traz confiança que ameniza um conflito aberto de classe, amenizando o capital não apenas em termos financeiros. Os riscos e conflitos que poderiam gerar conflito aberto de classe são elaborados de tal forma que a estrutura de produção capitalista não seja posta em questão e os autores exemplificam: na política de saúde, as leis raras vezes tocam em mecanismos sociais estruturais que provocam danos a saúde, as medidas de melhoria das relações de trabalho alteram minimamente a estrutura da divisão do trabalho e as leis do processo econômico do capitalismo.

A política social não se limita a prestação de serviços sem os quais seria difícil imaginar a integração permanente ao mercado de trabalho. Ela também se encarrega de controlar o “uso adequado” de tais serviços. Isto é necessário haja visto o caráter repressivo do trabalho assalariado que gera uma tendência do trabalhador procurar se retirar (temporariamente) do mercado de trabalho.

No âmbito das políticas sociais, a renúncia forçada a quaisquer mudanças no sistema do trabalho assalariado, a redefinição dos riscos existenciais a problemas da distribuição e o processamento burocrático, expressam-se na tendência a conceber o instrumental da política social pautado em critérios econômicos e jurídicos e esta tendência é expressão sócio-estrutural de que a política social contribua para que a força de trabalho se submeta ao trabalho assalariado. A redução da política social a burocracia e leis suspende a luta de classes e dá solo material para o assistente social se compreender enquanto um gestor burocrata.

Segundo Lenhardt e Offe (1985), estas breves reflexões têm por objetivo elucidar a relação funcional entre políticas sociais e o problema da socialização através do trabalho assalariado.

Uma última análise confirmaria, sem dúvida, que a impressão de que o enfrentamento dos três problemas – a disposição para o trabalho, a capacidade para o trabalho individual e as oportunidades objetivas da venda da força de trabalho – ao nível das medidas das políticas sociais se dá predominantemente por meio de instituições “multifuncionais” construídas de tal forma que visam ao controle das motivações, à adaptação da capacidade de trabalho e à regulamentação quantitativa da oferta de força de trabalho. Isso “[...] faz com que, do ponto de vista estratégico-conceitual, pareça absurdo excluir o conceito de política social, entre outras, das medidas político-repressivas de controle [...]” (LENHARDT; OFFE, 1985, p. 31)

Dentro desta perspectiva a qual Lenhardt e Offe (1985) vêm se propondo a explicar as formas históricas atuais das políticas sociais a partir de suas funções intrínsecas, buscam esclarecer quais seriam as forças motrizes que deteriam o desenvolvimento histórico das instituições e dos instrumentos sócio-políticos. Para responder a esta questão há duas linhas de argumentação, sendo cada uma delas problemática e o são ainda mais quando combinadas.

a. Explicação da gênese da política social estatal baseada na teoria dos interesses e das necessidades.

A forma de organização dominante do trabalho assalariado só pode ser assegurada em duas condições: 1.º se os riscos vitais que acompanham essa forma de trabalho se tornarem aceitáveis para o proprietário da mercadoria força de trabalho; 2.º se evitar a tendência dos indivíduos evadirem-se da relação de trabalho assalariado, seja para relações pré-capitalistas, seja por progressão a formas socialistas de organização.

Esta ideia implica na hipótese de que o desenvolvimento progressivo das instituições e dos serviços da política social recebe seus impulsos de duas fontes: a primeira encontra-se nos riscos do próprio processo de industrialização capitalista; a segunda, na força de organização da classe operária, que proclama e impõe ao Estado as suas exigências. “[...] O desenvolvimento da política social seria, assim, o resultado de uma carga de risco objetiva e da imposição de exigências políticas.” (LENHARDT; OFFE, 1984, p. 33)

Segundo os autores, “[...] o desenvolvimento da política social não pode ser explicado somente e de forma exaustiva a partir de necessidades, interesses e exigências, mas que este processo de

transformação das ‘exigências’ em ‘políticas’ é sempre mediatizado por estruturas internas de organização do sistema político, as quais, em verdade, decidem se tais ‘necessidades’ podem ou não ser admitidas como temas que merecem elaboração.” (STANDFEST apud LEHRARDT; OFFE, 1984, p. 34)

E assim, do outro extremo das proposições temos:

b. A explicação do desenvolvimento político social a partir dos imperativos do processo de produção capitalista

Neste esquema de argumentação, a variável causal do desenvolvimento das políticas sociais não é a classe operária, mas o modo de produção capitalista. Haveria uma tendência de aproveitamento descabido da força de trabalho que teria como consequência a destruição em massa da capacidade de trabalho e com isso a destruição da base da futura acumulação. Aqui surgem algumas perguntas e objeções.

O primeiro ponto a questionar é em que medida é sustentável o pressuposto de que as agências estatais dispõem da perspectiva ampla e da capacidade de análise interna necessária para que seja diagnosticadas as exigências do capital de maneira mais precisa do que pelos próprios agentes de produção – os trabalhadores; o segundo é que mesmo que estes houvesse “super-sociólogos” inseridos na administração estatal, quais seriam as circunstâncias que os habilitariam a corresponder com medidas políticas e inovações adequadas às exigências identificadas.

Os autores defendem, portanto, que a explicação da trajetória evolutiva da política social leva em conta tanto fatores causais concomitantes quanto as exigências e as necessidades para elaboração de conflitos de classe e a elaboração de crises do processo de acumulação. Assim se retoma a luta de classes como o motor das políticas sociais, sendo que até o momento a burguesia é a classe hegemônica.

A solução de um problema não coincide em absoluto com a solução do outro. Os conflitos sociais nascem da desigualdade e das contradições inerentes a sociedade burguesa e é o processo de acumulação que os engendra e que se encontra em crise cada vez mais profunda. Desta forma, segundo os autores, o modelo evolutivo das estratégias e inovações da política social do Estado é determinada pela tentativa de solucionar o seguinte meta-problema:

[...] como podem ser desenvolvidas as estratégias sócio-políticas e como podem ser modernizadas as instituições existentes, de modo que satisfaçam, simultaneamente, no contexto dos direitos políticos existentes da classe operária, as

exigências políticas ‘admitidas’ e as necessidades previsíveis do processo de acumulação, levando em conta, ao mesmo tempo, os pré-requisitos da economia do trabalho e as possibilidades orçamentárias? (LENHARDT; OFFE, 1984, p. 36)

Trazendo este dilema para o universo rente ao do assistente social, significa pensar como o CAPS pode lidar com a loucura com recursos cada vez mais exíguos, trabalhadores cada vez mais alienados, numa sociabilidade que só aprofunda o estranhamento humano, sem tocar na propriedade privada dos meios de produção e no trabalho alienado. Ou como faz para uma medida sócio-educativa tirar um jovem do tráfico quando a vida se torna cada vez mais banal, o consumo a fonte de satisfação física e espiritual e um mercado de trabalho cada vez mais precário e restrito por meio de políticas sociais cada vez mais precarizadas.

A chave de sua explicação é a compatibilidade das estratégias, mediante as quais os aparelhos de dominação política devem reagir tanto às “exigências” quanto às “necessidades” de acordo com as instituições políticas existentes e as relações de força por elas canalizadas.

[...] a pressão para a racionalização resulta do fato de que ‘necessidades’ e ‘exigências’ conflitantes põem constantemente em questão a conciliabilidade e a praticabilidade das instituições sócio-políticas existentes. (IDEM, p.37)

Tendo em vista que por mais que estejamos num período de profunda crise do capital, não estamos em nenhum período revolucionário, quem contorna os conflitos o Estado, imprimido por um caráter “neutro” a partir do qual se cria um aparato burocrático-administrativo “neutro”, para lidar oficialmente com tais questões enquanto o orçamento vem sendo desenhado em mesas de negociação com diferentes ramos da burguesia. O mesmo fundo público é disputado por diferentes segmentos da burguesia e da classe trabalhadora, na qual tira mais vantagem quem exerce a maior pressão política neste nosso país “democrático”.

6. O ESTADO: O MESMO VELHO COMITÊ EXECUTIVO DA BURGUESIA DE SEMPRE, COMPLEXIFICADO.

Ignorar a processualidade histórica enquanto meio para compreender o real leva a orientação do exercício profissional pautados na leitura jurídico-formal e abstrata, sendo o Estado o árbitro de relações conflituosas e estas restritas ao campo individual. Aos que conferem ao Estado o papel de neutro, argumentam que os “gestores”, secretários, prefeitos, ministros, etc, enfim, que os atores responsáveis pelas instituições sócio-políticas se veem diante do dilema o qual tentam resolver da “melhor maneira possível”: por um lado, há exigências e garantias jurídica e politicamente sancionada e, por outro lado, a disponibilidade de recurso (em favor das necessidades do capital). Nesta perspectiva de análise, as inovações sócio-políticas são ajustadas em termos temporais e de conteúdo aos parâmetros específicos deste dilema.

[...] A confirmação dessas teses permitiria afirmar que a política estatal não está “a serviço” das ‘necessidades’ ou exigências de qualquer grupo ou classe social, mas reage a problemas estruturais do aparelho estatal de dominação e de prestação de serviços. (LENHARDT, OFFE, 1984, p. 37).

Alertam os autores, porém, que tal constatação é incompleta e, portanto, equivocada. Isto porque não há como abstrair o Estado de seus objetivos concretos que só são apreensíveis numa análise sócio-histórica mais ampla, apreensível no interior da processualidade histórica.

O Estado surge na história humana quando a organização social humana se complexifica e constitui uma sociabilidade cindida em classes antagônicas, cujas contradições passam a ser inconciliáveis. Diante deste panorama, o Estado vem dar resposta a necessidade da classe social dominante de manter a “ordem social” necessária para manter sua dominação, seja pela coerção ou coesão social. A existência do estado é a confissão de que a sociedade se embaraçou numa insolúvel contradição externa, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode se desvencilhar (LÊNIN, 2012).

Desta forma, a tradição marxista percebe que considerando as relações materiais concretas, o Estado é produto e manifestação do antagonismo de classes que não pode ser conciliado, sendo, então, o órgão de dominação de uma classe que não pode conciliar-se com sua antípoda: a classe adversa. No caso da sociedade burguesa, tratamos do

conflito de classe oriundo do trabalho assalariado, que possui em si a exploração peculiar (mais-valia) desta sociedade que se organiza a partir da propriedade privada dos meios de produção e trabalho alienado. Nesta sociedade, todas as medidas tomadas internamente ao Estado servem para manter esta forma de exploração e possuem rebatimentos externos e é a partir destes que elas são planejadas, assim, “[...] as inovações no campo da política social – novas leis, regulamentos e procedimentos – modificam explícita e claramente as relações de favorecimento/desfavorecimento entre certas categorias de pessoas [...]” (IDEM, p. 38)

Para cumprir a função social de reprodução da ordem vigente, o Estado promove sua aparência neutra por meio da tradução da luta de classe enquanto linguagem formal-burocrática e jurídica no intuito de ocultar as forças políticas que o dominam e disputam o fundo público: como este fundo chega para a população enquanto serviços prestados e benefícios, ou nos bolsos de algum setor da burguesia direta ou indiretamente.

[...] não há nenhuma reforma administrativa que seja apenas uma reforma administrativa, na qual não se torne perceptível a mudança da qualidade dos serviços sociais prestados, de suas condições de acesso por parte da clientela, da composição da clientela [...] (ibidem, p. 39).

Contudo, por trás do discurso técnico e neutro temos lutas constantes de interesses antagônicos, o que até sugere certo clima de democracia, mas, uma democracia entre desiguais. Lembremos que o sistema político normal do capitalismo é a democracia burguesa, na qual “Os votos são a fonte nominal do poder político, o dinheiro a fonte real [...]”. (BARAN; SWEEZY, 1966, p.158)

Neste sistema democrático, “[...] Pela teoria constitucional, o povo exerce um poder soberano; na prática, uma oligarquia endinheirada, relativamente pequena, governa sem obstáculos [...]” (IDEM, p.160) e o fazem por meio do Estado burguês.

Para além de apreensões equivocadas oriundas do aparente das relações sociais, o Estado, segundo Lênin (2012), é produto do conflito inconciliável entre duas classes, não sendo alheio a sociedade; antes, é a confissão de que esta se embarçou em inconciliáveis contradições internas por meio de antagonismos que não podem se desvencilhar. Diante deste antagonismo que não permite a neutralidade, o Estado é o órgão de dominação da classe dominante, que cria uma “ordem” que legalize e consolide esta submissão. Ele possui autonomia de certas

atividades superestruturais para sustentar uma estrutura de classe e uma relação de produção pautada na exploração. Neste sistema, “A classe capitalista reina, mas não governa. Contenta-se em dar ordem ao governo.” (KAUTSKY apud MANDEL, 1985, p.336). Os capitalistas determinam assim uma tendência ao aparato estatal, de maneira que possa funcionar como “capitalista total ideal”.

Este processo se dá diante dos nossos olhos por meio de campanhas eleitorais que só podem ser realizadas com muito dinheiro e quem concentra muito dinheiro na sociedade capitalista monopolista são as grandes empresas, sendo também, portanto, as principais fontes do poder político, quem, por fim, estabelece as ações do Estado e o destino dos recursos que compõem o fundo público.

Neste cenário, os trabalhadores podem até formar suas próprias representações políticas, porém, se conseguem conquistar poder político e o utilizar de forma ameaçadora ao poder econômico vigente e aos privilégios da oligarquia endinheirada, esta promove o controle diretamente ou através de agentes de confiança: todos os instrumentos de coação (forças armadas, políticas, tribunais, etc.). Abandona, entretanto, as formas democráticas e recorrem a algum tipo de governo autocrático direto. Em geral, as oligarquias endinheiradas preferem o governo democrático ao autocrático.

As oligarquias relutam a recorrer a métodos autocráticos para resolver as tensões e preferem métodos mais indiretos e sutis para realizar seus fins: fazem concessões para reduzir a agressividade dos sindicatos e dos movimentos políticos que professam objetivos mais radicais; seus líderes são comprados e, portanto, quando conquistam o poder, permanecem dentro dos limites do sistema e restringem sua atuação em conseguir concessões parciais para manter a massa satisfeita sem jamais desafiar as tarefas da dominação. “[...] Com esses métodos e muitos outros, a democracia é posta a serviço dos interesses da oligarquia, com muito maior eficiência e de forma mais duradoura do que pelo governo autoritário [...]” (BARAN; SWEEZY, 1966, p.160). A estabilidade do sistema é fortalecida por periódicas ratificações do governo oligárquico – é isso que as eleições parlamentares e presidenciais normalmente significam.

Isto porque independente da sigla ou nome que se vote, a atuação política se dará por meio do Estado burguês: mantém a ordem burguesa e funciona como administrador dos ciclos de crise. Neste estágio, ele é o Estado dos monopólios, agora com intervenção contínua. Ele é “[...] o ‘comitê executivo’ da burguesia monopolista – opera para propiciar o

conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista.” (NETTO, 2007, p. 26).

As elites, desta maneira, mantêm sob seus interesses todas as esferas do poder político estatal, se não de forma direta, por intermédio de representantes ligados a elas. Embora possuam uma aparência de que os funcionários do Estado estão acima da sociedade e que se os cargos públicos geralmente não sejam ocupados diretamente por membro da alta classe, isso não significa que não tenham controle sobre eles. “[...] O dinheiro, o talento jurídico e o cargo político são instrumentos usados para traduzir os interesses do poder político efetivo [...]” (HOLLINGSHEAD apud BARAN; SWEEZY, 1966, p.166). Isso é fácil de perceber no cotidiano do assistente social no qual os servidores efetivos – para os quais existe uma série de pré-requisitos de formação e concurso para seu ingresso no serviço público – é restrito o papel de tarefeiro, de executor; enquanto as decisões realmente importantes (aquelas que possuem reflexo no orçamento público, as linhas mestras do governo, das políticas públicas, etc.) ficam a serviço de altos cargos comissionados, nomeados sem qualquer critério técnico, cabendo apenas representar os interesses das elites.

Para ocultar a nítida relação entre burocracia estatal e a classe dominante, fazem-se leis sobre a santidade e inviolabilidade dos funcionários públicos, enquanto a realidade denuncia os mecanismos concretos pelos quais se exercem o controle da classe burguesa sobre o aparelho do Estado no capitalismo tardio – por meio da dominação financeira e econômica direta da máquina estatal – se dá “Segundo o axioma marxista de que a classe social que controla o sobreproduto social controla também a superestrutura financiada por ele [...]” (MANDEL, 1985, p. 345). Dominam toda organização hierárquica do Estado, sendo os funcionários mais graduados que efetivamente decidem, de origem burguesa, ou a ela estão integrados. Mas não é só a organização hierárquica que determina a função do Estado capitalista, enquanto instrumento de dominação capitalista; é sua estrutura global que assegura ao Estado a possibilidade de desempenhar este papel. Segundo Lênin (2012), o Estado burguês na república democrática burguesa é o meio pelo qual a riqueza exerce seu poder indiretamente, primeiro pela corrupção de seus funcionários; depois pela aliança direta entre governos e empresários²¹.

²¹ Acreditamos que o episódio dos mensalões (do PT, do DEM, etc) sejam exemplos recentes e concretos de que estas ações faziam parte do Estado burguês na época de Lênin, fazem parte dele na contemporaneidade e enquanto

[...] a promoção aos cargos executivos do aparato estatal é filtrada por um longo processo de seleção, no qual não é tanto a competência profissional que assegura o sucesso, mas sim a conformidade às normas gerais da conduta burguesa [...] (MANDEL, 1985, p. 136)

Ainda de acordo com o Lênin (2012), na era imperialista os bancos desenvolveram uma requintada arte de exercer a onipotência da riqueza nos regimes “democráticos” por meio do Estado e suas funções superestruturais – proteção e reprodução da estrutura social (relações de produções fundamentais) – que longe de ser neutras, estão a serviço do capital porque ele já não consegue isso por meio de processos automáticos da economia.

Mandel (1985) destaca três principais funções do Estado:

1º Criar condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante;

2º Reprimir qualquer ameaça da classe dominada por meio do exército, polícia, sistema judiciário e penitenciário.

3º Integrar as classes dominadas, garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante para que a classe explorada aceite a sua própria exploração sem o exercício direto da repressão.

A dominação não poderia basear-se apenas na repressão, pois seria equivalente a uma condição insustentável de guerra civil permanente. A função integradora é exercida principalmente pelas diferentes ideologias (religião, filosofia, outros).

Providenciar as condições gerais de produção inclui assegurar os pré-requisitos gerais e técnicos do processo de produção efetiva (meio de transporte, comunicação, etc.); providenciar os pré-requisitos gerais e sociais (lei e ordens estáveis, mercado nacional, um estado territorial, um sistema monetário, etc.); e a reprodução contínua da força de trabalho por meio do sistema de educação, saúde, etc.

O Estado burguês é produto direto do Estado absolutista, gerado pela tomada do poder político pela burguesia, sendo sua negação. A burguesia requeria de início um Estado fraco porque se fazia acompanhar pela demolição sistemática do intervencionismo econômico

houver Estado burguês, vai continuar existindo, já que são relações que fazem parte de sua natureza.

dos Estados absolutistas que impediam o livre desenvolvimento da produção capitalista.

Desta forma, a maturidade histórica presente na sociedade capitalista permite a existência de um governo peculiar que:

[...] se distingue de todas as formas pré-capitalistas de governo pelo fato de não se basear em relação extra-econômicas de coerção e dependência, mas em relações livres de troca que dissimulam a dependência e a sujeição do proletário (separação entre meios de produção e subsistência) e lhe dão aparência de liberdade e igualdade. (MANDEL, 1985, p.336)

Promovendo a coerção e dependência de forma implícita, nas relações econômicas, embora requeira do Estado intervenções cada vez mais ostensivas.

O capital é incapaz de produzir por si mesmo a natureza social de sua existência em suas ações, precisa de uma instituição independente, baseado nele próprio, mas que não esteja sujeita a suas limitações [...] o Estado não deve ser visto, portanto, nem como um simples instrumento, nem como instituição que substitui o capital. Só pode ser considerado uma forma especial de preservação da existência da sociedade do capital [...] (ALTVATER apud MANDEL, 1985, p.336).

Desta forma, o Estado desempenha funções vitais para manutenção da existência econômica do capital, promovendo a manutenção de relações legais universalmente válidas: emissão de moedas, expansão do comercial local ou regional – regulando leis, moeda e mercado.

Fora isso, a transição do capitalismo concorrencial para o monopolista alterou necessariamente tanto a atitude subjetiva da burguesia em relação ao Estado, quanto a função objetivamente desempenhada por ele. Até então, o Estado era o guardião das condições externas de produção capitalista e apenas ultrapassava a fronteira de guardião da propriedade privada em situações específicas. Na idade do Monopólio, além deste papel, a intervenção do Estado ocorre na organização e na dinâmica econômica desde dentro, de forma contínua e sistemática, no capitalismo monopolista, as funções *políticas* do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções econômicas (NETTO,

2007, p. 25). Para garantir os superlucros dos monopólios, o Estado desempenha uma multiplicidade de funções.

Netto (2007) cita larga lista de funções diretamente econômicas que ele desempenha: empresaria setores básicos não-rentáveis (fornecedor de matérias-primas, energia); socializa as perdas através da estatização de empresas capitalistas em dificuldades e sua reprivatização quando a dificuldade está superada; entrega aos monopólios de complexos construídos com fundos públicos; subsídios imediatos do Estado e garantia explícita de lucros aos monopólios. E as indiretas, não menos significativas: subsídios indiretos de recursos públicos em meios de transporte e infra-estrutura, encomendas/compras do Estado aos Grupos Monopolistas, a preparação institucional da força de trabalho requerida pelos monopólios e, gastos com investigação e pesquisa.

Durante a ascensão do capitalismo monopolista houve também o aumento da influência política do movimento da classe operária, refletindo na notável aquisição gradual do sufrágio universal, tendo efeitos contraditórios sobre a evolução do Estado burguês em sua fase imperialista. O surgimento de poderosos partidos da classe trabalhadora aumentou a urgência e o grau do papel integrador do Estado. Para o assalariado, cria-se a ilusão de igualdade formal enquanto o vendedor da mercadoria força de trabalho reforça-se agora com a ilusão da igualdade formal enquanto cidadão ou eleitor “[...] dissimulando a desigualdade fundamental do acesso ao poder político, que é uma decorrência da profunda desigualdade de poder econômico entre as classes na sociedade burguesa”. (MANDEL, 1985, p.338)

Para tanto, na época imperialista é conquistada a ampliação geral da legislação social, sem que com isso o Estado perdesse sua natureza burguesa. De um lado, tratou-se de concessões à constante luta de classe do proletariado, destinado a salvaguardar a reconstituição física da força de trabalho onde ela estava ameaçada pela superexploração. Isso levou a uma redistribuição considerável do valor socialmente criado em favor do orçamento público a fim de proporcionar uma base material adequada a classe trabalhadora e levou a uma falsa crença de distribuição crescente da renda nacional que tiraria do capital para dar ao trabalho, desconsiderando a inviabilidade disto na economia capitalista.

[...] As ilusões quanto à possibilidade de ‘socialização através da redistribuição’ não passam, tipicamente, de estágios preliminares do desenvolvimento de um reformismo cujo fim lógico é um programa completo para a

estabilização efetiva da economia capitalista e de seus níveis de lucro.(MANDEL, 1985, p.339)

Esta ilusão decorre da responsabilidade do Estado de garantir também a conservação física da força de trabalho ameaçada pela superexploração. No capitalismo monopolista “[...] a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem [...]” (NETTO, 2007, p. 26). Não se trata aqui apenas da socialização dos custos. É um processo mais abrangente que inclui também regular níveis de consumo, disponibilidade de força de trabalho para ocupação sazonal, bem como criar mecanismos para que garantam a mobilização de trabalhadores em função das necessidades e projetos do monopólio. Na execução deste papel político, o “Comitê executivo da burguesia” ainda se legitima politicamente e para isso, generaliza e institucionaliza direitos e garantias cívicas e sociais, permitindo organizar consenso que assegure seu desempenho.

Isto se faz necessário porque a transição para o capitalismo dos monopólios se realizou com paralelo salto organizativo nas lutas do proletário e do conjunto dos trabalhadores. Longe de vulnerabilizar a ordem econômica do monopólio, ao Estado absorver suas reivindicações, ele ganha um cariz coesionador da sociedade que omite o seu viés de classe e o mantém enquanto suposto representante universal da humanidade. Esta forma do Estado agir é apenas uma forma que o Estado burguês assume, a depender da correlação de classes e forças sociais em presença. A legitimação por meio de direitos sociais é plenamente suportável para o Estado burguês que não deixou de ser burguês “[...] não só é suportável, como necessário, em muitas circunstâncias históricas, para que ele possa continuar desempenhando a sua funcionalidade econômica [...]” (NETTO, 2007, p. 28). A partir do momento que ele busca se legitimar mediante instrumentos da democracia política, emerge uma dinâmica contraditória no interior do sistema estatal que tem o seu limite quando o grau de esgarçamento das instituições a serviço da classe trabalhadora põe em risco sua reprodução.

Desta forma, contanto que não toquem na propriedade privada dos meios de produção e no trabalho alienado, as demandas econômico-sociais e políticas dos trabalhadores podem ser contempladas pelo Estado burguês no capitalismo monopolista sem que isso represente sua “inclinação natural”. A pedra-de-toque dos monopólios são os superlucros e permanecem intocados na medida em que as suas consequências nefastas para a reprodução da vida humana são

enfrentadas de forma segmentada, mediante políticas sociais de diversas áreas, cada uma delas incidindo sobre uma refração da “questão social”, sem por em questão a exploração do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção. Tais respostas positivas às demandas da classe trabalhadora podem ser oferecidas na medida em que possam ser refuncionalizadas para o interesse direto ou indireto da maximização dos lucros. Assim, ao buscar legitimação política, o Estado torna-se permeável às demandas das classes subalternas (NETTO, 2007), enquanto “capitalista total ideal” (MANDEL, 1985), sem com isso deixar de ser o “comitê executivo da burguesia”.

Nossa apreensão, portanto, é a de que por mais que o Estado burguês atenda a algumas demandas do trabalhador por conta de sua pressão no movimento de luta de classe, ele jamais deixa de ser instrumento de dominação da classe dominante. Todo Estado só tem razão de ser em sociedades cindidas em classe, não havendo, portanto, conforme Lênin (2012) Estado livre, nem popular, sendo por isso que o destino do Estado na sociedade livre e emancipada é seu definimento até a morte.

Ocorre que na atual sociedade em crise, a crescente exploração e antagonismo de classe levam a “questão social” a se tornar alvo das políticas sociais, enquanto fruto histórico da luta de classes. No capitalismo concorrencial a “questão social” era alvo de ação estatal quando a mobilização da classe trabalhadora punha em risco a ordem burguesa; na era monopólica, porém, a consolidação do movimento operário e a necessidade de legitimação política do Estado burguês, levam a internalização da “questão social” na ordem econômico-política, ocultando sua essência de classe. (NETTO, 2007).

Entendemos, portanto, que se amplia as funções do Estado no estágio tardio do capitalismo monopolista, não porque ele passa a se preocupar com os interesses e demandas da classe trabalhadora, mas, pelo contrário, porque existe uma tendência de aumento crescente na suscetibilidade do capitalismo tardio às explosivas crises econômicas e políticas que ameaçam diretamente o modo de produção capitalista, cabendo ao Estado burguês, enquanto comitê executivo da burguesia, diversos tipos de intervenção. A administração da crise é função vital do Estado “[...] essa ‘administração das crises’ inclui todo o arsenal das políticas governamentais anticíclicas, cujo objetivo é evitar, ou pelo menos adiar tanto quanto possível, o retorno de quedas bruscas e catastróficas como a de 1929/32.” (MANDEL, 1985, p.340)

Esta administração envolve esforços permanentes para impedir crises cada vez mais graves das relações de produção capitalista por

meio do ataque sistemático à consciência de classe do proletário. O Estado desenvolve vasta maquinaria de manipulação ideológica para “integrar” o trabalhador à sociedade capitalista tardia como consumidor, “parceiro social”, ou “cidadão”. (MANDEL, 1985, p.341). Para tanto, existe uma pressão geral para que o Estado controle direta ou indiretamente todos os elementos do processo produtivo e reprodutivo, consequência inevitável da dupla necessidade de evitar que as crises sociais ameacem o sistema e de proporcionar garantias econômicas ao processo de valorização e acumulação do capital tardio.

A hipertrofia do Estado capitalista tardio demonstra as dificuldades crescentes de valorizar o capital. “Quanto maior a intervenção do Estado no sistema econômico capitalista, tanto mais claro torna-se o fato de que esse sistema sofre de uma doença incurável.”(MANDEL, 1985, p.341). Diante do exposto, o assistente social é um dos trabalhadores que é requerido por parte da burguesia para perpetuar esta sociedade. Quando não houver mais classe para oprimir e coesão social a promover, o Estado deixa de ter razão de existir, definha e morre.

Enquanto este estágio não chega e a crise se avoluma, nasce uma tendência do capitalismo tardio de aumentar, portanto, não só o planejamento econômico do Estado, como também socializar os custos e perdas. Se o Estado fosse um ente neutro a quem cabe harmonizar as relações da sociedade, então, o peso do financiamento do governo recairia sobre as classes que recebem maiores excedentes através de tributação para manutenção de funcionários, polícia, forças armadas, assistência aos necessitados, etc. Ocorre, porém, segundo Baran e Sweezy (1966) que ao falarmos de Estado burguês em tempos de capitalismo monopólico as coisas tomam outro formato. Os impostos que incidem sobre a propriedade são dominantes nas finanças estaduais e municipais. Deste modo, são mais difíceis de serem transferidas para terceiros ou sonegados do que os impostos federais que incidem sobre renda de pessoas físicas e jurídicas, folha de pagamento, impostos de consumo, etc. Por isso, as despesas estaduais e municipais se mantêm próximas ao nível necessário para sustentar as várias funções e serviços indispensáveis²², sendo o governo federal o carro-chefe das políticas sociais.

²² Poderíamos aqui cogitar ser este o motivo pelo qual historicamente se observa que ante as políticas sociais, o governo federal sempre custeia a maior parte dos custos, sendo os governos do Estado sempre ausentes e os municípios se restringindo ao mínimo para manter a aparência de que os serviços funcionam.

Os impostos onerosos recaem sobre as grandes propriedades. De tal modo, os membros das altas classes têm o interesse em manter baixas as avaliações de seus bens que o conseguem por meio do controle das duas principais organizações políticas – municipal e estadual. E este poder político efetivo serve para criar diversos mecanismos de controle social e de canalização da riqueza social das mãos dos trabalhadores para os bolsos de capitalistas intermediários e dos grandes monopólios.

Enquanto todos somos obrigados indistintamente a pagar impostos embutidos nos preços da mercadorias que consumimos, indistintamente de que classe social seja, o que achata o poder de compra da família trabalhadora, as grandes empresas possuem direito a sonegação de impostos enquanto arte requintada. Os monopólios “[...] procuram ao mesmo tempo manter seus próprios impostos tão baixo quanto possível e esperam que o Estado lhes proporcione contratos, subsídios e lucros garantidos maiores, o que pressupõe um rápido crescimento das rendas do Estado [...]” (MANDEL, 1985, p. 359).

De tal modo, o recurso arrecadado por meio de impostos advém em sua maior parte do suor do trabalhador e é executado de acordo com os interesses e poder político dos diferentes ramos da burguesia para lhes enriquecer. Isto não representa apenas “um atalho” para as empresas terem êxito na competitividade, posto que na era dos monopólios a situação normal é a de produção inferior a sua capacidade por falta de “procura efetiva” para a utilização da sua plena capacidade produtiva. Os governos utilizam parte do excedente para criar procura efetiva sem interferir diretamente na renda dos cidadãos e isto se da na forma de compras governamentais diretas ou pagamento de transferências indiretas (BARAN; SWEEZY, 1966).

Neste cenário econômico, toda decisão estatal relativa a tarifas, impostos, ferrovias ou distribuição do orçamento afeta a concorrência e influência na redistribuição social global da mais-valia, com vantagens para um ou outro grupo capitalista. “Todos os grupos capitalistas são obrigados, portanto, a se tornarem politicamente ativos, não só para articular suas concepções sobre os interesses coletivos de classe, mas também para defender seus interesses particulares [...]” (MANDEL, 1985, p.337). Por isso, para o setor privado os gastos sociais governamentais representam uma procura efetiva maior, o que leva setores decisivos da classe dominante a se tornarem partidários convictos do caráter benéfico das despesas governamentais. Trazer o assistente social para dentro deste debate significa levar a ele conhecimentos acerca do orçamento público acima da ingenuidade do discurso técnico. Trata-se aqui de interesses particulares de diferentes

segmentos da burguesia em disputa na qual o profissional se insere ao requerer maiores recursos para as políticas sociais.

Para a classe trabalhadora ocorrem dois efeitos: aqueles que possuem rendas relativamente fixas sofrem quando os impostos se elevam e são repassados as classes de rendas mais baixas; estas, no geral, melhoram com o dispêndio governamental mais elevado. “[...] Dada a incapacidade do capitalismo monopolista de proporcionar usos privados para o excedente que pode criar facilmente, não pode haver dúvida de que é o interesse de todas as classes – embora não de todos os elementos que as constituem – que o governo aumente constantemente suas despesas e seus impostos.” (BARAN; SWEEZY, 1966, p.157)

E desmistificando a crença de que o Estado neoliberal seja o Estado mínimo para economia, afirmam os autores:

[...] Devemos, portanto, rejeitar de forma decisiva a idéia, muito generalizada, de que interesses privados maciços se opõem a esta tendência. Não só a viabilidade do sistema como um todo depende da sua continuação, mas também o bem-estar individual de uma grande maioria de seus membros. A grande questão, portanto, não é saber se haverá maior despesa governamental, mas sobre o que se fará está despesa. E, aqui, os interesses privados constituem o fator de controle. (BARAN; SWEEZY, 1966, p.154)²³

Com a ociosidade de meios produtivos – situação normal do capitalismo monopolista – mais despesas governamentais significa maiores rendas a eles e maiores impostos a outros. Algumas pessoas serão prejudicadas, mas poucas pertencem à oligarquia abastada que detém o poder político. Os autores questionam, dentro deste contexto, o que determina os limites da expansão das despesas civis e respondem: os interesses particulares de pessoas e grupos que constituem a oligarquia e as formas como seus interesses são afetados pelos vários tipos de gasto.

Desta forma, cada item do orçamento é fruto de disputa política e há um mínimo que conta com a aprovação geral. Ao ser ultrapassado este mínimo, uma oposição se levanta e intensifica até que se alcance um equilíbrio e detenha a expansão. “No caso de quase todos os itens principais do orçamento civil, surgem poderosos interesses que se opõem a expansão além do mínimo necessário” (BARAN; SWEEZY,

²³ E aqui está o golpe nas conquistas da classe trabalhadora com o neoliberalismo, conforme discutiremos adiante.

1966, p.168) e complementam ainda que: “Seria possível percorrer a escala dos objetivos das despesas civis e mostrar como, caso por caso, os interesses privados da oligarquia se colocam em posição oposta à satisfação das necessidades sociais.” (IDEM, p.175).

Diante da crescente função econômica do Estado no capitalismo tardio na centralização e redistribuição de parcelas do excedente social, a influência sobre suas decisões torna-se um objetivo cada vez mais imediato dos grupos de capitalistas, podendo em muitos casos determinar o sucesso ou o fracasso de capitais individuais e a articulação efetiva dos interesses da classe burguesa adquire importância muito mais decisiva que em qualquer fase anterior do capitalismo monopolista. Disso decorrem dois problemas:

1. Onde e como os interesses de classe capitalista se formulam e transformam em objetivos políticos no capitalismo tardio?
2. Como o poder econômico e a dominação ideológica se traduzem em controle do aparelho estatal?

A transição do capitalismo concorrencial para o monopolista significou um salto qualitativo da concentração e centralização do capital, o que determina o deslocamento da articulação dos interesses burgueses de classe da arena política do parlamento para outras esferas (ministros, secretários, polícia, etc.).

Ocorre uma imensa ampliação do campo de ação das intervenções estatais na vida econômica e social expresso na ampliação em progressão geométrica de leis, decretos, normas, regulamentações, etc. O resultado disso é que o próprio governo, no sentido administrativo, torna-se uma profissão que obedece às regras da divisão do trabalho.

Nestas circunstâncias, os grupos de pressão da classe capitalista adquirem importância enorme. “O resultado é que as verdadeiras negociações ocorrem mais frequentemente entre esses grupos de pressão e a administração estatal (talvez com o governo servindo de mediador) do que entre partidos políticos [...]” (MANDEL, 1985, p. 344). Aí só nos resta situar os Conselhos e as Conferências enquanto espaços de simulacro da democracia, que pouco ou nada decidem sobre questões focalizadas, fragmentadas e geralmente tendo por objeto tensões políticas traduzidas enquanto questões formal-burocráticas.

“Essa ‘reprivatização’ não oficial, por assim dizer, da articulação dos interesses de classe da burguesia é uma contrapartida da concentração e centralização crescentes do capital [...]” (MANDEL, 1985, p. 344). Na maioria dos casos as principais decisões estratégicas

se desenrolam fora das instituições estatais oficiais, embora sempre haja líderes políticos envolvidos.

A justaposição de uma articulação privada dos interesses de classe da burguesia e uma centralização crescente das decisões políticas no aparelho técnico-administrativo do Estado leva a uma ‘síntese’ da aliança pessoal entre grandes empresas e altos (os mais altos) funcionários do Governo. (MANDEL, 1985, p. 344-345).

O capitalismo tardio caracteriza-se, diante do exposto, pela combinação simultânea da função diretamente econômica do Estado burguês, do esforço para o desenvolvimento político da classe operaria e do mito de uma economia onipotente capaz de superar o antagonismo de classe, cujo objetivo ideológico é dismantelar a luta de classe do proletário, enquanto a burguesia gere o Estado e seus recursos para suprir sua necessidade objetiva, envolvendo parcelas cada vez maiores de capital total que o Estado redistribui, gasta e investe constantemente.

No capitalismo tardio, os ministros podem ser especialistas ou não, mas a ideologia burguesa os confina rigorosamente a racionalizar a solução de problemas de maneira parcial – conforme é possível dentro da sociedade burguesa –, de modo a exercer sua função de maneira socialmente competente. O caráter estrutural e fundamentalmente conservador do aparelho do Estado se mantém e se expressa de forma mais clara quando as relações de produção são diretamente ameaçadas por crises pré-revolucionárias que demonstram que o Estado continua sendo quem ele sempre foi: “[...] um ‘grupo de homens armados’ contratados para manter a dominação política de uma classe social” (MANDEL, 1985, p. 349), evidenciando a impossibilidade – deste ente nada imparcial – de promover a emancipação humana.

Se a emancipação humana não é viável por meio do Estado burguês, precisamos problematizar os limites da emancipação política e, decorrentes desta, a forma como pensamos a cidadania e o direito do usuário. No exercício profissional cuja análise é feita descolada da processualidade histórica, geralmente se limita a cidadania e o direito do usuário ao que está reconhecido jurídico-formalmente, restringindo-se ao âmbito da emancipação política que traz em si os limites do próprio Estado burguês e seus aparatos institucionais que se fundam a partir desta dinâmica social destrutiva. O direito é a última categoria apontada por Pereira (2009) que nos cumpre desvelar. Ocorre, porém, que esta é uma categoria mais complexa e intermediária entre o solo histórico e a práxis social do assistente social. O dever-ser que o assistente social

projeta é permeado pelo direito em questão e o conceito de cidadania que subsidia seu exercício profissional. Por isso, iremos deslocar a análise do binômio direito-cidadania para o fim do próximo capítulo, posto que nele iremos abordar de forma sumária, resgatando apenas pontos elementares, a dinâmica macrossocial que permeia o exercício profissional do assistente social brasileiro no início do século XX: a crise estrutural do capitalismo (MANDEL, 1985) e o período de transição histórica (MÉSZÁROS, 2009); as peculiaridades da América Latina, continente irmanado pela luta contra o processo imperialista ao qual está submetido a partir de sua colonização (MARINI, 2000; VALÊNCIA, 2009) e o Brasil com seu peculiar capitalismo dependente (FERNANDES, 2005). Apenas após esta análise se torna possível problematizar os direitos e a cidadania enquanto subsídios teóricos para o exercício profissional do assistente social brasileiro.

**CAPÍTULO III – O SOLO HISTÓRICO DO EXERCÍCIO
PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: A DINÂMICA
MACROSSOCIAL**

A injustiça avança hoje a passo firme
Os tiranos fazem planos para dez mil anos
O poder apregoa: as coisas continuarão a ser como
são
Nenhuma voz além da dos que mandam
E em todos os mercados proclama a exploração
E isto é apenas o começo.
Mas entre os oprimidos muitos há que agora
dizem
Aquilo que nós queremos nunca mais o
alcançaremos
Quem ainda está vivo não diga: nunca
O que é seguro não é seguro
As coisas não continuarão a ser como são
Depois de falarem os dominantes
Falarão os dominados
Quem pois ousa dizer: nunca
De quem depende que a opressão prossiga? De
nós
De quem depende que ela acabe? Também de nós
O que é esmagado que se levante!
O que está perdido, lute!
O que sabe ao que se chegou, que há aí que o
retenha
E nunca será: ainda hoje
Porque os vencidos de hoje são os vencedores do
amanhã
(Bertold Brecht em Elogio a Dialética)

No âmbito macrossocial, os últimos acontecimentos históricos vem demonstrando que estamos vivenciando um período de extrema maturação da sociedade capitalista, a ponto de suas contradições internas estarem chegando ao ponto de saturação, representando uma crise estrutural na totalidade desta ordem societária. Isto nos coloca diante da exploração e opressão jamais vista vinculada a possibilidades emancipatórias proporcionais, posto que em tempos de barbárie e transição histórica, o que é sólido se desmancha no ar e do silêncio emerge o grito dos oprimidos.

Até o presente momento desvendamos as categorias mais próximas ao *locus* do exercício profissional do assistente social: a sociabilidade capitalista, a família e a comunidade; a “questão social”, as políticas sociais e o Estado, tendo como categoria explicativa central o trabalho, conforme apontado por Pereira (2009), excetuando o binômio direito-cidadania que abordaremos ao final deste capítulo. Ocorre que enquanto o Estado é a organização política dos “de cima”, o direito é arrancado das entranhas do Estado burguês, sendo uma conquista dos “debaixo”. Por isso, tivemos dificuldade de discutir esta categoria desconsiderando as peculiaridades brasileiras e latino-americanas, já que é dentro deste universo que se desenrola o exercício profissional do assistente social que atua no sentido de materializar este direito. Por este binômio ser engendrado pelo movimento de luta de classes, sem contextualizar este movimento no tempo e no espaço o entendimento de direito e cidadania torna-se tão vazio quanto as palavras que os materializam jurídico-formalmente neste contexto histórico.

O limite da emancipação política é o limite do próprio capital. Ao destroçar humanos em nome de lucros, as necessidades humanas se tornam mais prementes, agudas e complexas, o que requer uma intervenção estatal mais robusta e igualmente complexa em seus mecanismos institucionais; por outro lado, o mesmo movimento do capital que potencializa a destrutibilidade deste sistema, atrofia o papel do Estado no enfrentamento destas questões, posto que a este cabe a “missão impossível” de administrar a crise econômica estrutural do capital, conforme abordaremos com Mandel (1985) e Mészáros (2009), nos inserindo num período de transição histórica para a destruição da humanidade ou construção de outra ordem societária – o comunismo.

Mas a crise não acontece da mesma forma para todos os países; tampouco o movimento de luta de classes ocorre da mesma forma em todo o globo. A América Latina possui uma peculiar inserção na divisão internacional do trabalho que a situa irmanada pela luta contra a ação imperialista dos países centrais, conforme abordaremos com Marini (2000) e Valência (2009).

Neste tenso processo de colonização das Américas, em conformidade com os interesses do capitalismo central, o Brasil assume peculiaridades oriundas do seu movimento histórico. Sem qualquer ruptura promovida pelos “debaixo”, são as mesmas elites quem definem os rumos do país, desconsiderando qualquer necessidade do seu povo, primando por seus interesses privados que orientarão o processo de

abertura do país para os monopólios, conforme abordaremos com Fernandes (2005).

Assim, entendido um pouco melhor o solo histórico que dá origem ao Estado brasileiro e as políticas sociais, iremos por fim problematizar acerca do conceito de direito-cidadania do assistente social brasileiro na execução terminal de políticas sociais.

1. A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: IRRUPÇÃO DO MOMENTO DE TRANSIÇÃO HISTÓRICA

Acabamos de demonstrar no capítulo anterior que mesmo permeado por interesses da classe trabalhadora, as respostas do Estado são dadas enquanto classe capitalista total, salvaguardando os interesses da burguesia e, desta forma, longe de ser o representante universal da humanidade, é o “comitê executivo da burguesia”, ainda que permeado por interesses da classe trabalhadora que acabam sendo parcialmente atendidos para evitar maiores tensões.

Cumpramos ressaltar que esta burguesia encontra-se absolutamente poderosa, posto que domina todo o mundo e o controla por inúmeros mecanismos, dentre eles as políticas sociais. Isto, conforme pretendemos demonstrar, coloca por terra qualquer esperança na emancipação política da humanidade enquanto mecanismo para efetiva satisfação das necessidades humanas. Argumentaremos, então, que o atual contexto histórico de crise estrutural do capital torna os direitos ainda mais anêmicos, viabilizado por mecanismos que tendem a ser cada vez mais precarizados, com recursos cada vez mais enxutos para enfrentar situações cada vez mais precárias.

Isto porque, na sociedade capitalista atual, vemos as contradições inelimináveis do capital ainda mais complexas e agudas, caminhando para o ponto de saturação. Segundo Mandel (1985), para Marx as relações de produção dizem respeito a todas as relações fundamentais entre homens e mulheres na produção de sua vida material. Por isso, é reducionista pensar nesta relação em apenas um dos seus aspectos. O capitalismo está falindo em todas as suas esferas – o “cidadão fracassado” está falido em muitas esferas de sua vida – e isso é fruto do período histórico que estamos vivenciando.

Sendo a natureza específica das relações de produção capitalista a produção mercantil generalizada, esta determina a forma particular da separação entre os produtores e os seus meios de produção que implica que a força de trabalho e os meios de trabalho se tornaram, eles próprios, mercadorias. Neste processo, o capital congrega um número

cada vez maior de trabalhadores num processo de trabalho conscientemente organizado. Combina frações cada vez maiores da humanidade em processos de produção objetivamente socializados e ligados uns aos outros por milhares de fios de mútua dependência.

O crescimento das forças produtivas e a aceleração das inovações tecnológicas levam a necessidade de um “retreinamento” permanente de tempo parcial. A pressão objetiva à extensão do aprendizado solapa necessariamente o caráter “privado das qualificações profissional” e seus custos foi socializado. O trabalhador intelectual contemporâneo só pode entender seus talentos intelectuais como parte da capacidade de trabalho social.

O desafio objetivo, no interior da sociedade burguesa tardia, à divisão capitalista do trabalho e à sua forma específica de manifestação assume também outra forma inesperada. A força produtiva do indivíduo emancipa-se cada vez mais do esforço físico e torna-se cada vez mais função do equipamento técnico ou científico e da qualificação técnica e científica. A consequência disso é que a fronteira entre tempo de trabalho e tempo livre começam a ficar fluidas.

Na verdade está se aproximando a situação em que a produtividade do trabalho depende mais e mais do aumento do tempo livre, tanto no sentido de tempo para aprender quanto de tempo para desenvolver os talentos, aspirações e desejos individuais, e são os únicos fatores capazes de motivarem o interesse e o trabalho criativo. A redução do trabalho mecanicamente repetitivo, viabilizada pela automação completa, acabara, por sua vez, com as medidas estritamente quantitativas de tempo de trabalho – os meios históricos de arrancar de cada produtor a maior quantidade possível de mais-valia. (MANDEL, 1985, p. 406).

Em contrapartida a esta potencialidade emancipatória, a divisão social do trabalho característica do modo de produção capitalista determina uma estrutura hierárquica no interior de cada empresa, no cumprimento rigoroso da racionalidade parcial e no princípio da realização. As tendências objetivas à socialização de maior qualificação do trabalho chocam-se violentamente com a forma particularmente violenta desta hierarquia. Quanto mais o trabalho se torna objetivamente socializado e dependente da cooperação consciente, menos ocorrem aquelas insuficiências imediatas, e quanto maior o nível de educação e qualificação média do produtor típico – tanto mais intolerável para a

massa de assalariados se torna a subordinação técnica e diretamente organizativa do trabalho ao capital, bem como sua subordinação social e econômica. (MANDEL, 1985).

O grau de socialização objetiva criado pelo capitalismo tardio impossibilita econômica e socialmente que a classe operária reconquiste os meios de produção posto a funcionar apenas dentro da empresa. A contradição entre o trabalho objetivamente socializado e a apropriação privada é ditada pela necessidade cada vez mais premente de trabalho altamente qualificado e pelo alargamento do horizonte cultural e político da classe operária, que tende ao questionamento desta condição objetiva de trabalho, mas também, por outro lado, pelo abundância potencial e a alienação e reificação efetivas. “Enquanto na época do capitalismo clássico o principal impulso das lutas dos trabalhadores provinha da tensão entre o presente e o passado, hoje reside na tensão entre o real e o possível.” (MANDEL, 1985, p. 408)

Esta contradição entre crescente socialização objetiva do trabalho e a continuidade da apropriação privada corresponde ao desaparecimento crescente do trabalho privado por um lado e, por outro, a sobrevivência do valor de troca sob a forma de mercadoria ou do lucro, como objetivo da produção que se baseia no trabalho privado.

Por essa razão, a crise das relações de produção capitalista se apresenta como crise de um sistema de relação entre homens, dentro e entre unidades de produção (empresas), que corresponde cada vez menos à base técnica do trabalho quer em sua forma presente quer em sua forma potencial. Podemos definir essa crise como não só das condições capitalistas de apropriação, valorização e acumulação, mas também da produção de mercadorias, da divisão capitalista do trabalho, da estrutura capitalista da empresa, do Estado nacional burguês e da subordinação do trabalho ao capital como um todo. Todas essas múltiplas crises são apenas facetas diferentes de uma única realidade, de uma totalidade sócio-econômica: o modo de produção capitalista. (MANDEL, 1985, p. 399).

Recolocando os conflitos sociais à dinâmica geral da sociedade, Mézáros (2009) nos coloca que estamos num momento ímpar da luta de classes, cuja gravidade e urgência dos problemas que temos que enfrentar sob as presentes condições históricas da ordem antagônica do capital - décadas depois do segundo pós-guerra - tornaram a situação

muito mais grave do que na época de Marx. Este já em sua época assinalava que:

No desenvolvimento das forças produtivas advém uma fase em que surgem as forças produtivas e meios de intercâmbio que, no marco das relações existentes, causa, somente malefícios e não são mais forças de produção, mas forças de destruição (MARX apud MESZÁROS, 2009, p.191).

Neste tocante, há de se destacar que na sociedade contemporânea, chegamos num contexto de tamanha contradição que as forças produtivas passam a ser destrutivas e esta no campo bélico coloca em questão a sobrevivência da humanidade, já que o poder bélico remoto na década de 1840 atualmente tornou-se uma inegável e assustadora realidade. Outra categoria que assume caráter destrutivo é o consumo, que não pode ser descolado da esfera da produção, já que compõem, conforme já exposto, dialeticamente uma unidade. Ambas as categorias estão ligadas com uma terceira, a necessidade humana a qual, conforme Mészáros (2009), se torna cada vez mais problemático cumprir o papel exigido de reciprocidade dialética com produção e consumo.

Sob tais condições de desenvolvimento do capital monopolista do século XX, no lugar da “alocação racional dos recursos materiais e humanos disponíveis, lutando contra a tirania e escassez por meio da utilização econômica (no sentido de economizar) dos modos e meios de reprodução da sociedade” (MÉSZÁROS, 2009, p.192), testemunhamos uma grande distorção destas relações. As gigantescas corporações dos países dominantes impõem para o mundo o seu poder, manipula e impõe necessidades “sobre qualquer coisa que se adapte a seu interesse de assegurar e manter a expansão lucrativa do capital – prática de gerar necessidades artificiais, pois geram lucros mais fáceis do que a efetiva satisfação das necessidades reais”.

Na segunda metade do século XX, estas relações se encontram de maneira ainda piorada, sob o impacto do capital monopolista em fase descendente do capital e suas consequências de potencial catastróficas. O grupo industrial-militar - “Um agente que é, e apenas pode ser, ao mesmo tempo econômico e político no mais alto nível” (MÉSZÁROS, 2009, p. 252) - tem como natureza “produtiva” a destruição, já que se esforça para realizar os melhores negócios a partir do mais alto risco (não risco econômico, pois este é garantido pelo Estado).

[...] eles devem ser politicamente impostos sobre a sociedade pelo Estado, em sua capacidade de coletor de impostos e apoiado em seu monopólio da violência contra toda resistência viável sobre a

questão. Assim, aquilo com que somos confrontados nesse desenvolvimento potencialmente letal do sistema do capital na segunda metade do século XX é a *total perversão do consumo* em qualquer sentido significativo do termo. (MÉSZÁROS, 2009, p. 252)

Assim, cria-se um nicho da produção capitalista monopolista que comanda o mundo todo e é absolutamente inútil frente às necessidades humanas, tal como a máquina militar, “cujo único objetivo é impedir que os povos do mundo solucionem seus problemas da única forma pela qual podem ser solucionados, ou seja, através do socialismo revolucionário.” (BARAN; SWEEZY, 1966, p.340). Quase todos os setores da economia estão envolvidos de uma forma ou de outra, nas atividades anti-humanas: o agricultor que fornece alimentos para os soldados em guerras, os fabricantes de ferramentas que produzem complicado maquinaria necessária ao novo modelo de automóvel, fabricantes de aparelho de TV cujos produtos são usados para controlar e envenenar as mentes das pessoas, etc.

Como consumo e produção constituem uma unidade dialética, em sua reciprocidade não eliminável, ambos levam a “submissão humilhante da sociedade como um todo à aceitação do desperdício destrutivo tanto na produção quanto no consumo”, e a grande inovação do complexo industrial-militar é, justamente, omitir de modo quase efetivo a distinção vital entre consumo e destruição. (MÉSZÁROS, 2009, p. 253).

Tal contradição cada vez mais irracional, segundo Mandel (1985), acontece porque nesta fase do capitalismo se desenvolve uma supercapitalização crescente, ou seja, cresce a quantidade de capital não valorizável que só pode conseguir uma valorização temporária pela intervenção direta do Estado, “um número crescente de ramos da indústria depende exclusivamente dos contratos estatais para a sua sobrevivência.” (MANDEL, 1985, p. 401). Grande número de empresas só sobrevive às custas de subsídios estatais diretos e indiretos; não que não possuam capital à burguesia, mas porque as condições de valorização do capital se deterioraram tanto que as empresas não assume negócios cuja lucratividade não seja garantida pelo Estado.

Mandel (1985) afirma que o rápido crescimento das forças produtivas na era dos monopólios começou a abalar até mesmo o fundamento principal do modo de produção capitalista: a produção mercantil generalizada. Isso porque, por um lado, o progresso da tecnologia nos países industrializados leva a saturação cada vez mais

acentuada dos meios de produção, o que leva a economia de mercado a absurdos, como por exemplo, destinar parte da produção a destruição em estoques e subsídios para a redução da produção, no intuito de elevar os preços destas mercadorias com a baixa oferta, ante a desvalorização dos produtos agrícolas (conforme necessidades da mercadoria). Tais produtos não podem ser distribuídos para matar a fome da população faminta (conforme necessidade humana).

A raiz desses males está na sobrevivência da produção de mercadorias (um valor de uso cuja esfera superdimensionada é o valor de troca), que requer a divisão do trabalho capitalista e demais relações. “Apenas a socialização direta da produção e sua subordinação consciente às necessidades democraticamente determinadas das massas pode levar a um novo desenvolvimento da tecnologia e da ciência, promovendo o autodesenvolvimento e não a autodestruição dos indivíduos e da humanidade.” (MANDEL, 1985, p. 402).

Esta socialização se faz cada vez mais premente, pois quanto mais as contradições capitalistas avançam, mais irracional e destrutivo se torna estas relações. Destaca Mandel (1985) que na era do capitalismo tardio, o saque promovido pela burguesia chegou a proporções incomensuráveis. Há aqueles setores da economia, por exemplo, que não são determinados por cálculos de lucratividade da empresa, mas por “prioridades públicas”.

[...] O estabelecimento de prioridades públicas por pequenas facções da classe dominante ameaça criar um desperdício adicional de recursos materiais e causar dano à existência humana (exploração militar de viagens espaciais, experimentos biológicos, empreendidos por aparatos estatais e interesses privados)”.

(MANDEL, 1985, p. 404).

Enquanto o princípio da propriedade capitalista em concorrência com muitos capitais é levado a racionalidade no sentido da redução dos custos; no setor público, ao contrário, é governado pelo princípio da alocação, que envolve um desperdício permanente de recursos na medida em que os indivíduos ativos nessa área têm o interesse material em aumentar estas alocações, pois são dominados pelo desejo de enriquecer, que é geral numa economia que produz mercadorias.

[...] O entrelaçamento dos setores nacionalizados da economia com a apropriação privada de mais-valia intensifica, portanto, a irracionalidade do sistema global – gerando, entre outras coisas, um

desperdício maior de recursos econômicos. [...] (MANDEL, 1985, p. 404)

Um dia a produção do valor-de-uso já esteve entrelaçada com a multiplicação do valor de troca. Atualmente, porém, conforme abordamos, a tendência irresponsável da produção do complexo industrial-militar eleva o consumo a infinidade imaginária “ao inventar a perecibilidade instantânea até mesmo das substâncias materiais mais duráveis e das ‘matérias-primas estratégicas’ insubstituíveis ao utilizá-las na forma de instrumentos de guerra de destruição, algo esbanjador/destrutivo ao extremo em matéria de recursos humanos, mesmo quando *sequer* chegam a ser *usados*.” (MÉSZÁROS, 2009, p. 253)

Este consumo esbanjador/destrutivo coloca também a vida humana em xeque pela forma como se dá a relação homem-natureza neste modelo societário.

[...] a possibilidade de uma aniquilação potencial de toda a humanidade e, ao mesmo tempo, a destruição de toda vida sobre a Terra, por meio de armas de destruição de massa nucleares, químicas e biológicas [...] E como se isso já não fosse o bastante as práticas destrutivas ubiquamente impostas da produção destrutiva do capital já estão ativamente engajadas em infligir danos irreversíveis sobre a própria natureza, minando com isso as condições elementares de existência da humanidade. (MÉSZÁROS, 2009, p. 191)

Incontestemente concluir, assim, que a propriedade privada capitalista, a apropriação privada de mais-valia e a acumulação privada constituem obstáculo cada vez maior para o desenvolvimento das forças produtivas. A centralização estatal tornou-se requisito material para um crescimento maior das forças produtivas. O fortalecimento do Estado no capitalismo tardio é, portanto, uma expressão da tentativa de o capital superar suas contradições internas cada vez mais explosivas e, ao mesmo tempo é a expressão do fracasso necessário desta tentativa. “Hoje só uma associação mundial de produtores é congruente com a situação atual das forças produtivas e da socialização objetiva do trabalho [...]” (MANDEL, 1985, p. 405).

Mészáros (2009) nos alerta que estamos caminhando para o momento de acerto de contas com uma questão histórica há muito anunciada por Marx e Rosa Luxemburgo: socialismo ou barbárie, recolocada na contemporaneidade enquanto socialismo ou extinção da humanidade. Marx já adiantava que as contradições do capital

chegariam a tal ponto que os indivíduos deveriam se apropriar das forças produtivas não para se chegar a auto-atividade, mas simplesmente para assegurar sua existência.

Desta forma, estamos diante de uma crise estrutural do capital, insuperável, inerente a natureza desta sociedade.

A crise das relações de produção capitalista deve ser vista como uma crise social global, isto é, como a decadência histórica de todo um sistema social e de modo de produção em operação durante todo o período do capitalismo tardio. Não se identifica com as crises clássicas de superprodução nem as exclui. Os picos mais altos dessa crise social são momentos pré-revolucionários e revolucionários de luta de classe, quando culmina numa crise política total do poder do Estado burguês, em que o proletariado objetivamente ameaça de destruição do capitalismo e de inauguração da transição para o socialismo [...] (MANDEL, 1985, p. 398).

Diante deste impasse histórico que nos coloca o período de transição para o fim do capitalismo (seja pela sua superação na construção do socialismo a partir dos momentos pré-revolucionários, ou na extinção da humanidade) existem duas estruturas sociais fundamentalmente diferentes que podem corresponder a um nível tecnológico particular. Sempre será assim em épocas de revolução social. Explica Mandel (1985) que nessas épocas, o desenvolvimento de novas tecnologias, cuja tendência é superar as relações de produção existentes, tornar-se-á cada vez mais incompleto, contraditório e destrutivo dentro da ordem social tradicional; para superar tal situação, faz-se necessária a introdução de novas relações de produção, relações de produção revolucionárias, que possibilitará superar o nível tecnológico existente, assim criando exatamente o espaço necessário para o desenvolvimento dinâmico de novas forças produtivas.

Tendo em vista que estamos inseridos neste dilema histórico, entendemos, conforme Mészáros (2009) que precisamos conseguir enxergar como a realidade vem se movimentando e quais os caminhos orientados para a construção de uma ordem social não-antagônica. Para tanto, partimos de duas proposições importantes de Marx presentes na crítica a economia política. A primeira é que a sociedade capitalista é a última forma de reprodução social antagônica (cindida em classes) da humanidade, pois o trabalho na contemporaneidade subjugou a esmagadora maioria da sociedade à dominação estrutural hierárquica do

capital, não havendo a possibilidade sustentável de inversão da dominação de classe, já que seria uma inversão entre uma vasta maioria hoje dominada e uma pequena minoria dominante.

A segunda é que as condições materiais para superar o antagonismo estrutural da ordem capitalista são criadas no interior da própria estrutura da sociedade dada. A contradição central que abre esta possibilidade refere-se ao nível avançado de atividade produtiva para satisfazer necessidades genuínas da totalidade dos indivíduos sociais em contraste com uma amplamente discriminatória distribuição do produto social em favor de uma minúscula minoria.

O crescente grau de necessidades não-supridas, fruto do desenvolvimento das forças produtivas do pós-segunda guerra mundial, concedeu importância cada vez maior a certos serviços – saúde, moradia, transporte local, etc., não apenas na estrutura “objetiva” do consumo, mas também na consciência subjetiva dos trabalhadores. Este fato intensifica as pressões dos trabalhadores no sentido de satisfação econômica básica e potencialmente eleva a demanda de completa socialização dos custos para a satisfação destas necessidades. “[...] Dessa maneira, tende a surgir uma luta por nova forma de distribuição profundamente contrária ao modo de produção capitalista, baseada na satisfação ótima das necessidades e na completa eliminação do mercado (serviços grátis de saúde, transporte local, moradia, etc.)[...]” (MANDEL, 1985, p. 409).

Outro ponto que o autor destaca é a denúncia popular da contradição entre a reiterada dependência das grandes empresas relativamente a subvenções, contratos e ajuda do Estado e a ciosa preservação do sigilo bancário e comercial dessas empresas.

Tais contradições impulsionaram diversas explosões populares em 2011 e 2012: a primavera dos povos árabes e o ascenso do movimento estudantil chileno, as manifestações em Wall Street, na Espanha, Grécia, Itália, as inúmeras greves no transporte, na educação e outros setores no Brasil. Toda esta movimentação popular não é pura coincidência. É a manifestação mais evidente da crise estrutural do capital que está vivenciando um período de agudização.

Buscando evidenciar o atual estado de saturação das contradições da sociedade capitalista contemporânea, Mészáros (2009, p. 247), analisa os princípios da Revolução Francesa – igualdade, liberdade e fraternidade – que um dia foram sinceramente defendidos, mas que percebemos ter sofrido o total esvaziamento de seu conteúdo.

A fraternidade desapareceu rapidamente, é claro, sem deixar vestígios, para nunca mais reaparecer;

a liberdade foi adaptada às exigências ideológicas do utilitarismo; e a igualdade, que talvez tenha sofrido a revisão mais drástica, limitando-a à esfera das relações legais e no século XX chegou a uma situação pior, limitando-se à igualdade de oportunidades. (IDEM)

O conceito de democracia, por sua vez, sofreu o mesmo destino. A princípio carregava consigo não apenas as conotações formais, legais e eleitorais, como também substanciais, implicando alguns aprimoramentos significativos nas condições materiais de vida das grandes massas do povo, ainda que de modo paternalista e imaginando, muito inocentemente, que poderiam ser mantidos através de uma distribuição benevolente, sem qualquer necessidade de mudança das relações de produção. A tradição socialdemocrata propôs algumas mudanças na esfera de produção através da ideia contraditória do “socialismo evolucionário”; na Grã-bretanha, foi instituído o Estado Social a partir do pós-guerra, produzindo melhoras significativas por algum tempo no padrão de vida de muitas pessoas, sem mudar a estrutura da sociedade capitalista. Ocorre, porém, que quando a fase expansionista do capital pós-guerra chegou ao fim, em meados da década de 1960 iniciando a crise estrutural do capital, as ideias reformistas socialdemocratas e liberais um dia defendidas com sinceridade, foram substituídas pela mais cruel imposição do neoliberalismo.

Isso sem falar da forma agressiva como a democracia vem sendo utilizada nas relações internacionais por meio das guerras dos EUA em seu nome. A gravidade da situação deveria gerar alarme por toda parte,

[...] Pois, desse modo, a fase descendente do desenvolvimento do sistema do capital não apenas *reverte* uma tendência sociopolítica que, na fase ascendente foi capaz de produzir alguns resultados positivos, mas também *perverte* os importantes conceitos por meio dos quais as perigosas medidas adotadas poderiam ser criticamente avaliadas e contestadas, adicionando, desta forma, ao monopólio das armas de destruição em massa também o monopólio manipulado e reforçado do pensamento em nome da salvaguarda da liberdade (MÉSZÁROS, 2009, p.249).

Toda esta agressividade e pretensão das relações internacionais americanas em relação ao mundo denotam a verdadeira natureza de outra categoria extremamente importante para compreender o capital

contemporâneo em sua fase monopólica: a globalização. Longe de ser uma síntese dos desenvolvimentos socioeconômicos que poderia revelar algo significativo de um ponto de vista estrutural.

[...] o que nos é oferecido sob o incessante chavão repetido da *globalização* universalmente benéfica é a maquiagem cínica das estratégias de domínio capitalista efetivamente em andamento – e também reforçadas por meio da intervenção estatal [...] (MÉSZÁROS, 2009, p. 249).

Segundo o autor, a tendência histórica efetiva é a integração global da economia capitalista, o que remonta há muito mais de dois séculos no passado. Marx, no Manifesto do Partido Comunista, fala sobre a necessidade do capital de expandir seu mercado, levando a burguesia a promover uma invasão em todo globo terrestre.

É esse lado do processo gravemente contraditório da tendência inexorável do sistema do capital na direção de sua interação econômica global que está ausente por completo da transfiguração cnicamente maquiadora da – capitalisticamente insustentável e explosiva ao fim – realidade da exploração ampliada por todo o mundo no conto de fadas universalmente benéfico da globalização. (MÉSZÁROS, 2009, p. 250).

Ainda no tocante a globalização, o autor salienta quanto à relação entre os diferentes Estados-nação que os ideólogos da ordem dominante são:

[...] dedicados e silenciosos a respeito da incorrigível realidade das relações de poder que favorecem de forma esmagadora os países imperialistas dominantes e perpetuam as desigualdades prevalentes, se necessário com o uso da força.[...] Assim, a desavergonhada “eternização” do sistema do capital [...] assume uma forma mais aguda por meio da idealização da globalização imperialista. (MÉSZÁROS, 2009, p. 250).

Assim, na luta contra a visão idealista da globalização, ressalta o autor que à leitura de Marx acerca da tendência a globalização do capital (centralização e concentração), deve-se somar algumas novas análises buscando atualizá-la. Há que se inserir esta discussão dentro das tendências atuais, das quais Méészáros (2009) destaca:

1. Na atualidade, a invasão do capital a partes remotas do mundo surgiu das grandes pressões internas da economia dos países imperialistas;

2. Comparado ao início do século XX, o imperialismo de nosso tempo é significativamente diferente daquele que deflagrou a Primeira Guerra Mundial de 1914.

Além da descolonização ocorrida no pós-Segunda Guerra Mundial, temos os Estados Unidos como a grande potência imperialista, não inclinado a “tolerar rivais em suas aventuras imperialistas” (Mészáros, 2009, p. 251)

3. E o mais importante: as forças político-econômicas que se beneficiam primariamente da dominação globalizante são as gigantes corporações transnacionais – também norte-americanas – que lideram a nova forma de dominação capitalista – o plano monetário caracterizado pelas forças especulativas e parasitárias.

Apesar de todos estes antagonismos gritantes da sociedade burguesa contemporânea, quando os economistas falam a respeito da existência de capitalistas e trabalhadores, o fazem sob a perspectiva de uma sociedade de individualidades estritamente agregativas de uma ordem ideal determinada pela natureza, não dando o menor sinal de reconhecimento do antagonismo estrutural entre ambos. “É uma distorção não no sentido de que não existam conflitos entre indivíduos, porque estes certamente existem, mas porque não são inteligíveis sem o *antagonismo de classe* fundamental de que são parte integrante [...]” (MÉSZÁROS, 2009, p. 258).

Mas os esforços dos ideólogos em individualizar os conflitos podem ser em vão, ainda mais em tempos de transição e contradições tão agudas. Para Marx, a alienação também é uma categoria objetiva, e não apenas subjetiva e desta forma, mesmo que se obscureça através de diversos mecanismos as relações de exploração, ela está efetivamente ocorrendo. Mesmo com o indivíduo alienado da consciência da sua própria alienação, continua alienado. A condição objetiva vivenciada neste período de crise estrutural do capital pode se constituir, a longo prazo, numa realidade mais poderosa do que todas as tentativas de manipulação ou integração da classe trabalhadora; as contradições do capitalismo tardio pode levar os assalariados a uma consciência coletiva da alienação constante a que estão sujeitos, e assim cria condições para a autolibertação socialista. (MANDEL, 1985, p. 408). Esta é a única forma de ampliação do bem-estar social da classe trabalhadora, ainda mais no contexto peculiar da América Latina e do Brasil, conforme abordaremos.

2. LATINO-AMERICANOS: POVOS IRMANADOS PELA EXPLORAÇÃO CAPITALISTA IMPERIALISTA

Os países latino-americanos trazem em si profunda ferida, ainda aberta, do seu modelo de colonização: países colonizados e Estados estruturados para a sua explícita exploração, processo chefiado por elites subordinadas que fazem qualquer negócio que as beneficiem.

No interior deste processo, pensar em bem-estar social para a população latino-americana é um absurdo dentro do marco da sociedade capitalista. Para se compreender tal afirmação se faz necessário desvelar as particularidades que compõem a forma de ser do capitalismo dependente. Fruto da evolução histórica da dominação das elites neste continente, sem uma ruptura promovida “pelos de baixo”, esta forma peculiar de capitalismo se subordina de forma cada vez mais asfixiante (para ela e, principalmente para a classe trabalhadora) ao capital internacional.

Desta forma, para compreender a peculiaridade histórica latino-americana e brasileira é necessário introduzi-los nas relações internacionais, já que estamos vivenciando a época de maturidade da mundialização do modo de produção capitalista. Para que consigamos organizar o todo caótico que compõe o mercado mundial, nos utilizaremos das categorias da teoria do valor-trabalho, entendendo que ela é uma forma científica de aproximação com a realidade objetiva, que consegue apreender o movimento concreto no pensamento.

Segundo Mészáros (2009), a globalização – entendida enquanto tendência em direção a socialização crescente e integração global da produção e a intocável apropriação privada do produto da sociedade global, incluindo, obviamente, os meios de produção potencialmente mais poderosos já inventados pela ciência e expropriados de modo unilateral em subordinação às necessidades e determinações autoexpansivas do capital – só pode ser fruto de relações sociais mais desenvolvidas. É inseparável o desenvolvimento global do sistema e, neste sentido, é tão antiga quanto o capital industrial que possui a tendência inexorável de concentração e centralização do capital. Segundo o autor, os progressos do desenvolvimento monopolista em geral não são inteligíveis sem esta categoria.

Desenvolvendo esta ideia de que o capital na economia mundial opera simultaneamente se centralizando e concentrando, afirma que a centralização é a lei que determina a marcha e a configuração do capitalismo global de nossos dias. Enquanto a concentração implica na monopolização de meios de produção e força de trabalho a partir da

expropriação dos produtores diretos (camponeses, artesãos, operários independentes, etc.) e produz ao mesmo tempo a dispersão e a repulsão de muitos capitais individuais que leva a formação de novos pela fragmentação dos capitais já existentes; a centralização, por sua vez, estimula o processo de monopolização – absorção de capitais entre si, verificando-se apenas trocas na distribuição geral de capital na sociedade. “O capital se acumula aqui nas mãos de um só, porque escapou das mãos de muitos noutra parte. Essa é a centralização propriamente dita, que não se confunde com acumulação e concentração.” (MARX apud VALÊNCIA, 2009, p. 37)

O importante da centralização que se espalha em escala ampliada no século XX, é que através dela as multinacionais se transformaram “numa poderosa alavanca de acumulação e possibilita a hegemonia das condições de organização e exploração da força de trabalho no mundo todo” (VALÊNCIA, 2009, p. 37). Atualmente os mecanismos do valor se globalizam mediante o domínio das empresas transnacionais, do capital financeiro e do mercado, com forte impulso que lhes proporciona o Estado. A economia capitalista após a segunda guerra mundial articulou o mecanismo dos monopólios e das grandes empresas transnacionais com a expansão da lei do valor.

Gradualmente, o sistema capitalista foi organizando e definindo cinco novos monopólios que beneficiavam os países da tríade dominante: o controle da tecnologia; os fluxos financeiros globais (através dos bancos, cartéis de seguradoras e fundos de pensão do centro); acesso aos recursos naturais do planeta; a mídia e a comunicação; e as armas de destruição massiva. Tomados em conjunto, estes cinco monopólios definem o marco dentro do qual a lei do valor globalizado se expressa a si mesma, demonstrando que a ela “é escassamente a expressão de uma ‘pura’ racionalidade econômica que pode ser separada do seu marco social e político; é, na verdade, a expressão condensada da totalidade destas circunstâncias” (AMIN apud VALÊNCIA, 2009, p. 43).

Desta forma, pautados em Valência (2009), para quem o eixo central para abordar a globalização é a lei do valor – que disseca como se dá a exploração do trabalho e que acarreta na ampliação de lucro para o capital e empobrecimento para o trabalhador, tal qual Marx estabeleceu em *O Capital* – entendemos que a globalização consiste no processo de generalização do capital abstrato na sociedade capitalista contemporânea, tendo em vista que a lei do valor organiza e regula a atividade humana na sociedade capitalista. “A atividade do trabalho humano é alienada por uma classe, apropriada por outra, congela-se em

mercadorias e é vendida num mercado sob a forma de valor.” (PERMAN apud VALÊNCIA, 2009, p. 27). A lei do valor tem que garantir a continuidade dessa regulação – quando esta continuidade se rompe, advém a crise – articulando economias do mundo inteiro. Assim, o autor utiliza os termos globalização-mundialização unidos por hífen por buscar indicar que:

[...] o conceito anglo-saxão “globalização” não pode significar absolutamente nada se isolado do conceito marxista de origem francesa “mundialização”, o qual não apenas vincula novas noções como internacionalização, ciclos do capital, lei do valor, taxa de lucro etc., mas também possibilita orientar a concepção marxista global em direção ao estudo dos fenômenos contemporâneos do capitalismo. (VALÊNCIA, 2009, p. 28).

Segundo o autor, a partir do século XIX as duas alavancas mais poderosas de centralização, de acordo com Marx, são o crédito e a concorrência. Na atual fase, ambos alcançaram seu máximo desenvolvimento e se encontram em crise²⁴ -, o que reflete no enorme endividamento dos países capitalistas dependentes e do aumento da concorrência entre os maiores consórcios do mundo – EUA, Japão e Europa – cujas grandes empresas se centralizam por meio de fusões e absorções com a intenção de controlar a produção do mercado mundial.

Isto significa que o sistema capitalista produz mercadorias, tecnologia e serviços não para satisfazer necessidades humanas em abstrato, como postula a teoria neoclássica funcionalista, mas sim para elevar ao máximo a acumulação de capital e a rentabilidade geral do sistema, mesmo que este se encontre imerso num ciclo depressivo, como o que se experimenta na atualidade. (VALÊNCIA, 2009, p. 39)

Durante o processo de maturação do desenvolvimento do capitalismo na economia global, o autor defende que o mundo foi dividido em dois tipos de sociedades e formação econômica:

a. As desenvolvidas, cujo processo histórico combinou as formas de exploração de mais-valia absoluta e relativa e têm como

²⁴ Ocorre a dificuldade de realização de lucro, fruto contraditório da elevação da produtividade.

alavanca de acumulação do capital o desenvolvimento da produtividade do trabalho pautado no desenvolvimento tecnológico;

b. Sociedades dependentes ou subdesenvolvidas que fincaram seu desenvolvimento na maior exploração da força de trabalho por meio da extensão da jornada de trabalho e o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor.

Sendo o primeiro grupo composto pelos países centrais e no segundo, os países latino-americanos. “Esta correlação entre modernização tecnológica e produtiva, por um lado, e incremento da exploração do trabalho, por outro, explica os fenômenos peculiares da acumulação capitalista recente”, a qual pretendemos abordar mais de perto. (VALÊNCIA, 2009, p. 52).

Frente ao modo de produção capitalista, a economia latino-americana apresenta peculiaridades. O que o autor argumenta é que, por sua estrutura global, o capitalismo latino-americano não poderá jamais se desenvolver da mesma forma que nas economias centrais. Trata-se, assim de um capitalismo *sui generis* que só adquire sentido se analisado na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, global.

Segundo Marini (2000), é o estudo da forma particular de capitalismo dependente da América Latina que permite conhecer analiticamente suas tendências. As categorias marxistas devem servir de instrumento de análise e antecipação de seu desenvolvimento posterior, mas não podem substituir ou mistificar os fenômenos a que se aplicam.

A América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional enquanto colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos. Num primeiro momento permitiu o desenvolvimento do capital comercial e bancário e propiciou o caminho para a criação da grande indústria.

Durante o período da revolução industrial, a América Latina conquista sua independência política e terá seus países girando em torno da Inglaterra. Ignorando-se uns aos outros, os países latino-americanos, por requerimento desta, começarão a produzir e exportar bens primários em troca de manufatura de consumo. É neste momento, segundo o autor, que a relação dos países da América Latina com os centros capitalistas se insere numa estrutura definida pela divisão internacional do trabalho, através da qual configura a dependência, entendida como relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações dependentes são modificadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. De tal modo, sua

superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida, submetida a dinâmica imperialista.

A situação colonial não é a mesma que a de dependência, embora uma de continuidade a outra. Existe uma originalidade que implica em mudança de qualidade e a dificuldade de análise teórica está justamente em captar isso. Apenas a partir de 1840 a articulação da América Latina com a economia mundial se realiza plenamente, até porque apenas com o surgimento da grande indústria se estabelece com sólidas bases a divisão internacional do trabalho.

Como bem observa Marini (2000), o desenvolvimento da economia latino-americana é tão subordinado a dinâmica de acumulação dos países centrais que a tendência da queda da taxa de lucro destes explica o desenvolvimento daquela. Assim, explica o autor que o desenvolvimento industrial nos grandes centros supõe grande disponibilidade de produtos agrícolas para permitir a especificação de parte da sociedade na atividade especificamente industrial. O forte incremento da classe operária industrial e da população urbana não poderia ter acontecido sem os meios de subsistência proporcionados pela América Latina. O autor ressalta que não se limitou a isso o papel de nosso continente no desenvolvimento do capitalismo central. Além da oferta mundial de alimentos, com o desenvolvimento da indústria ela passou a ser fornecedora de matéria-prima, demandada pela revolução industrial, fruto do crescimento da classe trabalhadora nos países centrais e a elevação da produtividade do trabalho.

É desta forma que Marini demonstra como a América Latina contribuiu para que o eixo de acumulação se deslocasse da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, ou seja, no aumento da produtividade do trabalho por meio do incremento tecnológico, que leva a queda do valor real da mercadoria.

Por ser uma inovação tecnológica singular²⁵, o preço da concorrência não se altera e abre a possibilidade de vender mercadorias e preços similares (a diminuição do valor da força de trabalho não é repassada para o preço da mercadoria), extraindo-se mais-valia extraordinária que altera a repartição geral de mais-valia, mas não modifica o grau de exploração do trabalho. Isso porque a produção de mais-valia não passa pela produtividade do trabalho, mas pelo grau de

²⁵ Se muitos produtores elevarem sua produtividade na mesma medida ao mesmo tempo, então eles elevarão a massa de produtos, sem elevar seu valor. Não se teria o aumento da mais-valia, mas sua diminuição.

exploração do trabalho, ou seja, pelo aumento do tempo de trabalho excedente em relação ao tempo de trabalho necessário no tempo de trabalho total. A produtividade diminui o tempo socialmente necessário para a reprodução do trabalhador, o que permite a ampliação do tempo de trabalho excedente, ampliando a mais-valia.

O aumento da produtividade, por outro lado, leva a depreciação do valor do capital variável – na medida em que deprecia o valor das mercadorias necessárias a reprodução da força de trabalho – e, para tanto, requer o aumento do capital constante, que, requerendo maiores investimentos, leva a queda da taxa de lucro. A saída encontrada pelos países centrais, segundo Marini (2000), foi buscar baratear o capital constante, o que inclui as matérias primas. Deste modo, também neste segundo aspecto a América Latina irá contribuir para superar obstáculos que o caráter contraditório da acumulação de capital cria para sua expansão.

Marini (2000) ressalta ainda um terceiro aspecto desta relação. O aumento da oferta mundial de alimentos e matérias primas leva a queda dos preços destes em relação ao preço alcançado pelos produtos manufaturados. O autor indaga a razão desta depreciação, se há aumento de produtividade mais lento neste tipo de produção; indaga ainda o motivo pelo qual a baixa destes preços não leva ao desestímulo para a América Latina incorporar-se neste setor da economia internacional e coloca que o primeiro passo para compreender esta questão consiste em enxergar para além da lei de oferta e procura. É importante compreender que não conseguimos interpretar este fenômeno se nos limitarmos a constatar empiricamente que leis mercantis têm sido falseadas no plano internacional graças a pressão diplomática e militar dos países centrais. Esta análise inverte a ordem dos fatores, já que a utilização de recursos extra-econômicos denotam haver por trás uma base econômica que torna possível e necessário.

A expansão do mercado mundial é a base sobre a qual opera a divisão internacional do trabalho entre as nações industriais e não-industriais. Deste modo, criam-se todas as condições para operar distintos mecanismos que buscam burlar a lei do valor. Teoricamente o intercambio de mercadoria expressa a troca de equivalentes, cujo valor é determinado pelo *tempo socialmente necessário* para produção que as mercadorias incorporam. Marini (2000) explica que há muitas maneiras de burlar a lei da troca na prática. Diz ele que convém distinguir os mecanismos que operam dentro de uma mesma esfera de produção e os que operam no marco de distintas esferas que se interrelacionam. O segundo caso adota mais abertamente o caráter de transgredi-la.

Isso permite que, por exemplo, uma nação, com o aumento da produtividade, apresente menores preços que suas concorrentes sem que por isso tenha que reduzir significativamente os preços de mercado. Isso se expressa para a nação exportadora enquanto um lucro extraordinário. É mais comum que isso aconteça entre nações industrializadas do que entre as que produzem bens primários, já que entre aquelas as leis de troca são exercidas de maneira mais plena.

No segundo caso – nações que trocam mercadorias distintas (manufaturas e bens primários) uma produz bens que a outra não produz, ou que não produz com a mesma facilidade e assim ilude a lei do valor e vendem seus produtos para além do valor, configurando-se assim enquanto troca desigual. As nações desfavorecidas cedem, assim, gratuitamente parte do valor que produzem em favor daquele país que venda seus produtos a um preço maior que seu valor, mas abaixo do mercado em virtude de sua produtividade. Para a nação compradora que transfere valor nesta operação, a transferência de valor não aparece, já que diferentes fornecedores vendem seus produtos ao mesmo preço, mas a distribuição de lucros ocorre de maneira desigual, se concentrando nas mãos da nação com produtividade mais elevada.

Esses mecanismos de transferência de valor, seja baseado no aumento de produtividade, ou no monopólio de produção, pode se verificar um “mecanismo de compensação” mediante o aumento do valor realizado. Para aumentar a massa de valor produzida é necessário lançar mão de uma maior exploração do trabalho, seja com o aumento de sua intensidade ou prolongamento da jornada de trabalho, ou combinando ambos. Somente com o aumento da intensidade se compensa a diferença de produtividade, permitindo a criação de mais valor dentro do mesmo tempo de trabalho. “Isso é o que explica, neste plano de análise, que a oferta mundial de matérias primas e alimentos aumente a medida que se acentua a margem entre seus preços de mercado e o valor real da produção.” (MARINI, 2000, p; 154)

Compensam a perda de renda no mercado internacional mediante maior exploração do trabalho. Não se pode pensar na troca entre nações iguais na relação entre América Latina e países centrais. O processo em que a América Latina contribuiu para incrementar a taxa de mais-valia e a taxa de lucro nos países industriais implicou para ela efeitos rigorosamente opostos. Isto porque no plano do comércio internacional, este continente é incapaz de contrapor-se a perda de mais-valia e a compensa no plano da produção interna por meio de três mecanismos:

1. Aumento da intensidade do trabalho que leva a elevação da mais-valia por meio da maior exploração do trabalho, sem incrementos tecnológicos.

2. Ampliação da jornada de trabalho, o que leva a maior exploração mediante ampliação do tempo de trabalho.

3. Redução do consumo do operário para aquém do seu limite normal, que é um modo específico latino-americano de ampliar o tempo de trabalho excedente.

Os efeitos da troca desigual serão o afã por lucros e, portanto, por métodos de extração do trabalho excedente.

[...] a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva (MARINI, 2000, p. 156).

O autor ressalta ainda que na produção agrícola e extrativista, o efeito do investimento em capital constante é menos exigido, sendo a produção possível pela simples ação do homem na natureza. Dentro deste quadro, são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho. Nos dois primeiros casos, pelo dispêndio maior de força de trabalho do que deveria proporcionar normalmente, provocando seu esgotamento prematuro; no último, lhe é retirada a possibilidade de consumo do estritamente necessário para conservar sua força de trabalho em estado normal, ou seja, “o trabalho é remunerado abaixo do seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho.” (MARINI, 2000, p. 157).

A superioridade do capitalismo em relação aos demais modos de produção, incluindo aí a recém-extinta escravatura, encontra-se, precisamente no fato de que o que se torna mercadoria não é o trabalhador, mas o tempo de sua existência que pode ser utilizada na produção. Desta maneira, longe de ser uma medida libertária, a abolição da escravatura supriu o interesse de aumentar a exploração do trabalho e abrir mercados de consumo. Esta medida teve um lado radical de dissolver a base da sociedade imperial sem indenizações de outro lado, cria medidas para atar o trabalhador a terra e outorga créditos generosos aos afetados.

Uma vez convertida em centro produtor de capital, a América Latina é levada a criar seu próprio modo de circulação que não será o

mercado interno, portanto, não depende da capacidade interna de consumo para realizar seus lucros. Do ponto de vista do país dependente, há uma separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital – produção e circulação.

[...] em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo. (MARINI, 2000, p. 164).

E a existência de um enorme exército industrial de reserva (de indígenas, ex-escravos, imigrantes europeus) permitiu cumprir com rigor a exploração do trabalho, abrindo livre curso para a compressão do consumo individual. A economia exportadora é mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva. É uma formação social baseada no modo de produção capitalista que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias, reproduzindo de maneira ampliada a dependência em que se encontra frente a economia internacional.

O grande desenvolvimento do capitalismo nos países centrais levou ao desenvolvimento de equipamentos sempre mais sofisticados, nascendo, assim, o interesse de impulsionar nas periferias a indústria pesada, bem como a exportação para a periferia o maquinário obsoleto. A indústria latino-americana corresponde, de tal modo, a uma nova divisão internacional do trabalho, cabendo à periferia as etapas inferiores de produção industrial (como a siderurgia) e aos centros capitalistas, a produção mais avançada e o monopólio tecnológico correspondente.

Desta maneira, a introdução do progresso técnico nos países dependentes está vinculada a dinâmica objetiva de acumulação do capital em escala mundial – e não do seu próprio progresso – e as consequências são as mesmas que qualquer outro país capitalista: redução da população produtiva e o crescimento das camadas não-produtivas, somada às características próprias dos países dependentes de superexploração. De tal modo, o progresso técnico permitiu ao capitalismo intensificar o ritmo de trabalho do operariado, elevar sua produtividade e manter a tendência de remunerá-lo abaixo do seu valor real.

Neste contexto tão árduo para a classe trabalhadora, nos questionamos sobre a possibilidade de pensar em bem-estar para sua

população, mesmo mediante políticas sociais, como as que vêm sendo estruturadas a partir da Constituição federal de 1988 no Brasil. Esta será a discussão do próximo tópico.

3. O BRASIL NO CONTEXTO DO CAPITALISMO DEPENDENTE

No tópico anterior, demonstramos o movimento estritamente econômico da história latino-americana, o que engloba o Brasil. A atual inserção do país na divisão internacional do trabalho como economia dita “emergente” em um mercado globalizado carrega a história de sua formação social, imprimindo-lhe um caráter peculiar na organização da produção, sua relação com o Estado e a sociedade, atingindo a formação do universo político-cultural das classes, grupos e indivíduos sociais. Não há como pensar a execução terminal de políticas sociais no interior do Estado burguês sem esta análise; não dá pra entender o trabalhador brasileiro, público-alvo destas políticas – sem apreende-lo nesta dinâmica - bisnetos de negro escravo, indígena, ou de migrantes que sem perspectiva de vida em seus países para cá migraram buscando meios de vida, aqui encontraram uma forma de trabalho superexplorada que mantém o parasitismo de dois segmentos da burguesia: interno e externo. No caso brasileiro, a expansão monopolista, segundo Yamamoto (2008, p. 132):

[...] se deu mantendo de um lado a dominação imperialista e de outro a desigualdade interna do desenvolvimento da sociedade nacional, aprofunda as disparidades econômicas, sociais e regionais na medida em que favorece a concentração social, regional e racial de renda, prestígio e poder. Engendra uma forma de dominação política, de cunho contra-revolucionário, em que o Estado assume um papel decisivo não só de unificação dos interesses das frações da burguesia, como na imposição e irradiação de seus interesses, valores e ideologia para a sociedade. O Estado é capturado pelo bloco de poder, por meio de violência ou cooptação de interesses. Há, em consequência, um divórcio crescente entre o Estado e as classes subalternas[...]

Desta forma, conforme Fernandes (2005) argumenta, desde a colonização até os dias atuais nunca houve movimento organizado “dos

debaixo” forte a ponto de promover rupturas com as elites que jamais hesitaram em entregar barato nossas riquezas contanto que tivessem o seu filão. Assim, o contexto de desenvolvimento econômico capitalista periférico e central são muito diferentes. Os países centrais passaram por uma revolução histórica na qual experimentaram amplos e duráveis processos de acumulação de capital, invenção tecnológica, expansão de sociedade de massas e mercado de consumo em massa, de modernização institucional, de participação cultural e de educação escolarizada, de evolução dos padrões de vida e democracia do poder. Os países periféricos carecem destes antecedentes.

Nos países centrais a emergência do capitalismo foi o novo que nasceu rompendo as barreiras impostas pelo arcaico, obsoleto. Na América Latina, por outro lado, sendo imposto de fora, ele se superpõe como “o moderno” a “um antigo” que nem sempre pode destruir e que com frequência precisa se conservar. Pensar nossa história com paralelo às economias centrais é um equívoco.

Desta maneira, a imposição da dominação burguesa à classe operária no Brasil não se deu através de forças em confronto, em luta pelo controle do Estado. Aqui não tínhamos uma burguesia em conflito de vida e morte com a aristocracia agrária. O fundamento comercial do engenho, da fazenda e outras estâncias pré-capitalistas inseriram a aristocracia agrária no cerne da transformação capitalista. Deste modo, o desenvolvimento do mercado e das novas relações de produção teriam de levar a descolonização nos alicerces da economia e da sociedade e o problema central passa a ser, então, preservar as condições extremamente desfavoráveis de acumulação originária, herdadas da colônia e ao lado delas criar as condições propriamente modernas de acumulação do capital. Fundiram-se o novo e o velho: a aristocracia rural e a elite dos imigrantes. À oligarquia coube o papel – para preservar seus interesses – de “pião” da transição para o “Brasil moderno”. Só ela possuía extensão em toda sociedade brasileira, oferecendo aos setores intermediários, grupos de imigrantes, a maior segurança possível na transição do mundo pré-capitalista para o capitalista. Foram também as oligarquias que definiram seu inimigo comum: no passado, o escravo; no presente, o assalariado ou semi-assalariado do campo e da cidade para proteger tanto as fontes de acumulação pré-capitalistas quanto capitalistas.

As crises do poder burguês sempre foram oriundas do processo de adaptação da dinâmica sócio-econômica brasileira às exigências estrangeiras, jamais às dos trabalhadores. Para estes, apenas violência e repressão. Esta característica permite identificar um drama crônico que

não é típico do capitalismo em geral, mas peculiaridade do capitalismo dependente. “Como não há ruptura com o passado, a cada passo este se reapresenta na cena histórica e cobra seu preço.” (FERNANDES, 2005, p. 238).

Não tem como o assistente social desempenhar seu trabalho alheio a esta realidade. A cada passo que o profissional dá; a cada limite; a cada decisão autoritária; a cada momento que relações paternalistas e de favorecimento se sobrepõe ao direito; a cada corte de recursos que a população aceita resignadamente por compreender que o Estado – geralmente representado no imaginário popular pela pessoa do chefe do executivo – “ajuda” dentro dos seus limites; a cada instante no cotidiano profissional a específica formação histórica brasileira traz à tona este continuísmo que prejudica seu exercício profissional crítico.

Isto porque a específica maneira de organização da sociedade civil brasileira engendra uma forma de sociedade política (Estado) correspondente, que a mantenha. Desta forma, não é o Estado que funda a sociedade, mas ao contrário, é o conjunto das relações econômicas que explica o surgimento do Estado, o seu caráter, a sua natureza, as suas leis de funcionamento, sem, entretanto, significar que o Estado seja um ente acessório, supérfluo e isento de influências sobre a sociedade, ou uma simples expressão.

E aqui não estamos falando de qualquer Estado, mas de um Estado burguês, oriundo da sociedade dividida em classes em que a burguesia detém a dominação econômica e política, “o Estado burguês é um organismo que exerce uma função precisa: garante a propriedade privada, a divisão das sociedades em classes e a dominação dos proprietários dos meios de produção sobre os não-proprietários (os trabalhadores diretos).”(PEREIRA, 2010, p. 152)

Em relação à sociedade burguesa brasileira, Fernandes (2005) ressalta uma peculiaridade: nossa burguesia definiu o campo político como campo de dominação.

Ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no campo político, antes de converter a dominação sócio-econômica [...]” (FERNANDES, 2005, p. 240).

O Estado brasileiro, em especial, é o meio pelo qual a burguesia nacional gerencia seus negócios e exerce seu poder político sem

qualquer cerimônia. Não nos iludamos! Diferentemente da burguesia francesa que promoveu a revolução em nome dos princípios iluministas, a burguesia brasileira jamais tendeu para valores liberais, ou humanitários. Os fundamentos axiológicos legais e formais da transformação capitalista eram extraídos demagogicamente de uma ordem capitalista idealizada (França, Inglaterra e EUA), mas não cria espaço político para as possibilidades de atuação histórica proletária. Para estes últimos, repressão policial!

É este cenário que fragiliza o direito que o assistente social viabiliza e o contorna em moldes paternalistas e repressor, lidando com o “cidadão fracassado”, ora lhe dando uma benesse, ora reprimindo aquele que não se enquadre nos moldes do consumidor passivo e atomizado.

Herdamos espaços políticos que já possuem donos, só estando disponível aos que estão na posição de dominação econômica, política e social. Em nossa trajetória histórica o poder só pode ser invocado em duas condições: 1. A partir de dentro e de cima – conflito de facções da classe dominante, inserindo nesta os setores intermediários como parte dela através de relações de parentesco ou lealdade. 2. Oposição consentida cujos conflitos são de dimensões controláveis a partir de cima. Duas linhas débeis e corruptas e uma extrema intolerância diante de manifestações potencial ou efetivamente autônomas do movimento operário.

É neste cenário que o assistente social reproduz a lógica institucional repreendendo os usuários que se manifestam contrários às normas e limites institucionais em vez de potencializar esta insatisfação; é neste contexto que a indignação se torna escassa porque a maior parte da população superexplorada jamais vivenciou uma vida digna que servisse de parâmetro para engendrar a luta e nunca teve espaço reconhecido para lutar. Por isso, cada indignação que se expressa e cada espaço de luta é arrancado duramente pelos indivíduos e movimentos populares realmente críticos e em muitos casos custam vidas humanas.

Isso faz com que a democracia burguesa brasileira seja desde sua origem uma democracia restrita, aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa denotando que “[...] as tendências autocráticas e reacionárias da burguesia faziam parte de seu próprio estilo de atuação histórica” (FERNANDES, 2005, p. 250).

Para compreender os motivos destas tendências, o autor recobra a origem das elites brasileiras. O grosso da burguesia vinha e vivia de um estreito modo provinciano, em sua essência rural.

[...] quer viesse da cidade ou no campo, sofrera larga socialização e forte atração pela oligarquia (como e enquanto tal, ou seja, antes de fundir-se e perder-se principalmente no setor comercial e financeiro da burguesia). Podia discordar da oligarquia ou mesmo opor-se a ela. Mas fazia-o dentro de um horizonte cultural que era essencialmente o mesmo, polarizado em torno de preocupações particularistas e de um estranho conservantismo sociocultural e político [...] (FERNANDES, 2005, p. 241)

O autor esclarece que nossa burguesia liderou uma transformação capitalista diferente da dos países centrais. Trata-se de uma transformação capitalista em condições francamente adversas – dependência, drenagem de recurso para o exterior, subdesenvolvimento, etc. “Não há como fugir da constatação de que o capitalismo dependente é, por sua natureza e em geral, um capitalismo difícil, o qual deixa apenas poucas alternativas efetivas às burguesias que lhe servem [...]” (FERNANDES, 2005, p.251). Deste modo, a dominação burguesa aparece não como uma revolução democrática, como nos países centrais, mas enquanto capitalismo dependente e o tipo de transformação capitalista que ele pressupõe. O processo de transição ao capitalismo não foi pensado sob a ótica de democratização das relações, de reconhecimento de direitos ou qualquer outra medida que amplie a emancipação política brasileira e tampouco a emancipação humana. A questão toda sempre foi e continua sendo a busca pelos melhores negócios para a burguesia nacional em conjunto com a internacional, sem pensar no ônus, já que este sempre foi pago pela classe trabalhadora.

Nem mesmo a transição para o capitalismo monopolista se deu enquanto um movimento interno de expansão interna e extrapolação do capitalismo concorrencial. O capitalismo monopolista no Brasil se deu mediante pressões externas no sentido de promover uma reorientação da política e econômica sob a égide do Estado enquanto mola mestra de todo processo de recuperação e “volta a normalidade”, mas nada disso no sentido de romper a relação de dependência, pelo contrário. Haveria uma crise de fora para dentro e esta se resolveu através da reorganização do padrão de dominação externa. Desta forma, a passagem do capitalismo competitivo para o monopolista configura-se como uma nova forma de submissão ao imperialismo. Ocorreu, mais uma vez, uma revolução de cima para baixo e a dominação burguesa desmascara sua natureza incoercivelmente autocrática.

O Brasil moderno é fruto de uma transformação capitalista peculiar, um novo tipo de capitalismo no plano mundial que adentra a economia brasileira – o capital em sua fase monopólica. Com a “modernização conservadora” da sociedade brasileira, verifica-se uma aliança do grande capital financeiro, nacional e internacional, com o Estado nacional, que passa a conviver com os interesses oligárquicos e patrimoniais, que também se expressam nas políticas e diretrizes governamentais, imprimindo seu ritmo lento à modernização capitalista da sociedade. “Moderniza-se a economia e o aparelho do Estado, mas as conquistas sociais e políticas – ainda que registrada no último texto constitucional – permanecem defasadas” (IAMAMOTO, 2008, p. 140).

Todavia, no pensamento social brasileiro, a “questão social” recebe diferentes explicações e denominações: “coletividades anormais”, “sociedade civil incapaz”, “povo amorfo”, “[...] sendo o tom predominante a suspeita de que a vítima é a culpada [...]” (IAMAMOTO, 2008, p. 140), conjugando assistencialismo, repressão e “criminalização científica” da “questão social”.

Mas a luta de sobrevivência do capitalismo não poderia se sustentar meramente na repressão, pois criaria um cenário político insustentável, já que se sustenta sobre condições potencialmente explosivas na sociedade brasileira: dominação externa, desigualdade social e subdesenvolvimento. Como consequência, por um lado, o caráter autocrático da burguesia apurou-se e intensificou-se e, por outro, os governos e comunidades internacionais ligadas aos negócios desencadeiam vários tipos de projetos assistenciais – econômico, tecnológico, policial-militar, educacionais, sindicais, de saúde, hospitais, etc., cuja finalidade era diretamente política. O que eles pautam em tais ações não é qualquer objetivo humanitário ou valor emancipatório, mas apenas a súbita elevação do poder de decisão e de controle da burguesia e dos governos pró-capitalistas nas nações periféricas, buscando a almejada estabilidade política. Além deste aspecto, serve para reprimir protestos contra as iniquidades inerentes a transição do capitalismo monopolista tanto para combater o perigo comunista.

A modernização visada pelo desenvolvimento com segurança põe em segundo plano, portanto, os requisitos igualitários, democráticos e cívico-humanitários. “Na periferia essa transição torna-se muito mais selvagem que nas nações hegemônicas e centrais, impedindo qualquer conciliação concreta, aparentemente a curto e longo prazo, entre democracia, capitalismo e autodeterminação” (FERNANDES, 2005, p. 298).

É neste contexto que ocorre a operacionalização das políticas sociais. Seu desenho delineado por organismos internacionais, seu orçamento limitado ao mínimo possível para conter as insatisfações por meio de ações permeadas pelo paternalismo, clientelismo que perpetuam o cenário político-partidário que mantém uma elite no comando de um Estado cortado pela cultura patrimonialista que serve de solo cultural absolutamente adequado para o fato de que as empresas não podem mais sobreviver alheias ao Estado neste período de crise estrutural do Capital (Mészáros, 2009): as ações que colocam as políticas em movimento são terceirizadas para empresas que lucram com este nicho de mercado. A política social brasileira não possui condições históricas que materializem princípios democráticos sem ações de ruptura radical a seu solo histórico.

Torna-se ingênuo pensar a execução de políticas sociais se não se desvelar os acordos espúrios que estão por trás dela tanto em âmbito local como a burguesia nacional e seus arranjos que apertam o cinto do trabalhador brasileiro enquanto ela e, em proporção ainda maior, o capital imperialista enchem o bolso de dinheiro. Para Fernandes (2005, p. 303), “a motivação que está por trás dos comportamentos econômicos e políticos das classes possuidoras dos círculos empresariais e do governo ‘é egoística’ e ‘pragmática’”, e não afetam apenas os indivíduos ou grupos isolados, mas toda a sociedade brasileira, pois se trata do modo como os estratos da classe média e alta percebem o destino do capitalismo no Brasil. Para se processar a transição para o capitalismo monopolista foi necessário gerar “[...] em termos estruturais, funcionais e histórico novas modalidades de dependência em relação às economias centrais e novas formas relativas de subdesenvolvimento; e não como algo transitório, mas permanente [...]” (FERNANDES, 2005, p. 304).

Não há como pensar o exercício profissional no âmbito do Estado burguês brasileiro e atuando na realidade brasileira sem entender o significado histórico dessa transição na qual a burguesia brasileira perdeu sua oportunidade histórica de revolução democrático-nacionalista, até porque estava fora de seu alcance neutralizar os ritmos desiguais de desenvolvimento do capitalismo – as economias periféricas se “atrasaram” em relação às centrais que as engolfaram em sua própria transformação. Fernandes (2005) ressalta que havia outras alternativas (dentro e fora do capitalismo), contudo, políticas econômicas desta natureza nunca foram consideradas seriamente pela burguesia brasileira.

O setor estatal, sob o comando de nossas elites entreguistas, assume nos níveis organizatório, tecnológico e político o modelo das grandes corporações capitalistas, convertendo-se em espinha dorsal da

adaptação do espaço econômico e político interno enquanto requisitos estruturais do capitalismo monopolista – um “Capitalismo de Estado” medularmente identificado com o fortalecimento da iniciativa privada que pretende servir de elo de florescimento das grandes corporações privadas, independente da origem de seus capitais – e do capitalismo monopolista no Brasil. Fernandes (2005) ressalta que apesar do apregoado “nacionalismo” dos industriais, eram pouco expressivos e influentes os círculos de homens de ação que defendiam objetivos nacionalistas. O grosso das classes possuidoras viam o “Capitalismo de Estado” como instrumental ou funcional apenas para interesses privados (nacionais e estrangeiros); e o que se percebe hoje na realidade é que a crise do capital aprofunda esta função do Estado brasileiro de mantenedor dos negócios privados nacionais e internacionais que se organizam politicamente por meio de representantes nos partidos políticos formalmente instituídos que representam interesses privados que serão supridos por meio das secretarias, ministérios e seus orçamentos, aos quais terão acesso.

Em muitos países da América Latina, e aí se inclui o Brasil, o estilo de dominação burguesa reflete muito mais a situação comum das classes possuidoras do que a ânsia de democracia, modernização e nacionalização econômica de algum setor burguês avançado. O que predomina é uma solidariedade de classe expressa na defesa pura e simples do *status-quo*, girando entorno da defesa da propriedade privada e da iniciativa privada. A defesa da “ordem”, da “propriedade privada” e da “iniciativa privada” congregou o grosso das elites econômicas em torno de interesses e objetivos comuns fazendo com que as elites econômicas, militares, políticas, judiciárias, policiais, profissionais, culturais, religiosas, etc. evoluíssem na mesma direção, altamente facilitado pela baixa participação econômica, cultural e política das massas.

O trato para com estas nunca se pauta em relações democráticas de negociações e acordos dialogados. O favor atravessou o conjunto da existência nacional das relações entre os homens livres, tornando-se nossa “mediação quase universal”.

A ideologia ‘do mando e do favor’ traz embutidas as relações de subordinação, arbítrio, os serviços pessoais, a cumplicidade contra a postulação, pela civilização burguesa, da autonomia da pessoa da remuneração objetiva, da ética do trabalho. (IAMAMOTO, 2008, p. 138).

Desta maneira, o Estado nem de longe foi, ou será uma entidade neutra a dirimir conflitos de classe, em especial na América Latina, onde é reconhecido por sua extraordinária importância estratégica para o desenvolvimento do capitalismo na periferia, sob um tipo de dominação burguesa singularizada pela institucionalização política de autodefesa de classe para a preservação e ampliação de privilégios econômicos e para a política econômica a serviço da ampliação da base do poder burguês. Isto porque a vida política deste continente sempre se restringiu a uma minoria que detém altas rendas, monopolizam também a cultura e o poder político – atingindo o máximo de aglutinação na qual o Estado se constituiu veículo por excelência do poder burguês.

É neste árduo contexto que se desenrola o exercício profissional do assistente social: num Estado com forte vinculação com interesses das classes dominantes, onde não existe espaço político para os “debaixo”, nem qualquer vinculação com valores progressistas ou emancipatórios; sem ruptura com a arcaica oligarquia que desde o Brasil-colônia comanda os destinos do país de forma a satisfazer seus interesses privados. Deste movimento nasce uma democracia débil que fragilmente reconhece a cidadania do tataraneto de escravo – nossa população negra – para índios, ex-colonos e tantos outros trabalhadores superexplorados.

Limitar a compreensão do direito e da cidadania ao que é reconhecido jurídico-formalmente e enquanto relações desta natureza só corrobora com a fragilidade deste binômio no contexto da sociedade brasileira. O caminho de potencializar o binômio cidadania-direito de forma a fundamentar o exercício profissional crítico requer recoloca-lo no contexto da luta de classes, reconhecendo a luta organizada da classe trabalhadora para ter diversos direitos reconhecidos e a necessidade da continuidade da luta para que tais direitos reconhecidos jurídico-formalmente se desdobrem em aparatos institucionais para sua materialização.

4. PARA ALÉM DO JURÍDICO-FORMAL ABSTRATO: CIDADANIA E DIREITO NA HISTORICIDADE

Deixamos este tópico para encerrar a análise das causalidades sociais que permeiam a profissão posto que é aquela que está mais rente ao exercício profissional (somos trabalhadores na garantia de direitos) e subsumida a todas as anteriores que analisamos e por isso queríamos refletir já com acúmulo teórico.

Inicialmente, queremos refletir acerca dos limites e possibilidades do exercício profissional no âmbito da emancipação política, sobretudo no Brasil que sofre com a exploração imperialista que torna ainda mais débil a efetividade das políticas sociais para os cidadãos, para num segundo momento pensarmos na emancipação humana. Com isso, queremos chamar a atenção de que o exercício profissional puramente técnico, que exclua de seu processo o elemento político, está fadado a inanição por falta de recursos financeiros, humanos, dentre outros, e promover consensos junto a população em relação a esta forma precária de política social é promover a coesão social. Diante desta realidade, buscaremos, por meio da análise materialista-dialética, buscar refletir qual a potencialidade desta situação para a emancipação humana, sendo uma reflexão posterior dentro deste tópico.

4.1 - Superando Concepções Abstratas: A luta de classe como força motriz do binômio cidadania-direito

A abertura abrupta das economias dos países da periferia, conforme orientação dos organismos multilaterais, tem redundando no déficit da balança comercial, fechamento de empresas nacionais, elevação das taxas de juros e no ingresso maciço do capital especulativo. A economia passa a mover-se entre o processo de reestruturação de sua indústria e destruição do aparato industrial que não resiste à competitividade com os grandes oligopólios. Cresce a necessidade de financiamentos externos e, com ele, a dívida interna e externa.

As exigências do pagamento dos serviços da dívida, aliada às altas taxas de juros, geram escassez de recursos para investimento e custeio. Os investimentos especulativos são favorecidos em detrimento da produção, o que se encontra na raiz da redução dos níveis de emprego, do agravamento da *questão social* e da regressão das políticas sociais públicas. (IAMAMOTO, 2008, p. 143).

O aprofundamento da desigualdade social e a ampliação do desemprego são sinais de que a proposta neoliberal saiu vitoriosa, visto que são suas metas apostar no mercado como a esfera reguladora das relações econômicas, “[...] cabendo aos indivíduos a responsabilidade de se virarem no mercado”. (IDEM, p. 141)

Outro aspecto que a autora destaca é que a proposta neoliberal de canalização de recursos públicos para interesses privados “cai como uma luva para a sociedade brasileira”. (IDEM, p. 141), nesta sociedade que, conforme Chauí (Apud IAMAMOTO, 2008), é marcada pelo coronealismo e populismo, por formas políticas de apropriação do público para fins privados dos grupos de poder. Uma sociedade regida por relações autoritárias e excludentes, em que as relações ora são regidas pela “cumplicidade” entre as pessoas que se identificam como iguais, ora pelo “mando e obediência” quando a relação se dá entre desiguais. Assim, “[...] o discurso neoliberal tem a espantosa façanha de atribuir título de modernidade ao que há de mais conservador e atrasado na sociedade brasileira: fazer do interesse privado a medida de todas as coisas [...]” (IAMAMOTO, 2008, p. 143).

O legado histórico brasileiro não cria condições propícias para pensarmos em bem-estar social para o grosso da sua população se este for mediado pelo mercado, ou pelo Estado. Tirando uma minoria – as elites – o que resta para sua classe trabalhadora é trabalho, suor e miséria. O desavergonhado patrimonialismo que permeia a relação das elites com o Estado, utilizando-o sem muitas cerimônias como comitê executivo de seus negócios privados, rebate para a classe trabalhadora enquanto não-acesso a riquezas materiais, culturais e às esferas de decisão. Somada a forma autocrática como as elites brasileiras lidam com os conflitos sociais, levam a uma democracia estéril, ao frágil reconhecimento do cidadão – por ele mesmo e pelo Estado – enquanto possuidor de direitos e a políticas sociais pobres e ineficientes, acarretando para os cidadãos sua desproteção e aos trabalhadores das políticas sociais, condições de trabalho sucateadas e salários igualmente insuficientes para repor sua força de trabalho.²⁶

Nem as relações de mercado, nem as políticas sociais possuem condições, por sua própria natureza, de promover o bem-estar humano, já que são calcadas na propriedade privada dos meios de produção, desempenhando o papel de reproduzir a força de trabalho, no âmbito material e espiritual, mantendo-o sob o jugo da divisão do trabalho. Dentro da concepção marxista, o bem-estar só será possível quando cada qual contribuir para a riqueza social conforme suas capacidades e, por meio do consumo coletivo, apropriar-se de tudo aquilo que lhe seja necessário, o que requer a coletivização dos meios de produção. A

²⁶ Pensemos aqui no salário do assistente social que no geral não cobre suas despesas consigo mesmo, sua família e tampouco para seu aprimoramento profissional conforme requer o código de ética de 1993.

política social no marco do capitalismo jamais tocará neste ponto que é a pedra-de-toque desta forma de sociabilidade, mas apesar disso não deve ser descartada enquanto conquista da classe trabalhadora. O próprio Marx comemorou a lei que limitava a jornada de trabalho dos operários. Embora não fosse a emancipação humana, ele mesmo reconhecia que ao menos ampliava o bem-estar humano, dando condições de vida mais digna a classe trabalhadora. Podemos conceber as políticas sociais dentro desta mesma lógica.

Sem dúvida, ao mesmo tempo em que suprem demandas do capital, as políticas públicas atendem também às necessidades humanas do trabalhador, porém de forma a configurá-lo enquanto força de trabalho: o acesso a riquezas econômicas e culturais necessários para a reprodução da força de trabalho é, por outro lado, pré-requisito para a garantia da vida humana, para além da animalidade, capaz de escrever sua própria história. Ocorre, porém, que, conforme observou Marx, à classe trabalhadora apenas é reconhecido o direito de suprimento de necessidades mínimas, reduzidos a condição bestial de vida enquanto mercadoria força de trabalho, aquela que quanto mais barata for vendida ao capital, mais lucro lhe trará. Pensemos agora na classe trabalhadora do capitalismo dependente, cujo cerne é a superexploração do trabalho. São estes que atendemos enquanto assistentes sociais e que se encontram nesta situação, não por seu fracasso ou incapacidade, mas pela sua inserção no mundo: membro da classe trabalhadora superexplorada da América Latina.

Lidamos com sequelas muito mais profundas da exploração do trabalho: um desgaste físico do trabalhador ainda mais agudo, já que a mais-valia aqui extraída se pauta, conforme aponta Marini (2000), no aumento da intensidade do trabalho; deparamos com situações de pobreza ainda mais extremas, visto que a classe trabalhadora é paga com salários aquém de sua real necessidade. Atendemos trabalhadores com um mínimo de acesso cultural, tendo em vista que as formas de trabalho para a grande parte dos trabalhadores latino-americanos se pautam no esforço físico, com pouco ou nenhum uso de intelectualidade, dispensando o uso de maquinário, requerendo baixa ou nenhuma formação educacional.

Esta situação mais agravada pela superexploração do trabalho demandaria políticas sociais mais incisivas e robustas, que pudessem prover as necessidades que o mercado não garante. Ocorre, porém, que com uma burguesia elitista não vinculada a qualquer valor emancipatório, que se apropria do Estado apenas para lidar com seus negócios em conjunto com o capital internacional, o excedente

destinado a execução de políticas sociais é irrisório. Desta maneira, a emancipação política brasileira tem se mostrado um espaço muito limitado e improfícuo para a classe trabalhadora, já que as ações do Estado possuem caráter muito mais coesionador do que emancipatório. Aqui, mais que em qualquer outro continente, a perspectiva reformista deve ser combatida pela sua infertilidade. Entendemos que não há como prover o bem-estar por meio de políticas sociais e reformas estatais sem ruptura com a burguesia.

Observamos a cada dia que por mais que as leis ampliem o reconhecimento do direito, por mais que os profissionais se dediquem, ou almejem, e o que resta aos usuários das políticas públicas é buscar formas de suprir suas necessidades por meio de diversas estratégias de sobrevivência: trabalhos autônomos precários, situação de rua ou residência em áreas irregulares, prostituição, tráfico de drogas, trabalho infantil, a busca por burlar os “critérios” das políticas sociais para acumular diversos benefícios, dentre outros.

Estas saídas estão para além de mau-caratismo do cidadão, sendo, em verdade, fruto do movimento perverso da realidade brasileira. Uma classe trabalhadora subempregada, mal remunerada e mal assistida, ou sucumbe, ou busca outras formas de sobrevivência para além do trabalho e das políticas sociais, pois “as implicações da superexploração do trabalho transcendem o plano de análise econômica e devem ser estudadas também do ponto de vista sociológico e político.” (MARINI, 2000, p. 194). Apreender o usuário dentro deste movimento é compreendê-lo enquanto homem numa perspectiva materialista, fruto das múltiplas relações que estabelece.

A naturalização deste processo e a desconexão da dinâmica objetiva que o engendra, leva muitos assistentes sociais a focar suas ações na questão errada, em atitudes “reeducativas” e de “integração social”, muitas vezes somando mais uma opressão às que o usuário já está submetido. Enquanto muitos profissionais atuam muito mais no policiamento dos comportamentos e punição dos usuários que “não cumprem as “condicionalidades”, mais uma vez atuam de forma violenta e tolem a voz do usuário, que pouco ou nenhum espaço encontram para se manifestar. É mediante este trabalho que ironicamente os profissionais afirmam buscar a “autonomia” do usuário, restringindo esta a não depender do Estado, a conseguir se prover por meio do mercado através da venda de sua força de trabalho, refuncionalizando-o subalternamente à superexploração do capital, enquanto naturaliza esta. Este reconhecimento escasso da cidadania do usuário e da fragilidade com que se concebe seus direitos está calcado

na naturalização de sua situação de superexplorado, na medida em que não questiona o não suprimento de suas necessidades, aceita políticas pobres para pessoas miseráveis e legitimam o mercado como espaço de satisfação das necessidades humanas.

Diante de todo o exposto, é de se esperar limites cada vez maiores para os “especialistas” do capital gerirem as contradições cada vez mais gritantes desta sociedade. As respostas profissionais serão cada vez mais improficuas para a satisfação das necessidades humanas dos usuários, cada vez mais complexas e graves; e os direitos tendem a ser cada vez mais “letras mortas” sem consequência prática.

Não podemos mais prosseguir fechando os olhos para a inviabilidade da sociedade assalariada. A produção coletiva e apropriação privada está gerando contradições irremediáveis que tornam gritantes o abismo entre os direitos reconhecidos no campo jurídico-formal e a realidade vivenciada pelos usuários que atendemos e suas famílias, assim como a de cada um de nós; precisamos conseguir perceber a dinâmica macrossocial que determina a penúria humana. É preciso reconhecer que diante de contradições tão grandes oriundas da crise estrutural da totalidade da sociabilidade capitalista, as instituições burguesas não conseguem mais atendê-la minimamente no intuito de administrá-la e promover a coesão social. A veloz destruição do Estado de Bem-estar Social na Europa é a maior prova histórica dos imensos limites que a crise coloca na emancipação política nos tempos atuais e diante de todo o exposto, é de se esperar limites cada vez maiores para os “especialistas” gerirem as contradições cada vez mais gritantes desta sociedade sob a ordem do capital.

A lógica financeira do regime de acumulação capitalista tende a provocar crises que se projetam no mundo gerando recessão, redundando na maior concentração de renda e aumento da pobreza que se expressa na distribuição territorial, na distancia entre as rendas do trabalho e do capital e entre os rendimentos de trabalhador qualificado e não-qualificado.

Para superar o estatuto de cidadania formal-abstrato apropriado a um burocrata do Estado burguês, faz-se necessário promover uma análise dialética fundada num ponto de vista ontológico, histórico-universal e crítico da ordem vigente. É imprescindível resgatar, conforme indica Abreu (2008) a processualidade histórica que constitui o Estado, as políticas sociais, para se pensar na cidadania moderna, dotada de plasticidade legal, moral e simbólica. Há que se pensar a cidadania para além de mera forma superestrutural a reboque do movimento econômico e pensá-la enquanto um leque relativamente

amplo de circunstâncias históricas engendradas e vividas pelos indivíduos no desenvolvimento capitalista, sem desprezar, evidentemente, as condições de produção e reprodução da ordem – especialmente suas desigualdades objetivas – e as diferentes manifestações teleológicas dos sujeitos envolvidos. Leituras que desprezem esta base material levam ao não questionamento das condições de existência, suas possibilidades e limites, nem sequer pensar alternativas transcendentais a estas condições.

Apesar dos direitos não transformarem a realidade, mas, ao contrário, legitimar a existente, Marx (2004) afirma que toda forma de emancipação, ainda que não plena, consiste na reconstrução do mundo humano e das relações humanas ao próprio homem. A história demonstra o acerto desta afirmação, pois a partir do reconhecimento do estatuto de cidadania abriu-se o reconhecimento de direitos, sobretudo no plano simbólico, o que, ou garantiu maior acesso à riqueza social pela classe trabalhadora e/ou engendrou lutas em sua ampliação, tendo significativas conquistas chegando a seu ápice no pós-Segunda Guerra Mundial quando, além de um contexto econômico privilegiado em que o capital passava por sua fase de ouro contando com grande expansão econômica, havia também a crescente mobilização da classe trabalhadora e o fantasma do comunismo que devia ser enfrentado para a manutenção da sociedade capitalista, o que rendeu à classe trabalhadora dos países centrais a vivência do Estado de Bem-Estar Social, universo ideal para o assistente social atuar entendendo-se como burocrata do Estado, especialista que em nome deste dá as melhores respostas profissionais às necessidades. Isto porque operacionaliza políticas sociais fortes, com recursos e possibilidades.

Esta atuação restrita à burocracia do Estado coloca a materialização do direito pelas mãos do profissional – um mecanismo do Estado – a quem cabe dar os encaminhamentos corretos, preencher os formulários, fazer relatórios, etc, para viabilizar serviços e benefícios previstos pelo Estado burguês para atender – da forma como for possível – as necessidades do usuário. Esta perspectiva obscurece a luta de classes por trás de papéis e carimbos, corroborando com a Revolução Passiva, conforme descreve Gramsci (apud Carvalho, 2011)

A revolução passiva promovida pelo Estado-providência (que na América Latina teve contornos muito mais autoritários e menos protetor) opera no sentido de neutralizar toda iniciativa popular real, minando a generalização das autonomias de classe com reformismo moderado. Este reformismo moderado se traduz na satisfação de reivindicações, mas em pequenas doses, legalmente, apoiando-se no

Estado e resolvendo através dele as tarefas históricas e progressivas de uma classe.

Excluindo a luta de classes da leitura da realidade, o Estado se torna presente como sujeito econômico e socializante, intervindo na racionalização e planificação da economia e, (principalmente na Europa e excetuando a América Latina) na proteção social por meio de um pacto entre as classes burguesa e trabalhadora que resulta na expansão do Estado-Providência que assume progressivamente as funções de reprodução da força de trabalho (CARVALHO, 2011).

Com isso, uma importante transformação no âmbito político ocorreu: as relações de dominação e poder se dão de uma forma funcional, triangular (Estado, sindicatos e burguesia), modificando as relações sociais de dominação. Uma delas refere-se a despolarização das relações capital/trabalho e Estado / classe dominante para o fortalecimento das relações Estado / classe trabalhadora de modo a promover seu controle. “[...] As formas modernas em que se apresentam as relações de dominação e as estratégias de negociação sociais aí introduzidas tornaram progressivamente opacas ou quase invisíveis as questões da luta de classes.” (CARVALHO, 2011, p. 34)

Com a omissão da luta de classes, investiu-se na ideia de que Estado e economia repousam sobre o saber científico que permitiram expansão de técnicas, saberes científicos que introduziram melhoria real das condições materiais de vida da classe trabalhadora limitadas ao que o capital tem condições de oferecer. Mas, ao mesmo tempo, introduziu efeitos perversos, conforme Carvalho (2011):

- enfraquecimento da classe trabalhadora enquanto sujeito político real;
- o esvaziamento progressivo do exercício da cidadania;
- a substituição quase total da solidariedade espontânea por um processo de solidariedade mecânica emanada do Estado;
- a perda da visibilidade do homem enquanto ser singular e social e, com isso, a perda de referências para a transformação da sociedade.
- a voz das bases trabalhadoras, a voz do coletivo, perdeu muito de sua importância à medida que um processo ativo de negociações sociais passou a operar via Estado e de forma corporativista.

“É assim que as bases perderam também progressivamente seu alimento vivo que é a reflexão e a participação real no processo de construção da sociedade” (CARVALHO, 2011, p. 35), o que esvazia e asfixia a cidadania posto que sem participar das decisões da construção do real, é simplesmente impossível compreendê-lo porque aparece distorcido, com mecanismos obscuros que atuam pelas costas.

Esta é mais uma limitação da emancipação política. Além da incapacidade do Estado burguês emancipar o homem de suas mazelas, a satisfação das necessidades pelo Estado retira das mãos humanas esta função, tornando muitos de seus mecanismos incompreensíveis, incompatível com a sociedade dos homens emancipados que coletivamente ditam os rumos da sociedade. A limitação da emancipação política, entretanto, é também poderoso mecanismo de denúncia do estágio desta sociedade e pode contribuir para a construção do exercício profissional crítico.

Dentro do processo histórico acumulado pela humanidade, argumentamos que o frutífero caminho para que a conquista do bem-estar da população é a intensificação da luta de classe pelos “debaixo”. Em primeiro momento, percebemos que a cidadania é o elemento simbolicamente reconhecido e a luta pela efetivação de direitos pode fazer com que os sujeitos atomizados saiam de sua estagnação e engendrem processos coletivos. Esta luta requer que, antes que se pense propostas mirabolantes, se discuta orçamento, entrando, assim, na árdua luta pelo fundo público, centavo a centavo, com os monopólios. Este caminho, enquanto práxis política, representa ainda um campo propício para que a consciência dos indivíduos chegue a conclusão da necessidade da revolução radical, já que desvelarão o real movimento da sociedade.

Para que se amplie o bem-estar da população, os “debaixo” precisam empreender intensa luta que se inicia em nome da cidadania pela efetivação de direitos, o que requer, especialmente no caso brasileiro, mais que pequenos remendos, um outro projeto de nação alternativo ao da sua elite. No âmbito da execução de políticas sociais, colocar o direito no campo da luta requer compreender as políticas sociais para além de normas, leis e burocracia, mas na luta política, na tensão de poder, projetos e valores antagônicos em disputa; requer que a classe trabalhadora (usuários e trabalhadores das políticas sociais) discuta e dispute os orçamentos, entrando, assim, na árdua luta pelo fundo público, centavo a centavo, com os monopólios. Este caminho, enquanto práxis política, representa ainda um campo propício para que a consciência dos indivíduos chegue a conclusão da necessidade da revolução radical.

Isto porque estamos numa sociedade que oferece a seus membros condições absolutamente desiguais de existência, pois longe de vivermos numa sociedade harmônica, fazemos parte de uma realidade marcada pela cisão de classes cujas contradições, conforme Mészáros (2009), colocam em xeque a reprodução da vida humana sobre o

planeta, inaugurando um período de transição que nos traz duas possibilidades históricas: fim do capitalismo para a construção de um estágio superior de sociedade (socialismo) ou a extinção da vida humana, seja por questões bélicas ou ambientais.

Conforme ressalta Abreu (2008), embora nenhum dos processos de luta pela emancipação política tenham redundado na superação dos limites da sociedade capitalista, eles demonstraram a centralidade do estatuto da cidadania e das suas condições de existência no processo de reprodução e de legitimação da ordem social modernamente constituída, por isso, “para disputar a hegemonia no mundo moderno faz-se necessário a crítica do estatuto da cidadania vigente, de seu significado, de sua gênese, do seu desenvolvimento, bem como a explicitação das condições de sua superação” (ABREU, 2008, p. 345).

Em vez de reconhecermos na não efetivação dos direitos um erro de percurso do “representante universal” e seus “especialistas”, sendo o obstáculo à cidadania dos indivíduos, ora propomos pensar nisso enquanto um dado de realidade: são insuficientes políticas sociais diante das necessidades engendradas pelo capital, sobremaneira no marco da sociedade capitalista monopólica em época de crise estrutural. Assim, este deve ser o ponto de partida para o estopim de um verdadeiro processo de construção da cidadania pelas próprias mãos. Em vez de vislumbrarmos e tutelarmos “cidadãos fracassados” oferecendo-lhes migalhas do direito formalmente constituído enquanto promovemos a formatação do indivíduo em mercadoria força de trabalho na tentativa de adquirir mercadorias que respondam as suas necessidades, podemos contribuir para que diversas formas de existir tornem-se viáveis e neste processo buscar promover a denuncia da dinâmica que leva a não satisfação de necessidades humanas, da miséria que é o “direito” que lhes oferecemos por via das instituições do suposto representante universal e a partir das necessidades não-supridas, oriundas de um mesmo movimento da sociedade – exploração do trabalho pelo capital – buscar reconstituir a identidade coletiva destes sujeitos que vivem diariamente uma luta individual pela vida – luta da classe trabalhadora.

Defendemos um estatuto de cidadania que suponha:

[...] a reconstrução de um movimento social dotado da consciência de superação das necessidades, da alienação e do estranhamento, transcendendo os direitos associados ao domínio privado dos meios de realização social. Movimento histórico que tem como condição *sine qua non* de seu desenvolvimento a reconstrução

das identidades e vontades dos subalternos, especialmente dos que vivem ou buscam viver do seu próprio trabalho, como autêntico bloco histórico dotado de projetos de força (contra)hegemônica. Sem a constituição desse movimento de massas e de opinião em confronto com as condições sociais de existência, a reconfiguração, ou subversão, da cidadania em um efetivo sujeito da história que exerça sua efetiva soberania fica reduzida a uma utopia abstrata. (ABREU, 2008, p. 347).

Quanto a esta construção de identidade que possa levar a uma organização consciente, os mais pessimistas podem afirmar ser uma utopia. Nós afirmamos ser apenas uma tarefa histórica árdua, porém, o único caminho (seja pela via da cidadania ou por outras) para viabilizar a vida humana a longo prazo. A certeza da possibilidade de construção desta identidade é a realidade histórica, que ela possui existência efetiva, “fundada na materialidade da existência social e na esperança real de uma vida plena de sentido e realizações [...] dissolvendo a identidade abstratamente universal” (ABREU, 2008, p. 349).

Entretanto, embora reconheçamos que a cidadania e o direito são elementos funcionais da sociedade burguesa, eles são, contraditoriamente, mecanismos desta ordem que reconhecem identidade comum entre os homens que, extrapolados, podem chegar ao gênero humano. Conforme afirma Chauí (apud SALES, 2007), a importância de se declarar direitos deve-se em primeiro lugar, ao fato de que não é óbvio para todos que somos portadores de direitos; depois reafirma que os direitos devem ser reconhecidos para todos, denunciando a identidade coletiva que pode levar a identidade de classe.

Para tanto, ao invés de aceitarmos mudamente os direitos reconhecidos jurídico-formalmente, temos que ver a cidadania e os direitos enquanto inseridos na arena da luta de classes, permeados por conflitos em que, quanto mais pressão fazem “os debaixo”, mais ela se alarga democraticamente no sentido de ser permeada por interesses da classe trabalhadora, podendo chegar ao ponto da classe trabalhadora tomar para si os rumos da pólis do século XXI, e geri-la de tal forma que sane as suas necessidades – eis a real emancipação humana, para além do mercado.

Diz Marx (2004) que a formulação de uma questão é a sua resolução. Caso queiramos resolver a questão da transição histórica da humanidade no rumo de sua subsistência, ela deve ser consciente e criticamente formulada pelos sujeitos que serão os agentes históricos do

processo revolucionário. Para construir este processo histórico, advogamos por um estatuto de cidadania em construção pela luta de classe que leve a autocrítica das condições de vida de cada um de nós, vinculando-a ao macro contexto histórico-social. Mészáros (2009, p. 230) defende que a autocrítica “[...] é uma exigência fundamental da alternativa hegemônica historicamente sustentável à ordem sóciometabólica do capital como um sistema orgânico.”

Tendo em vista que a inversão das posições de classe é impossível, a única alternativa de sobrevivência humana é através de uma sociabilidade não cindida em classes. Este é o caminho para a emancipação humana: a construção do comunismo, uma sociedade sem classes antagônicas, Estado ou cidadãos e sua construção requer que construamos uma cidadania que faça nascer dos homens atomizados de hoje os sujeitos revolucionários de amanhã, a classe trabalhadora para si.

4.2. A cidadania para o processo revolucionário

Temos ciência de que democracia e cidadania fazem parte da emancipação política que requer um Estado destacado da sociedade que administre democraticamente a vida entre os homens livres e formalmente iguais, os cidadãos. Temos absolutamente claro o limite da emancipação política, mas advogamos que a luta por ela pode levar a um processo educativo da classe trabalhadora, necessário para a emergência dos revolucionários da sociedade comunista do porvir. A cidadania e o direito são as conquistas históricas no interior da sociedade burguesa que permitem denunciar que há alguma identidade entre grupos humanos, podendo trazer a tona a questão de que não estamos sozinhos e atomizados no mundo, contribuindo com o processo de construção da consciência de classe.

Toda pessoa consegue perceber o abismo existente entre seus direitos instituídos em lei e sua realidade vivida, mas uma apreensão ainda muito difusa e restrita ao plano individual. Segundo Iasi (1999), esta primeira forma de manifestação desta contradição não é ainda a superação da alienação, é mais uma forma transitória que se expressa de maneira mais nítida, no estado de revolta. A primeira forma da consciência pode então ser rerepresentada. É apenas em certas condições que a revolta pode tornar-se passagem para uma nova etapa do processo de consciência.

Em determinadas condições, a vivência de uma contradição entre antigos valores assumidos e a realidade das novas relações vividas, pode

gerar inicial superação da alienação. A pré-condição para esta passagem, segundo Iasi (1999) é o grupo. A identidade com o outro produz um salto de qualidade e o discurso da cidadania é útil para colocar os iguais em luta organizada. Negros, LGBT's, mulheres, enfim, alguns segmentos, por conta da própria dureza da vida, conseguem se identificar na luta pelos mesmos direitos e, embora ainda não seja uma pauta reivindicativa que transgrida a ordem, promove ação coletiva que coloca as relações vividas num novo patamar: vislumbra-se a possibilidade de não apenas revoltar-se contra as relações pré-determinadas, mas de alterá-las.

Entender que não se está sozinho diante de uma situação pode significar encontrar na realidade aliados pela mesma luta, juntos na mesma opressão e revolta, e, então, pode surgir ações em conjunto com estes aliados que enxergam entre si uma identidade. Assim, este coletivo abre a possibilidade de se questionar o caráter natural destas relações e, portanto, de sua inevitabilidade. A ação dirige-se, então, à mobilização dos esforços do grupo no sentido da reivindicação, da exigência para que se mude, manifestação da injustiça. É a chamada consciência em si, ou consciência da reivindicação. O que há de comum nestes casos particulares é a percepção dos vínculos e da identidade do grupo e seus interesses próprios, que conflitam com os grupos que lhe são opostos.

Segundo Iasi (1999), a consciência em si representa ainda, a consciência que se baseia na vivência das relações imediatas, sem questionamentos para além da ordem vigente, mas reivindicações não mais do ponto de vista do indivíduo, mas agora do grupo, da categoria e pode evoluir até a consciência de classe. Ela é parte fundamental da superação da primeira forma de consciência, portanto da alienação, no entanto seu pleno desenvolvimento ainda evidencia traços da antiga forma ainda não superados.

Isto significa que apesar de "conscientes" de parte da contradição do sistema (por exemplo, dos baixos salários, da opressão da mulher, de sua identidade étnica, etc.) a pessoa ainda trabalha, age, pensa sob a influência dos valores anteriormente assumidos, que apesar de serem parte da mesma contradição, continuam sendo vistos pela pessoa como naturais e verdadeiros (IASI, 1999). Neste ponto da consciência ainda se reivindicam contra os efeitos, os sintomas (opressão de gênero, desemprego, fome, habitação, etc.) e não com causas (propriedade privada dos meios de produção e trabalho alienado). Esta contradição pode levar o indivíduo em seu processo de consciência para um novo patamar. Conforme as reivindicações não chegam a seus objetivos, as pessoas envolvidas endagam-se do motivo disso e abre-se espaço para a

real compreensão da realidade, carecendo de alguém que traga a crítica radical necessária: a busca da compreensão das causas, o desvelar das aparências e a análise da essência do funcionamento da sociedade e suas relações. Buscar saber como funciona a sociedade para saber como é possível transformá-la, tentar entender o que é que gera a fome, a miséria, a falta de habitação, etc. É na própria constatação de que a sociedade precisa ser transformada que se supera a consciência da reivindicação pela transformação, salientando que tal consciência é impossível de ser superada com cidadãos passivos, atomizados, e consumidores, sendo mais viável em cidadãos em luta.

Por menor e inofensiva ao capital que seja a luta de qualquer segmento, esta, enquanto práxis política, pode ser meio de se desalienar e construir rebeldes contra o sistema. "A consciência não está para além da evolução histórica real. Não é o filósofo que a lança no mundo; o filósofo não tem o direito, portanto de lançar um olhar arrogante sobre as pequenas lutas do mundo e de as desprezar. (IASI, 1999, p. 42). A práxis mais singela que esbarre em contradições pode ser aquela que desperte a consciência crítica, a depender da reflexão que se promova a partir dela.

O proletariado, ao assumir-se como classe, afirma a existência do próprio capital. Cobra deste parte maior da riqueza produzida por ele mesmo, alegra-se quando consegue uma parte um pouco maior do que recebia antes. A consciência ainda reproduz o mecanismo pelo qual a satisfação do desejo cabe ao outro. Agora ela manifesta o inconformismo e não a submissão, reivindica a solução de um problema ou injustiça, mas quem reivindica ainda reivindica para alguém – ao Estado, em geral. Neste ponto, como ressalta o autor, ainda é o outro que pode resolver por nós nossos problemas e, além disto, temos que nos submeter às formas e condições estabelecidas por outros para manifestar este inconformismo (greves, sindicatos, etc.). Estes não são, como vemos, limites de uma certa forma de consciência, mas também, o limite dos instrumentos políticos que correspondem a esta consciência.

Quando um setor da classe operária confronta-se com o padrão exigindo, por exemplo, maiores salários, melhores condições de trabalho e outras reivindicações, dá mostras que desvendou em parte o caráter da contradição fundamental entre a produção social e a acumulação privada e, sabendo disto, cobra do capitalista uma parte maior daquilo que produziu e que lhe foi retirado. O proletariado apercebe-se de sua força, de ser elemento chave para o processo de produção, percebe seu poder de barganha e o usa contra o capital, adquire consciência de sua força, de sua união enquanto classe (IASI, 1999).

Neste processo, ao assumir-se enquanto classe, o proletariado nega o capitalismo afirmando-o. Portanto, em sua luta revolucionária, não basta o proletariado assumir-se enquanto classe (consciência em si), mas para além de si mesmo (consciência para si). Conceber-se não apenas como um grupo particular com interesses próprios dentro da ordem capitalista, mas colocar-se diante da tarefa histórica da superação desta ordem. A verdadeira consciência de classe é fruto desta dupla negação: num primeiro momento o proletariado nega o capitalismo assumindo sua posição de classe, para depois negar-se a si próprio enquanto classe, assumindo a luta de toda a sociedade por sua emancipação contra o capital.

Tendo em vista que a inversão das posições de classe é impossível, a única alternativa de sobrevivência humana é através de uma sociabilidade não cindida em classes. Para construí-la, há que se passar por um processo socialista com substantivo caráter democrático – de forma a suplantar a divisão hierárquica do trabalho.

Para tanto, a análise da história demonstra que será necessário um processo revolucionário violento por meio do qual a classe trabalhadora tome para si o poder político e se torne a classe dominante. Precisa destruir o Estado burguês e constituir um Estado proletário temporário, constituído pela classe trabalhadora, para que exproprie cada capital da burguesia e se aproprie de todos os meios de produção. Esta é a ditadura do proletariado, por meio do qual a classe trabalhadora torna-se revolucionária. Na medida em que se procede esta tomada de poder e o proletariado vai se constituindo enquanto classe dominante, o Estado proletário deve definir até seu desaparecimento, terminando a transição para a sociedade comunista (Lênin, 2012).

A classe dominante é aquela que possui a propriedade dos meios de produção. Para que a classe trabalhadora seja a dominante, ela deve deter estes meios e caminhar para a que todos os possua, organizando a verdadeira sociedade dos trabalhadores livremente associados – o comunismo – que substitui o trabalho assalariado pelo trabalho associado, desenvolvido de forma livre, consciente, coletiva e universal, onde as necessidades serão saciadas pela apropriação coletiva não havendo mais razão para falarmos em Estado, cidadania ou direito.

Para que todo este processo de coletivização dos meios de produção ocorra - e toda transformação radical na sociabilidade humana que isto requer (socialização do poder político, da cultura, etc.) – é necessário que toda classe trabalhadora esteja engajada nesta tarefa histórica sendo “[...] matéria de maior importância encontrar uma maneira de salvaguardar por meio da autocrítica, adotada de forma

consciente por todos os envolvidos – contra os perigos que podem resultar de tais conflitos possíveis” (MÉSZÁROS, 2009, p. 230). Para construir a sociedade dos homens livremente associados, há que se passar por um processo socialista com substantivo caráter democrático – de forma a suplantando a divisão hierárquica do trabalho.

A autocrítica consciente requer dialeticamente “um tipo de reprodução social que deve autossustentar-se com êxito como um verdadeiro sistema orgânico [...]” (MÉSZÁROS, 2009, p. 230), que não requer aparato estatal algum. Esta correlação dialética entre um sistema orgânico qualitativamente diferente e princípio orientador da autocrítica, entretanto, não pode se constituir num círculo conveniente – desculpa pronta para justificar a ausência de ambos – para que não se torne um círculo vicioso. Esta ressalva serve, inclusive, para o Serviço Social. Embora ainda não estejamos numa sociedade emancipada, o exercício da auto-determinação e da auto-crítica pode ser feito no interior dos serviços das políticas sociais, ainda que sob assuntos e condições limitados. Ainda assim, afirma o autor que esta correlação dialética possui em si uma mutualidade de auxílio recíproco, até mesmo num estágio muito prematuro de seu desenvolvimento histórico em que estamos, no qual conforme posturas autocríticas vão ocorrendo, vai-se construindo o novo sistema orgânico e; enquanto o novo sistema orgânico vai sendo parido, as relações orientadas pela autocrítica vão se disseminando.

Embora saibamos que este processo de desalienação rumo a construção da consciência de classe não cabe a qualquer profissão, apenas sendo possível de se construir no âmbito da participação política no âmbito da luta de classes, esta discussão acerca do processo de desalienação, porém, é extremamente importante para que o profissional possa atuar mediatamente num sentido emancipatório e, dependendo da questão em tela, até mesmo para o trabalho imediato ela deve ser considerada. Há situações que a “questão social” traz sequelas subjetivas : o estranhamento humano que leva a atitudes violentas; meios de vida criminosos e permeados por violência e desumanidade; fuga da realidade pela dependência química; processo de enlouquecimento, etc. nestes casos a humanização de suas vidas é essencial para a superação de seus dramas humanos.

Quanto maior o nível de complexidade da natureza da necessidade, mais complexas as ações profissionais, mais profundos são os impactos do exercício profissional na vida dos usuários e mais relevantes se tornam os valores elencados pelo profissional. Em todas as situações citadas, ou o profissional atua em conformidade com o projeto

burguês e coesão/coerção social por meio de ações coesivas e coercitivas (internações psiquiátricas, prisão, controle de condicionalidades, etc); ou atua-se no sentido da desalienação humana que permite a possibilidade emancipatória do sujeito compreender sua opressão e dar respostas diferencialmente humanizantes a ela, o que corrobora com o projeto de construção da sociedade sem classes, já que homens violentos, descolados da realidade ou desumanos jamais contribuirão para a emancipação humana. Conforme Rosa Luxemburgo (2012):

É preciso auto-disciplina interior, maturidade intelectual, seriedade moral, senso de dignidade e de responsabilidade, todo um renascimento interior do proletário. Com homens preguiçosos, levianos, egoístas, irrefletidos e indiferentes não se pode realizar o socialismo²⁷

Tarefa aparentemente impossível, ainda mais quando pensamos no universo de pessoas sobre o qual incide o trabalho do assistente social. Ocorre, porém que possuímos uma importante “vantagem histórica” em relação aos defensores do capital: a construção de uma alternativa ao capital é uma necessidade histórica oriunda da falência da própria sociedade burguesa, sendo o sistema comunal o único capaz de dirimir todas as contraditoriedades – oriundas da exploração do trabalho sob a forma assalariada – que hoje colocam a humanidade em risco. Nas palavras do autor, apenas o sistema comunal “[...] é capaz de prover a estrutura geral de desenvolvimento contínuo das partes constitutivas multifacetadas, individuais e coletivas em um todo coerente enquanto um sistema orgânico de reprodução sócio-metabólica historicamente viável.” (MÉSZÁROS, 2009, p.232). Ressalta o autor, porém que o sucesso deste empreendimento depende das partes se sustentarem e se apoiarem de maneira recíproca numa base coletiva e ilimitada para prover os produtores livremente associados, pautados em outra forma de trabalho: o trabalho livre e associado; assim, no âmbito da produção, o princípio da autocrítica requer a autodeterminação consciente dos produtores livremente associados “[...] a autodeterminação dos indivíduos sociais faz jus a esse nome apenas se sua aplicação do princípio orientador vital de autocrítica for resultado de um ato escolhido de modo consciente e voluntário [...]” (MÉSZÁROS, 2009, p. 231).

²⁷ Disponível em http://pensador.uol.com.br/autor/rosa_luxemburgo/

Desta forma, o sistema comunal que reivindicamos é aquele em que os sujeitos podem ser efetivamente soberanos, não possuindo determinações econômicas que operem pelas costas (conforme acontece hoje na sociedade dos grandes monopólios de capital que ditam os rumos do mundo). Antes, requeremos uma sociabilidade em que a única forma de organizar suas questões seja de acordo com as determinações voluntárias e soberanas dos indivíduos livremente associados. “Isso significa ativá-lo em positiva concordância com as questões individuais particulares até os processos mais complexos e abrangentes da tomada de decisão da interação social, com seu inevitável impacto na natureza” (IDEM, p. 231). Embora no âmbito da sociedade burguesa o homem esteja alienado de sua vida, a apropriação dos homens acerca destes movimentos “pelas costas” no âmbito das políticas sociais pode ser o primeiro exercício – ainda que limitado – de compreensão da realidade que pode engendrar um processo de reivindicação da soberania da classe trabalhadora, a produtora da riqueza social.

Neste ponto, mais uma vez, os céticos podem estar considerando utópica esta alternativa que ora apresentamos. Vamos recorrer novamente à história para demonstrar sua viabilidade.

Há cerca de 4 séculos a.C., a humanidade vivenciava uma das experiências mais ricas de cidadania já registrada, na antiga Atenas. O poder era exercido em comum com os demais cidadãos, pois esta era a objetivação do modo de pertencer à ordem social da polis, participando da *politéia*, onde os verdadeiros homens podiam exercitar plenamente seus atributos humanos em comunidade com seus pares. Ocorre, porém, que tamanha soberania podia ser exercitada por um grupo seletivo: apenas os homens adultos atenienses eram considerados cidadãos. As mulheres, escravos e homens não adultos eram considerados sem *Arete*, isto é, sem os atributos naturais e culturais necessários para viver em comunidade em sintonia com o *ethos* dominante – o distanciamento do trabalho físico embrutecedor da “vida selvagem”, consistia em condição para possibilitar alguém de ter a virtude política necessária para ser membro da *politéia* e, assim, participar diretamente das deliberações políticas e judiciária. “Ser cidadão, ou melhor, *polite*, era essencialmente ser co-responsável pelos destinos comuns, como membro ativo da comunidade soberana que se autogoverna, governando os outros homens e coisas.” (ABREU, 2008, p. 332).

Mas essa comunidade política restrita foi possível na “era de barbárie” em que as forças produtivas não permitiam a produção de excedente econômico. Por conta desta escassez, apenas a vida assentada na exploração do trabalho escravo permitia aos gregos tempo livre e

recursos para participar da vida política e dedicar-se às artes, filosofia e a guerra. É devido a esta limitação concreta que Aristóteles propõe à época o “distanciamento do mundo das necessidades naturais e econômicas para o pleno exercício das potencialidades humanas.” (ABREU, 2008, p. 333)

Na sociedade contemporânea, porém, “o distanciamento do trabalho embrutecedor” não é pré-requisito para o reconhecimento da cidadania, mas é o que dá vantagem à burguesia para poder fazer o jogo da política (burguesa) e isto não é coincidência. Assim como também não o é o fato de possuímos novas tecnologias que permitiriam a substituição de grande parte do trabalho vivo por morto (máquinas), o que nos abriria a possibilidade histórica de possuímos tempo livre (fora as possibilidades de participação democrática em âmbito global que elas inauguram) para participar da vida da *pólis* e; o fato de produzirmos enormes excedentes que poderiam suprir as necessidades humanas e libertar o homem do “trabalho embrutecedor” – delegando-os a tecnologias a serviço do homem – possibilitando-nos desenvolver formas de defesa e compreensão do bem, do belo e do justo, ou qualquer outro *ethos* que constituirmos. Por uma escolha histórica, entretanto, “a maioria dos homens estão alheios das decisões dos rumos da humanidade e ainda encontra-se submersa em um cotidiano que sequer superou as barreiras naturais e econômicas, reproduzindo-se como prisioneira das necessidades mais elementares da vida social.” (ABREU, 2008, p. 333).

Para sustentar esta sociabilidade, a sociedade burguesa recorreu ao direito romano, muito diferente do grego. Abreu (2008) explica que enquanto a cidadania grega previa que os cidadãos se autogovernassem, a lei romana inaugura, por sua vez, a forma *homo legalis*, da liberdade legalmente concedida e limitada por uma força exterior. O direito romano é a protoforma do direito reificado burguês. Pautado nele, a sociedade moderna instituiu:

[...] o cidadão enquanto agente legal do direito protegido pela lei e pelas deliberações soberanas do *imperium*. A sociedade civil é apenas uma comunidade jurídica e simbólica dos possuidores de direitos assegurados pelos magistrados – subordinação do *homo legalis* ao *homo economicus*, ou do cidadão ao homem burguês. (ABREU, 2008, p. 335)

Não há como não pensar que esta cidadania que a burguesia nos oferece é a opção histórica de manter intacta a “muleta” que sustenta a

divisão social hierárquica do trabalho – a retirada do poder de tomada de decisão dos trabalhadores (MÉSZÁROS, 2009). É por isso que Abreu (2008, p. 333) afirma: “[...] é falacioso supor que as formas constituídas de cidadania moderna em algum momento tenham sido objetivadas como verdadeira comunidade de indivíduos livres e iguais”, sobretudo no que diz respeito a universalização da liberdade e da igualdade. Por isso que a cidadania rumo ao comunismo requer a reivindicação do poder decisório para a classe trabalhadora e, posteriormente, aos homens livremente associados.

Para que a classe trabalhadora dite os rumos da sociedade, ela deve se tornar a possuidora dos meios de produção e se apropriar coletivamente da riqueza produzida. Como forma de nos libertar das necessidades mais elementares da vida social, portanto, reivindicamos o direito de todo trabalhador viver do seu trabalho, mas não da forma como ocorre hoje – pautado na divisão hierárquica do trabalho – em que o indivíduo dá muito de si em seu trabalho e de volta recebe aquém de suas necessidades; de um trabalho em que ele pouco se autodetermina, que não o satisfaz simplesmente porque é o meio pelo qual ele ganha a vida, sendo explorado até que define e morra. Estamos falando de um trabalho autorrealizável em que os trabalhadores acabem com a “tirania da fábrica” e passem a ser possuidores coletivos dos meios de produção, organizando todo o trabalho humano necessário para a reprodução da humanidade de forma cooperada, como melhor julgar que deve ser e quanto melhor for, mais retribuição material e espiritual terá pelo seu trabalho, enquanto consumidores da riqueza humana coletiva.

Por isso, dizemos associado em sentido pleno que “implica a capacidade e a determinação dos indivíduos sociais de se dedicarem à implantação de tarefas determinadas, e também de modificar suas ações de maneira autônoma sob a luz das consequências avaliadas de modo conjunto” (MÉSZÁROS, 2009, p. 237), requer e cria um contexto propício a consciência e autocrítica - que são inseparáveis - como princípios orientadores e operativos da tomada de decisão do sistema comunal para avaliar os impactos reais e potenciais de suas decisões e ações sobre si e seus semelhantes.

Neste ponto, fica evidente que o cidadão pleno da sociedade comunista – e que, portanto, apenas é possível naquela sociedade – se autodetermina desde decisões individuais a coletivas, o que requer eliminar a “tirania das fábricas”, ou seja, as fábricas e outros meios de produção, na medida em que deixam de ser privados, devem ser geridos pelos próprios trabalhadores organizados livre e associadamente para

decidirem o que, como, onde, quanto, etc. produzir, ou seja, a sociedade comunal requer a construção coletiva sob uma forma cooperativa de se organizar e superar os desafios reais que estão fadados a surgir através do exercício consistente de uma autocrítica genuína – este foi, no ponto de vista de Mészáros (2009), o grande problema do socialismo real que levou tudo a perder – não coletivizou as decisões.

Para tanto, o autor defende um “processo de planejamento genuíno” – inseparável de uma autocrítica para avaliação das tarefas e dificuldades a ser enfrentadas por um conjunto de formas viáveis de ação remedial quando for necessário. Atualmente quem cumpre minimamente este papel são os monopólios e o Estado, de forma autônoma em relação a classe trabalhadora, que apenas sofre o efeito das decisões tomadas, mas que o profissional de Serviço Social por se utilizar do seu espaço sócio-ocupacional para proporcionar experiências em que tais processos possam ser minimamente compartilhado com os usuários, de modo a começar a exercitar este processo denunciando seus limites e as suas causas, demonstrando-as intimamente vinculada a natureza da sociedade burguesa, isto até que construamos a sociedade comunista.

A tomada de decisão sustentável e administração prática correspondente do modo comunal são inconcebíveis sem um planejamento abrangente em sua totalidade. Nas palavras do autor, “[...] um tipo de planejamento que possa reunir e integrar de modo duradouro em um todo coerente as questões particulares e as decisões tomadas de forma consciente pelos indivíduos livremente associados.” (MÉSZÁROS, 2009, p. 243), prescindindo de aparatos estatais.

Mas toda esta capacidade de ler a realidade, de autocrítica e planejamento deve ser construída a partir do que nos é real hoje e é a serviço disso que propomos uma outra forma de vermos o binômio direito-cidadania e sua materialização no âmbito institucional burguês. Entendemos que precisamos ver nos cidadãos que atendemos não os cidadãos fracassados que precisam de ajustes para se inserir no mercado, que precisam de intervenções de especialistas para serem emancipados; mas enquanto sujeito histórico capaz de compreender o dilema histórico que estamos inseridos, até porque este dilema vem colocando em risco sua própria sobrevivência, e busca construir com eles certo grau de autonomia, inserir os direitos e a cidadania no campo móvel e frutífero da luta de classe, permitir experiências em que a auto-crítica e a auto-determinação sejam exercitadas, para que, em última instância, a classe trabalhadora passe a defender o seu direito de autodeterminar e construir

por suas próprias mãos o direito de ter suas necessidades supridas, para além do mercado.

É evidente que não cabe ao Serviço Social engendrar transformação tão grandiosa na realidade. Ocorre, porém, que termos em mente o contexto de transição histórica que vivenciamos, delinear a forma como concebemos a cidadania e os direitos de forma a corroborar com o projeto da classe trabalhadora é um compromisso ético-político.

Compromisso este que encontra na atualidade um terreno propício: além dos questionamentos próprios que a crise do capital gera nos seres humanos na medida em que esta ordem societária passa cada vez menos a satisfazer suas necessidades, temos uma situação específica no Brasil e afirmamos isso pautados na leitura que Fernandes (2005) faz acerca dos impactos da transição ao capitalismo monopolista para a classe trabalhadora brasileira. Analisando este processo, iremos agora refletir acerca da possibilidade histórica brasileira de construção de novos patamares de cidadania, até a emancipação humana.

4.3. A particularidade histórica brasileira e a cidadania com vistas a emancipação humana

O capitalismo industrial para a população pobre significou a criação de novas oportunidades concretas de trabalho, de adquirir um meio de vida. O povo muda de configuração estrutural e histórica, adquirindo novo peso econômico, social e político dentro da sociedade brasileira, mas que não serve para contrabalançar os efeitos ultra-elitistas das transformações ocorridas no nível das classes possuidoras. Porém, o novo padrão de desenvolvimento capitalista fortalece as condições favoráveis aos movimentos operários e à disseminação do conflito de classes segundo interesses especificamente operários. O grau de participação econômica assegurado pelos níveis salariais deverá aumentar, elevando o padrão médio de vida do assalariado em geral, inserindo-os na economia de consumo de massa; por outro lado, há uma participação proporcionalmente maior dos setores de rendas altas e muito altas (FERNANDES, 2005).

Correntes sindicais socialistas indicam o lado perigoso e negativo deste desenvolvimento que leva a uma penetração maior da condição de vida burguesa no meio operário, estigando-os a um elitismo profissional. Porém, observa o autor que este processo possui enorme importância em uma sociedade fechada a práticas democráticas, como é o caso da sociedade brasileira. “Para ter um peso próprio, coletivamente, os

assalariados precisam melhorar sua base material de vida, alterando, assim, o que muitos descreveriam como seu ‘poder de barganha’” (FERNANDES, 2005, p. 326-327) e que se trata de as classes operárias assumirem no contexto histórico-social um peso econômico, social e político expressivo tanto para a manutenção quanto para a alteração da ordem vigente.

Assim, considerando o autor ser exagerado supor que o poder das classes dominantes se aprofunde de modo unilateral, como se as alterações tecnológicas, na educação e nos padrões de participação intelectual e política não irradiassem também para a classe operária, observa ele que se abre a possibilidade de, pela primeira vez na história do capitalismo no Brasil, os assalariados deixarem de ser meros instrumentos e vítimas mudas e passivas ao desenvolvimento do capital, reivindicando adaptações que respondam às suas necessidades e interesses de classe que, embora limitado a emancipação política, representa significativos avanços dentro da realidade brasileira. O incremento da participação econômica pode vir a servir de base a maior participação social, cultural e política, associado ao movimento de migração do campo para as cidades.

Para que as coisas tomem outro rumo, é necessário uma ordem econômica efetivamente aberta à classe trabalhadora, possuindo um mínimo de fluidez e potencialidade democrática, possibilitando a estes participar ativamente da acomodação, competição e conflitos de classe. Apenas por meio deste movimento a classe trabalhadora poderá lutar por uma maior parte do excedente a ser investida em políticas públicas e buscar desacelerar o seu processo de superexploração.

É enquanto este agente político que é produtor pensar o usuário no exercício profissional no âmbito da sociedade brasileira. Apenas pensando o protagonismo e a autonomia dos usuários dentro do processo de luta de classes se pode pensar em ampliar o bem-estar que as políticas sociais proveem. Fomentar o protagonismo do usuário, pensar em sua autonomia enquanto auto-crítica, soberania e possibilidade de fazer parte do planejamento das ações, todas estas ações têm por objetivo criar mecanismos, estratégias e vivências na qual estes possam se compreender e se situar no mundo e, assim, lutar pela ampliação de seu bem-estar – seja reivindicando melhores salários (diminuindo sua exploração), seja reivindicando o aprimoramento das políticas públicas, até que possamos reivindicar nossa emancipação por nossas próprias mãos.

Muitos profissionais se frustram nesta tentativa e culpabilizam os usuários por não ocuparem os espaços de participação. Mas nos

lembramos que historicamente, o espaço político aberto, democrático e flexível só coube aos membros das classes dominantes que se identificassem com os propósitos econômicos, sociais e políticos mais agressivos, conscientes e violentos. Os divergentes sempre estiveram sujeitos a repressão ostensiva ou dissimulada e foram condenados muitas vezes ao ostracismo e sabemos que isto está longe de ser alterado, já que, conforme pontuamos, não tivemos em nossa história qualquer ruptura feita pelos “debaixo”. Ocorre, entretanto, que os conflitos reprimidos não deixam de existir. “[...] de expandir-se e de condicionar ou causar as modificações que estamos testemunhando em nossa vida diária [...]”. (FERNANDES, 2005, p. 324).

Até o momento, o descontentamento da população vem sendo tratado com repressão nos momentos mais tensos e pelo paternalismo e clientelismo (que esmagam a perspectiva democrática do direito e traz a resolução dos conflitos para relações interpessoais de favor), que dificultam a construção de um movimento popular forte e organizado. Para tanto, há que se aprofundar o entendimento de democracia para além do voto de tempos em tempos e passarmos a construir a ideia da democracia enquanto participação direta do próprio povo nos processos decisórios e isto pode ser construído principiando pela possibilidade de participação do usuário nos processos decisórios dos diferentes serviços e ações, incluindo no que se pretende dar de encaminhamentos para resolver suas próprias demandas.

Apostamos nesta possibilidade (que na verdade é a única que temos), subsidiados por Fernandes (2005) que entende que em decorrência desta ampliação de acesso da classe operária, pode-se esperar duas alterações concomitantes. Uma delas refere-se a alteração do horizonte cultural médio dos membros individuais e dos grupos que constituem as classes operárias e que refletirá na socialização burguesa da classe operária; mas também aparecerá:

[...] um novo tipo de operário, mais qualificado, econômica, intelectual e politicamente, para atender as complexidades da economia capitalista, realidade da dominação burguesa e a mistificação inerente ao funcionamento de um Estado que não poderá ser nacional enquanto for monopolizado pelo poder burguês e manipulado de cima pra baixo (FERNANDES, 2005, p. 330).

Outro aspecto que o autor aborda é a reconfiguração da classe média que a princípio se constituía de famílias tradicionais, ou de correntes migratórias econômica, política e socialmente mais

identificados com as classes altas e seus meios de dominação. Com o surgimento do capitalismo, surge certa mobilidade econômica e social que inclui uma forte massa de elementos genuinamente pobres de origem operária e socializados para isso. Esta característica somada com a anterior pode engendrar impulsos de transformação da ordem “debaixo pra cima” que nunca existiu no passado.

[...] Ao aumentar as proporções de elementos de origem operária e com socialização prévia operária nas classes médias, num clima de “revolução de expectativas” que não corresponde às potencialidades reais da sociedade brasileira, é claro que emergirão, concomitantemente, novas formas de radicalismo econômico, social e político, de grande importância para “aberturas democráticas” efetivas, que poderão levar *quer a democracia burguesa*, quer ao fortalecimento do socialismo ou a revoluções socialistas. (FERNANDES, 2005, p. 331).

Embora estejamos num contexto muito árduo da sociedade brasileira em que a classe trabalhadora ainda conta com uma organização incipiente, que traduz sua consciência de classe, tais fatos históricos permite que nasça, assim, um contexto favorável à historicamente imprescindível mobilização “dos debaixo”, mobilizados a partir da cidadania e o direito pautados pela luta de classes, para além de sua expressão jurídico-formal, para que, em seu exercício, possa começar os primeiros passos rumo a formação da consciência de classe e organização de estratégias que levem a emancipação humana.

CAPÍTULO IV – O CAMINHO DE VOLTA: O COTIDIANO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL PARA ALÉM DA APARÊNCIA

Sonhar
 Mais um sonho impossível
 Lutar Quando é fácil ceder
 Vencer O inimigo invencível
 Negar Quando a regra é vender
 Sofrer A tortura implacável
 Romper A incabível prisão
 Voar Num limite improvável
 Tocar O inacessível chão
 (Chico Buarque em Sonho
 Impossível)

Para tocarmos o “inacessível chão” que consiste o solo histórico no qual se desenrola o exercício profissional do assistente social, percorremos todo um extenso percurso teórico para trazer mais elementos de análise das causalidades constitutivas do cotidiano do exercício profissional do assistente social: primeiro percorremos as categorias apontadas por Pereira (2009, p. 26):

[...] necessidades sociais, exploração, questão social, políticas sociais e direitos formam uma cadeia de categorias-chave que estão no contexto da relação entre Serviço Social e trabalho.

Além destas, percebemos a necessidade de apreender demais categorias extraídas da realidade macrossocial²⁸ no intuito de clarificar o conjunto causal que compõe o espaço de atuação do assistente social e superarmos compreensões deturpadas e suas ilusões que em nada contribuem para o exercício profissional crítico.

Ocorre, porém, que explicitar apenas a causalidade que envolve o exercício profissional do assistente social não completa a tarefa que nos propomos de refletir acerca do cotidiano do assistente social, onde somos chamados a intervir, a imprimir neste conjunto causal ações direcionadas por uma idealização prévia, já que não somos pagos para compreender a realidade, mas nela intervir em conformidade com o projeto ético-político firmado pela profissão e apenas possível quando o profissional exercita sua autonomia profissional.

²⁸ Transição histórica e crise estrutural do capital (MÉSÁROS, 2009; Mandel, 1985); Capitalismo Dependente e contexto latino-americano (FERNANDES, 2005; MARINI, 2000; VALÊNCIA, 2009).

Sobre esta causalidade explicitada o assistente social irá empreender o seu por teleológico mediante o qual as políticas sociais são materializadas na realidade, o que não se dá sem embates, pressões e demais estratégias profissionais. Destarte, o trabalho do assistente social, enquanto trabalho humano, é executado prioritariamente na execução terminal de políticas sociais para o suprimento de necessidades sócio-humanas distintas. Para tanto, opta-se, dentre todas as alternativas, por aquela que mais se aproxima da construção do que melhor pode supri-la, vinculadas a um valor específico que se busca construir. Assim, refletir sobre o cotidiano de qualquer trabalho requer que pensemos na necessidade que ele visa a suprir, idealizarmos um dever-ser que supra esta necessidade, os caminhos institucionais, as técnicas, procedimentos, enfim, os múltiplos fatores favoráveis e desfavoráveis para tanto e as alternativas para a construção deste dever-ser, de acordo seus valores (LUKÁCS, 2011).

Já temos claro que o assistente social atua prioritariamente na execução terminal de políticas sociais (NETTO, 2007). Esta atuação requer que o profissional tenha um domínio teórico-metodológico e uma perspectiva técnico-operativa, mas entendemos que tal afirmação é muito vaga e engloba diversas compreensões do que venha a ser e fazer esta profissão. Dentre estas diversas compreensões, destacamos duas com as quais estaremos dialogando neste capítulo.

Uma delas compreende que esta profissão desenvolve práticas essencialmente educativas (transmissora de valores) e a vincula a um projeto ético-político que aponta para a emancipação humana. Esta é a perspectiva hegemônica. Há, no entanto, uma perspectiva minoritária que entende que estes objetivos são eminentemente políticos, e se assumidos, consequentemente, tornaria a profissão um Partido e defendem que a formação de profissionais nessa perspectiva tem levado a uma confusão tão grande entre profissão e militância que resultado é um quase total despreparo profissional e uma falta de clareza política (COLMÁN, et al, 1985). Para estes,

Seria mais adequado e permitiria que o Serviço Social realmente ocupasse os espaços a que está sendo desafiado, conceber a profissão como aquela responsável principalmente pela ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS E SERVIÇOS SOCIAIS, necessários à reprodução da vida das pessoas, tais como saúde, habitação, alimentação, lazer, cultura etc. (COLMÁN, et al, 1985, p. 01)

Embora seja, como dissemos, uma perspectiva minoritária, iremos dialogar com ela posto que compreendemos que ela recobra a exigência de mediar a apreensão crítica da realidade com instrumentais técnicos que permitam que o trabalho seja executado, o que em muitos cursos de graduação é negligenciado e gera profissionais despreparados.

Nosso intuito não é de abordar a perspectiva técnico-operativa da profissão, mas buscaremos apontar mediações da leitura da causalidade outrora feita com o por teleológico cotidiano do assistente social no interior das políticas sociais, de modo a dar pistas para o exercício profissional crítico no cotidiano. Deste modo, inicialmente iremos resgatar as conexões entre este cotidiano profissional e a realidade macrossocial, para, então, refletirmos sobre a práxis social do assistente social e sua vinculação com a emancipação humana.

1. COTIDIANO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: O *LOCUS* DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL ENQUANTO ESFERA SINGULAR VINCULADA A TOTALIDADE HISTÓRICA

Nos dois últimos capítulos buscamos ampliar nossa compreensão sobre algumas categorias que entendemos ser fundamentais para a fiel apreensão do conjunto de complexa causalidade que constitui o espaço onde se desenrola o exercício profissional do assistente social para que este profissional possa, em seu cotidiano, abandonar o pensamento formal-abstrato e buscar apreender o concreto-pensado das situações envolvidas no seu exercício profissional. É pela compreensão crítica deste conjunto causal que a profissão pactua enquanto sua “lei e missão” tensionar no sentido de subverter a ordem vigente o que requer, no cotidiano, travar inúmeras pequenas e singulares “guerras” para que ele e, principalmente o usuário, possam ter seus direitos minimamente assistidos, necessidades humanas minimamente supridas que deem condições para maiores lutas e conquistas – por meio da cidadania e o direito no campo da luta de classes.

Por isso, para se pensar sobre o exercício profissional, a todo momento se faz necessário fazer mentalmente o movimento entre singular e universal no que diz respeito aos elementos envolvidos no exercício profissional cotidiano e suas interconexões com a dinâmica real da sociedade; bem como se pensar em objetivos imediatos e mediatos do exercício profissional, orientando cada pequena ação cotidiana a construções maiores.

Para Barroco (2003), a sociedade é uma totalidade organizada por várias totalidades cuja reprodução pressupõe uma totalidade maior que

se efetua de formas peculiares, com regularidades próprias. Na análise do cotidiano do exercício profissional do assistente social estamos considerando que esta é uma totalidade subsumida a outros complexos causais maiores, os quais abordamos anteriormente: políticas sociais, Estado, crise estrutural do capital, etc. Conforme a sociedade se complexifica, estas esferas podem ganhar certa autonomia, o que gera a falsa impressão de que elas são independentes, que dá para isolá-las e analisá-las de forma independente; porém, isto é apenas a aparência a qual estamos buscando transpor.

Ao fazer a leitura deste espaço por meio do reconhecimento do trabalho enquanto categoria fundante do homem, compreende-se que é da sua relação orgânica com a natureza que desenvolve uma base social que, na contemporaneidade, encontra-se absolutamente complexa, com uma especificidade histórica: a propriedade privada dos meios fundamentais de produção e a alienação do trabalho humano, que são as duas categorias centrais para se desvendar a totalidade das relações humanas, ou sociedade, na qual, inevitavelmente, funda dois grupos de humanos: aqueles que exploram e aqueles que são explorados.

É neste chão de intensas contradições tensionadas pela luta de classes que o assistente social é chamado a cravar suas ações sobre as questões trazidas e reconhecidas como sendo “direito do usuário” ao qual deve buscar materializar por meio de suas ações profissionais individualizadas. Não há como ignorar que as necessidades não são individuais, posto que são comuns a um conjunto de humanos no interior do mesmo movimento histórico de exploração do trabalho – refrações da “questão social” – e que a resposta a estas necessidades é fruto de direitos conquistados pela luta de classes, mas que refuncionalizados a reprodução do capital pelo Estado burguês, que é quem organiza o aparato institucional constitutivo das políticas sociais, ganham atendimento individual e fragmentado.

Justamente por ser fruto do movimento histórico e não, como nos querem fazer crer, uma questão individual, o Estado assume o dever de enfrentar as sequelas da “questão social” por meio da garantia de direitos por meio de políticas sociais, porém, em nome dos interesses burgueses, sendo que a execução das ações que materializam as políticas sociais, desenvolvidas pela burocracia estatal.

Na esfera terminal desta execução há um conjunto de trabalhadores (médicos, enfermeiros, pedagogos, psicólogos, etc), incluindo os assistente sociais cujo, compromisso ético-político propõe ações vinculadas a emancipação humana, questão cada vez mais

premente, sobremaneira no âmbito da crise estrutural do capital que caminha para a extinção da humanidade.

Esta tarefa não é nada simples. Tendo em vista que o exercício profissional ocorre no seio do Estado burguês, as políticas sociais são desenhadas para viabilizar direitos de modo a manter o *status quo*, promover a coesão social e contribuir para a naturalização do trabalho assalariado e sua exploração implícita, pré-requisito para a reprodução desta sociedade. Por outro lado, o compromisso ético-político assumido tensiona para outro polo: a emancipação humana por meio do trabalho associativo, livre, coletivo e universal. Para tanto, há que se ter uma poderosa capacidade de compreensão do real e perceber nas causalidades dadas as contradições prenes de possibilidades transgressoras.

Para tal análise, a concepção do usuário enquanto “vítima do sistema” não contribui, já que, sob uma perspectiva fatalista, imobiliza o sujeito que não tem qualquer autonomia e poder de resposta às situações; tampouco o sujeito é o algoz de sua situação, o culpado por suas penúrias a quem deve ser reeducado, ressocializado. Cada um de nós somos fruto do contexto histórico em que estivemos inseridos e das respostas que a ele vamos dando, as alternativas que vamos escolhendo, os valores que pautam tais escolhas e vão sendo materializados. Para compreender a natureza humana, não há afirmação mais radical que a de Marx de que o homem é síntese de suas relações sociais, isto objetiva e subjetivamente. A posição que ocupa na divisão social do trabalho configura as condições materiais de existência e é nesta que os sujeitos fazem suas histórias e se constituem subjetivamente.²⁹

Vivemos o cotidiano da sociabilidade capitalista alienada, numa sociedade cuja liberdade se mede pela conta bancária, já que todas as

²⁹ Em nosso exercício profissional pudemos perceber isso com clareza e daremos um exemplo: Acompanhando dois adolescentes de 17 anos, um viveu com sua mãe que o acolheu, educou e amou até os 5 anos e passou 12 anos em situação de rua; outro que desde sempre morou com sua família de origem, porém sempre sendo humilhado, violentado física, sexual e psicologicamente, sobretudo por sua mãe. O primeiro é afetuoso, constrói vínculos, é verdadeiro e apresenta remorso quando faz coisas reprováveis, ou que prejudica terceiros; o segundo não desenvolve afeto, não se vincula, nunca fala a verdade, sempre manipula as pessoas do seu convívio para atingir seus objetivos e os busca atingi-los a qualquer custo, sem apresentar remorso pelo dano causado a terceiros, em outros termos, neste suas relações sociais desenvolveu psicopatia, demonstrando que o homem se constitui objetiva e subjetivamente em suas relações sociais, sendo um produto histórico.

necessidades são saciadas por meio do mercado mundial e nela, aos espoliados cabem poucas alternativas, todas elas precárias, mas sempre há caminhos que podem ser ampliados, sobretudo quando o caminho trilhado se faz de forma coletiva.

Lembremos que esta construção coletiva da concepção de direito é um desafio sobremaneira complexo posto que temos um país de democracia débil, valores conservadores e um povo acostumado desde a colonização a aceitar e pagar pelos rumos coletivos que as elites tomam, no interior do capitalismo dependente (FERNANDES, 2005), em consonância com seus interesses e o da burguesia internacional. Atuamos junto a trabalhadores espoliados para além do descrito por Marx, já que aqui nos deparamos com a superexploração do trabalho, e, em contra-partida, políticas sociais absolutamente débeis diante das necessidades da classe trabalhadora a que cabe enfrentar.

As condições objetivas de materialização de qualquer direito torna-se sobremaneira difícil quando a administração da crise irremediável está a cargo de um Estado que, pela complexa constituição histórica que possui, está a serviço de uma classe (a exploradora, a burguesa), notadamente no Brasil em que estamos sob a égide de dois estratos da burguesia - nacional e internacional (FERNANDES, 2005).

Esta leitura da realidade deve deixar claro que não há encaminhamento técnico milagroso que dê conta de materializar na realidade os direitos previstos formalmente, posto que o concreto movimento histórico impede que isso aconteça: a penúria do trabalhador advém da peculiaridade do modo de produção capitalista que não é tocado por nenhuma política social, elas satisfazem necessidades da classe trabalhadora oriunda da exploração do trabalho, porém, sem tocar nesta. O orçamento público disponível para tanto, cenário de um cabo de força no qual a classe trabalhadora timidamente participa, dispõe de recursos ínfimos e, portanto, a oferta de serviços e benefícios será sempre menor do que a necessidade da classe trabalhadora e, por sua própria natureza, funciona para manter a situação de penúria do usuário. Isto ocorre especialmente na América Latina, onde as políticas sociais são desenhadas por organismos internacionais a serviço do grande capital, numa ação imperialista, jamais causando tensões a favor da classe trabalhadora na luta de classes.

Pelo contrário. Neste país autoritário, paternalista, patrimonialista, coronealista, etc, tais políticas ganham viés reacionário, sendo utilizada para politicagens baratas, como compra de votos por meio de benefícios sociais, aplicação de recursos que inevitavelmente alimentam inúmeros parasitas de vários calibres (empresários com

“estreitos negócios” com o Estado; empresários da política, empresários da fé; cabides de emprego em cargos comissionados, etc), sendo o recurso suficiente apenas para esta finalidade, desconsiderando absolutamente a existência do direito formalmente constituído e os recursos necessários para que ele se materialize. O natural disso é, portanto, que os usuários, assalariados miseráveis, sofram intervenções estatais pontuais para que consiga subsistir dentro de sua forma precária de vida.

Apesar destes limites que devem ser reconhecidos (e que posteriormente analisaremos suas potencialidades), cumpre ressaltar que ainda assim a leitura que o profissional faz dos elementos constitutivos do seu exercício profissional é fundamental para o alargamento das possibilidades de atenção de necessidades imediatas do cidadão em questão: apreender o usuário dentro de suas condições materiais e perceber as refrações da “questão social” é a única forma de superar preconceitos e a psicologização da “questão social”, possibilitando recobrar a perspectiva de totalidade da questão trazida pelo usuário procedendo os encaminhamentos e intervenções mais adequadas; bem como a percepção do Estado e das políticas sociais no âmbito da luta de classes enquanto se domina a burocracia e a técnica são fundamentais para gerar respostas criativas.

Este conjunto categórico reconstitui no plano científico o solo histórico onde se desenrola o trabalho do assistente social, constitui o conjunto de causalidades, mas não o exercício profissional do cotidiano em si, posto que o que legitima a necessidade desta profissão é justamente seu caráter interventivo, ou o por teleológico que o profissional empreende após a leitura das causalidades postas. Compreender o trabalho do assistente social no cotidiano, portanto, requer mais que o esforço até agora empreendido de compreensão da causalidade, mas compreender o por teleológico do assistente social no cotidiano das instituições burguesas estruturadas para atender pontualmente as refrações da “questão social”, objetivas e subjetivas, de modo a lidar com os desdobramentos da exploração do trabalho enquanto a naturaliza e perpetua. A compreensão distorcida das causalidades tende obscurecer este processo, levando ao exercício profissional que reproduz a ideologia dominante, posto que quando um processo não é questionado, ele não pode ser transformado. Desta forma, o exercício profissional crítico requer compreender as causalidades de forma fiel à realidade – o concreto pensado.

Não basta, porém, conhecer o conjunto causal, posto que ao assistente social não é requerido compreender a realidade, mas nela

intervir por meio do processo de execução terminal de políticas sociais, o que pressupõe a compreensão da totalidade das relações que compõem a causalidade (incluindo também normativas e procedimentos burocráticos) na qual irá incidir o trabalho do assistente social e a partir disso se utilizar de instrumentos e técnicas para desenvolver o seu trabalho no interior da burocracia estatal, sem com isso o seu por ser um mero conjunto de normas e procedimentos burocráticos.

Transformar uma resposta que o Estado burguês dá a luta de classes em procedimento burocrático é aquilo que convém ao capital para dar ao Estado burguês uma aparência de neutralidade garantindo a coesão social enquanto orchestra a opressão da classe trabalhadora. Embora o assistente social seja um burocrata do Estado, (e há que se ressaltar que dos setores mais proletarizados e precarizados), o que lhe confere algumas regalias que muitas vezes o faz fechar os olhos para a realidade, as políticas sociais são mais que normas, legislações e formulários, posto que é engendrada pela luta de classes, e elas são materializadas na realidade por meio do trabalho de diversos profissionais, incluindo o assistente social.

É a luta de classes que porta a possibilidade transgressora no interior das políticas sociais. Se por um lado esta serve ao capital para produzir a complexa coesão social, tal qual como descrevemos, por outro lado, abre possibilidades de humanização da vida do trabalhador, ínfima ante a sua necessidade e irrisória em relação às possibilidades históricas, mas que satisfaz necessidades humanas sem as quais a vida sucumbiria; e o faz de forma tão precária que deixa grosseiras pistas da real natureza das relações desta sociedade e é aí que surge a contradição que, em si, traz a potencialidade transgressora que aponta para a necessidade da classe trabalhadora para si emancipar-se do capital porque é a manifestação da verdadeira face desta sociedade no cotidiano do trabalhador que atendemos. Aí o sofrimento individual e o movimento macrossocial estão em estreita relação e a conexão entre indivíduo e gênero humano torna-se menos obscura. Quanto mais superamos o exercício profissional pautado na concepção do cidadão enquanto mero receptor das ações que o Estado promove e os envolvermos em práxis sociais, mais nítidas se tornam tais conexões.

Eis uma contradição que, em sua limitação, porta possibilidades e que se enriquece quando pensamos que este processo acontece no interior da crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2009) que tornam voláteis as verdades que mantêm o cotidiano opressor; no continente latino americano, que sofre uma profunda relação de exploração imperialista - cuja principal economia se encontra fragilizada, em

flagrante crise; inscritas num árduo terreno de luta de classes, num país capitalista dependente (VALÊNCIA, 2009; MARINI, 2000); cuja burguesia nacional vende o país por qualquer mixaria, contanto que lhes renda um negócio lucrativo para manter seus luxos até o próximo negócio espúrio e deixa toda conta a pagar aos “debaixo”. (FERNANDES, 2005); neste país em que nunca se levou a sério construir para seu povo sequer a liberdade, igualdade e fraternidade, as contradições do capital são cada vez mais flagrantes, a pauperização que promove é cada vez mais profunda e a capacidade do Estado de estruturação de políticas sociais para enfrentar esta pobreza é cada vez menor; após relativa melhoria da condição de vida da classe trabalhadora, estamos sofrendo perdas que torna cada vez mais insustentável a vida dos trabalhadores e deixa cada vez mais explícito que o trabalho explorado, externo ao homem, o trabalho assalariado não é capaz de satisfazer as necessidades humanas.

Torna-se cada vez mais nítido no cotidiano da barbárie social a fome generalizada de um lado e a superabundância de outro, bem como a profunda socialização da produção e a apropriação privada da riqueza que colocam em evidencia a contradição da propriedade privada dos meios de produção e do trabalho alienado. A emancipação da produtividade do esforço físico, por meio do desenvolvimento das forças produtivas, torna ainda mais gritante no dia-a-dia do trabalhador a alienação do trabalho na medida em que se torna nítida a opressão oriunda da alienação do seu processo de trabalho, obrigando o trabalhador a dedicar a maior parte de sua vida ao trabalho numa sociedade cujo progresso tornou fluída a fronteira entre tempo de trabalho e tempo livre, cuja produtividade do trabalho passa a depender mais e mais do aumento do tempo livre, tanto no sentido de tempo para aprender, quanto de tempo para desenvolver os talentos, aspirações e desejos individuais, o que são os únicos fatores capazes de motivar o interesse e o trabalho criativo.

No bojo da sociedade capitalista falida germina a possibilidade histórica do trabalho livre e associado e em contrapartida a esta potencialidade emancipatória, o trabalhador assalariado se vê acorrentado na divisão social do trabalho característica do modo de produção capitalista que determina uma estrutura hierárquica no interior de cada empresa, no cumprimento rigoroso da racionalidade parcial e no princípio da realização.

É a partir destas contradições estruturais que o Serviço Social brasileiro pode desenvolver ações pautadas num projeto ético-político crítico que aponte para a emancipação humana, a liberdade, a sociedade

sem classes, a democracia radical e tantos outros valores que são impossíveis de se construir em plenitude a partir das políticas sociais, posto que estas não tocam e jamais tocarão na propriedade privada dos meios de produção e na alienação do trabalho.

Sem dúvidas, percebemos tais limitações, mas não descartamos tais valores enquanto princípios moventes da ação cotidiana enquanto práxis social do assistente social. Então é chegada a hora de refletir sobre o exercício profissional no cotidiano das políticas sociais brasileiras, vendo o assistente social enquanto trabalhador que atua na garantia de direitos, no âmbito do Estado burguês brasileiro (patrimonialista, reacionário, autoritário, paternalista, dentre outro adjetivos). Após a leitura da realidade, no conjunto de causas dadas (independente do sujeito que nela atua) e perceber em suas contradições, possibilidades e limites, traçar um conjunto de procedimentos visando a garantia de direitos do usuário, que nada mais é que a satisfação de suas necessidades humanas que não foram satisfeitas pelo mercado. Um interesse imediato de tantos trabalhadores que, engendrado pelo mesmo mecanismo, lhes atribui historicamente uma identidade coletiva que aproxima das reflexões que levam ao gênero humano e a desalienação, rumo a satisfação de outra necessidade histórica: a supressão da sociedade capitalista.

2. A PRÁXIS SOCIAL DO ASSISTENTE SOCIAL

O cotidiano do exercício profissional do assistente social se desenrola num árduo solo para uma atuação crítica: o interior de um Estado patrimonialista que, pelo próprio processo de colonização brasileiro, foi estruturado para orquestrar a exploração de seu povo e suas riquezas sob a batuta de uma burguesia reacionária a quem apenas interessa seus negócios sem qualquer compromisso com valores emancipatórios.

Perceber a natureza do conjunto causal que constitui o cotidiano do assistente social é fundamental para, no âmbito de sua práxis social, conseguir perceber de forma mais fiel possível à realidade, os limites e possibilidades para a materialização do direito na vida do usuário, mobilizar recursos públicos – excedente econômico - para o suprimento de suas necessidades que por meio do mercado não se consegue, suprimindo assim sua necessidade imediata, e construir estratégias de reflexão da realidade junto ao usuário no sentido de permitir que ele possa ampliar seu entendimento sobre sua realidade e as alternativas históricas – individuais e principalmente coletivas – que possui para

enfrentar suas questões.

Somente desta forma é possível se pensar todas as limitações da causalidade na qual se dá o por do assistente social em seu cotidiano e perceber que, por mais árduo que seja o terreno histórico do exercício profissional do assistente social, existem sempre alternativas e possibilidades às quais vamos materializando por meio de ações: o direito a não discriminação pode começar a nascer no simples fato do profissional respeitar a orientação sexual alheia e chamar o transexual pelo nome com que se identifica, enquanto primeiro passo para construção posterior de reflexões e lutas coletivas; o direito a educação vai se materializando pelo encaminhamento ao conselho tutelar, contato com a direção da escola, dentre outros que se fizerem necessários, até articulação com as associações de moradores para pressionar por vagas, ou greve dos professores; a defesa dos direitos humanos pode surgir de um bom relatório justificando a concessão de benefício a uma família que dele necessita, mas está fora dos critérios e assim por diante.

Dentro da perspectiva ontológico-crítica, entendemos que o trabalho do assistente social, enquanto práxis social, se efetua por meio de duas categorias indissociáveis: teleologia e causalidade. A ação do profissional se inicia com a leitura da realidade que quanto mais concreta e rica de determinações acerca da situação em pauta, sempre tendo em mente como primeira causa a econômica, tanto mais possível se torna a construção do objetivo teleologizado; e após a leitura da realidade, a teleologização de um objetivo e as formas de materializá-lo vem a intervenção na realidade, que se da por meio de orientações sociais, planejamentos, relatórios, encaminhamentos, reuniões, etc. que buscam materializar na realidade o objetivo a que se propõe o assistente social (garantia de direito, autonomia, cidadania, dentre outros).

É a partir destas ações que o sujeito se torna o iniciador da posição da finalidade, da transformação das cadeias causais refletidas em cadeias reais postas e da realização de todas essas posições no processo de trabalho. Ou seja, o sujeito estabelece todo um conjunto de posição diversas, de caráter teórico e prático, cuja finalidade sempre é a satisfação de necessidades humanas (LUKÁCS, 1979).

No âmbito das políticas sociais as relações são complexas e permeadas pela luta de classes. Por isso, podemos destacar dois grandes complexos de necessidade. Primeiro nos referimos a da classe burguesa que, enquanto opressora, necessita fazer delas um meio de manter e naturalizar sua exploração. Para tanto, o Estado burguês, enquanto seu representante no campo político, organiza as políticas sociais para formatar os seres humanos enquanto mercadoria força de trabalho,

conforme já apontado e promover a coesão social. Além disso, há o interesse de controlar a família trabalhadora, interferir no que ela pensa e faz no seu tempo livre, ou desempregada, buscando meios de sobrevivência, etc. Há também interesses específicos da formação brasileira, como segmentos da burguesia que vivem de rentáveis negócios com o Estado – empreiteiras que lucram com projetos habitacionais e urbanos, ou construção de obras públicas (vide Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016 no Brasil); empresas que ganham com a terceirização de serviços públicos, etc.

Por outro lado, há a necessidade imediata do trabalhador que, explorado, não consegue suprir todas as suas necessidades por meio do mercado sendo um dos meios extra-mercado que encontra para tanto, as políticas sociais.

Há ainda uma terceira necessidade – mediata – que diz respeito ao gênero humano: garantir a sobrevivência da humanidade ao superar a necessidade das políticas sociais por meio da satisfação direta das necessidades da classe trabalhadora por suas próprias vias, superando a propriedade privada dos meios de produção e o trabalho alienado.

Neste tocante, dialeticamente, as políticas sociais podem ser mais que mera reprodução da ordem posta. Enquanto a política de educação reproduz a capacidade intelectual para o trabalho, pré-requisito da força de trabalho, pode vir a dar condições de construção de consciência crítica que ponha esta ordem societária em xeque; a política de saúde que permite que a força de trabalho adoecida recupere sua capacidade laborativa, pode dar condições físicas para a luta contra a exploração, etc. Subsidiando tais necessidades temos o recurso público, que nada mais é que excedente público, ou mais-valia extraída da força de trabalho e apropriada pelo Estado.

As necessidades da classe trabalhadora, cuja satisfação é socialmente legitimada por meio das políticas sociais, são divididas pela complexidade da necessidade a ser enfrentada institucionalmente, de forma parcial e fragmentada, requererá um conjunto tão complexo de ações institucionais quanto a necessidade em tela. Assim, compreendemos que, embora muitas vezes a divisão da complexidade se justifique a partir de critérios equivocados (como a política de assistência social que coloca como suposto critérios os vínculos familiares), visto que se refere a complexidade da questão (socialmente constituída) e, portanto, a forma a ser abordada e o aparato institucional a ser organizado.

Compreender a natureza da necessidade que deve atendida pelo serviço no qual o assistente social atua, ou mesmo da natureza do

trabalho que o assistente social executa, é fundamental para o resultado do trabalho. Existem necessidades menos complexas, que requerem aparato institucional mais simples, como a fome que se resolve com acesso a comida – que atualmente vem sendo resolvida com políticas de transferência de renda: programa bolsa família, ou benefícios instituídos pelos próprios municípios nos quais se transfere certa renda (financeirizando a antiga distribuição da cesta básica, a inserindo na jogatina dos banqueiros e, ainda, por intermédio de empresas que se mantém com este nicho de mercado). Ou então, outro exemplo que pode ser dado, é a necessidade de determinado medicamento para o tratamento de uma doença. É uma questão que não requer a compreensão de muitas mediações, nem um aparato institucional complexo para que se alcance o objetivo para o qual o ínfimo recurso público foi investido. Estas questões são de atendimento básico das políticas de assistência social e saúde, respectivamente.

Há questões, porém, mais complexas, constituídas por relações mais intrincadas e que requerem intervenções e aparatos institucionais igualmente mais complexos. São situações nas quais o reconhecimento das necessidades do usuário e os mecanismos existentes de suprimento requerem análise mais profunda. Caso não se reconheça mais profundamente suas mediações, o olhar sobre a realidade não ultrapassa o mero preconceito e “achismos” sobre a realidade que inviabilizam a gestão dos recursos e serviços disponíveis para seu uso o mais eficaz, eficiente e efetivo possível para a satisfação das necessidades dos usuários dos serviços e benefícios. Imaginemos um assistente social que lida com violência familiar. Caso ele não compreenda que a violência praticada pelo violador se trata da opressão social que explode na vida privada, sendo uma “covarde vingança dos indivíduos habitualmente forçados à submissão na sociedade burguesa, contra os ainda mais fracos que eles.” (LÖWY, 2006, p. 18), ele irá conceber o agressor enquanto uma aberração que deve ser isolada do convívio social, punida, etc. em vez de pensar em estratégias para a humanização da vida das pessoas envolvidas e a busca de construção de outras relações e outras formas de se resolver seus conflitos.

Neste caso, como em todos os de média complexidade, requer que o profissional destrinche um conjunto complexo de fatores, tais como a aspectos econômicos e seus desdobramentos culturais, políticos, afetivos, etc. Tais esferas devem ser consideradas, no exercício profissional do assistente social, levando-se em conta a abrangência que possui a atuação do profissional. Outra situação com que podemos elucidar são os casos de saúde mental atendidos pelos CAPS. Conceber

a loucura como um produto social e buscar nas relações do indivíduo aquelas que estão afetando negativamente sua saúde mental para, então, pensar estratégias para alterá-las é um trabalho árduo e extremamente complexo que requer um profundo olhar sobre as questões dadas, caso contrário, se incorre no risco de oprimir ainda mais quem já está padecendo pela opressão.

A alta complexidade já se refere a serviços com o maior nível de complexidade dentro da necessidade que a política social visa a enfrentar, como no caso de hospitais para atender a necessidade de saúde; serviços de acolhimento institucional, instituição de longa permanência, dentre outros, para promover a assistência social aos usuários. Estes são os serviços mais complexos porque requerem que se pense na totalidade de fatores que estejam vinculados a reprodução humana dos usuários em questão. Aí entram aspectos biológicos, sociais, subjetivos, dentre outros em sua totalidade.

Apenas a partir da identificação das necessidades em questão torna-se possível teleologizar as intervenções necessárias para a construção do objetivo vislumbrado que, no caso do Serviço Social, é a garantia do direito em questão do cidadão por meio de serviços e benefícios, buscando orientar suas ações para a emancipação humana.

Com todos os limites inquestionáveis das políticas sociais, o assistente social enquanto seu executor não pode fugir deles, ao contrário; deve reconhecê-los e pensar suas possibilidades, limites enquanto profissional não apenas no sentido da garantia do direito, possibilitando que o recurso público materialize ações e benefícios que contribuam para a satisfação das necessidades da classe trabalhadora, seja ampliando a compreensão dos sujeitos acerca da realidade e da satisfação, ou não de suas necessidades.

Assim, como todo trabalho humano, o exercício profissional do assistente social requer que se apreenda da forma mais rica de determinações possível a realidade (causalidade) e, diante disso, se pense as estratégias de intervenção (por teleológico) para a satisfação de necessidades, mas não se trata de processos tão rentes a base biológica, como no caso do homem que constrói para si um martelo com o uso de pedra e pau. Atuamos numa esfera muito mais complexa, fruto de uma imbricada rede de relações sociais. Esta forma mais evoluída da práxis social é a ação sobre outros homens, cujo objetivo, em última instância é mediar a produção de valores de uso para qual se faz necessária “a tentativa de induzir uma pessoa (ou um grupo de pessoas) a realizar algumas posições teleológicas concretas.” (LUKÁCS, 2011, p.47)

Quando o assistente social coordena uma equipe, ele precisa criar

consensos acerca das ações a serem desenvolvidas; quando atua junto a dependentes químicos, aos quais apenas superarão sua condição se conseguirem mudar hábitos e posturas, o assistente social busca meio de humanizar sua vida e influenciá-lo em seu entorno (família, comunidade) para que ele reduza o uso abusivo; quando escreve um relatório a fim de convencer sua hierarquia superior acerca de algum encaminhamento, também está intervindo nas posições teleológicas concretas de terceiros no intuito de induzi-los a realizar determinadas posições teleológicas concreta, “[...] tais posições teleológicas secundárias estão muito mais próximas da práxis social dos estágios mais evoluídos do que o próprio trabalho no sentido que aqui entendemos”. (LUKÁCS, 1979, p. 48).

O trabalho do assistente social, portanto, consiste em uma práxis social mais complexa do que o sentido estrito do trabalho enquanto relação metabólica direta entre homem e natureza. Lidamos, na execução terminal das políticas sociais, com necessidades sócio-humanas engendradas por um complexo de relações humanas cujas respostas são igualmente complexas, dependentes de um complexo de relações: a execução terminal de qualquer política social é engendrada pela luta de classes que demanda políticas sociais, no geral desenhadas por organismos internacionais, que levam a estruturação, em âmbito nacional pelo governo federal, de políticas sociais e de seus orçamentos, sendo sua execução, na maior parte delas descentralizadas, cujas ações ficam a cargo de Estados e Municípios.

Por mais complexo que seja este trabalho, dentro da estrutura dinâmica, como nos demais trabalhos, os princípios da teleologia e causalidade estão presentes, heterogêneos entre si, numa coexistência dinâmica, indissolúvel, constituindo fundamento ontológico de determinados complexos dinâmicos que só no interior do ser social são ontologicamente possíveis. A teleologia só pode funcionar na realidade como teleologia posta. Por isso, devemos demonstrar ontologicamente sem deixar dúvida o ser do sujeito que realiza a posição, o que no caso das políticas sociais não é algo tão simples. Elas são executadas pelo Estado burguês – direta ou indiretamente – por ações postas pela sua burocracia no intuito de garantir a reprodução desta sociedade e promover a coesão social. Por outro lado, existe a necessidade do usuário de suprir necessidades não sanadas pelas relações diretas com o mercado; existem os responsáveis pela execução dos serviços e benefícios providos pelo Estado, que são profissionais que compõem esta burocracia. Os altos cargos que têm poder de decisão recebem altos salários e estão a serviço da burguesia; a baixa hierarquia, composta por

servidores públicos efetivos, por meio de sua capacidade física e espiritual para o trabalho (força de trabalho), promovem as ações para que as políticas sociais sejam materializadas na realidade. Estes profissionais da baixa hierarquia também sofrem com a alienação do trabalho e a propriedade privada, também sentem a dureza da rotina de trabalho diário para além de sua capacidade física em troca de um salário insuficiente diante de suas necessidades. Tais profissionais vivem da venda de sua força de trabalho para o Estado e, enquanto mercadoria força de trabalho, se irmanam a classe trabalhadora, a quem interessa a sua emancipação para além do capital, para além das políticas sociais.

Estes são os interesses em questão e que serão materializados conforme ações (por teleológico) do exercício profissional da burocracia estatal, na qual destacamos o assistente social, cujo projeto ético-político profissional questiona a ordem vigente e aponta para a construção da emancipação humana, apenas possível no “limite improvável” da sociedade comunista. Ocorre, porém, que seu por teleológico se desenrola no interior das políticas sociais que jamais construirão a sociedade sem classes.

A causalidade, ao contrario, pode operar tanto quando foi posta, como quando não e neste caso, existindo para além da intencionalidade humana. Assim, uma análise correta exige não só que se distinga seu modo de ser, como também o modo de manipular suas formas específicas no intuito de alcançar o objetivo almejado. Caso contrário, o conjunto de relações causais prosseguirão atuando, reproduzindo a situação concreta que já está dada sem materializar a idealização humana.

No que tange a causalidade, no âmbito das relações complexas que constitui a execução terminal das políticas sociais, é também um espaço conflitante, posto que é engendrada pelo luta de classe na qual ao Estado burguês e à burguesia que ele representa, elas têm o papel de coesionador social e reproduzidor da força de trabalho, sendo que a forma como elas são desenhadas se limitam a isso e os recursos a serem investidos devem ser o mais exíguo possível; do outro lado, temos a classe trabalhadora a quem interessa políticas sociais robustas que socializem o excedente econômico dela usurpado o qual depende para sanar suas necessidades não supridas pelas relações de mercado. Tais necessidades não apenas do corpo (fome, doenças, habitação), mas também do espírito (serviços de saúde mental, educativo, cultural, etc.), resultado da alienação do trabalho e do estranhamento humano.

É neste complexo universo que o assistente social se encontra no cotidiano, tendo que dar respostas teórico-práticas, enxergando as alternativas historicamente existentes, percebendo em cada uma delas as suas potencialidades e construindo um conjunto de ações que vão materializando na realidade. No sentido da *dynamis* aristotélica, trata-se de colocar o que é potencial em algo efetivo por meio de um ato específico que tem uma relação de alteridade heterogênea; e é construída por meio de decisões que surgem por meio das alternativas.

Quando o assistente social está pensando em sua intervenção profissional junto a família trabalhadora para garantir direitos, é necessário que ele consiga perceber o usuário, sua família e comunidade como fruto do processo histórico e de sua inserção na classe trabalhadora, inscrita numa complexa rede de relações que lhes determina suas condições precárias de vida que no interior da qual se situa as alternativas concretas que possui as suas escolhas: para um jovem bombardeado por propagandas, diante das condições precárias de empregabilidade da juventude e um processo de socialização no qual a vida humana é desvalorizada diante do valor das “coisas”, o tráfico de drogas não parece uma má opção. Não se trata aqui de um desvio de caráter, mas da vivência de um cotidiano numa situação histórica concreta dada e as decisões que o sujeito foi tomando diante dela. Perceber o adolescente infrator desta forma é a única maneira de compreendê-lo para além de preconceitos e perceber quais são as potencialidades que podem ser trabalhadas visando a humanização de sua vida e a opção por outros caminhos que não o crime organizado, nocivo para toda a sociedade e especialmente para os jovens que morrem precocemente.

Diante deste exemplo queremos chamar atenção para o fato de que um trabalho só poder ter sucesso quando realizado com base na mais intensa objetividade, no sentido de que a subjetividade deve cumprir nesse processo um papel produtivamente auxiliar, que no caso do trabalho do assistente social, o de perceber a realidade objetivamente e identificar os meios para se trabalhar no intuito de chegar ao objetivo posto. É claro que as qualidades do sujeito são determinantes sobre o curso do exercício profissional, neste caso, a postura não preconceituosa é fundamental, mas o que queremos dizer é que a subjetividade do trabalhador precisa estar apta a ler a realidade enquanto fatos concretos e a partir disto pensar nas estratégias de intervenção também dentro das possibilidades históricas.

Deste modo, o profissional teleologiza as melhores ações para materializar o direito – um dever-ser – que atende à necessidade do

capital ao refuncionalizá-lo dentro das leis da ordem vigente e inseri-lo no mercado formal, mas, por outro lado, permite a reprodução da vida, pré-requisito para qualquer transformação social.

Esta teleologização do dever-ser, porém, não pode ser sonhos sem qualquer materialidade, ignorando inteiramente os complexos de problemas vinculados com sua gênese real, que leva a desaparecer quase por completo seu caráter de especificidade do ser social. O profissional, quando atua com os usuários das diferentes políticas sociais, deve contribuir para que estes analisem com maior amplitude e de forma crítica sua condição de vida objetiva, perceba as possibilidades e limitações concretas para projetar seu dever-ser. Não há como um adolescente evadido da escola há anos sonhar de repente em ser médico. Ele tem que compreender todos os caminhos, dificuldades e possibilidades para isto. Não há como o assistente social sonhar para a família dependente química que perdeu a guarda de seu filho que através de mera “orientação social” eles construam outra forma de ser se todas as fontes de desrealização e opressão que levam à sua situação não forem enfrentadas por meio de políticas sociais articuladas que busquem humanizar o cotidiano desta.

Estamos chamando a atenção do leitor para o fato de que na vida cotidiana, como na da ciência e filosofia, pode acontecer que o desenvolvimento social crie situações e direções que distorçam e desviem a apreensão do real. “Por isso a crítica ontológica que nasce dessa exigência deve ser, pois, necessariamente uma crítica correta, fundada na respectiva totalidade social e orientada para a totalidade social.” (LUKÁCS, 1979, p.63). Por mais que o sujeito esteja sozinho e viva sozinho, significa distorcer a compreensão de quem ele é e quais as necessidades e possibilidades de trabalho com ele se o retirar da totalidade de relações em que está inscrito (econômica, cultural, etc).

A existência da teleologia no trabalho humano implica o surgimento de uma práxis caracterizada por um objetivo, pelo dever-ser, uma vez que qualquer passo em direção à realização dele é decidido verificando se e como ele favorece a obtenção do fim. O sentido da determinação inverte: nos animais surge um processo causal no qual inevitavelmente o passado (os instintos gravados no DNA) sempre determina o presente. A posição de um fim inverte as coisas, já que ele vem antes de sua realização e cada passo, cada movimento é guiado pelo fim (pelo futuro). Sob este aspecto, o significado da causalidade posta consiste no fato de que os anéis, as cadeias causais, etc., são escolhidos, postos em movimento, abandonados ao seu próprio movimento, etc., para favorecer a realização do fim estabelecido desde o início.

No momento inicial, o dever-ser se origina no por a causalidade, que consiste em reconhecer aquelas cadeias e relações causais que, quando escolhidas e movidas de forma adequada, estão em condições de realizar o fim posto. Aqui surge, a cada instante, uma cadeia ininterrupta de alternativas e a decisão correta a respeito de cada uma delas está determinada a partir do futuro, do fim a realizar. Numa orientação individual, cada palavra usada pode contribuir para construir ou destruir uma finalidade “O conhecimento e a posição correta da causalidade só pode ser concebida de modo definido a partir do fim.” (LUKÁCS, 2011, p.65.) E o reflexo e o por correto na realidade, no entanto, só é efetivo quando conduz verdadeiramente à realização do dever-ser almejado. Diante da complexidade do exercício profissional do assistente social, o dever-ser do seu trabalho não se desenvolve sem mover um amplo conjunto de causas as quais a todo momento o profissional percebe se vem contribuindo, ou não, para a execução da finalidade posta, podendo ir mudando de estratégia no decorrer do trabalho: o benefício que se requer, o serviço que se aciona, a abordagem que se executa, o profissional que se faz contato, a reunião que se realiza, o relatório que se emite, todas estas são ações para materializar um fim e que vão sendo avaliadas e redesenhadas durante o processo.

Pensemos num assistente social que está trabalhando junto a uma criança que apresenta alto grau de agressividade. Para lidar com esta questão, o profissional pode pensar em diversas estratégias: conhecer melhor as relações familiares e sociais na qual esta criança está inserida e pensar num trabalho junto aos pais e a criança; inserir a criança em atividades que possibilitem a sublimação da agressividade; encaminhar a criança para atendimento psicológico; dentre outros. A cada momento, o profissional pode avaliar se os encaminhamentos estão dando o resultado esperado (diminuir o nível de agressividade da criança). Portanto, saber se um encaminhamento ou uma abordagem atingiu seu objetivo é uma questão que só pode ser pensada a partir da finalidade posta, sendo que apenas o tempo e os fatos subsequentes podem dizer.

Toda decisão de uma alternativa só pode ser avaliada a partir do seu fim, de sua efetivação, o que demonstra, segundo Lukács (s/d) a insuprimível interação entre o dever-ser e o reflexo da realidade. É por isso que na execução terminal das políticas sociais, tão importante quanto a percepção da realidade, a estruturação de estratégias de intervenção e a intervenção propriamente dita, temos o monitoramento e a avaliação das ações, que permitem a constante guinada das ações rumo ao fim colocado.

Se queremos compreender bem a origem inquestionável do dever-ser, segundo Lukács (s/d), há que se pensá-lo a partir da essência teleológica do trabalho. A essência ontológica do dever-ser no trabalho atua sobre o sujeito que trabalha e determina o comportamento laborativo e também seu comportamento em relação a si mesmo enquanto sujeito no processo de trabalho. A constituição do fim, do objeto, dos meios determina também a essência do comportamento subjetivo. O elemento subjetivo é fundamental para o trabalho do assistente social. Tanto da sua subjetividade como a da população usuária. Por exemplo, pautar o trabalho com adolescente infrator a partir de preconceitos do profissional que o concebe como um “bandidinho” que deve ser punido e coagido para que assuma outra postura jamais levará a finalidade sócio-educativa que tais medidas requerem para si. Se a finalidade é educativa, então o usuário deve ser visto como o fruto de relações sócio-históricas características do setor da classe trabalhadora em que está inserido e buscar ofertar a ele relações diferenciadas das que até então esteve envolvido, para, a partir de experiências e reflexões diferentes das que até então teve, obter meios para refletir sobre a realidade de forma diversa, incorporando outros valores que aqueles que até então orientam sua vida no crime.

Desta forma, o trabalho do assistente social apela para determinados aspectos da interioridade do sujeito para a efetivação do dever-ser, suas demandas tendem a levar a mudanças interiores que sejam um instrumento para construir o fim almejado, o que requer a indução de outros homens a determinadas posições teleológicas. A subjetividade assume, assim, um papel qualitativamente diferente, “o desenvolvimento das relações sociais entre os homens implica em que também a auto-transformação do sujeito se torne um objetivo imediato de posições teleológicas que assumem o caráter de um dever-ser.” (LUKÁCS, 1979, p.71), estando presente em formas de práxis social mais complexas.

Apesar de toda complexidade da sociedade contemporânea, para Marx a base biológica é a base natural insuprimível da existência humana, acentuando o caráter social das categorias que brotam do processo de separação ontológica entre natural e social. É por isso que é tão importante quando examinamos o deve-ser no trabalho sua função de efetivador do intercâmbio orgânico entre natureza e sociedade. Esta relação é o fundamento tanto no surgimento do dever-ser em geral a partir da forma social e humana que assume a satisfação das necessidades, quanto a forma e expressão de relações da realidade.

O dever-ser em si mesmo já possui no processo de trabalho possibilidades muito diversas, objetivas e subjetivas. Quais vão se converter em realidade social é uma coisa que depende do movimento concreto dos homens e da sociedade em questão e somente *post festum* se pode compreender de maneira adequada as determinações concretas de tal evolução.

Indissolúvelmente ligado ao problema do dever-ser enquanto categoria do ser social está o problema do valor. Enquanto o fator determinante da práxis subjetiva do processo de trabalho, o dever-ser só poder cumprir esta função específica por que o que se pretende tem valor para o homem, tornando-se critério da práxis do homem que trabalha. Existe uma íntima interdependência entre o dever-ser e o valor que precisa de um tratamento a parte.

Segundo Lukács (s/d), estas duas categorias estão unidas de maneira tão íntima por que ambas são momentos de um único e mesmo complexo. Pensar que o valor define como válido ou não o produto final de um certo trabalho é uma definição objetiva e/ou subjetiva. Quando, num trabalho bem menos complexo que o do assistente social, como, por exemplo, se coloca por objetivo fazer uma xícara de barro para tomar água, o valor desta xícara está no seu uso: ela oferece a possibilidade de se tomar água.

Em trabalhos mais complexos, tais valores se complexificam. Pensemos na criança agressiva outrora referida. A agressividade poderia ser facilmente controlada com medicamentos que robotizariam a criança. Mas se o trabalho do assistente social prima pela garantia dos direitos humanos, não será este o meio buscado para lidar com esta questão. Desta forma, os valores, oriundos da forma como se vê a realidade e se posiciona diante dela, não são entidades abstratas, pois possuem materialidade na vida humana e não surgem como simples resultados de atos subjetivos, valorativos, mas estes se limitam a tornar consciente a utilidade objetiva do valor em questão.

Por isso, na filosofia, foi necessário não apenas compreender o papel ontológico do trabalho e a função deste na constituição do ser social como um modo de ser novo e independente. Também aqui a subjetividade é derivada do trabalho e de sua hipóstase transcendente: a criação. A consequência, no entanto, é que os valores complexos, mais espiritualizados, acabam por estar em contraposição mais ou menos brusca com os valores materiais, terrestres. Por isso, quando abordamos o problema da objetividade do valor, nele está contida uma afirmação da posição teleológica correta através da qual o respectivo valor é realizado concretamente (LUKÁCS, 2011).

Os valores do código de ética do assistente social são exemplo disso, posto que antagonizam com a acumulação capitalista. Ao reconhecer a cidadania, valor fundado pela intensa luta de classes que culminou na revolução burguesa, se reconhece o direito de todo indivíduo social ter acesso à riqueza social numa sociedade em que a dinâmica de sua base econômica caminha para a concentração de riqueza nas mãos de poucos e a miséria generalizada; quando se elenca a emancipação humana como valor que subsidia o exercício profissional, este se dá no interior das políticas sociais cuja finalidade é a manutenção do *status quo* fundado na exploração do trabalho; quando reconhece a justiça social e a liberdade expressas na democracia radical, etc., requerendo ações cotidianas que materializem tais compromissos.

Um objetivo produzido só tem valor quando pode servir da maneira mais adequada possível para satisfazer uma necessidade. Sublinhamos, assim, o caráter socialmente ontológico da relação “se... então”, num processo, sem sombra de dúvidas, objetivo. Se a criança está muito agressiva, então posso lhe tratar com medicamentos que a robotizam e que serão necessárias doses cada vez mais altas quanto mais as relações que lhe provocam a agressividade se agravarem; ou então, se a criança está agressiva, vamos buscar descobrir quais são os fatores que desencadeiam a agressividade e buscar formas de lidar com eles. A decisão entre um caminho ou outro é ditada pelo valor que pauta o exercício do profissional em questão. Para a efetivação dos direitos humanos, não resta dúvidas de que o segundo caminho é o mais adequado.

O valor que aparece no processo, e que confere a este uma objetividade social é que fornece o critério para estabelecer se as alternativas presentes na posição teleológica e na sua realização eram adequadas ao valor, isto é, se eram corretas, válidas. (LUKÁCS, 1979, p.79.)

Para a execução deste trabalho, o profissional deverá desenvolver relatórios, orientação social, trabalhos em grupo, visitas domiciliares dentre outras ações, cada qual com sua utilidade específica para a materialização do direito por meio das ações do seu exercício profissional. Fica claro, portanto, que o próprio valor existe objetivamente e é exatamente sua objetividade que determina as posições teleológicas singulares, orientadas para ele. Pensamos que neste momento se torna clara a complexidade que envolve o cotidiano profissional do assistente social, que acompanha a complexidade do processo econômico real, que se socializa sempre mais, sendo mais

complexo que o trabalho simples, a produção imediata do valor de uso. Isso não reduz a objetividade dos valores que aqui se realizam.

Toda a complexidade que envolve o exercício profissional do assistente social possui seu solo nos processos econômicos, aos quais o assistente social precisa decifrar, posto que é determinante das demais esferas. Cumpre ressaltar, entretanto, que a economia, mesmo a mais complexa, é resultado de posições teleológicas individuais na forma de alternativas e se tornam um movimento social cujas determinantes últimas se sintetizam numa totalidade processual – como no caso do adolescente infrator, ou da criança agressiva que nada mais são que reflexo deste processo (e aqui poderíamos citar todas as formas de prover a vida, tais como o assalariamento, o trabalho informal, etc.). A partir de certo nível, já não é mais apreensível pelo sujeitos econômicos singulares que decidem entre alternativas e operam suas posições compreender bem as consequências de suas próprias decisões.

A práxis econômica é consumada pelo homem – através de atos alternativos – no entanto, a totalidade de tal práxis forma um complexo dinâmico objetivo, cujas leis, ultrapassando a vontade de cada homem singular, se lhe opõe como sua realidade social objetiva, com toda a dureza característica de qualquer realidade, e, apesar disso, produzem e reproduzem em sua dialética efetivamente processual, em nível sempre mais social (LUKÁCS, 1979, p.82).

Produz e reproduz tanto as relações que torna possível o ulterior desenvolvimento do homem quanto neste, as capacidades que transformam em realidade tais possibilidades. A forma como se dá o processo econômico em sua totalidade não pode deixar de aparecer o homem como o começo e o fim, como iniciador e processo final do conjunto do processo. O adolescente que chega a condição de recorrer ao crime organizado ou a prostituição como forma de subsistência é produzido pela sociedade para tanto e em cada momento que ele se coloca desta maneira, reproduz a condição que o mantém nestas atividades, sem que tenha consciência destes processos; os burocratas do Estado que tem as gratificações e outras pequenas regalias a perder, temem por determinados embates, muita vezes restringindo seu trabalho a atividades meramente burocráticas, abrindo mão de princípios e valores, tornando o estereótipo de funcionário público e quanto mais atua nesta linha de conforto, menor será sua autonomia relativa; por outro lado, por mais que o processo econômico tenda a fazer parecer que

o indivíduo desapareceu, contra toda aparência, ele constitui a essência autêntica desse processo.

A expressão, portanto, *homo economicus* não surge por acaso e muito menos por equívoco, já que todos nós somos chamados ao comportamento econômico imediato necessário ao homem em um mundo onde a produção é social. Com efeito, não podem existir atos econômicos (desde trabalho originário até a produção puramente social) em cuja base não haja uma intenção voltada para a humanização do homem no sentido mais amplo do termo, ou seja, tanto sua gênese quanto seu desenvolvimento. Por mais que a sociedade capitalista se apresente contemporaneamente caduca tendo em vista o grau de destrutibilidade de suas contradições, elas apresentam em diversos aspectos grande enriquecimento do gênero humano e a potencialidade de emancipação humana.

Como já vimos, à economia cabe a função ontológica primária, fundante, mas tal prioridade não implica em uma hierarquia do valor. Com isso realçamos apenas que “uma determinada forma do ser é a insuprimível base ontológica de outra e a relação não pode ser nem inversa nem recíproca” (LUKÁCS, 1979, p.84). A dinâmica da estrutura econômica é o fator primário que desencadeia a situação socioeconômica do usuário, as possibilidades concretas que se tem de construir a própria vida, as políticas sociais com suas limitações e possibilidades, dentre outros; e diante das possibilidades de escolha que emergem deste solo econômico, surgem os valores éticos que serão o norte para as escolhas humanas.

Para se compreender de modo correto a relação entre valor econômico e outros valores da práxis social, há que se pensar na conexão entre o valor e o caráter alternativo da práxis social. A natureza não conhece valores, apenas nexos casuais e as mudanças, a diversificação das coisas. Deste modo, o papel efetivo do valor, na realidade, se restringe ao ser social. No trabalho e na práxis econômica, as alternativas são orientadas para valores que de modo algum apresentam resultados, síntese, etc. dos valores subjetivos individuais; ao contrário, em sua objetividade decidem, no interior do ser social, se são certas ou erradas as posições de alternativas orientadas para o valor.

Por exemplo, a orientação da sociedade pela livre concorrência do mercado, dando a este a função mediadora da satisfação das necessidades dos homens vem nitidamente colocando a vida humana em xeque na medida em que destrói o meio ambiente, cria grandes corporações cuja luta pelos mercados aponta para conflitos bélicos, dentre outros. Não é uma avaliação subjetiva que demonstra que a livre-

concorrência não serve mais para a orientação da vida humana; são os fatos históricos. Orientar o exercício profissional do assistente social por este valor significa contribuir para a barbárie social e sua naturalização, o que, denota que esta não é a melhor escolha a se tomar.

Lukács (s/d) aponta aqui a diferença decisiva entre as alternativas que se originam do trabalho voltado meramente para o valor de uso (produzir a xícara para tomar água) e aqueles que nascem de um trabalho num nível superior no qual sua finalidade é a influência sobre outros homens, com o fim de assumir as posições teleológicas desejadas, tal como o do assistente social. O campo da economia socialmente desenvolvida contém posições de valor de ambos os tipos entrelaçadas de modos diversos, permeada por interesses de classe antagônicos. Quando passamos para a esfera não-econômica, nos deparamos com questões ainda mais complexas. Determinadas espécies de práxis social e determinadas regulamentações delas, mesmo tomadas autônomas ao longo da história, são por sua essência, simples formas de mediação e desde sua origem tiveram como função regular melhor a reprodução social. Este é o caso do trabalho do assistente social no âmbito das políticas sociais do Estado burguês. Segundo o autor, tais formas de práxis, para cumprir melhor o sua função mediadora, deve ser autônoma e ter uma estrutura heterogênea em relação à economia. Daí surge o direito, as leis, as políticas sociais, dentre outros que desempenham este papel. Por mais que seja heterogêneo, entretanto, mantém interface com o plano econômico. É dessa dependência que, em sua simultaneidade dialética, determina a especificidade e a objetividade social do valor.

Para o Estado Burguês, o valor de uso do exercício profissional do assistente social no âmbito das políticas sociais é o de formatar o trabalhador em força de trabalho passiva, promovendo a coesão social; para o usuário, enquanto classe trabalhadora em si, é gerir os recursos disponíveis de forma a melhor atender às suas necessidades; à classe trabalhadora para si, pode ser o direcionamento de sua ação no sentido de desnaturalização das contradições do capital, apontando a propriedade privada e o trabalho alienado enquanto categorias centrais do movimento econômico (explorador) desta sociedade que devem ser exterminadas para a emancipação humana. Destas diversas utilidades que possui o exercício profissional do assistente social se desdobram em valores antitéticos para a escolha dos caminhos para materializá-lo na realidade.

A contrariedade, oriunda da luta de classe, é apenas um modo importante da interdependência, isto por que o desenvolvimento humano

muitas vezes – e de nenhum modo por acaso – se manifesta sob esta forma de oposição e assim se tornam, em termos objetivamente sociais, fontes de inevitáveis conflitos de valor. Tais valores em conflito estão presentes no espaço sócio-ocupacional do assistente social e, diante deles, após uma crítica leitura da realidade, elegeu-se princípios contestatórios, seja aqueles que emergiram do processo de formação da sociedade burguesa, (cidadania, direitos humanos, liberdade, etc), seja na sua contestação (democracia radical, sociedade sem classes, emancipação humana, etc.), ressaltando, principalmente na atual conjuntura de crise estrutural do capital, a materialização de todos eles contraditam com os interesses da classe dominante. Por isso, no âmbito do Estado burguês, não são imediatamente exequíveis tais valores, mas não é por isso que eles não devam existir.

O desenvolvimento econômico não ocorreu por posições teleológicas. Este consiste em cadeias causais espontaneamente necessárias, podendo expressar, como é o caso do capitalismo na contemporaneidade, as mais agudas contraposições entre o progresso objetivamente econômico e suas consequências para a humanidade. Nas tomadas de posições morais frente aos efeitos da economia sobre a vida, parece dominar um antagonismo entre valores. A razão para isso está em que onde o processo econômico-social, cuja base econômica é dominada pelo capital, por mais que haja interesses e valores conflitantes, se desenrola de forma unilateral segundo leis causais e as reações alternativas frente a tal processo devem provocar também uma unilateralidade de valor. Assim, a burguesia enquanto classe econômica e politicamente dominante, impõe suas ações e valores.

Mesmo quando o adolescente se nega a vida de exploração e privação dos pais e opta pelo crime organizado, esta rebelião, ainda assim, está dentro dos moldes burgueses de fetichização da vida, da supervalorização do ter e do mercado, a aceitação de estruturas hierárquicas de trabalho e a exploração, etc. por mais que seja interesse natural da condição do trabalhador a supressão da propriedade privada e da exploração do trabalho, que requer para tanto valores emancipatórios, a insurreição contra a situação opressora não questiona os valores burgueses.

A legalidade imanente à economia não só produz estes antagonismos entre essência objetiva do próprio processo e suas respectivas manifestações na vida humana, mas faz do antagonismo um dos fundamentos ontológicos do próprio desenvolvimento global. Exemplo disso é a forma como a sociedade burguesa organiza seus processos decisórios para assegurar a hegemonia de seus objetivos e

valores, concentrando o poder político nas suas mãos que, por necessidade econômica da sociedade de classe, faz com que as decisões de cada membro da sociedade, relativas às suas próprias vidas, sejam fortemente determinadas pelo seu pertencimento a uma classe e sua participação na luta de classes. Quem domina economicamente, domina também a esfera política e decide os rumos gerais da nação; a oprimida, por sua vez, não possui qualquer poder decisório e deve se conformar mudamente com a exploração, o que não acontece. Desta forma,

[...] logo que o conteúdo das alternativas ultrapassam decisivamente o intercâmbio orgânico da sociedade com a natureza, abre-se espaço para os fenômenos conflituais. Deste modo, as alternativas, cujo objetivo é a realização de valores, muitas vezes assumem inclusive a forma de insolúveis conflitos entre deveres, uma vez que nessas alternativas o conflito não se dá simplesmente entre o reconhecimento de um valor como o do ‘o que?’ e ‘como?’ da decisão a tomar, mas determina a práxis como um conflito entre valores concretos, dotados de validade concreta; a alternativa está orientada a uma escolha entre valores que disputam entre si [...] (LUKÁCS, 1979, p.89).

Assim, muitas vezes a questão não está simplesmente em o que ou como fazer, mas em qual lado se posicionar, quais caminhos optar e tensionar. Diante da crise estrutural do capital, não resta dúvida de que o melhor caminho para a humanidade é o de socialização dos meios fundamentais de produção e o trabalho humano voltado para a satisfação das necessidades genuinamente humanas, mas o poder de decisão ainda está legitimado no Estado burguês e concentrado nas mãos da burguesia, não havendo contexto histórico que torne viável a concretização da emancipação humana, o que não quer dizer, em absoluto, que este valor deva ser abandonado.

É o que muitas vezes vivenciam os profissionais de Serviço Social que, ante a situações tão adversas, que por mais que se saiba o “o que” e o “como” atuar de forma crítica ante a realidade, não encontra meios para os colocar em prática. Não há naquele momento meios para tensionar no sentido da ampliação da democracia, do direito, da cidadania, da emancipação humana; momentos em que os profissionais estão desarticulados, grupos burgueses reacionários emergem ao poder com suas chefias conservadoras que leva a corte de recursos e tomadas de decisão desumanizantes, etc. São momentos de paciência histórica

em que cabe pequenas ações, cabendo aguardar o momento em que se torna possível agir.

Há momentos históricos que determinados valores ficaram décadas sem condições de se materializarem, como os direitos humanos no período da segunda guerra mundial, a democracia no período de ditadura militar, etc. Tais valores, porém, possuem a característica de substancialidade. A substância possui um caráter essencialmente dinâmico, é aquilo que, na contínua mudanças das coisas, muda a si mesmo e, assim, conserva sua continuidade, sem que com isso lhe atribua um caráter eterno. Cada valor autêntico é um momento importante na práxis social na qual o ser social se conserva como substância no processo de reprodução, é um complexo e uma síntese de atos teleológicos que são objetivamente inseparáveis da aceitação ou negação do valor. Pode haver períodos históricos que determinados valores sejam negados, mas ele não se extingue e reaparece quando a historicidade assim permite.

Todo por prático visa a um valor (positiva ou negativamente). Os valores só podem adquirir relevância ontológica na sociedade se se converte em objetos de tais posições. A forma como se deve intervir para que o valor se realize não equivale simplesmente à gênese ontológica do valor, até porque há valores, como aqueles previstos do projeto ético-político profissional, que jamais serão materializados nesta sociedade e não é por isso que não existem. Os homens fazem história sob condições dadas e respondem – de forma mais ou menos consciente – às alternativas concretas que lhe são apresentadas a cada momento pelas possibilidades do desenvolvimento social e nisto já se encontra implicitamente o valor. A passagem à consciência não é algo acidental, mas demonstra o caráter ontológico do valor e sua existência concreta.

O compromisso com valores emancipatórios são essenciais para direcionar a humanidade para outra forma de sociabilidade; e o exercício profissional a uma perspectiva transgressora, por mais limitado que seja. Tal limitação, ao assistente social, se refere a limitação da resposta que se da a sequela da questão social – atendida de forma parcial e fragmentada, que se refere a limitação institucional, permeada pela função social das políticas sociais e aos interesses hegemônicos para as quais hoje elas servem, manifestado no dia-a-dia profissional enquanto alienação do processo de trabalho, ao o profissional não possuir autonomia para determinar os recursos que lhe estarão a disposição, seus horários, as linhas-mestras de intervenção, etc.

Apesar disso, o ser social sempre possui elemento de possibilidade – o conteúdo individual e social desta, as direções nas

quais podem ser resolvidas as questões que estão presentes. O valor, através dos atos que os realizam, alcança o desdobramento deste ser em si em ser para si. Assim, a práxis humana está inextricavelmente vinculada ao valor. Sua realização é portanto, “produto laborativo” humano.

Por mais limitadas que sejam as condições materiais para se viver a vida e fazer história, ao ser humano sempre cabe escolha entre alternativas que são construídas mediante ações, limitadas a contextos históricos, mas que materializam valores e rumos diferentes a humanidade. “As alternativas são fundamentos insuprimíveis da práxis humano-social e somente por abstração, nunca realmente, podem ser separadas da decisão do indivíduo” (LUKÁCS, 1979, p.91) e o significado desta resolução de alternativas, para o ser social, depende do valor e das decisões que realizam essas posições reais.

É pensando no que se quer materializar na realidade que se deve teleologizar as posições que colocarão em movimento as políticas sociais orientadas para uma alternativa social, embora mudando nos detalhes concretos, na interpretação, etc., que exprima:

[...] o caráter específico do valor que se realiza: sua tendência que brota diretamente da personalidade do Homem, sua auto-validação como continuidade do núcleo interior do gênero humano [...] O momento por excelência decisivo da mudança, da reinterpretação, está sempre ancorado nas necessidades sociais de cada época. São estas necessidades que estabelecem se e como a alternativa assim fixada dever ser interpretada [...]” (LUKÁCS, 1979, p. 92)

Queremos chamar atenção para o fato de que o exercício profissional individual de cada profissional dá materialidade a valores éticos e colocam a sociedade em movimento, isto porque cada ação individual determina a totalidade das relações e estas influenciam nas ações individuais. Por isso é preciso

[...]pensarmos de forma mais clara e menos leviana a direção social de nossa prática. Não só porque trabalhamos especialmente na mediação dominados/dominação, mas também porque parece que a leitura da realidade complexa que vivemos hoje e o *avenir* são tarefas difíceis, assim como a escolha dos processos e das estratégias de ação.” (CARVALHO, 2011, p. 56).

3. PRÁXIS SOCIAL DO ASSISTENTE SOCIAL VINCULADA AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DE EMANCIPAÇÃO HUMANA

Aqui não pretendemos esgotar a reflexão entorno da práxis social do assistente social vinculada ao projeto ético-político da profissão, mas apontar elementos ontológicos imprescindíveis para conectar as ações cotidianas a um projeto macrossocietário. Neste sentido, é absolutamente limitado o trabalho do assistente social restrito a emancipação política. Não cabe ao Estado, muito menos ao Estado burguês em plena crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2009), emancipar os indivíduos de suas penúrias. Antes, esta situação é condição para a sua existência e a superação dos dramas humanos não se dará pela exclusiva via política: não há decisão política, lei, ou norma que irá refrear o processo de acumulação capitalista que torna natural a esta sociedade a fome, a violência, o desemprego, em suma, a alienação e desrealização humana. Dissemos e demonstramos exaustivamente como o campo econômico delinea os demais e, desta forma, a superação das mazelas humanas só se torna possível com a alternância da forma de produção da vida (economia) desta sociedade.

O assistente social comprometido com a emancipação humana não pode ser um mero burocrata, um gestor. Esta concepção obscurece o terreno da luta de classe e se mantivermos o entendimento do trabalho do assistente social enquanto mera burocracia, representante do Estado na materialização de direitos, por mais que busquemos a efetivação da cidadania, vamos prosseguir tornando-a vazia e passiva e corroboramos para a reificação que o Estado moderno promove de seu complemento fundamental: o indivíduo que não partilha mais a decisão do coletivo, ele apenas sofre suas consequências. Com isso descarta o coletivo (não temos mais uma questão coletiva a ser resolvida, mas a minha situação junto ao Estado, a minha solicitação de algum benefício ou serviço) e atomiza o social (cada usuário com a sua “situação” a ser resolvida isoladamente), como se a condição da classe trabalhadora não fosse ditada por um movimento macrossocial.

A provisão ou negociações da provisão das necessidades, desta forma, é realizada de forma setORIZADA, fragmentada, como se o indivíduo fosse somatório de necessidades a ser supridas, cada uma delas por meio de instituições específicas. No caso da sociedade brasileira, o atendimento às necessidades se dá de forma pulverizada e individualizada, “[...] requerendo sempre uma seleção ou triagem que confirme o mérito ou validade do pedido de atendimento.”

(CARVALHO, 2011, p. 54) e por meio desta concretiza-se um atendimento ínfimo das necessidades, concretizando uma realidade ilusória de atendimento.

Neste processo de individualização do social e naturalização da precariedade da vida do trabalhador, abandonamos a perspectiva de totalidade ao parcelarmos e fragmentarmos o sujeito, que serão: a criança, a mulher, o desempregado, etc; e não a classe trabalhadora explorada. A partir desta fragmentação, o complexo estatal operacionaliza a destinação de seus serviços, burocratizando e setorializando-os. Esta forma pontual e fragmentada de enfrentar as refrações da “questão social” requer técnicas e instituições tão amplas e complexas quanto o agravamento contínuo da luta de classes, no qual quanto maior o conflito, maior a necessidade de intervenção estatal de aparência meramente burocrática e técnica. Neste processo de obscurecimento da luta de classes e o destacamento do Estado como o mediador dos conflitos, assistimos ao movimento dos espaços livres tornarem-se públicos, “[...] o que significa espaços controlados cuja utilização é determinada e programada, onde as pessoas não se sentem co-proprietárias ou comungando um espaço comum, mas usuárias.” (CARVALHO, 2011, p. 44). É desta forma que o Estado-Providência cunha o usuário de serviços e benefícios substituindo progressivamente o cidadão por ele e vai tornando-o mudo e atomizado e por meio destes complexos mecanismos,

[...] as relações sociais de dominação se aperfeiçoaram e se refinaram ao ponto de o próprio cidadão não perceber que deixou de ser cidadão: ele é apenas usuário servil dos serviços e benefícios do Estado de Bem-Estar Social. Ele conquistou os direitos sociais, mas perdeu sua condição de sujeito político. Os cidadãos só aparecem nos discursos da social-democracia, na prática eles não existem. (CARVALHO, 2011, p. 47).

Esta forma de ver o cidadão enquanto portador de direitos instituídos jurídico-formalmente é materializada no cotidiano do assistente social por meio de decisões centralizadas das equipes, planejamentos em gabinetes, regras de convivência construídas pelos supostos detentores do saber e toda uma forma de gerir as políticas sociais que negam os valores emancipatórios eleitos pela categoria profissional e que não podem ser traduzidos como mera limitação institucional.

Enquanto a organização social capitalista invade e ocupa todos os espaços da vida social,

[...] ao indivíduo sempre resta um campo de manobra ou jogo onde ele pode exercer minimamente sua autonomia e o seu poder de decisão, onde lhe é acessível um âmbito de retotalização humana que compensa e reduz as mutilações e o prosaísmo da divisão social do trabalho [...] (NETTO, 2007, p. 86)

Esta autonomia também deve ser exercitada na forma de apreender e responder às questões trazidas pelos cidadãos para intervenção profissional. Quanto melhor se reconstituir o drama humano em tela em sua totalidade, melhor se percebe os meios institucionais para enfrenta-lo, buscando nos aparatos institucionais, por meio da articulação da rede de serviços, formas de integrar intervenções fragmentadas, articuladas a ações de cunho político que pressionem o Estado a alargar sua cobertura. Isto porque a capacidade de atendimento é sempre menor que a demanda. Aí, em termos técnicos, vem a tarefa de buscar critérios que permitam priorizar o atendimento das questões mais prementes (já que não serão todos que terão acesso ao serviço ou benefício de forma imediata) e identificar as formas mais coerentes de se lidar com elas; e se munir de dados estatísticos acerca de demandas, buscar legislações que justifiquem a solicitação de ampliação de recursos e, assim, contribuir para puxar o cabo de forças do orçamento público para o lado dos interesses da classe trabalhadora, o que no contexto de crise estrutural torna-se uma urgente necessidade.

A natureza das necessidades que o assistente social lida e das políticas sociais que as supre requer que o assistente social se coloque para além de burocrata e assuma a esfera política em seu exercício profissional: o seu e do público-alvo de suas ações, posicionando os direitos no campo da luta de classe, sendo os mecanismos de gestão usados para tanto, tal como compreender e promover discussões sobre os recursos que o serviço ou benefício dispõe, onde vem sendo investido, no que pode e deveria ser investido, projetar estes gastos para tensionar sua execução (até porque inserir um gasto no orçamento é uma luta e executar este gasto é outra), etc.

A própria realidade vem mostrando que tais tensionamentos tornam-se cada vez mais essenciais. Os professores lutam por 10% do PIB brasileiro para a educação; professores das Universidades Federais ficaram meses em greve em 2012 reivindicando reposição das perdas salariais e melhores condições de trabalho, assim como os trabalhadores

da Receita Federal e Polícia Federal. Todas estas manifestações são reflexos concretos da retração de investimentos estatais em sua própria máquina para tornar ainda mais robusta a “bolsa banqueiro”, denotando que a luta de classe move tais processos e que ainda se limita a tensões que objetivam a satisfação de necessidades imediatas.

Mas reflitamos: ainda que as pressões populares sobre o Estado garantisse recursos e os seus burocratas otimizassem sua utilização para a satisfação das necessidades sócio-humanas dos usuários, nos perguntamos se este é objetivo do trabalho do assistente social, atuando no cotidiano dos grupos sociais oprimidos introduzindo, mesmo sob a roupagem de uma ação revolucionária, o progresso e o conforto como fins em si próprios e como já argumentamos diversas vezes, nos parece que a emancipação política enquanto último horizonte vislumbrado pela profissão representa um rebaixamento das possibilidades históricas.

Temos certeza de que desejamos revolucionar radicalmente esta sociedade, mas nos indagamos no que consiste revolucionar radicalmente. Conquistar acesso a bens e serviços na nossa sociedade? Promover uma real distribuição de renda? Embora isso seja fundamental para a necessidade imediata do trabalhador, argumentamos que o trabalho do assistente social deve vislumbrar um objetivo imediato e um mediato, de maior abrangência. A satisfação de necessidades imediatas por meio de intervenções estatais, como Carvalho (2011) explica, tanto o modelo de bem-estar social quanto o dos países chamados socialistas, não parecem ser a solução, isto porque em ambos o Estado assume abusivamente o controle e a gerência do coletivo, invadindo a vida cotidiana. A história vem demonstrando que a criação de um Estado forte não é a solução para a classe trabalhadora (o que precisamos é destruir o Estado burguês e, após a ditadura proletária, deixar minguar o Estado proletário), mas o processo de luta pela satisfação de necessidades no âmbito da emancipação política pode redundar na liberdade que se conquista pelas próprias mãos da classe trabalhadora – a verdadeira emancipação humana.

A conquista singular ou coletiva da habitação, da creche, do seguro-desemprego, etc. podem sempre resultar em avanço simplesmente do progresso ou representar rupturas e saltos a nível da consciência e de poder dos grupos oprimidos, (CARVALHO, 2011, p. 55) a direção social que se dá à prática é sem dúvida uma questão fundamental.

É sabido que os assistentes sociais pactuaram em seu código de ética por valores que contrastam com a base econômica e argumentamos que mesmo que eles sejam inexequíveis no âmbito da sociedade

burguesa e que jamais serão construídos plenamente a partir das políticas sociais, eles são fundamentais para pautar o exercício profissional do assistente social. Então, diferentemente daqueles que concebem o assistente social enquanto um burocrata, um gestor de políticas públicas que atua no intuito de garantir direitos do usuário a quem não cabe princípios éticos contrastantes com a base econômica, vamos reafirmar a vitalidade que tais princípios dão ao exercício profissional cotidiano.

Nesta esfera do cotidiano na qual o indivíduo se percebe somente como ser singular, as respostas profissionais que são exigidas ao assistente social junto ao público que atende são restritas a esfera individual e dificilmente os atores envolvidos neste processo acessam a consciência humano-genérica porque a intensidade com que o indivíduo se utiliza de sua consciência no cotidiano fica abaixo do necessário para atingir o humano-genérico e não só pela intensidade, mas também por suas motivações serem passivas e individuais; nem uma finalidade que busque transcender o imediato e porque as ações se movem no sentido de utilidade prática e não no sentido de transcenderem o imediato. (CARVALHO, 2011).

É esta esfera que tende à alienação que é o espaço da práxis social, incluindo a dos assistentes sociais. “Muitas vezes buscamos nosso referencial de ação nas complexas relações sociais de reprodução e dominação, ignorando o cotidiano como palco onde estas mesmas relações se concretizam e se afirmam.”(CARVALHO, 2011, p. 51) e buscamos a totalidade fora da vida cotidiana, esquecendo que esta contém a totalidade e que é nela que muitas mediações entre particular e global se processam e explodem em nossas vidas singulares.

Quando, após belos discursos de campanha eleitoral, o Estado gerido por aquele político “escolhido pelo povo” oferta saúde, educação, assistência social, habitação, etc. precárias ao cidadão, o Estado mostra sem disfarce em suas ações cotidianas a sua real natureza que está longe de ser a de dirimir conflitos e promover o bem-estar do cidadão; demonstra que pelo contrário, negligencia a satisfação de suas necessidades sem a menor preocupação do que aquilo significa nas vidas humanas; ao fazermos uma leitura realística dos orçamentos públicos, está lá, sem demagogia, o real interesse do governo; quando não possuímos recurso para fomentar um grupo de artesanato, mas não falta recurso para obras, ou subsidiar empresas, o Estado mostra no cotidiano a sua verdadeira face e seu real compromisso de classe. E quanto mais a barbárie social avança, mais difícil fica de ocultar a real natureza da sociedade civil e política; mais difícil fica de ocultar na

esfera da aparência a essência das contradições fundamentais da sociedade capitalista.

Ocorre, porém, que a heterogeneidade própria da cotidianidade faz com que o indivíduo apreenda as contradições existentes no cotidiano, muitas vezes sofra com os reflexos destas contradições, mas não apreenda a totalidade das relações, atuando apenas no âmbito da singularidade, o que não permite acesso à consciência humano-genérica. Só quando ascende ao comportamento no qual ele direciona toda sua força numa objetivação duradoura que se homogeneiza todas as faculdades do indivíduo e as direciona num projeto que transcenda a sua singularidade numa objetivação através da qual ele se reconhece enquanto portador da consciência humano-genérica. É isso o que deve subsidiar a reflexão do profissional que pensa sobre sua atuação diante de determinado público. Ele deve sanar as necessidades imediatas, conectando-a a mediatas e vinculadas a dinâmicas macrosociais, posto que enquanto os homens estiverem atomizados, enfrentado cada qual os seus problemas de forma individual, não conseguiremos construir a cultura revolucionária, pré-requisito para que a revolução socialista aconteça.

Diante deste impasse histórico que nos coloca em um período de transição para o fim do capitalismo (seja pela sua superação na construção do socialismo ou na extinção da humanidade), precisamos refletir sobre como materializar ações que estejam em conformidade com o estatuto de cidadania e direito engendrado na luta de classes, fundamental para a construção de uma ordem social não-antagônica. O profissional deve pensar que mecanismos vem criando para a gestão da política social e quais resultados mediatos vem construindo.

Segundo Barroco (2003), há atividades que permitem a ampliação da relação consciente do indivíduo com a genericidade: “o trabalho, a arte, a ciência, a filosofia, a política e a ética. Isto só é possível porque a alienação não é absoluta, mas coexiste com formas de vida não alienadas” (BARROCO, 2003, p. 41). Aponta estas atividades como propiciadoras do humano-genérico porque são as que:

[...] explicitam características como criatividade, escolha consciente, deliberação em face de conflitos entre motivações singulares e humano-genéricas, vinculação consciente com projetos que remetem ao humano-genérico, superação de preconceitos, participação cívica e política. (Op. Cit, p. 42).

A autora enfatiza, ainda, que para esta práxis ser emancipadora,

nela deve estar presentes as capacidades do ser social que ligam o indivíduo ao gênero humano e esclarece que para a vinculação do homem ao ser genérico, são necessárias reflexões que visem a responder às necessidades que vão além do imediato, além das necessidades do “eu”, ampliando a possibilidade de os indivíduos se realizarem como individualidades livres e conscientes. Assim, por mais que os atendimentos no âmbito do Estado burguês comecem pelo atendimento individual (e há questões particulares que não tem como ser tratadas em grupo), o profissional tem possibilidades mais transgressoras em ações profissionais coletivas, posto que abrem a possibilidade de se pensar na identidade coletiva e nas questões mediatas, mas os atendimentos individuais não são dispensáveis, posto que há questões singulares que jamais deverão ser coletivizadas (violências, negligências, questões particulares, etc.).

Há várias formas de práxis que facilitam o desvelamento da relação entre indivíduo e gênero humano, por exemplo, quando a ética reflete a moral ontologicamente, ultrapassando o conformismo e os conflitos morais, apreendendo-os dentro da totalidade para superar o caráter individual e subjetivo da moral, que dá uma falsa impressão de que a liberdade é uma questão individual que depende somente da vontade do sujeito; ou quando por meio da práxis política (ainda que a reivindicação de um melhor lanche, ou cadeiras) fica clara quão limitada é a possibilidade de auto-determinação dos indivíduos e o quanto esta capacidade está nas mãos de quem em longe os representa; ou por meio da arte que contribui para que o homem transcenda sua individualidade e passe a sentir e se sensibilizar com outros dramas humanos que não apenas os seus.

Argumentamos que o profissional de Serviço Social pode oportunizar para os usuários diversos espaços em que pode vivenciar práxis que vincule e retire do individualismo burguês e o remeta ao gênero humano. Quando se reúne os usuários para uma conferência, por exemplo, coloca-se todos os participantes para discutirem o futuro de determinada política pública que impacta na cidade, Estado, país e as ações governamentais em determinada área; e permite refletir acerca da limitação deste processo ao perceber que os governos no geral caminham sem muita atenção às suas deliberações; quando o assistente social partilha o planejamento do serviço que executa com o usuário lhe oportunizando, inclusive, acesso a informações sobre os recursos investidos, abre-se a possibilidade dele perceber a real natureza do Estado e seu compromisso de classe; quando se reúne num grupo pessoas que vivenciam os “mesmos problemas”, torna-se possível

perceber que aquele “problema” não pode ser meramente individual, já que afeta inúmeras pessoas da mesma forma, apontando para a possibilidade e necessidade de ações coletivas.

A força da prática social está no desenvolvimento do processo aberto, mobilizador de relações, reflexões e ação intergrupos. É a ação conjugada de um corpo social múltiplo e expressivo que introduz efeitos transformadores a nível do coletivo. (CARVALHO, 2011, p. 57)

Desta maneira, mais importante que manipular elementos objetivos da realidade na consecução de um direito, o exercício profissional do assistente social pautado por uma perspectiva crítica requer a disposição de elementos objetivos que satisfaçam necessidades imediatas (acesso a algum benefício ou serviço) e a interferência na subjetividade do usuário, de sua consciência, para que ele passe constituir por teleológico que busque suprir suas necessidades e que busque a transcendência da ordem, o que requer que ele a apreenda de forma crítica, mediata e coletiva.

O fenômeno da consciência, segundo Iasi (1999) deve ser apreendido como um movimento e não como algo dado. Sabemos que só é possível conhecer algo se o inserirmos na história de sua formação, ou seja, no processo pelo qual ela se tornou o que é, assim é também com a consciência, ela não "é", "se torna". Amadurece por fases distintas que se superam, através de formas que se rompem, gerando novas que já indicam elementos de seus futuros impasses e superações. Longe de qualquer linearidade, a consciência se movimenta trazendo consigo elementos de fases superadas, retomando aparentemente, as formas que abandonou.

Este processo é ao mesmo tempo múltiplo e uno. Cada indivíduo vive sua própria superação particular, transita de certas concepções de mundo até outras, vive subjetivamente a trama de relações que compõe a base material de sua concepção de mundo.

A formação da representação que todos possuem é constituída a partir do meio mais próximo, no espaço de inserção imediata da pessoa. Como nos diz Marx: "A consciência é naturalmente, antes de mais nada, mera conexão limitada com as outras pessoas e coisas situadas fora do indivíduo que se torna consciente." (MARX apud IASI, 1999, p. 15).

A alienação do trabalho reflete fortemente na consciência humana, sendo que, segundo Iasi (1999) se expressa na primeira forma da consciência, a subjetiva, profundamente enraizada como carga

afetiva, baseada em modelos e identificações de fundo psicológico: a compreensão distorcida da realidade que é repassada pela família num vínculo que envolve muita afetividade; ou um professor que se torna ídolo daquele indivíduo e reproduz visões errôneas acerca da realidade, etc. Aí o assistente social, bem como a equipe que atua na execução terminal da política social, por meio dos vínculos, reflexões e relações que estabelece vão buscar meios de desalienação humana.

A ideologia, ao contrário, age sobre esta base alienada e se serve de suas características fundamentais para exercer uma dominação que, agindo de fora para dentro, encontra nos indivíduos um suporte para que se estabeleça subjetivamente. A ideologia não pode ser compreendida apenas como um conjunto de ideias, que pelos mais diferentes meios (meios de comunicação de massas, escola, igrejas, etc.) são enfiadas na cabeça dos indivíduos. Esta universalização da visão de mundo da classe dominante se explica não apenas pela posse dos meios ideológicos e de difusão, mas também e fundamentalmente pela correspondência que encontra nas relações concretas assumidas pelos indivíduos e classes. Não são "simples ideias". O mercado diz que é excluído dele quem não se capacita e um vizinho, logo após concluir um curso técnico, encontra um emprego e reafirma ao outro desempregado que o problema é dele que não está qualificado.

A percepção generalizada da vivência particular não apenas baliza-se em valores como deforma a realidade pela generalização de juízos presos à particularidade. Os valores são mediatizados por pessoas que servem de veículo de valores, são modelos. Não se trata da identificação com "a sociedade", "as relações capitalistas", etc. As ideias, são as relações de identidade com os outros seres humanos, seus modelos, que a pessoa em formação assume valores dos outros como sendo os seus. O ser humano é modelo do ser humano e muitas vezes o assistente social é muito influente junto as pessoas com quem trabalha, transmitindo valores e visão de mundo, que são formadas a partir do outro. Gramsci (apud Iasi, 1999) afirma que todos os seres humanos moldam-se a algum tipo de conformismo, não no sentido de passividade, mas pelo fato de amoldar-se à algum tipo de forma, e quando isso ocorre de maneira não crítica, nossa personalidade acaba por ser composta de maneira bizarra.

Aquí, argumentamos que o assistente social também é um sujeito que porta valores e o reproduz nos usuários dos serviços e benefícios, tanto mais naqueles serviços que requerem ações educativas e reflexivas, naqueles serviços em que a subjetividade do usuário é fundamental para o enfrentamento da situação na qual o profissional é

chamado a intervir (como nos casos de violência, saúde mental, serviços educativos, etc.).

Por isso, ao repensar a prática social e a vida cotidiana, torna-se importante, segundo Carvalho (2011), recolocar o significado e a abrangência do próprio termo prática social, que tem múltiplas abrangências: prática social desenvolvida pelo Estado ou iniciativa privada; a prática desenvolvida por grupos sociais, etc. “Estes elaboram e realizam uma prática social nascida de suas possibilidades de compreensão e intervenção na realidade com vistas à satisfação mais plena de suas necessidades e motivações.” (CARVALHO, 2011, p. 58). O movimento presente desta prática é expressão do “vir a ser” desta prática e dos sujeitos que nela interagem. É por isso que o “dever ser” desta prática está em disputa.

[...] toda prática social é determinada por um jogo de forças (interesses, motivações, intencionalidades). Pelo grau de consciência de seus atores; pela visão de mundo que os orienta; pelo contexto onde esta prática se dá; pelas necessidades e possibilidades próprias a seus atores e próprias à realidade em que se situam.(CARVALHO, 2011, p. 59).

Quando as consciências das pessoas envolvidas na prática social estão ainda pautadas no senso comum, numa desordenada e contraditória apreensão da realidade conjugadas com um pensamento crítico, então o grupo está pautado no que Iasi (1999) chama de primeira forma de consciência. Ela apresenta-se como alienação não porque desvincula-se da realidade, mas pelo fato de naturalizá-la, por desvincular os elementos componentes da visão de mundo de seu contexto e de sua história. Entretanto o fato é que a ideologia e as relações sociais de produção formam um todo dialético, ou seja, não estabelecem simples relações de complementariedade, mas uma união de contrários.

Uma vez interiorizada, uma visão de mundo não se transforma numa inevitabilidade, pois corre em seus calcanhares a contínua transformação da estrutura produtiva e das relações que lhe originaram e que lhes servem de base. Sobremaneira num período de transição histórica como vivenciamos, os valores em voga na sociedade se esvaem no ar: como sustentar, por exemplo, que o trabalho dignifica o homem se mesmo se matando de trabalhar a vida prossegue indigna e não sobra dinheiro sequer para comprar um teto para morar?

O que queremos demonstrar é que com o desenvolvimento das forças produtivas, sobretudo no atual contexto de seu esgotamento, acaba por ocorrer uma dissonância entre as relações interiorizadas como ideologia e a forma concreta como se efetivam na realidade em mudança. É o germe de uma crise ideológica que podem ser suscitados e trabalhados pelo assistente social. Muitos profissionais se deparam com usuários que já chegam com este germe instaurado em suas consciências. O indivíduo vive as relações julgando-as e buscando compreendê-las com o mesmo arcabouço de valores que já não correspondem a sua realidade, provocando uma contradição que é vivida pelo indivíduo como um conflito interno e subjetivo.

Quando a garantia de direitos se refere a desdobramentos objetivos da alienação do trabalho que requerem respostas materiais por meio do acesso a riqueza material socialmente construída (transferência de renda, habitação, etc.), as reflexões e experiências que abram a possibilidade de questionar os valores introjetados e a compreensão do mundo em contraste com a dinâmica real da vida está justamente na contradição entre a riqueza produzida e a pobreza das existências individuais e das respostas estatais às suas necessidades; quando se refere a questões nas quais a subjetividade do usuário desempenha papel ativo, como nos casos de violência, insanidade mental, etc, então estaremos tocando nas questões do estranhamento humano e a deturpação dos valores que norteiam as ações que devem ser questionadas no contraste entre as relações que vêm sendo construídas e seus efeitos devastadores para os humanos em questão.

O adolescente que é induzido por complexos mecanismos da sociedade a optar pelo crime organizado enquanto meio de vida está percebendo um futuro sem perspectiva e respondendo a ele de forma suicida, aceita este tipo de trabalho em nome do acesso ao consumo do essencial e do supérfluo, necessidades reais e muitas necessidades artificialmente construídas a partir do fetiche da mercadoria. O trabalho dos profissionais que irão lidar com ele na escola, no contraturno escolar, no serviço de medidas sócio-educativas e os demais que venham a se envolver com esta situação que requer a busca da constante apreensão deste adolescente em suas relações sociais, na sua complexidade e totalidade buscando apreender e refletir com ele a sua realidade e a forma como ele responde às suas necessidades sociais, as alternativas que vem optando, os valores implícitos nestas, suas consequências para a sua vida, de sua família, da comunidade e da sociedade, buscar oportunizar experiências através das quais possam ampliar a compreensão sobre as respostas que dá às suas questões no

mundo e questionar-se quanto as decisões que vem tomando e os caminhos que vem trilhando.

Não há como produzir este processo apenas por meio de atendimentos individuais. É no grupo que é possível que um ser humano se identifique no outro, reconheça a sua história na história do outro com um olhar mais crítico e questione a forma como vem apreendendo o real e a ele respondendo, o que abre a possibilidade de dar respostas de outros tipos, escolher por outras alternativas pautadas em valores diferentes, o que é essencial para a construção da cultura revolucionária capaz de destruir a ordem do capital, saindo dos homens individuais atomizados, passando pela identidade de grupo, classe trabalhadora em si e, por fim, para si (a autêntica consciência revolucionária).

Salientamos que destes caminhos não de ser os norteadores do cotidiano do exercício profissional, o palco do trivial, do comum, do rotineiro, mas é onde pode ocorrer uma possível insurreição, já que nele atravessam informações, buscas, trocas que fermentam sua transformação. “[...] a vida de todos os dias não pode ser recusada ou negada como fonte de conhecimento e prática social.” (CARVALHO, 2011, p. 15) e nossa prática social, como assistentes sociais, se faz com e na vida de todos os dias dos grupos sociais oprimidos, o qual o Estado moderno busca gerir, seja direta ou indiretamente e cuja gestão, inevitavelmente, se dá pelas mãos dos trabalhadores do Estado, o que inclui o assistente social.

[...] é necessário que tenhamos uma direção e uma concepção clara de nossa prática profissional. Ela não pode ser, e nem é, neutra. Para cumprir seu papel mediador, esta prática tem que estar embasada numa visão de mundo. É esta visão de mundo que, em última instância, fornece os horizontes, a direção e as estratégias de ação [...] (CARVALHO, 2011, p. 61).

Atuar em conformidade com o projeto ético-político profissional não significa simplesmente atuar para viabilizar a todos os usuários das políticas públicas condições de vida digna, até porque, embora tal possibilidade exista potencialmente na sociedade capitalista, esta só pode se materializar numa sociedade na qual a apropriação da riqueza não seja privada e é aí justamente que está o cerne da questão: defendemos que no processo de gestão de serviços e benefícios, os assistentes sociais oportunizem experiências que transcendam a figura atomizada do usuário enquanto receptor da ação e o coloque enquanto cidadão que tencione e participe da construção de seus direitos e, neste

processo, provoque questionamentos e evidencie contradições que desvelam a real natureza desta sociedade, permitindo que os sujeitos se compreendam no interior dela e passem a dar respostas diferenciadas.

Para oportunizar experiências e reflexões que favoreçam o processo de desalienação no interior das políticas sociais, conforme Carvalho (2011, p. 58), faz-se necessário redesenhar a forma como os serviços e benefícios vêm sendo geridos e executados. “Os equipamentos e serviços sociais propostos e geridos pela comunidade usuária, como alternativa possível, exigem uma nova flexibilidade das políticas sociais. Somente assim, parece, a prática social pode se permitir voos mais criativos e expressivos”.

Pensar nas políticas sociais enquanto correlação de forças em disputa no campo da luta de classe e sua execução por meio de modelos mais flexíveis e participativos, possibilitando vivências e reflexões que humanizem o mundo dos indivíduos sociais, que os permita perceber o movimento das políticas sociais que “atuam pelas costas” abrindo a possibilidade de autocritica que denotem as contradições desta ordem societária, pois a compreensão da falência desta ordem é o que permite vislumbrarmos a construção de outra pautada em práticas emancipatórias para sua construção.

“A práxis social não é jamais um ato do ser singular. Ela é expressão do sujeito coletivo transindividual.” (CARVALHO, 2011, p. 59). Há inúmeros sujeitos transindividuais (família, grupos de amigos, grupos de pessoas, grupos profissionais, etc.), aos quais o assistente social atua junto e que pode intervir na forma como vê e responde à realidade, cujas ações se inter cruzam no interior da luta de classes e constituem a trama da sociedade global, sendo a principal delas as classes sociais únicas capazes de questionar o conjunto das ações inter-humanas, seja para conservá-las ou transformá-las. Neste ponto o assistente social não tem mais como participar enquanto profissional, mas enquanto mais um trabalhador na práxis social (luta da classe trabalhadora) pela emancipação humana.

Mas ainda no tocante ao exercício profissional, há que se ressaltar as infinitas possibilidades de tensionamento em direção a emancipação humana, posto que a prática social do assistente social se articula às demais práticas movidas por grupos sociais oprimidos. São estes, justamente, os portadores possíveis do máximo de consciência sobre as alternativas do caminhar histórico revolucionário. Diferentemente dos burocratas do Estado, ou qualquer outro segmento da classe trabalhadora, estes vivenciam a realidade mais perversa da sociedade capitalista de forma nua e crua e pouco ou nada têm a perder com a luta

coletiva, pelo contrário e é deste contexto árido que emergem inúmeras possibilidades.

Acreditamos que é desta forma que práxis social cotidiana do assistente social pode tomar uma direção mais profunda e global e que se pode propiciar aos sujeitos atendidos pelas políticas sociais experiências que permitam humanizar a vida do sujeito que se inicia pelo seu reconhecimento enquanto humano – o homem e suas relações sociais, o homem fruto de um processo histórico-econômico, possuidor de conhecimentos, desejos, projetos pessoais, escolhas, valores éticos, compreensão de mundo por meio dos quais dão resposta a ele – e oportunize experiências (políticas, artísticas, éticas, a vivência das relações no interior do serviço, etc.) que possibilitem a apreensão do real de forma humanizada, perceba a luta de classes, a natureza do Estado e da sociedade. Esta forma de exercer a profissão não requer qualquer mudança de legislação. O Estado brasileiro já reconhece em suas normativas a participação popular e o controle social nas políticas sociais; existem dados orçamentários disponíveis inclusive online que permitem a discussão da realidade dos serviços; experimentar os serviços sociais enquanto co-autor e não receptor; abrir espaço para a apreensão das questões para além do plano individual, oportunizar experiências que gerem a autocrítica, envolver a população no planejamento e acompanhamento da execução dos serviços, dentre outros, é isso o que podemos denominar mais precisamente de práxis social potencialmente emancipatória no interior das políticas sociais burguesas. Ela pressupõe um processo de reflexão /ação e, sobretudo, atividade humana que ultrapasse a consciência comum, da prática utilitária, espontaneísta para busca de compreender e construir o mediato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo é um primeiro exercício de aproximação ao concreto-pensado do que compõe o cotidiano do exercício profissional do assistente social, entendido como práxis social. Sem sombra de dúvidas, há muitos pontos tocados introdutoriamente e que requerem estudos posteriores, mas o que podemos considerar é que deixamos claro que quando falamos de exercício profissional, não podemos pensar nisso apenas enquanto dimensão técnico-operativa burocrática, o gestor das políticas sociais desvinculado de um projeto ético-político.

O exercício profissional não se refere a mera manipulação das variáveis empíricas que envolvem a família trabalhadora, público-alvo das políticas sociais. Trata-se da relação do Estado com o cotidiano de cada sujeito ao qual ele se propõe a atender de forma individualizada e fragmentada, denotando que há laços invisíveis entre os sujeitos atomizados que possuem necessidades semelhantes; refere-se a toda uma complexa dinâmica macrossocial que irá demandar um profissional, cujas ações terão efeitos práticos de reprodução social e aí precisamos refletir sobre o que queremos ou não reproduzir nesta sociedade e com que fim, o que torna a leitura da realidade e o direcionamento ético-político da ação essenciais, posto que estamos num campo em que dois projetos antagônicos disputam hegemonia.

Responder às demandas compreendendo o exercício profissional enquanto respostas burocráticas e técnicas consiste em ignorar o conflito de classe e a exploração implicando em reproduzir a relação opressora do Estado burguês para com a classe trabalhadora. O assistente social não é mero gestor burocrata. Ele é um sujeito histórico que exerce sua profissão - sendo, portanto, um trabalhador assalariado (explorado, alienado) - que desempenha importante papel na reprodução social e tem compromisso ético-político, o que requer exercício profissional que vislumbre para além das políticas sociais, dos cidadãos e dos direitos, do Estado, da exploração de classe, da alienação do trabalho e da propriedade privada, para além da organização da vida social a partir do trabalho assalariado.

Ocorre que este é um trabalho que o profissional de Serviço Social irá desenvolver no âmbito da relação assalariada, o que implica num trabalho desrealizado, fruto das relações de trabalho alienadas nas quais o assistente social não tem controle (não controla seu tempo, os recursos, as normas, etc), não tem identificação com o processo e resultado de sua intervenção. Quantas vezes não vemos relatórios subsidiando decisões que descordamos; ou trabalhamos por meio de

recursos humanos e financeiros que entendemos insuficientes, etc. Esta precarização somada a dinâmica macrossocial faz com que, na maior parte das vezes, o trabalho engendre processos na realidade que pouco possuem da idealização prévia: o serviço que coordenamos não funciona como havíamos pré-idealizado porque não detemos autonomia suficiente para lhes dar os rumos; os casos que acompanhamos em geral não se resolvem como gostaríamos, pela própria dinâmica macrossocial e limitação do atendimento institucionalizado. Perceber esta dinâmica sem a sua apreensão em totalidade leva a estranhar-se diante do gênero humano, não conseguindo ver que as questões trazidas pelos usuários enquanto fruto da dinâmica macrossocial, cuja penúria é tão humana quanto a sua, redundando em sequelas e respostas humanas a determinada condição de vida absolutamente adversas. Estes são os limites institucionais do atendimento, que não estão relacionados apenas a capacidade técnica de resposta ao cotidiano, mas, sobretudo, à própria limitação de abordar institucionalmente questões que se desdobram da exploração do trabalho pautado na propriedade privada dos meios de produção sem tocar nelas.

Bem sabemos que os dramas nos quais estão envolvidas as famílias trabalhadoras – esfera mais elementar da reprodução social – são frutos de complexo processo histórico de exploração, repressão e coesão social. É inegável que nesta sociedade, a família constitui a esfera singular da reprodução social humana e desempenha funções *sui generis* na reprodução das “sequelas da questão social” que se dá por mecanismos absolutamente complexos que passam pela esfera objetiva e subjetiva do sujeito, contando com a família enquanto importante esfera na constituição de valores, hábitos, cultura, normas, afetividade, etc., sendo aspecto fundamental a ser compreendido e considerado no exercício profissional do assistente social (conectada a dinâmica histórica) e que os pesquisadores que queiram abordar o exercício profissional terão que aprofundar.

Outro ponto que carece maiores estudos é o que se refere a particularidade latino-americana e brasileira. Neste assunto, o que salta aos olhos é a identidade deste povo oriunda da opressão imperialista que vem sofrendo desde sua colonização e a necessidade histórica de superação desta relação, que submete sua população a intensa carga de exploração e espoliação das condições de vida de seu povo. Torna-se possível perceber, também, que neste continente a questão agrária ganha particular notoriedade e precisa ser melhor desvelada, até mesmo para conhecermos a identidade da classe trabalhadora brasileira e latino-americana, a portadora da possibilidade de emancipação humana.

Deixamos de refletir certos pontos para nos centrarmos em nosso objetivo: desvendar o cotidiano profissional. Por meio deste estudo buscamos evidenciar os limites do pensamento formal-abstrato e a potencia da compreensão ontológico-crítica para avançarmos na análise do real, para além da aparência, pré-requisito para o tensionamento das ações profissionais cotidianas num sentido emancipatório. Por este viés, buscamos desvelar teoricamente algumas categorias fundamentais que compõem o cotidiano profissional do assistente social. Compreendendo este profissional primordialmente enquanto executor terminal de políticas sociais (NETTO, 2007), partimos do entendimento de que seu trabalho, tal como toda práxis social, transcorre sobre um conjunto de causalidades sobre as quais irá incidir por teleológico – a pré-concepção do trabalho, sendo este o complexo que funda o homem enquanto homem (LUKÁCS, 1979). São os elementos constitutivos do campo causal e do por teleológico do assistente social que buscamos desvelar que ora chamamos de bases ontológicas para o exercício profissional crítico e assim a denominamos por entender que ações que tensionem para além da ordem precisam ser pautadas numa análise muito fiel a realidade concreta da luta de classes, para que se tenham claras as suas limitações e possibilidades, bem como a forma como abordar, o instrumental a ser utilizado, os encaminhamentos que se fazem necessários, o direcionamento ético-político que se busca imprimir.

Mas o desvelamento da causalidade não completa a missão de analisarmos o cotidiano profissional, posto que o profissional é chamado a intervir neste campo causal, sendo esta característica interventiva o que legitima a existência desta profissão (NETTO, 2007). No que se refere ao por teleológico, abordamos elementos ontológicos centrais da práxis social do assistente social analisando-a no campo das políticas sociais, num contexto de luta de classes a qual engendra diferentes interesses entorno delas, diferentes necessidades a serem supridas, diferentes formas de intervenção profissional e valores antagônicos em disputa, todos emergidos do solo econômico, e buscamos demonstrar que o compromisso ético-político do assistente social de emancipação humana é o mais coerente e humanamente viável, mas que ao se chocar com aqueles desta base econômica opressora, limita e potencializa a resposta profissional do assistente social.

Buscamos ressaltar que os limites da práxis do assistente social, bem como o da opressão das elites à classe trabalhadora, é diretamente proporcional a imobilidade do seu alvo, da família trabalhadora. Deste modo, quanto mais mobilizarmos sujeitos para imprimir ações que tensionem opostamente na luta de classes, mais possibilidades e

condições de trabalho e de crítica da realidade teremos. O interesse nesta mobilização precisa ser o cerne da reorganização da forma como se gere os serviços e benefícios, como se define regras, como se decide, de que forma é feito o planejamento, quem tem acesso a informação sobre os recursos públicos, em que momento se presta contas, etc.; buscar o exercício profissional crítico requer respostas criativas à realidade, formas novas e originais de organizar os serviços.

Neste árduo contexto, faz-se necessário denunciar a neutralidade axiológica e tornar evidente que a cada passo que não se questiona a opressão, corrobora-se com ela e buscamos realizar esta discussão vinculada às respostas profissionais cotidianas, demonstrando que cada ação profissional porta e materializa um valor e, por isso, a reflexão ético-política deste exercício profissional não diz respeito apenas a partidos políticos, conforme Colmán (et al, 1985), e começamos a tecer as conexões entre tais reflexões e as ações do exercício profissional. Por outro lado, concordamos no sentido de que aparato técnico-operativo não deve ser banalizado e deixado a margem da discussão do exercício profissional, tampouco da formação, já que é por meio delas que o profissional materializa seu por teleológico e entendemos que a profissão vem negligenciando esta esfera. Consideramos um absurdo, por exemplo, numa profissão cujo mercado de trabalho majoritário é o poder público, não se ter na graduação nenhuma noção de administração pública, o que faz dos profissionais de Serviço Social reféns dos profissionais dos setores administrativos por pura ignorância.

Entendemos que a profissão deve qualificar sua discussão acerca da esfera técnico-operativa, sobretudo, desvelando a natureza de cada instrumental e das necessidades humanas, vinculando-os a dinâmica macrossocial para que o assistente social possa compreender o seu pôr teleológico enquanto um ato da práxis humana, que contribui na constituição do gênero humano, que carece de ruptura radical com a ordem social vigente. Este deve ser um estudo posterior. Por outro lado, para a constituição de profissionais “rebeldes competentes” precisa se centrar muito mais no aspecto teórico-metodológico, posto que em nenhum trabalho os instrumentais são mais importantes que a apreensão adequada do conjunto causal e o por teleológico que ponha em movimento, e da forma mais acertada diante do resultado almejado.

O campo interventivo do assistente social no âmbito das políticas sociais requer que ele imprima seu por teleológico na realidade, o que se dá por reuniões, relatórios, etc., e que serão refletidos e empreendidos de forma mais emancipatória quanto melhor estiver situado na totalidade

dos elementos que constituem seu exercício profissional no solo histórico.

Isso inclui entender que seu atendimento jamais ultrapassará os limites da ordem burguesa, ou seja, não tocará na sua questão primordial: a propriedade privada dos meios de produção e o trabalho alienado. Esta característica das políticas sociais as torna inaptas a resolver as necessidades trazidas pelos trabalhadores e, no geral, promovem a “ilusão de atendimento” (CARVALHO, 2001) e legitimam a realidade existente. Ocorre, porém que nada é absoluto e este processo é cheio de contradições e prenhe de possibilidades; o projeto ético-político firmado pela profissão requer que por meio de nossa intervenção promovamos ações para além da coesão social; e a realidade social requer que superemos esta ordem social – a emancipação humana. Assim, precisamos atuar como “rebeldes competentes”, conseguindo enxergar as necessidades humanas, os meios de tensionar para seu suprimento, os meios técnicos para objetivar o teleologizado e vincular a construção de posições críticas, que oportunizem aos cidadãos a vivência de processos desalienantes que questione a ideologia burguesa.

Entendemos que no campo imediato, cabe ao assistente social, por meio de instrumentais de trabalho e técnicas, vislumbrar um trabalho junto ao cidadão no sentido de otimizar os recursos disponíveis (financeiros, humanos, etc.) na satisfação da necessidade (material e espiritual) a qual ao serviço ou benefício em questão tem o dever legal de suprir e neste tocante, torna-se também importante atentar para legislações, orientações, recursos disponíveis e aplicabilidade, até mesmo no sentido de questioná-las. Por outro lado, tendo em mente a limitação da emancipação política, da incapacidade do Estado de emancipar o homem de mazelas sobre as quais ele se funda (MARX, 2006), o objetivo mediato do trabalho do assistente social deve ser a desalienação do usuário, que é o único meio efetivo de humanizar a vida, o que requer profissionais desalienados e autônomos num mundo estranhado e alienado.

Por conta desta compreensão, buscamos empreender um caminho teórico no qual demos sustentação ao princípio da emancipação humana no interior do exercício profissional buscando refutar perspectivas reformistas: deixamos claros os limites das políticas sociais e da emancipação política; denunciemos o compromisso de classe do Estado burguês como elemento de sua natureza histórica e apontamos sua extinção e a eliminação da propriedade privada dos meios fundamentais de produção e o trabalho alienado como cerne da emancipação humana, o que é impossível no âmbito do exercício profissional de qualquer

profissão, mas não exclui a possibilidade de adoção de princípios e valores contrários a ordem para o exercício profissional do assistente social (e quisera que todas as profissões os adotassem, posto que estes são os passos para revolução).

Diante deste dilema que evidenciamos, apontamos a leitura do binômio cidadania-direito no campo da luta de classes, o que permite oxigenar o exercício profissional do assistente social por meio de práxis sociais coletivas, profícuo campo de desalienação, e enfrentar as estruturas engessadas das políticas sociais burguesas, sobretudo no contexto do capitalismo dependente (FERNANDES, 2005), num período de crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2009). A partir desta compreensão abre-se a possibilidade ao profissional de Serviço Social de oportunizar experiências e reflexões propensas a desalienação (arte, política, reflexão ética, etc), sobretudo neste contexto de transição histórica em que muitas verdades do capital se esvaem no ar, o que contribui para a construção da cultura revolucionária (ao contrário da coesão social reivindicada pelo capital às políticas sociais), sem a qual a revolução comunista jamais acontecerá.

Um exercício profissional crítico requer a constante leitura do singular que se apresenta no cotidiano profissional vinculado ao movimento universal da sociedade capitalista. Tal exercício é importante não apenas para orientar o exercício profissional no sentido da construção da cultura revolucionária, mas principalmente para conseguir fazer a leitura da forma como a sociedade engendra a necessidade que requer a intervenção profissional e a forma como intervir de modo a não ampliar a opressão (de quem já padece dela) por meio de ações profissionais coercitivas e coesivas.

Por isso, o assistente social deve conseguir fazer a leitura destas situações para além da aparência e dos preconceitos, subsumidos ao movimento macrossocial, para buscar medidas desalienantes e que materializem os direitos do cidadão e não as exigências do capital e aí não estamos falando apenas de políticas sociais que em nome dos direitos coagem os “cidadãos fracassados” e higienizam a sociedade. Estamos falando sobretudo da naturalização da sociedade que se funda pautada no trabalho assalariado, que carrega em si a exploração do trabalho, que media as necessidades humanas pelo mercado, santificado, e que psicologiza a “questão social”, o que permitem que as políticas sociais promovam a coesão social para a reprodução desta sociedade.

Contra isso, precisamos formar “rebeldes competentes” que consigam desvelar a vinculação dos dramas humanos individuais a dinâmica desumanizante do capital e que conheçam mecanismos

institucionais para respostas imediatas que sanem as necessidades do trabalhador, envolvendo o próprio cidadão neste processo, e num processo mediato, evidencie por meio de experiências e reflexões as contradições desta sociedade, denunciando o caráter histórico e transitório da sociedade vigente e sua caduquice, apontando e necessidade e a viabilidade da “liberdade que se conquista” e com isso, convidamos todos para sermos marujos deste navio para finalizar este trabalho.

Lá vem a barca
 Trazendo o povo
 Pra liberdade
 Que se conquista
 [...]

 Pode chover balaco
 Lá vem a barca
 A noite amanhecer
 Lá vem a barca
 Marujo não descansa
 Enquanto o povo perder
 Lá vem a barca
 Plantar felicidade
 Lá vem a barca
 Na vida da nação
 Lá vem a barca
 É coisa de poeta
 Navegar na contra-mão
 Lá vem a barca..[...]

 (Lenine em Mote do Navio)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, H. **Para Além dos Direitos. Cidadania e Hegemonia no Mundo Moderno.** Rio de Janeiro. Editora URRJ, 2008.
- BARAN, P. E SWEEZY, P. **O Capitalismo Monopolista.** Rio de Janeiro, Zahar, 1966.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista.** Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.
- CARVALHO, M.C.B. ; NETTO, J.P. **Cotidiano: Conhecimento e Crítica.** 9 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- CHESNAIS, F. **O Capital portador de juros: Acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos.** In: A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configurações e conseqüências. São Paulo, Boitempo, 2005.
- DIETERICH, HEINZ. **Novo Guia Para Pesquisa Científica.** Blumenau: Ed. FURB, 1999.
- FERNANDES, F. **“A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.”** 5ªed. São Paulo: Ed Globo, 2005.
- FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** 5ªed. São Paulo: Ed Globo, 2005.
- HELLER, A. **O Cotidiano e a História.** São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- IAMAMOTO, M.V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- IASI, M.L. **Processo de Consciência.** São Paulo: CPV, 1999.
- LARA, R. **Considerações sobre Györg Lukács e sua Influencia no Serviço Social.** Florianópolis, UFSC: 2011.
- LENHARDT, G.; OFFE, C. **Teoria do Estado e Política Social.** In Offe, G. Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1984.

LÊNIN, V. I. **O Estado e a Revolução**. Disponível em <http://eventohistedbr.com.br/editora/>. Acesso em 15 de ago. 2012.

LÖWY, M. **Um Marx insólito**. In Marx, Karl. Sobre o Suicídio. São Paulo; Boitempo, 2006.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma Estética Marxista: sobre a Categoria da Particularidade**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.

LUKÁCS, G. **Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, G. **Ontologia do Ser Social: O Trabalho**. (mimeo, s.d.) (Tradução de Ivo Tonet).

MANDEL, E, **Capitalismo Tardio**. São Paulo: Nova cultural, 1985.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência**. In TRASPADINI, R. **STEDILE, J.P. (ORGS)**. “Ruy Mauro Marini: Vida e Obra”. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, k. **A questão Judaica**. In. “Manuscritos Econômico-filosóficos. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2004.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. 19 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, Livro 1, v 1-2.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, Livro 1, v 2.

MARX, K. **Sobre o Suicídio**. São Paulo; Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, I. **Estrutura Social e Formas de Consciência**. São Paulo, Boitempo. 2009.

NETTO, J.P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 2007.

NETTO, J.P. **Introdução ao Método da teoria social**. Disponível em <http://xa.yimg.com>. Acesso em 25 de junho de 2011.

PEREIRA, P. (2010) **Concepção de Bem-Estar (Social) em Marx**. In. **PEREIRA, P. E PEREIRA, C.** "Marxismo e Política Social". Brasília: ícone Gráfica e Editora, 2010.

PEIREIRA, P. A. P. **Natureza do Serviço Social: complexidade, contradição e multideterminação**. In *Revista O Social em Questão*, nº 19, 2º semestre de 2008. Rio de janeiro, PUC-RJ, 2009.

SALES, M.A. : **(in)visibilidade Perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência**. .São Paulo: Cortez, 2007.

VALÊNCIA, A. S. **A Reestruturação do Mundo do Trabalho: Superexploração e Novos Paradigmas da Organização do Trabalho**. Uberlândia, Edufo, 2009.